

ISBN: 978-65-87226-12-5

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS - SEPE
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

Região de Desenvolvimento do
Tocantins Maranhense

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

SEPE
SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS – SEPE
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS MARANHENSE

VOLUME 7

São Luís

2021

Governador do Estado do Maranhão

Flávio Dino de Castro e Costa

Vice-Governador do Estado do Maranhão

Carlos Orleans Brandão Júnior

Secretário de Estado de Programas Estratégicos – SEPE

Luis Fernando Silva

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

Presidente

Dionatan Silva Carvalho

Diretor de Estudos Ambientais e Geoprocessamento

Josiel Ribeiro Ferreira

Diretor de Estudos e Pesquisas

Hiroshi Matsumoto

Departamento de Estudos Territoriais – DET

Elaboração

Carlos Henrique Santos da Silva

Getúlio Estefânio Duarte Martins

José Ribamar Trovão

Luciano Aranha Andrade

Weskley Sandes Silva de Almeida

Colaboração

Eloína Coelho Carneiro

Helton Garces Gomes

Normalização

Dyana Pereira

Revisão de Linguagem

Yamille Oliveira

Capa/Direção de Arte

Carliane Sousa

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC.

Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: região de desenvolvimento do Tocantins Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2021.

v. 7: il; 517 p.

ISBN: 978-65-87226-12-5

1.Enciclopédia 2. Municípios 3. Maranhão. I. Título

CDU 030(812.1)

Palácio Henrique de La Rocque, Avenida Jerônimo de Albuquerque, 2º andar, s/n, Calhau
São Luís – Maranhão CEP. 65.070-901
Fone: (98) 2016 7803/ (98) 2016 7800/ (98) 2016 7801
Site: www.imesc.ma.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Enciclopédia dos Municípios Maranhenses – Tocantins Maranhense –, em seu volume VII, está disponível a toda comunidade acadêmica, docente e discente, pesquisadores e gestores públicos e privados e demais interessados. Apresenta informações capazes de subsidiar o planejamento de ações que têm o fito de traçar diagnósticos e prognósticos dessa parte significativa do território maranhense.

A obra possui um escopo abrangente, compreendendo uma série de temáticas, como: símbolos municipais, processo de ocupação, caracterização física, economia, população, saúde, educação, espaço urbano e rural, cultura, turismo, transporte, além de diversificadas particularidades próprias de cada município.

A Região de Desenvolvimento, denominada Tocantins Maranhense, compreende uma vasta área no Oeste e Sudoeste do Maranhão, na planície fluvial, drenada pela bacia hidrográfica do rio Tocantins, compondo partes da Floresta Amazônica e do Cerrado.

A região é formada por 17 municípios, são eles: Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios. Distribui-se em uma área de 25.916,614 km², em que residem 543.672 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2020, com densidade demográfica de 20,98 hab./km² e PIB de R\$ 10.295,58 bilhões.

A economia é resultado, principalmente, da pecuária voltada para a produção de carne, couro e leite, assim como à produção de papel e extração de madeira, oriunda principalmente do eucalipto, além de comércio diversificado. Como meio de comunicação, dispõe das BRs 010 e 226 e das MAs 125, 122, 280, 335, além da Estrada de Ferro Carajás que a comunica diretamente com o Porto do Itaqui e da Ferrovia Norte/Sul que passa pelo território regional.

Com a presente publicação, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), dá prosseguimento à execução do projeto – “Enciclopédia dos Municípios Maranhenses”, iniciado no ano de 2012.

Luis Fernando Silva

Secretário de Estado de Programas Estratégicos

Dionatan Silva Carvalho

Presidente do IMESC

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Árvore genealógica dos municípios da Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense.....	20
Figura 2	Mapa dos municípios da Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense.....	21
Amarante do Maranhão		
Figura 3	Mapa de localização do município Amarante do Maranhão.....	25
Figura 4	Entrada da cidade de Amarante do Maranhão.....	32
Figura 5	Avenida Deputado La Rocque.....	33
Figura 6	Praça e igreja de São Sebastião.....	33
Figura 7	Praça Cicero Nascimento.....	34
Figura 8	MA 122, próximo ao mercado municipal.....	35
Figura 9	Padrão construtivo das residências.....	35
Figura 10	Índios Guajajaras, Terra Indígena Arariboia.....	39
Figura 11	C.E. Pe. João Batista Teixeira.....	40
Figura 12	Hospital Municipal São José de Ribamar.....	41
Figura 13	Grande cavalgada de Amarante do Maranhão.....	48
Figura 14	Açude Mata Velha.....	49
Figura 15	Igreja do padroeiro São Sebastião.....	50
Figura 16	Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus.....	51
Buritirana		
Figura 17	Mapa de localização do município Buritirana.....	56
Figura 18	Palmeiras de Buritirana.....	58
Figura 19	Vista área da cidade de Buritirana.....	63
Figura 20	Avenida Senador La Rocque.....	64
Figura 21	Praça do Centro Administrativo.....	64
Figura 22	Praça da Matriz.....	65
Figura 23	Unidade Básica dessaúde da Família de Buritirana.....	69
Figura 24	Mercado Municipal de Buritirana.....	76
Figura 25	Açude Calambanje.....	76
Figura 26	Estádio de futebol no bairro Tanque.....	77
Figura 27	Igreja Matriz de Nossa Senhora Imaculada Conceição.....	78
Campestre do Maranhão		
Figura 28	Mapa de localização do município Campestre do Maranhão.....	85
Figura 29	Planta da Cidade.....	89
Figura 30	BR 010 e vista parcial das avenidas JK e Bernardo Sayão.....	90
Figura 31	Praça da Liberdade.....	90
Figura 32	Vista parcial da escola estadual em Campestre do Maranhão.....	93
Figura 33	Hospital Municipal de Campestre do Maranhão.....	94
Figura 34	Cultivo de hortaliça na sede de Campestre do Maranhão.....	98
Figura 35	Indústria para fabricação de biocombustíveis.....	101
Figura 36	Campo de futebol na sede municipal.....	102
Figura 37	Igreja Matriz de São Raimundo Nonato.....	103
Cidelândia		
Figura 38	Mapa de localização do município Cidelândia.....	110
Figura 39	Vista parcial da MA 125 em Cidelândia.....	117
Figura 40	Avenida Henrique de La Rocque.....	117
Figura 41	Vista parcial da Praça da Matriz.....	118

Figura 42	Vista parcial do Hospital Maria Alves Feitosa.....	122
Figura 43	Praia da Viração.....	130
Figura 44	Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus.....	131
	Davinópolis	
Figura 45	Mapa de localização do município Davinópolis.....	137
Figura 46	Avenida Davi Alves Silva.....	142
Figura 47	Praça João Paulo II.....	143
Figura 48	Rua pavimentada com bloquetes.....	143
Figura 49	Hospital Municipal Ivanildo Júnior.....	147
Figura 50	Indústria destinada a serviços especializados para construção.....	153
Figura 51	Rua Davi Michel.....	153
Figura 52	Igreja Matriz de Santo Antônio.....	155
	Estreito	
Figura 53	Mapa de localização do município Estreito.....	161
Figura 54	Rio Tocantins em Estreito.....	168
Figura 55	Vista da cidade de Estreito.....	170
Figura 56	Portal de entrada à cidade de Estreito.....	171
Figura 57	Vista da BR 010 na cidade de Estreito.....	171
Figura 58	Vista da BR 230 e Praça da Liberdade.....	172
Figura 59	Avenida Tancredo Neves.....	173
Figura 60	Praça da Bíblia.....	173
Figura 61	Avenida Santos Dumont.....	174
Figura 62	UEMASUL (Campus Estreito)	178
Figura 63	Hospital Municipal de Estreito.....	179
Figura 64	Ilha do Cabral no rio Tocantins.....	187
Figura 65	Cachoeira de São Romão.....	188
Figura 66	Vista parcial da beira-rio de Estreito, em fase de conclusão.....	189
Figura 67	Igreja Matriz de São Sebastião.....	190
Figura 68	Usina Hidrelétrica Estreito.....	191
Figura 69	Pontes ferroviária metálica e rodoviária sobre o rio Tocantins.....	192
	Governador Edison Lobão	
Figura 70	Mapa de localização do município Governador Edison Lobão.....	196
Figura 71	Trecho da BR 010 em Governador Edison Lobão.....	201
Figura 72	Rua pavimentada com bloquetes.....	202
Figura 73	Praça arborizada em Governador Edison Lobão.....	202
Figura 74	Hospital Municipal São Jorge.....	206
Figura 75	Indústria do couro em Governador Edison Lobão.....	213
Figura 76	Avenida Santa Rita.....	214
Figura 77	Igreja de Santa Rita de Cássia.....	216
	Imperatriz	
Figura 78	Mapa de localização do município Imperatriz.....	222
Figura 79	Rio Tocantins.....	232
Figura 80	Vista da cidade de Imperatriz à margem do rio Tocantins.....	234
Figura 81	Vista da BR 010 no centro de Imperatriz.....	236
Figura 82	Vista da Avenida Getúlio Vargas.....	237
Figura 83	Calçadão de Imperatriz.....	237
Figura 84	Catedral e praça de Fátima.....	238
Figura 85	Avenida Pedro Neiva de Santana.....	239
Figura 86	Avenida Bernardo Sayão.....	240
Figura 87	Praça Mary de Pinho.....	240

Figura 88	Avenida Frei Manoel Procópio.....	241
Figura 89	Praça da Meteorologia e marco zero de Imperatriz.....	241
Figura 90	Padrão construtivo do centro de Imperatriz.....	242
Figura 91	Processo de Verticalização da cidade de Imperatriz.....	243
Figura 92	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, campus Imperatriz.....	249
Figura 93	Hospital Municipal Infantil de Imperatriz.....	250
Figura 94	Hospital Macrorregional Dra. Ruth Noleto.....	251
Figura 95	Vista Parcial da Fábrica da Suzano Papel e Celulose.....	259
Figura 96	Vista parcial do Mercado Vicente Fitz.....	260
Figura 97	Ponte estaiada (Dom Afonso Felipe Gregores) sobre o rio Tocantins.....	261
Figura 98	Praia do Cacau.....	261
Figura 99	Beira Rio.....	262
Figura 100	Estádio Frei Epifânio d’Abadia.....	264
Figura 101	Igreja Matriz de Santa Teresa d’Ávila.....	266
Figura 102	Catedral de Nossa Senhora de Fátima.....	266
Figura 103	Templo Central da Assembleia de Deus.....	267
Figura 104	Terminal Rodoviário de Imperatriz.....	269
Figura 105	Vista de transporte público e terminal de integração.....	270
Figura 106	Aeroporto Prefeito Renato Moreira.....	271
Figura 107	Porto das Balsas.....	271
	João Lisboa	
Figura 108	Mapa de localização do município João Lisboa.....	274
Figura 109	Avenida Simplício Moreira.....	279
Figura 110	Praça 22 de dezembro.....	280
Figura 111	Escola estadual em João Lisboa.....	283
Figura 112	Área do Mercado Municipal.....	290
Figura 113	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	292
	Lajeado Novo	
Figura 114	Mapa de localização do município Lajeado Novo.....	298
Figura 115	Trecho da BR 226.....	304
Figura 116	Vista da Avenida Central.....	305
Figura 117	Praça Celso Pereira Melo.....	305
Figura 118	Centro Administrativo de Lajeado Novo.....	306
Figura 119	Padrão das residências.....	307
Figura 120	C. E. Prof. Carlos Alberto Monteiro de Macedo.....	310
Figura 121	Unidade Básica de Saúde Martins Pimentel.....	311
Figura 122	Rio Lajeado, próximo à sede municipal.....	317
Figura 123	Estádio de Futebol “O Pereirão”	318
Figura 124	Igreja Matriz de São Francisco de Assis.....	319
	Montes Altos	
Figura 125	Mapa de localização do município Montes Altos.....	324
Figura 126	“Os Montes Altos”	325
Figura 127	Vista parcial da cidade de Montes Altos.....	331
Figura 128	Avenida Fabrício Ferraz.....	332
Figura 129	Praça de Santana e detalhe da Avenida Senador La Rocque.....	332
Figura 130	Hospital Casa Alívio do Sofrimento.....	336
Figura 131	Rua Professor Raimundo Milhomem.....	342
Figura 132	Açude Angical.....	343
Figura 133	Praça do Angical (Sarney Filho), ao fundo o açude.....	343

Figura 134	Igreja Matriz de Santana, com torre de Pisa.....	344
Figura 135	Quadrilha Junina Raio Lunar.....	345
	Porto Franco	
Figura 136	Mapa de localização do município Porto Franco.....	349
Figura 137	Vista aérea de Porto Franco.....	357
Figura 138	Vista da BR 010.....	358
Figura 139	Avenida Tiradentes.....	358
Figura 140	Avenida Valentim Aguiar.....	359
Figura 141	Padrão construtivo das residências em rua de bloquetes.....	360
Figura 142	Praça Getúlio Vargas.....	360
Figura 143	Vista parcial do Polo Darcy Ribeiro.....	364
Figura 144	Hospital Municipal e Maternidade Aderson Marinho.....	365
Figura 145	Indústria produtora de produtos alimentícios.....	371
Figura 146	Fabricação de pedra brita.....	372
Figura 147	Vista parcial do mercado municipal de Porto Franco.....	373
Figura 148	Vista parcial do Rio Tocantins.....	374
Figura 149	Gramado do estádio Panelão.....	375
Figura 150	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	376
Figura 151	Transporte hidroviário, Porto Franco-Tocantinópolis.....	379
Figura 152	Trecho da ferrovia Norte-Sul no município.....	379
	Ribamar Fiquene	
Figura 153	Mapa de localização do município Ribamar Fiquene.....	382
Figura 154	Trecho da BR 010 em Ribamar Fiquene.....	386
Figura 155	Avenida Vanderli Ferraz.....	387
Figura 156	Praça Dez de Novembro.....	387
Figura 157	UBS Jacinto Pereira Silva.....	391
Figura 158	Hospital Municipal de Ribamar Fiquene.....	392
Figura 159	Vista parcial da Praia de Sumaúma no rio Tocantins.....	398
Figura 160	Igreja Matriz de São Sebastião.....	400
	São João do Paraíso	
Figura 161	Mapa de localização do município São João do Paraíso.....	404
Figura 162	Avenida Agemiro Aguiar Azevedo.....	411
Figura 163	Avenida Marcos Silva.....	412
Figura 164	Praça João Martins.....	412
Figura 165	Praça da Bíblia.....	413
Figura 166	Hospital Joca Chaves.....	417
Figura 167	Rio Lajeado, próximo à sede Municipal.....	424
Figura 168	Fiéis devotos da “Santa da Serra”	424
Figura 169	Igreja Matriz de São João Batista.....	426
	São Pedro da Água Branca	
Figura 170	Mapa de localização do município São Pedro da Água Branca.....	431
Figura 171	Vista da cidade de São Pedro da Água Branca.....	437
Figura 172	Detalhe da Avenida do Sesp e praça na entrada da cidade.....	438
Figura 173	Avenida Tancredo Neves.....	438
Figura 174	Avenida Presidente Geisel.....	439
Figura 175	Praça São Pedro.....	439
Figura 176	Praça Padre Geraldo Schauff.....	440
Figura 177	Detalhe das residências na Rua Nova.....	441
Figura 178	Hospital Municipal de São Pedro da Água Branca.....	444
Figura 179	Plantação de eucalipto em São Pedro da Água Branca.....	449

Figura 180	Praia no rio Tocantins, no povoado Primeiro Cocal.....	451
Figura 181	Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo.....	451
Figura 182	Altar da igreja de São Pedro Apóstolo.....	452
	Senador La Rocque	
Figura 183	Mapa de localização do município Senador La Rocque.....	458
Figura 184	Vista Parcial da Avenida Mota e Silva.....	463
Figura 185	Rua asfaltada e padrão construtivo das residências.....	464
Figura 186	Vista Parcial da Praça do Mercado.....	464
Figura 187	Vista parcial do hospital de Senador La Rocque.....	468
Figura 188	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.....	475
	Vila Nova dos Martírios	
Figura 189	Mapa de localização do município Vila Nova dos Martírios.....	480
Figura 190	Vista área da cidade de Vila Nova dos Martírios.....	487
Figura 191	Avenida Rio Branco.....	488
Figura 192	Praça Davi Alves Silva.....	488
Figura 193	Avenida Airton Senna (MA 125)	489
Figura 194	Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Penha.....	493
Figura 195	Rio Martírio, próximo à sede municipal.....	500
Figura 196	Estádio Edival Batista da Cruz Junior.....	501
Figura 197	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha.....	502

LISTA DE TABELAS

Amarante do Maranhão		
Tabela 1	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras.....	37
Tabela 2	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor....	38
Tabela 3	Distribuição da população residente.....	38
Tabela 4	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	43
Tabela 5	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	44
Tabela 6	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura.....	45
Tabela 7	Efetivo dos rebanhos.....	45
Tabela 8	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal.....	46
Tabela 9	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	47
Tabela 10	População residente por religião	51
Tabela 11	Consumo de energia elétrica por classe	52
Buritirana		
Tabela 12	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras	66
Tabela 13	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor....	67
Tabela 14	Distribuição da população residente.....	67
Tabela 15	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	71
Tabela 16	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	72
Tabela 17	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura.....	73
Tabela 18	Efetivo dos rebanhos.....	73
Tabela 19	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	74
Tabela 20	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal.....	74
Tabela 21	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	75
Tabela 22	População residente por religião	79
Tabela 23	Consumo de energia elétrica por classe	79
Campestre do Maranhão		
Tabela 24	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras	91
Tabela 25	Distribuição da população residente.....	92
Tabela 26	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	96
Tabela 27	Efetivo dos rebanhos.....	99
Tabela 28	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal.....	99
Tabela 29	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	100
Tabela 30	População residente por religião.....	103
Tabela 31	Consumo de energia elétrica por classe.....	104
Cidelândia		
Tabela 32	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras.....	119
Tabela 33	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor....	120
Tabela 34	Distribuição da população residente.....	120
Tabela 35	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	124

Tabela 36	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	125
Tabela 37	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	126
Tabela 38	Efetivo dos rebanhos.....	126
Tabela 39	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	127
Tabela 40	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal.....	127
Tabela 41	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	128
Tabela 42	População residente por religião.....	132
Tabela 43	Consumo de energia elétrica por classe	132
	Davinópolis	
Tabela 44	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras	145
Tabela 45	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor....	145
Tabela 46	Distribuição da população residente.....	146
Tabela 47	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	149
Tabela 48	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	150
Tabela 49	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	150
Tabela 50	Efetivo dos rebanhos.....	151
Tabela 51	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	152
Tabela 52	População residente por religião.....	156
Tabela 53	Consumo de energia elétrica por classes.....	156
	Estreito	
Tabela 54	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	176
Tabela 55	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	176
Tabela 56	Distribuição da população residente.....	177
Tabela 57	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	182
Tabela 58	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	183
Tabela 59	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	183
Tabela 60	Efetivo dos rebanhos.....	184
Tabela 61	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	184
Tabela 62	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	185
Tabela 63	População residente por religião.....	190
Tabela 64	Consumo de energia elétrica por classe.....	191
	Governador Edison Lobão	
Tabela 65	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	204
Tabela 66	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	204
Tabela 67	Distribuição da população residente.....	205
Tabela 68	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	209
Tabela 69	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	210
Tabela 70	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	210
Tabela 71	Efetivo dos rebanhos.....	211

Tabela 72	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	211
Tabela 73	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal	212
Tabela 74	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	212
Tabela 75	População residente por religião.....	216
Tabela 76	Consumo de energia elétrica por classe.....	217
	Imperatriz	
Tabela 77	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	245
Tabela 78	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	246
Tabela 79	Distribuição da população residente.....	246
Tabela 80	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	253
Tabela 81	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	254
Tabela 82	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	255
Tabela 83	Efetivo dos rebanhos.....	256
Tabela 84	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	256
Tabela 85	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal	257
Tabela 86	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	258
Tabela 87	População residente por religião.....	267
Tabela 88	Consumo de energia elétrica por classe.....	268
	João Lisboa	
Tabela 89	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	281
Tabela 90	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	282
Tabela 91	Distribuição da população residente.....	282
Tabela 92	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	286
Tabela 93	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	286
Tabela 94	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	287
Tabela 95	Efetivo dos rebanhos.....	288
Tabela 96	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	288
Tabela 97	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal	288
Tabela 98	População residente por religião.....	292
Tabela 99	Consumo de energia elétrica por classe.....	293
	Lajeado Novo	
Tabela 100	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	308
Tabela 101	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	308
Tabela 102	Distribuição da população residente.....	309
Tabela 103	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	313
Tabela 104	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	314
Tabela 105	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	314
Tabela 106	Efetivo dos rebanhos.....	315
Tabela 107	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal	316
Tabela 108	População residente por religião.....	319
Tabela 109	Consumo de energia elétrica por classe.....	320

	Montes Altos	
Tabela 110	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	334
Tabela 111	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	334
Tabela 112	Distribuição da população residente.....	335
Tabela 113	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	338
Tabela 114	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	339
Tabela 115	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	339
Tabela 116	Efetivo dos rebanhos.....	340
Tabela 117	População residente por religião.....	345
Tabela 118	Consumo de energia elétrica por classe.....	346
	Porto Franco	
Tabela 119	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	361
Tabela 120	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	362
Tabela 121	Distribuição da população residente.....	363
Tabela 122	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	368
Tabela 123	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	369
Tabela 124	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	369
Tabela 125	Efetivo dos rebanhos.....	370
Tabela 126	População residente por religião.....	377
Tabela 127	Consumo de energia elétrica por classes.....	378
	Ribamar Fiquene	
Tabela 128	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	389
Tabela 129	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	389
Tabela 130	Distribuição da população residente.....	390
Tabela 131	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	394
Tabela 132	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	395
Tabela 133	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	395
Tabela 134	Efetivo dos rebanhos.....	396
Tabela 135	População residente por religião.....	400
Tabela 136	Consumo de energia elétrica por classe.....	401
	São João do Paraíso	
Tabela 137	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	414
Tabela 138	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	415
Tabela 139	Distribuição da população residente.....	415
Tabela 140	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	419
Tabela 141	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	420
Tabela 142	Efetivo dos rebanhos.....	421
Tabela 143	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal	422
Tabela 144	População residente por religião.....	426

Tabela 145	Consumo de energia elétrica por classe.....	427
São Pedro da Água Branca		
Tabela 146	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	442
Tabela 147	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	442
Tabela 148	Distribuição da população residente.....	443
Tabela 149	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	446
Tabela 150	Efetivo dos rebanhos.....	448
Tabela 151	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal	448
Tabela 152	População residente por religião.....	453
Tabela 153	Consumo de energia elétrica por classe.....	454
Senador La Rocque		
Tabela 154	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	465
Tabela 155	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	466
Tabela 156	Distribuição da população residente.....	467
Tabela 157	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	470
Tabela 158	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	470
Tabela 159	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	471
Tabela 160	Efetivo dos rebanhos.....	472
Tabela 161	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	472
Tabela 162	Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto.....	473
Tabela 163	População residente por religião.....	475
Tabela 164	Consumo de energia elétrica por classe.....	476
Vila Nova dos Martírios		
Tabela 165	Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras ...	490
Tabela 166	Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor..	491
Tabela 167	Distribuição da população residente.....	491
Tabela 168	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	495
Tabela 169	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	496
Tabela 170	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura	496
Tabela 171	Efetivo dos rebanhos.....	497
Tabela 172	Quantidade produzida e valor da produção de origem animal.....	497
Tabela 173	Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal	498
Tabela 174	População residente por religião.....	502
Tabela 175	Consumo de energia elétrica por classe.....	503

LISTA DE SIGLAS

BASA	–	Banco da Amazônia
BIS	–	Batalhão de Infantaria de Selva
BPC	–	Benefício de Prestação Continuada
CAEMA	–	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPS	–	Centro de Atenção Psicossocial
CCC	–	Comissão das Classes de Cidelândia
CCTI	–	Centro de Convivência da Terceira Idade
CESAC	–	Centro de Acolhimento de Crianças e Adolescentes
CIESE	–	Centro de Integração Social
CIDA	–	Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia
CRAS	–	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	–	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
CRPD	–	Centro de Referência da Pessoa com Deficiência
EAD	–	Educação a Distância
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
EMAD	–	Equipe Multidisciplinar de Atendimento no Domicílio
EQTEI	–	Escola de Qualificação Técnica de Enfermagem de Imperatriz
ESF	–	Estratégia Saúde da Família
EXPOAMA	–	Exposição Agropecuária de Amarante do Maranhão
EXPOEST	–	Exposição Agropecuária de Estreito
EXPOIMP	–	Exposição Agropecuária de Imperatriz
FABER	–	Festival Aberto de Música
FACAM	–	Faculdade do Maranhão
FACIMP	–	Faculdade de Imperatriz
FAIARA	–	Faculdade Integrada de Araguaatins
FAPEGMA	–	Fundação Pedagógica Gregório de Matos
FECITEC	–	Feira de Ciência e Tecnologia do Sul do Maranhão
FECOIMP	–	Feira do Comércio e Indústria de Imperatriz
FEFRENN	–	Fundação Educacional de Filosofia e Religião do Norte e Nordeste
FESC	–	Festa do Empreendedor Sustentável Cultural
FEST	–	Faculdade de Educação Santa Terezinha

FIC	–	Formação Inicial e Continuada
GETAT	–	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESAC	–	Instituto para o Desenvolvimento Social e Econômico para a América Central
IDHM	–	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	–	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMA	–	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IMESC	–	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERSAG	–	Instituto de Educação Santo Agostinho
MOVELNORTE	–	Feira de Móveis de Imperatriz
NASF	–	Núcleo de Assistência à Saúde da Família
PA	–	Projeto de Assentamento
PAIF	–	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIB	–	Produto Interno Bruto
PSE	–	Programa Saúde na Escola
RD	–	Regiões de Desenvolvimento
RGI	–	Regiões Geográficas Imediatas
SAAE	–	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAMU	–	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SALIMP	–	Salão do Livro de Imperatriz
SCFV	–	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SICCOB	–	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SUDAM	–	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS	–	Sistema Único de Saúde
TSE	–	Tribunal Superior Eleitoral
UBS	–	Unidade Básica de Saúde
UEMASUL	–	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UFMA	–	Universidade Federal do Maranhão
UNICESUMAR	–	Universidade Cesumar
UNIGRAN	–	Centro Universitário da Grande Dourados
UNINTA	–	Centro Universitário INTA

UNINTER	–	Centro Universitário Internacional
UNISULMA	–	Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão
UNOPAR	–	Universidade Norte do Paraná
UPA	–	Unidade de Pronto Atendimento
UTI	–	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS MARANHENSE.....	19
3	AMARANTE DO MARANHÃO.....	22
4	BURITIRANA.....	54
5	CAMPESTRE DO MARANHÃO.....	81
6	CIDELÂNDIA.....	106
7	DAVINÓPOLIS.....	134
8	ESTREITO.....	158
9	GOVERNADOR EDISON LOBÃO.....	193
10	IMPERATRIZ.....	219
11	JOÃO LISBOA.....	272
12	LAJEADO NOVO.....	294
13	MONTES ALTOS.....	321
14	PORTO FRANCO.....	347
15	RIBAMAR FIQUENE.....	380
16	SÃO JOÃO DO PARAÍSO.....	402
17	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA.....	429
18	SENADOR LA ROCQUE.....	456
19	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS.....	478
	REFERÊNCIAS.....	505
	ÍNDICE.....	508

1 INTRODUÇÃO

A proposta de regionalização, feita pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), para o estado, intitulado Regiões de Desenvolvimento (RD), possui 22 regiões, dentre as quais consta a RD do Tocantins Maranhense, composta por 17 municípios.

A pesquisa referente à região do Tocantins Maranhense foi realizada entre 2017 a 2019, distribuída em duas etapas: pesquisas bibliográficas, cartográficas e trabalho de campo, ocasiões em que foram aplicados formulários. Foram adquiridas informações sociais, econômicas, jurídicas, religiosas, socioculturais e fotografias de cada município, além de entrevistas ou contatos informais com os moradores mais antigos, líderes comunitários, sindicais e outros, no sentido de realizar um levantamento do maior número de informações sobre os municípios que compõem a região.

As informações sobre a agricultura, a pecuária, a produção de origem animal, o extrativismo, a silvicultura e a aquicultura trazem dados de 2019, diferente da utilização das terras, condição legal do produtor e horticultura, que são dados do censo agropecuário do ano de 2017. Nesta última pesquisa, adotou-se o somatório das variáveis, com exceção dos estabelecimentos na utilização das terras, pois um estabelecimento pode conter mais de uma modalidade de uso.

Na análise dos dados percentuais, foi adotado o critério de arredondamento, a partir de 0,5 para mais e inferior para menos.

Posteriormente, as informações coletadas foram analisadas e compiladas, afim de elaborar o texto relacionado à realidade de cada município.

Esta publicação é base de referência para se obter informações municipais, estando acessível a todos os órgãos municipais, estaduais e privados, a comunidade acadêmica e demais interessados. O IMESC, agradece a todos pela colaboração e fornecimento de informações que compõem esta enciclopédia.

2 ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS MARANHENSE

O território do Maranhão é um dos espaços políticos de transição ecossistêmico. Nele, a Amazônia ocupa parte do Oeste – o Noroeste, estendendo-se do Norte até o Centro, nas proximidades da confluência dos rios Araguaia e Tocantins. A partir daí – no sentido Sul – a floresta vai perdendo a sua intensidade. Suavemente vai surgindo uma mata menos densa até encontrar o ecossistema Cerrado, presente no Sudoeste até o extremo Sul do estado.

Até o início da década de 1950, duas significativas manchas de ocupação, como enormes clareiras quebravam a monotonia da florística – Imperatriz, na paisagem Amazônica e Carolina no Cerrado, ambas, praticamente à margem direita do rio Tocantins.

Pela distribuição e perfil da vegetação, o cerrado não impediu que a corrente pastoril colaborasse para a formação, embora tímida, de outros núcleos de ocupação. Já a floresta amazônica criou dificuldades, não só pelo intrincado quase impenetrável da vegetação, mas também pela presença dos gentios.

Como se quisesse tornar realidade a visão de São João Bosco, que “profetizou” uma grande cidade no Brasil central e mesmo porque, desde o governo Imperial já havia sido escolhido parte desse território central para a instalação da futura capital federal do Brasil, o presidente Juscelino Kubitschek resolveu tornar o sonho em realidade (que também era uma ansiedade de José Bonifácio de Andrada e Silva), indo mais adiante; além da capital, transformou-a na dispersão de várias rodovias, cortando o cerrado do Brasil Central, aproximando-o do Norte Amazônico. Para isso, construiu a rodovia BR 010 – Belém-Brasília – estrada Bernardo Sayão.

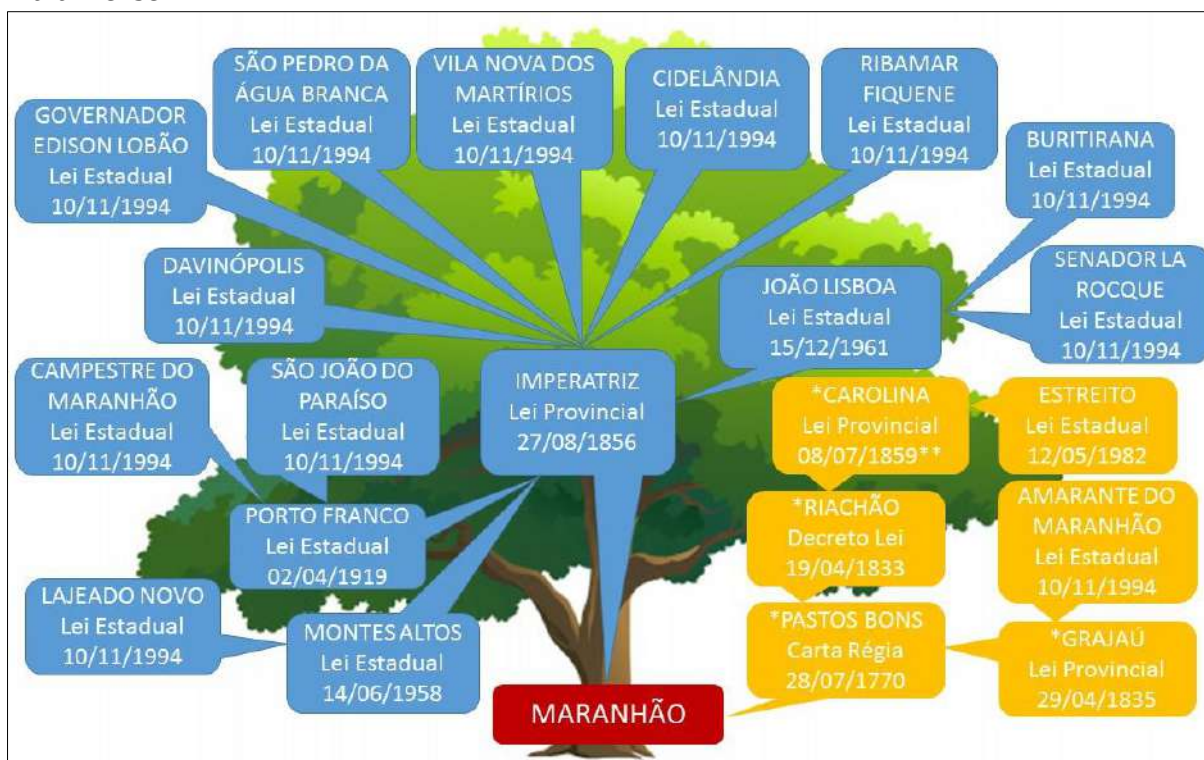
Imperatriz vivia modorranamente, serpenteando-se à margem do rio Tocantins; entretanto, como único núcleo humano na região, serviu de apoio para a entrada na Amazônia.

Disso resultou um surto de desenvolvimento social. Milhares de imigrantes, trabalhadores da rodovia ou aventureiros na exploração da madeira ou em busca de terras desocupadas, transformaram-se nos desbravadores pioneiros da região.

Assim, proliferaram-se no território do município Imperatriz vários núcleos de ocupação que com o tempo foram se transformando em distritos, e destes, em cidades, sedes dos inúmeros municípios criados, principalmente em 1994, todos desmembrados direta ou indiretamente de Imperatriz, exceto Amarante do Maranhão e Estreito, que embora façam parte da Região de Desenvolvimento, emanciparam-se, respectivamente de Grajaú e Carolina.

Ao ser criado, o município Imperatriz tinha 25.895,052 km², sendo na época, o terceiro município do estado em extensão. Atualmente está reduzido a 1.368,988 km², decorrente da emancipação de parte do seu território para a criação dos 15 municípios estudados neste volume VII da Enciclopédia dos municípios Maranhense e parte dos que compõem o Volume VI (Amazônia Maranhense), cujos processos políticos, sociais, econômicos, políticos, edáficos, étnicos, além de outros são abordados neste trabalho (**Figura 1**).

Figura 1 – Árvore genealógica dos municípios da Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense



*Não faz parte da Região da Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense

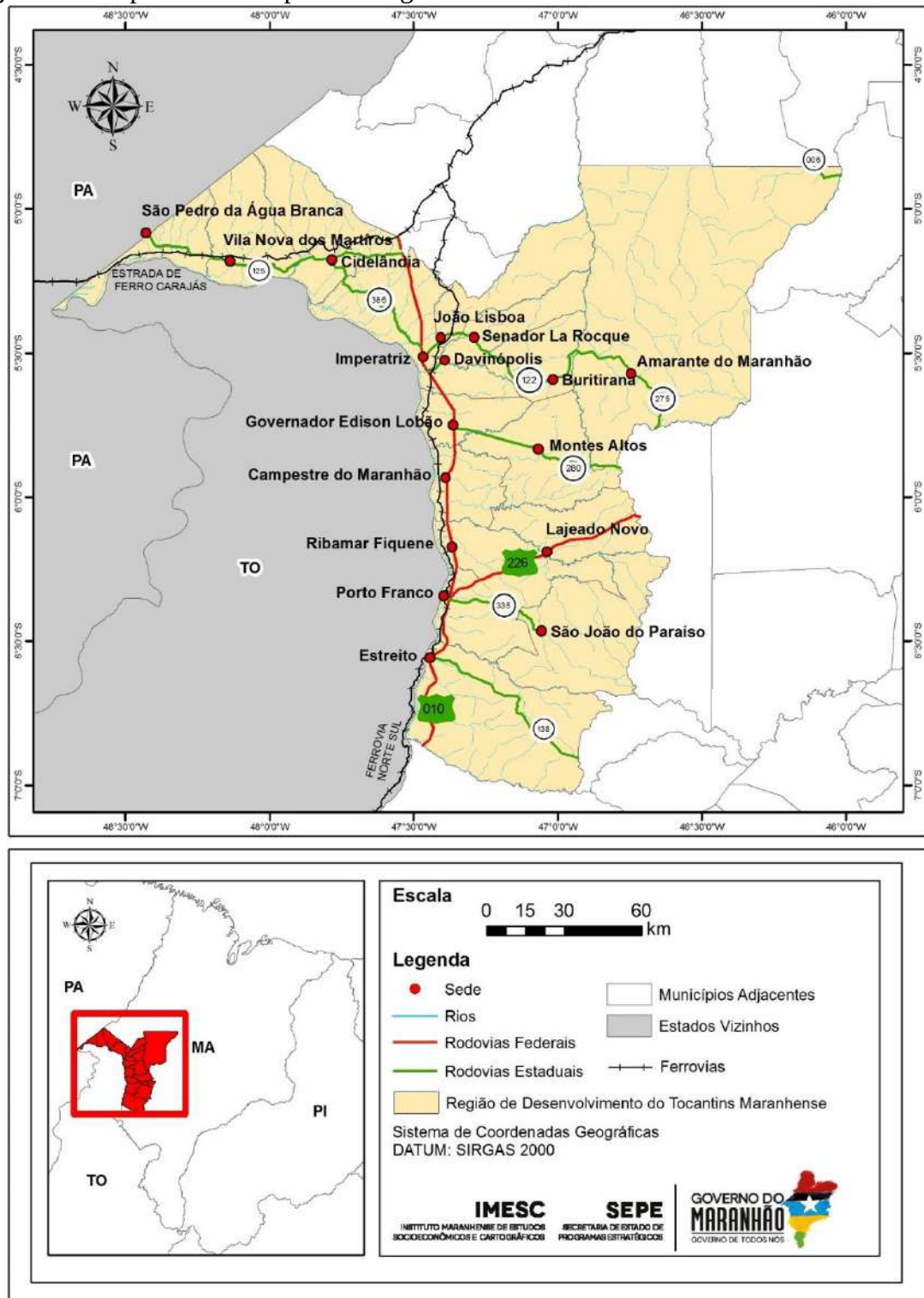
**Utilizou-se a data de elevação à categoria de cidade

Fonte: IMESC (2020)

Assim surgiram os municípios Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios, estudados neste 7º volume da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses – Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense – parte da atual proposta de regionalização do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), cuja região está entre as coordenadas geográficas: Norte: - 04°46'41" de latitude e - 48°01'31" de longitude; Oeste: -05°20'56" de latitude e - 48°45'18" de longitude; Sul: - 07°01'55" de latitude e - 46°57'12" de longitude e

Leste: - 04°51'47" de latitude e - 46°00'40" de longitude; tem por limites ao Norte: o estado do Pará e as regiões de desenvolvimento da Amazônia Maranhense e Pindaré, ao Leste, com a RD das Serras, ao Sul com a RD dos Gerais de Balsas e ao Oeste com o estado do Tocantins (**Figura 2**).

Figura 2 – Mapa dos municípios da Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

3 AMARANTE DO MARANHÃO

Símbolos Municipais



Brasão

Criado pela Lei Municipal nº 137 de 15 de março de 2000, o brasão amarantino destaca a cultura e o ano de emancipação do município. O brasão traz em sua representação a grandeza do povo, os ramos do Brasão da República, as riquezas minerais e vegetais, a educação, a cultura amarantina e o sol no centro do brasão representa Deus.

Os desenhos que alteraram a bandeira e o escudo municipal são do professor e pintor Miguel Araújo do Nascimento.



Bandeira

Na bandeira de Amarante do Maranhão consta faixas de cores que vão de encontro para o canto superior esquerdo, com as seguintes representações:

- Uma faixa vermelha representando a raça indígena;
- Três faixas brancas alternadas simbolizando a paz;
- Uma faixa azul significando o céu;
- Uma faixa amarela evidenciando as riquezas;
- Uma faixa verde representando as riquezas vegetais;
- Na parte superior esquerda consta um sol nascente representando Deus. E na parte superior do sol a palavra PROSPERIDADE, na inferior, TRABALHO, ressaltando o ideal do povo amarantino.

Hino

Oh! brava e heróica gente
A tradição amarantina
Nas tuas lides tem por lema
A verdade cristalina

Estrilho:

*Clamemos com orgulho:
Para frente, sem temor!
Com este povo altaneiro
Teu futuro é promissor.*

Homens de outras terras
Fortes, bravos pioneiros
No amanho do teu solo
Foram eles os primeiros.

Estrilho:

*Clamemos com orgulho:
Para frente, sem temor!
Com este povo altaneiro
Teu futuro é promissor.*

A história de Amarante
Tem heróis e tradição
E o seu povo aguerrido
Muita fé no coração

Estrilho:

*Clamemos com orgulho:
Para frente, sem temor!*

*Com este povo altaneiro
Teu futuro é promissor.*

*Avante amarantinos!
Com galhardia e amor
Construiremos teu progresso
Sob as bênçãos do senhor.*

*Estrilho:
Clamemos com orgulho:
Para frente, sem temor!
Com este povo altaneiro
Teu futuro é promissor.*

A Lei nº 148/2001 determinou a criação do hino de Amarante do Maranhão, cuja música é do grajauense Tônico Teles e letra de Benedito Batista Pereira.

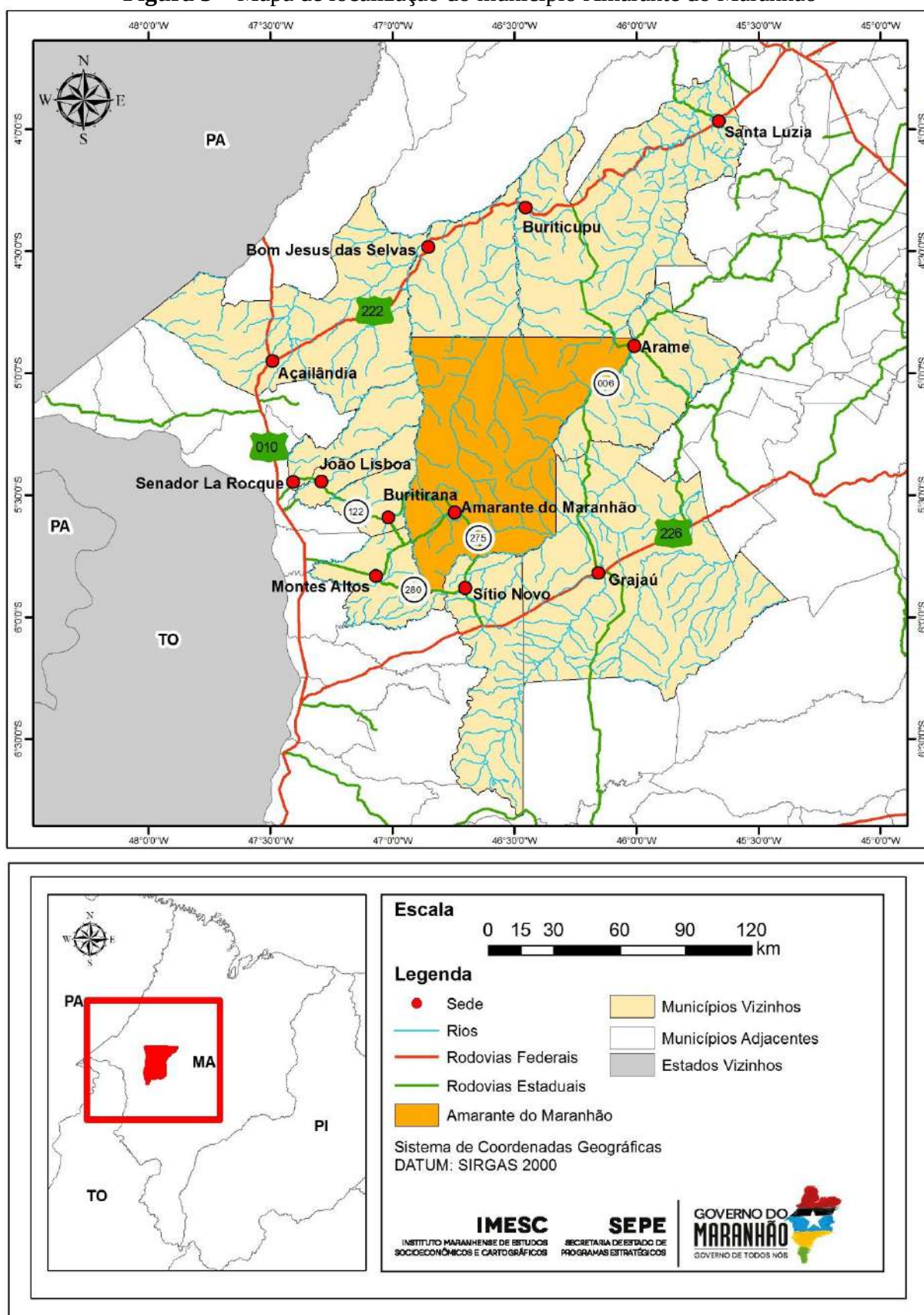
Localização

O município Amarante do Maranhão localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020).

Limita-se ao Norte com os municípios Bom Jesus das Selvas e Buriticupu; ao Oeste com Açailândia, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana e Montes Altos; ao Sul com Montes Altos, Sítio Novo e Grajaú; ao Leste com Grajaú e Arame (**Figura 3**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -04°51' 02" de latitude e -46°27'52" de longitude; Oeste -46°57'21" de longitude e -05°35'10" de latitude; Sul -05°54'40" de latitude e -46°52'28" de longitude e Leste -46°00'34" de longitude e -04°51'51" de latitude.

Figura 3 – Mapa de localização do município Amarante do Maranhão



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Extensão

O município ocupa a sexta posição no ranking estadual em extensão com 7.438,217 km², representando 2,55% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a primeira posição com 28,70%.

Processo de Ocupação¹

O início do povoamento foi em 1916, quando os lavradores Francisco Rodrigues dos Santos e José Cobiça, atraídos pela fertilidade do solo, fincaram residência em suas terras, promovendo, em seguida, o desbravamento das matas. A partir desse ano até 1940, a sua evolução, embora lenta, tem sido contínua, pois que, naquele citado ano, chegaram de Tuntum, antigo povoado de Presidente Dutra, hoje município com o mesmo nome, várias famílias, das quais se destaca, pela maior contribuição ao desenvolvimento do povoado, a de Cícero Nascimento, que se estabeleceu com um pequeno comércio, sem nenhuma dúvida importante fator de progresso, de vez que poupava, aos moradores, a improvisação de longas caminhadas.

Em julho de 1947 o povoado contava com aproximadamente trinta casas residenciais, o que fez justificar, nessa época, a instalação de um cartório do registro civil.

Ao iniciar o ano de 1948 um fator de grande importância veio contribuir, de maneira decisiva, para o progresso do povoado: a criação de um posto telefônico do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Outro marco miliário na evolução da localidade foi o gesto patriótico do comerciante Permínio Queiroz, de Santo Antônio – GO, que construiu, por seus próprios recursos, uma estrada de rodagem, embora sem os requisitos da técnica, ligando Amarante do Maranhão a Grajaú e, principalmente, ensejando ao citado comerciante o transporte de fibras de malva, especialidade de seu comércio.

Dessa época em diante vários melhoramentos merecem ser destacados: a fundação da Escola Primária “Padre Batista Teixeira”, com boa frequência, cuja direção foi entregue à professora leiga Enilde Viana Santos, a construção de um prédio escolar pela União e a de um mercado, pelo município de Grajaú.

Pela Lei estadual nº 269, de 31 de dezembro de 1948, foi o povoado elevado à categoria de vila, com a denominação de Amarante do Grajaú.

¹ Retirado do IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V.15.

Com a vinda, em 1949, de famílias nordestinas, originárias notadamente dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, o crescimento da então vila de Amarante do Grajaú promoveu-se de maneira contínua e acelerada do que resultou a ligação da citada vila a Grajaú, por estrada de rodagem inicialmente por sítio Novo e, logo depois, diretamente.

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Amarante do Maranhão, pela Lei Estadual nº 996, de 21 de outubro 1953, desmembrado de Grajaú e instalado em 1º de janeiro de 1954.

Em sua vida política Amarante do Maranhão teve os seguintes prefeitos nomeados: Joaquim Sousa (14/04/1954 a 31/12/1954), Cícero Nascimento (01/01/1954 a 13/04/1954), Abrão Barros Rodrigues (01/01/1955 a 31/05/1955). Os eleitos pelo voto popular foram: Averson Barros Carvalho (31/01/1955 a 31/01/1960), Mábio Gomes Viana (31/01/1960 a 11/02/1964), Miguel Gomes de Abreu (12/02/1964 a 31/01/1965), Jorge Martins (31/01/1965 a 26/10/1965), José Ribamar Alves Ribeiro (26/10/1965 a 31/01/1970), Estevão Ferraz Mota (31/01/1970 a 31/01/1973), Ederson Sales da Cruz (31/01/1973 a 31/01/1977), Heron dos Reis Gomes (31/01/1977 a 01/02/1983), Raimundo Nonato L. Carvalho (01/02/1983 a 01/01/1989), José Ribamar de Azevedo (01/01/1989 a 01/01/1993; 01/01/ 1997 a 01/01/2001; 01/01/2001 a 01/01/2005), Enilde Éverton de Almeida (01/01/1993 a 01/01/1997), Miguel Marconi Duailibe Gomes (01/01/2005 a 31/12/2008), Mauro Sérgio Lima Marinho (01/01/2009 a 08/03/2009), Adriana Luriko Kamada Ribeiro (09/03/2009 a 31/12/2012; 01/01/2013 a 31/12/2016) e Joice Oliveira Marinho Gomes (01/01/2017 a 31/12/2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserido na Província Parnaíba, o município de Amarante faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente flúvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno),

marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA et al., 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a três unidades principais: Aluviões Holocênicos, Cobertura Detrito-Laterítica Paleogênica, Grupo Itapecuru, Formação Ipixuna e Formação Codó.

Os Aluviões Holocênicos são formados por depósitos grossos a conglomeráticos, constituídos por sedimentos arenosos, pelíticos e cascalhos distribuídos ao longo do leito do rio Pindaré.

As coberturas Detrito-Laterítica Paleogênica são caracterizadas por constituir-se da base para o topo de: zona argilosa calínítica; zona bauxítica com concreções e lentes gibsíticas; zona ferruginosa concrecionária; zona pisolítica nodular, capeamento argiloso, no topo.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é composta por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

A Formação Codó, ocupa uma pequena área do município, constitui-se por folhelhos cinza-escuros a pretos e cinza-esverdeados com intercalações de siltitos, arenitos, calcários e gipsita.

Geomorfologia

Geomorfologicamente o município se insere no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, sendo representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes, superiores a 100 metros. Esse

planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna.

Os interflúvios localizados nesse domínio, abrangendo os vales dos rios Zutua, Buriticupu e Pindaré são modelados em cotas mais elevadas, apresentando predomínio de planaltos mais elevados, profundamente sulcados em íngremes vales encaixados, entalhados também por densa rede de drenagem de padrão subdendrítico a treliça.

Esse relevo movimentado, caracterizado por franca dissecação de extensas superfícies planálticas alçadas em cotas relativamente modestas, caracteriza-se por apresentar topos planos dos baixos platôs, recobertos por solos espessos e bem drenados, como Latossolos, sendo os mais elevados posicionados em cotas entre 250 e 400 m de altitude; patamares estruturais, posicionados em cotas intermediárias, resultantes da dissecação diferencial do planalto sedimentar; vertentes circunjacentes fortemente entalhadas, que, devido ao recuo progressivo dos declivosos rebordos erosivos, vêm destruindo as baixas superfícies planálticas e; superfícies onduladas, aplainadas ou reafeiçoadas em formas colinosas, que se espriam pelos fundos de vales.

A fragilidade geotécnica dos mantos de intemperismo dos arenitos das formações Itapecuru e Ipixuna, quando esses regolitos estão situados em relevo acidentado de colinas e morros dissecados, provocam processos erosivos intensos, formando ravinamentos e voçorocamentos.

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos, gleissolos e neossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação

por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os latossolos amarelos distróficos.

Os argissolos são constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases altas ou baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os gleissolos são hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea.

Os neossolos são pouco evoluídos constituídos por material mineral, ou por material orgânico com menos de 20cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Esses dois últimos tipos de solos são encontrados principalmente no fundo de vales dos médios cursos do rio Pindaré.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Pindaré, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes no município o rio Casa Só, com os afluentes, os riachos dos Paranãs, Varandado, Mata Velha e Grota do Betel, do Manuelão e do Boqueirão; rio Buriticupu, com os afluentes os riachos Faveira e Bom Jesus; Rio Serozal; Rio Zutíua; riacho Tapuia; rio Santana, com os afluentes os riachos Batalha, Pau Furado, Água Fria, Água Bonita, Marimbondó, Zé Paz, Gameleira e as grotas Varjão, Maria Raimunda, Urubu, Anajá, Sumaúma, Paciência e Grande.

Vegetação

A vegetação é composta pela floresta ombrófila submontana e floresta estacional semidecidual submontana. O primeiro tipo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planaltos com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto porte, alguns ultrapassando 50 m. Entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa Guianensis*). Esse tipo de vegetação é bem preponderante no município, sendo encontrada principalmente na Reserva Indígena Arariboia (IBGE, 2012). O segundo tipo compõe tipos florestais parecidos com a da floresta ombrófila, ocorrendo no contato desta.

No sul do município predomina a vegetação de Cerrado, composta por dois tipos, o cerrado arborizado e o cerrado parque. O primeiro se caracteriza por apresentar uma fisionomia nanofanerofítica² rala e outra hemicriptofítica³ graminoide contínua. O segundo é constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos⁴ de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (IBGE, 2012).

Há também no município um mosaico de vegetação secundária, pastagem, agricultura e reflorestamento e/ou florestamento, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite e a agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água no entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

O município tem parte de seu território inserido nas Terras Indígenas Arariboia, Governador e Krikati.

² Plantas anãs raquíticas, variando entre 0,25 e 5 m de altura.

³ Plantas herbáceas, com predominância em áreas campestres.

⁴ Plantas herbáceas ou sublenhosas, com predominância em áreas campestres.

Espaço Urbano

Ao adentrar a cidade de Amarante do Maranhão pela MA 122, observa-se uma bela praça arborizada, dando as boas-vindas aos visitantes (**Figura 4**). A presente praça marca a continuação da MA 122, à direita e início da rua sete de setembro, à esquerda, ambas atravessam o córrego Nazaré, que até poucos anos era um fator limitante de crescimento da cidade na direção Norte, até atingirem o centro da cidade. Até décadas passadas a cidade se restringia ao Centro. Com a construção da MA 122, que a liga a Imperatriz, um novo dinamismo ocorreu com crescimento e expansão da cidade no sentido Oeste, Norte e Sul.

Figura 4 – Entrada da cidade de Amarante do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

A avenida Deputado La Rocque é a principal via da cidade (**Figura 5**), com 1,20km de extensão. Possui pavimentação em asfalto, com canteiro central arborizada por árvores frondosas, em seus primeiros 540 metros de extensão, posteriormente estreita-se, transformando-se em uma rua. Nessa estão vários comércios, restaurantes, farmácias, escolas, agências bancárias, loteria, igrejas evangélicas, posto de combustíveis, prefeitura municipal e a praça (**Figura 6**) e igreja do padroeiro São Sebastião.

Figura 5 – Avenida Deputado La Rocque



Fonte: IMESC (2019)

Figura 6 – Praça e igreja de São Sebastião



Fonte: IMESC (2019)

Outros importantes espaços urbanos da cidade são: as avenidas Prefeito Ribamar Carlota, Presidente Castelo Branco e a praça Cicero Nascimento (**Figura 7**), arborizada com palmeiras e árvores frondosas, jardins com flores, bancos coloridos, quiosque e coreto. É em frente a essa praça que está a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus.

Figura 7 – Praça Cicero Nascimento



Fonte: IMESC (2019)

Ao longo da MA 122 (**Figura 8**), distribuem-se vários postos de combustíveis, supermercados, materiais de construção, restaurantes, lanchonetes, casas voltadas ao agronegócio, lojas de autopeças, oficinas mecânicas, o cemitério municipal, o mercado municipal, o centro de esportes e diversos outros comércios; nota-se também o crescimento de loteamentos do lado direito da rodovia. Um novo vetor de crescimento da cidade, está na direção Sul, devido ao asfaltamento da MA 275 ligando a cidade de Amarante do Maranhão à cidade de Sítio Novo.

Figura 8 – MA 122, próximo ao mercado municipal



Fonte: IMESC (2019)

As residências possuem bom padrão construtivo, em alvenaria e telhado aparente, em sua maioria térreas (**Figura 9**), muitas geminadas, principalmente no centro da cidade. As ruas, em sua maioria, são pavimentadas com bloquetes hexagonais e asfalto e muitas ainda apenas piçarradas.

Figura 9 – Padrão construtivo das residências



Fonte: IMESC (2019)

Os principais bairros da cidade são: Centro, Industrial, Tresidela, Vila Irene Carneiro I e II, Vila Severiano Barros, Vila Ribamar, Vila Madeira, Vila Rosinha, Jardim Planalto, Vila São José, Vila Nacional e São Raimundo.

Espaço Rural

O espaço rural municipal distribui-se em povoados, assentamentos e aldeias indígenas. Aproximadamente 54% do território municipal é constituído por Terras Indígenas.

Povoados: Edivaldo Viana, Bananal, Buriti, Santa Rosa, Santo Esídio, Gameleira, Engenho, Vão Fundo, Sussuarana, Piripiri, Canto Bom, Pé da Serra, Mato Verde, Pedra Miuda, Engano, Ferrugem, Abóbora, Maxixe, Santa Rita, Poço Azul, Santa Quitéria, Santa Teresa, Lagoa, Santa Fé, Cocalinho, Sapucaia, Patrimônio da Júlia, Jurema, Burangica, Taboca, São José dos Ferraz, Bacuri, Água Preta, Pifeiro (Distritos: Campo Formoso, Mundo Novo e Pindaré/ maiores povoados).

Assentamentos: PAs Caac, Alvorada II e III, Santo Antonio, Jabuti, Cikel, Santa Lucia, Curitiba, Floresta I, Cajueiro I, Boa Vista I, Batalha, Margarida Maria Alves, Boa Esperança III, Alvorada IV, Deus é Fiel, El Shaday e Olga Benária.

Aldeias Indígenas: Rupiacia, Arariboia, Riachinho, Aldeia Nova, Funil, Juçaral, Faveira, Barreiros, Governador, Três Passagens, Mucura, Cabeça da Onça, Cabaça, Nova Viana, Cigana, Chupé e Guarurru.

Utilização das Terras

Pelas informações do censo agropecuário (IBGE, 2017), as atividades desenvolvidas no espaço rural de Amarante do Maranhão, depreende-se que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, as pastagens em boas condições e matas de florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal são as que mais contemplam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Em se tratando da área, dos 210.739 hectares, 66% se encontravam com as pastagens plantadas em boas condições; 20% com matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal; 6% com sistemas agroflorestais; 3% com lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou

caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; 2% pastagens naturais; 1% agricultura temporária e pastagens plantadas em más condições, cada; agricultura permanente representou menos de 1%. Não foram disponibilizados os dados dos hectares das matas ou florestas naturais e florestas plantadas (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (ha)
Lavouras permanentes	224	291
Lavouras temporárias	903	2.148
Pastagens naturais	191	4.400
Pastagens plantadas em boas condições	1.997	138.889
Pastagens plantadas em más condições	176	2.903
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.224	42.231
Matas ou florestas naturais	133	-
Matas ou florestas plantadas	2	-
Sistemas agroflorestais – área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	443	13.643
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	2.250	6.234
Total	-	210.739

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, foram registrados 2.305 estabelecimentos. Desses, 77% eram de proprietários, 16% de concessionários ou assentados aguardando a titulação definitiva, 4% de parceiros, 1% de ocupantes; arrendatário, comandatário e produtor sem área representaram menos de 1% cada.

Em relação aos 213.771 hectares, o proprietário possuía 90% da área, 8% estavam com os concessionários ou assentados aguardando a titulação definitiva e 2% com os parceiros. Não foram contabilizados os hectares dos arrendatários e comandatários (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição legal do produtor	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.784	192.633
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	377	16.605
Arrendatário	1	-
Parceiro	101	3.489
Comandatário	10	-
Ocupante	29	1.044
Produtor sem área	3	-
Total	2.305	213.771

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 37.932 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Amarante do Maranhão ocupava a 37ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,58% da população do Estado. Em termos regionais, situava-se na 2ª posição em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 7,45%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,555 ocupando a 148ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população era de 41.729 habitantes. A densidade demográfica é de 5,61 hab./km²; as pessoas que nascem no município são denominadas de amarantino.

Entre 2000 e 2010, a população municipal obteve uma taxa de crescimento de 21%. Nesse período a população urbana cresceu 38%, a rural 12%, a masculina 20% e a feminina 22%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000, representava 53% e a feminina 47%. Em 2010, os percentuais mantiveram-se estáveis, correspondendo ao sexo masculino 52% e ao feminino 48%. Quanto à área, no ano 2000, a população urbana equivaleu a 35% e a rural a 65%. Em 2010, a população rural continua maior representando 60% e a urbana 40% (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	10.818	15.004
Rural	20.474	22.928
Masculina	16.462	19.782
Feminina	14.830	18.150
Absoluta	31.292	37.932

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

O município de Amarante do Maranhão apresenta um contingente significativo de população indígena, ocupando as terras indígenas de Arariboia (**Figura 10**), Governador e Krikati. De acordo com os dados do IBGE (2010), eram 5.311 pessoas, com 4.903 distribuídas em várias aldeias e 408 vivendo fora de terras indígenas.

Figura 10 – Índios Guajajaras, Terra Indígena Arariboia



Fonte: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (2009)

Educação

A rede de ensino do município mantém 72 escolas, das quais 10 estão na área urbana e 62 na área rural, onde estão matriculados 8.387 alunos, distribuídos em 200 salas de aula, entre a educação infantil e o ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino e EJA no período noturno. O corpo docente está distribuindo em 561 professores, em que grande parte possui ensino superior.

A rede municipal de ensino, disponibiliza bibliotecas, salas de leitura, laboratórios de informática, material escolar, fardamentos, merenda e transporte escolar.

O Estado mantém uma escola de ensino médio na área urbana (**Figura 11**) e anexos na área rural, funcionando nos três turnos, onde estão matriculados 947 alunos, distribuídos em 30 salas. O corpo docente estadual está distribuído em 80 professores, todos com ensino superior completo.

Figura 11 – C.E. Pe. João Batista Teixeira



Fonte: IMESC (2019)

No ensino particular, há uma escola na área urbana, direcionada para alunos do maternal ao 9º ano do ensino fundamental.

Em relação ao ensino superior, o município conta com uma entidade de graduação à distância a Universidade Cesumar (UniCesumar), ofertando cursos como: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia, Educação Física, bem como cursos de licenciaturas em Pedagogia, Letras, Geografia, e História e demais cursos tecnológicos.

Está em fase de planejamento a proposta de implantação de um polo da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) no município, com cursos de graduação presenciais voltados para área da licenciatura.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital Municipal São José de Ribamar (**Figura 12**), com 70 leitos no setor de internação. Nesse hospital são realizadas consultas, cirurgias, exames laboratoriais, ultrassonografia, eletrocardiograma e atendimentos em urgência e emergência. A equipe de atendimento é composta por: sete médicos, cinco enfermeiros e 30 técnicos de enfermagem. Além desse hospital, o município conta com 11 Unidades Básicas de Saúde (UBS), realizando atendimentos e distribuição de medicamentos.

Figura 12 – Hospital Municipal São José de Ribamar



Fonte: IMESC (2019)

O hospital dispõe de três ambulâncias, que em casos mais graves, os pacientes são transferidos para a cidade de Imperatriz.

Compõem o programa Estratégia da Saúde da Família (ESF) 19 equipes, com 19 médicos, 19 enfermeiros e 19 técnicos de enfermagem, cobrindo a totalidade do município. Além de dez equipes de saúde bucal, com uma unidade móvel composta por dez dentistas.

O município, também, dispõe de três Núcleos de Assistência à Saúde da Família (NASF), contando com nutricionista, psicólogo, fisioterapeuta, educador físico, assistente social e fonoaudiólogo. Quanto à distribuição de medicamentos existe no município 11 Farmácias Básicas. O município, também, conta com 123 agentes comunitários de saúde.

Há um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e outro em fase de inauguração, voltado para pessoas que precisam de tratamento para dependência química. O CAPS possui profissionais da saúde de várias especialidades como psiquiatra, psicólogo, assistente social, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Outros programas desenvolvidos pela Secretária Municipal de Saúde são: Programa da Saúde na Escola, calendário das campanhas federais e estaduais, imunização (vacinas), palestras de orientação e prevenção e tratamento fora do domicílio com suporte financeiro para custeio.

Na Assistência Social estão um Conselho Tutelar, dois Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo um na sede e um no povoado Mundo Novo e dois CRAS

volantes que atendem outras regiões. O CRAS atende aproximadamente 598 pessoas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sendo que sua capacidade é de 570 atendimentos para cada CRAS. O número de famílias atendidas pelo Programa Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é de 904 e ainda 300 crianças atendidas pelo Programa Criança Feliz.

Outro serviço destinado a população é o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), com uma unidade na sede do município, atendendo em média 70 pessoas por mês.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), possui 4.626 pessoas beneficiadas, a casa do idoso com 96 pessoas cadastradas e o Centro de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (CESAC). A Secretaria também desenvolve os seguintes programas: Bolsa da Família, Cad Único, Carteira do Idoso, Id Jovem, Cadastro Rural, dentre outros.

Economia

A principal atividade econômica do município está ligada ao setor de serviços. O município ocupava em 2018 a 50ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 273,621 milhões, correspondendo a 0,31% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 181,316 milhões; seguido pelo setor agropecuário com R\$ 74,037 milhões; o industrial com R\$ 8,714 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 9,553 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 231,79 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante, voltada à subsistência, principalmente no que se refere ao arroz, feijão e mandioca, para a produção de farinha, especialmente no povoado Pindarézinho. A agricultura mecanizada destina-se para a comercialização interna e exportada para outros municípios, como Buritirana, Sítio Novo e Imperatriz, os produtos que se destacam são: melancia e milho. Uma das principais áreas agrícolas é o PA Margarida Alves, com produção de caju, comercializada no município através de uma feira e exportada para a cidade de Imperatriz.

De acordo com o Sindicato de Trabalhadores Rurais há no município 3.000 associados.

Agricultura temporária

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção tiveram oscilação negativa de 78%, 79% e 77%, respectivamente. No período mencionado, a área colhida do arroz diminuiu 79%, a do feijão 75%, a da mandioca 80% e a do milho 70%. Na quantidade produzida, os produtos tiveram queda na produção de: arroz 77%, feijão 74%, mandioca 80% e milho 50%. No rendimento médio os produtos que aumentaram, foram: arroz 9%, feijão 3%, milho 67% e mandioca menos de 1%. Quanto ao valor da produção o arroz e o feijão diminuíram 78% cada, mandioca 77% e milho 33% (**Tabela 4**).

Em 2010, dos 1.980 hectares de área colhida, 45% foram de mandioca, 25% de arroz, 15% de milho e 14% de feijão. Das 7.569 toneladas produzidas, 89% foram de mandioca, 8% de arroz, 2% de feijão e 1% de milho. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 4**. No valor da produção, dos R\$ 2,525 milhões, a mandioca participou com 74%, o arroz com 15%, o feijão com 9% e o milho com 2%.

Em 2019, dos 442 hectares, a mandioca ocupou 41% de área colhida, o arroz 23%, o milho 20% e feijão 16%. Relacionada a quantidade produzida, das 1.573 toneladas, a mandioca correspondeu a 86%, o arroz 8%, o milho 3% e o feijão 2%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 4**. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 591 mil, a mandioca cooperou com 71%, o arroz 15%, o feijão 9% e o milho 6%.

Tabela 4 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	500	103	586	132	1.172	1.282	389	87
Feijão	280	70	128	33	457	471	229	51
Mandioca	900	180	6.750	1.356	7.500	7.533	1.856	419
Milho	300	89	105	52	350	584	51	34
Total	1.980	442	6.750	1.573	-	-	2.525	591

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019, a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção decaíram 37%, 82% e 78% respectivamente. Na quantidade produzida não foi adicionado o coco-da-baía, pois sua produção é dada em mil frutos, enquanto os demais produtos são em toneladas.

No aludido intervalo à área colhida da banana diminuiu 93%, a da castanha do caju 15% e a do coco-da-baía 22%. Na quantidade produzida a banana oscilou negativamente 93%, a castanha de caju 25% e o coco-da-baía 33%. No rendimento médio a castanha de caju e o coco-da-baía diminuíram 12% e 14% respectivamente, enquanto a banana aumentou 5%. No valor da produção a banana perdeu valor em 94%, castanha de caju 13% e coco-da-baía 15%. Não foi analisado o açaí (juçara), pois esse produto foi quantificado somente em 2019 (**Tabela 5**).

Em 2010, dos 59 hectares, 51% foram ocupados com banana, 17% com castanha de caju e 7% com coco-da-baía. Das 308 toneladas produzidas (excluindo-se o coco-da-baía, pois é dado em frutos por hectares, enquanto os demais produtos são quantificados em toneladas), a banana participou com 97% e a castanha de caju com 3%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 5**. Dos R\$ 345 mil do valor da produção, a banana contribuiu com 94%, o coco-da-baía com 4% e a castanha de caju com 2%.

Em 2019, dos 37 hectares, 46% foram ocupados com castanha de caju, 30% com açaí, 19% com coco-da-baía e 5% com banana. Das 42 toneladas produzidas (excluindo-se o coco-da-baía, pois é dado em frutos por hectares, enquanto os demais produtos são quantificados em toneladas), a banana participou com 50%, o açaí com 36% e a castanha de caju com 14%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 5**. Dos R\$ 76 mil do valor da produção, o açaí cooperou com 51%, a banana com 25%, o coco-da-baía 14% e a castanha de caju 9%.

Tabela 5 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Açaí	-	11	-	15	-	1.364	-	39
Banana	30	2	300	21	10.000	10.500	324	19
Castanha de caju	20	17	8	6	400	353	8	7
Coco-da-baía*	9	7	27	18	3.000	2.571	13	11
Total	59	37	-	-	-	-	345	76

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil por frutos

Horticultura

A produção de hortaliças é praticada especialmente nos povoados Casulo e Pifeiros, grandes produtores da região.

Em 2017, conforme os dados informados pelo censo agropecuário, o município produziu 44 toneladas, assim distribuídas: inhame 36%, alface 23%, cebolinha e coentro 14% cada, batata-doce 9% e couve com 4%. A quantidade vendida foi de 39 toneladas, o inhame participou com 36%, alface 26%, cebolinha e coentro 15% cada, batata-doce 5% e couve 3%.

O valor da produção foi R\$ 187 mil, com as seguintes contribuições: alface 33%, cebolinha e coentro 23% cada, inhame 12%, couve 6 % e batata-doce 3% (**Tabela 6**).

Tabela 6 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produção	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	10	10	62
Batata-doce	4	2	5
Cebolinha	6	6	43
Coentro	6	6	43
Couve	2	1	11
Inhame	16	14	23
Total	44	39	187

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é uma das principais atividades desenvolvidas no município, apresentando-se de forma extensiva, em pastos plantados. O principal rebanho é o bovino, voltado ao abate e corte e produção leiteira.

Observa-se que, entre 2010 e 2019, ocorreu um aumento de 40% do rebanho total. O bovino aumentou 39%, o bubalino 209%, o equino 20%, o suíno 150%, o caprino 246%, o ovino 93,5%, e os galináceos 27%.

Em 2010, das 290.166 cabeças, os bovinos corresponderam a 68%, os galináceos 27%, o ovino e o suíno 2% cada, o equino 1%, o bubalino e o caprino corresponderam a menos de 1% cada. Em 2019, o número total de cabeças foi 403.306, sendo: 68% bovino, 24% galináceos, 3% suíno e ovino cada, 1% equino e caprino cada, o bubalino representou menos de 1% (**Tabela 7**).

Tabela 7 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	197.763	274.460
Bubalino	21	65
Equino	4.079	4.894
Suíno	4.454	11.152
Caprino	1.017	3.520
Ovino	5.654	10.943
Galináceos	77.178	98.272
Total	290.166	403.306

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Os produtos mais importantes na produção de origem animal foram o leite e ovos de galinha. Em 2019, foram produzidos 15,198 milhões de litros de leite com valor de produção de R\$ 19,757 milhões e 104 mil dúzias de ovos, com valor de produção de R\$ 563 mil. Somados, foram responsáveis por R\$ 20,320 milhões, dos quais, 97% foi referente ao leite e 3% aos ovos de galinha.

Extrativismo

Em 2019, a produção extrativa vegetal foi de 2.331 toneladas, com 99% correspondendo ao carvão vegetal e 1% ao babaçu. A copaíba não apresentou a quantidade produzida. Dos 601 metros cúbicos produzidos, a lenha representou 56% e a madeira em tora 44%. Nesse mesmo ano o valor da produção foi de R\$ 1,896 milhão, do qual o carvão vegetal contribuiu com 95%, a madeira em tora e o babaçu 2%, a lenha e a copaíba representaram juntos 1% (**Tabela 8**).

Destaca-se no município o povoado de Pifeiros como maior produtor de azeite (óleo) de babaçu.

Tabela 8 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Carvão vegetal	2.312	-	1.804
Babaçu (amêndoa)	19	-	34
Copaíba (óleo)	-	-	2
Lenha	-	337	8
Madeira em tora	-	264	48
Total	2.331	601	1.896

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Quanto ao extrativismo mineral foi relatado a exploração de argila.

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada de forma artesanal em ambiente fluvial, principalmente, no rio Pindaré, utilizando pequenas embarcações, como canoas e barcos. As principais espécies são: traíra (*Hoplias malabaricus*), mandi (*Pimelodus blochii*) e o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*).

A criação de peixes em açudes é outra atividade bastante expressiva no município, como destaque o povoado Pindaré com aproximadamente 200 tanques, sendo sua produção principalmente de tambaqui e tilápia, comercializada no próprio município.

Em 2019 foram produzidos 108.741 quilogramas de produtos oriundos da aquicultura, dos quais, tambaqui correspondeu a 82%, tilápia 9%, pirarucu 7% e pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim 2%.

O valor de produção que foi de R\$ 786 mil, com as seguintes contribuições por espécie: tambaqui 80%; pirarucu e tilápia com 9% cada e pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim 2% (**Tabela 9**).

Tabela 9 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim	1.920	19
Pirarucu	7.582	72
Tambaqui	89.450	626
Tilápia	9.789	69
Total	108.741	786

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Encontra-se no município um total de 156 indústrias, sendo: uma de extração de carvão mineral; uma de extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas); dez de produtos alimentícios, sendo: uma de fabricação de conserva de frutas, três de laticínios, duas de beneficiamento de arroz e quatro de produtos de panificação; quatro de confecção de artigos do vestuário e acessórios; duas de fabricação de artefatos de couro e de calçados; 78 de produtos de madeira; duas de produtos químicos; uma de fabricação de artefatos de borracha; cinco de fabricação de minerais não metálicos; seis de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; três de móveis; cinco de fabricação de produtos diversos; duas de manutenção, recuperação e instalação de máquinas e equipamentos; uma de distribuição de energia; duas de captação, tratamento e distribuição de água; uma com atividades relacionadas a esgoto, exceto gestão das redes; 12 de construção de edifícios; seis de obras de infraestrutura; e 14 de serviços de especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

O comércio encontra-se, principalmente, na Avenida Deputado La Rocque e a na rua Humberto de Campos. A maioria é varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras

e mercado, tendo como polo abastecedor o município Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 762 estabelecimentos comerciais, sendo: 68 de reparação de veículos automotores e motocicletas; 17 atacadistas e 677 varejistas.

Turismo

Como potências turísticas, destacam-se, a Vaquejada e a Exposição Agropecuária de Amarante do Maranhão (EXPOAMA), que ocorrem no parque de exposição Luís Franco, realizada no mês de julho, considerada um dos maiores eventos do agronegócio do Sudoeste do estado, atraindo variado contingente de pessoas. Cavaleiros e amazonas de várias cidades circunvizinhas participam da grande cavalgada de abertura da Exposição Agropecuária de Amarante (**Figura 13**), que conta com grandes atrações artísticas nacionais e regionais que animam o circuito de forró e sertanejo no parque citado.

Figura 13 – Grande cavalgada de Amarante do Maranhão



Fonte: Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão (2014)

Outras potencialidades que podem ser aproveitadas é o açude Mata Velha (**Figura 14**), às margens da MA 275, próximo à sede municipal, o que proporciona momentos de lazer aos visitantes e as reservas ambientais que ficam localizadas nas terras indígenas. Além da própria cultura e artesanato autóctone.

Na culinária destacam-se pratos típicos como o arroz com pequi e galinha caipira.

No artesanato estão principalmente os objetos feitos de palha, como o quibane e cofos, tabocas e matérias reciclados. O ritmo mais apreciado é o forró e o sertanejo.

O município dispõe de um hotel e cinco pousadas para os visitantes.

Figura 14 – Açude Mata Velha



Fonte: IMESC (2019)

Folclore e Lazer

A principal manifestação folclórica é representada pelas quadrilhas juninas, com seus figurinos luxuosos e danças coreografadas.

Quanto aos eventos se destacam: festas juninas – ocorrem no pátio da igreja matriz, com barracas de comidas típicas e artesanatos variados. Pode-se observar também, várias apresentações de quadrinhas, danças e shows de cantores regionais; Carnaval – ocorre na avenida Deputado La Rocque (corredor da folia), com montagem de palco, shows e atrações regionais; Lava-Pratos, carnaval fora de época, que ocorre duas semanas depois do carnaval; 7 de setembro; Dia da Consciência Negra; Aniversário da cidade e; festejo do padroeiro, São Sebastião, onde há missas, novenas, e procissão pelas principais ruas da cidade. Há também vaquejada, cavalgada e a Exposição agropecuária de Amarante (EXPOAMA).

Para o entretenimento o município conta com uma quadra poliesportiva, dois ginásios poliesportivos, dois campos de futebol, um parque de vaquejada “Luís Franco”, um estádio de

futebol “Frei Evaldo”, três restaurantes, um parque aquático, seis clubes, vários bares, uma biblioteca, uma banda de música e uma fanfarra municipal.

Lendas

Uma das principais lendas do município é a do Gritador. Segundo alguns moradores existe um gritador no povoado Grotão, que assusta as pessoas com seu grito forte e assustador, fazendo com que as pessoas evitem passar em uma trilha entre as matas em determinado período do ano.

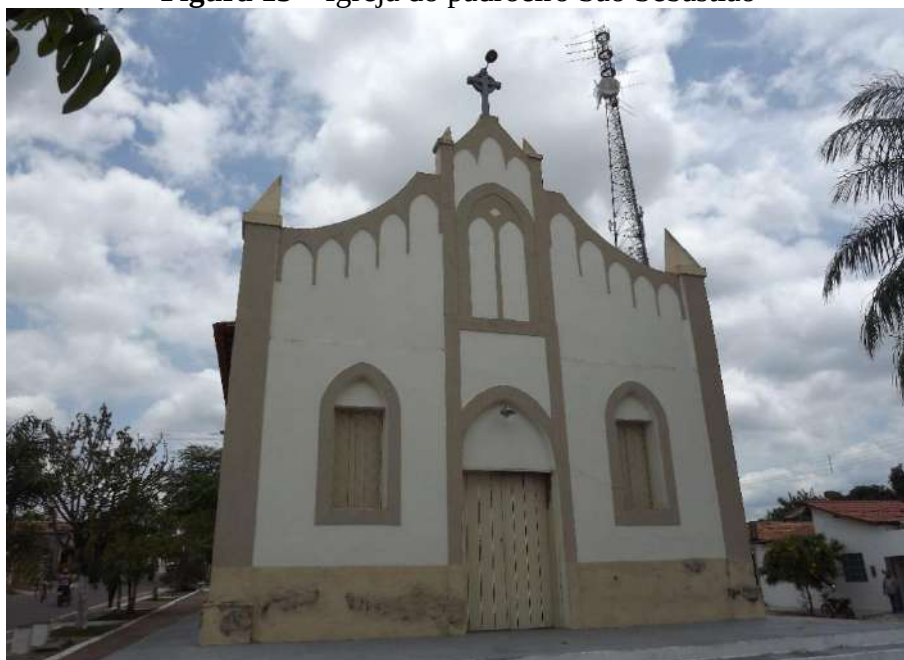
Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possuindo um cartório e delegacia. Faz parte da 99ª zona eleitoral, com 25.674 eleitores e 13 vereadores (BRASIL, 2020). Os principais problemas relacionados à segurança pública os roubos e drogas.

Religião

A religião predominante é o catolicismo, com oito igrejas na sede, dentre elas a igreja dedicada a São Sebastião (**Figura 15**), padroeiro do município, que é comemorado no dia 20 de janeiro e a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus (**Figura 16**). Na área rural há inúmeras capelas.

Figura 15 – Igreja do padroeiro São Sebastião



Fonte: IMESC (2019)

Figura 16 – Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus

Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos possuem variados templos espalhados na sede e na zona rural, que são representados principalmente pelas congregações: Batista, Universal, Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Marca da Promessa e outras.

Dos 37.932 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 64% se declararam católicos, 25% evangélicos, 9% sem religião e 1% outras religiões; espíritas, não determinado, não sabe e sem declaração, representaram menos de 1% (**Tabela 10**).

Tabela 10 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	24.420
Evangélicos	9.660
Espírita	11
Outras religiões	417
Sem religião	3.248
Não determinada	20
Não sabe	117
Sem declaração	39
Total	37.932

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), através

de poços artesianos como fonte de abastecimentos. O município não possui esgotamento sanitário, grande parte da população utiliza fossas sépticas. A coleta e destinação final dos resíduos sólidos, ocorre todos os dias da semana na sede municipal e nos distritos Mundo Novo, Grotão e Pindaré, o transporte é feito através de caminhões e levado para um lixão a céu aberto, cerca de 12 km de distância da cidade.

A fonte de energia é hidroelétrica com uma subestação local, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, atendendo 100% a área urbana e aproximadamente 85% na zona rural. Em 2018, o consumo de energia foi de 19.417.126 Mwh, com os seguintes percentuais: 60% residencial, 13% rural, 8% comercial, 7% iluminação pública, 6% poder público e serviço público cada, 1% industrial e menos de 1% para consumo próprio (**Tabela 11**).

Tabela 11 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	11.626.644
Industrial	156.948
Comercial	1.593.334
Rural	2.429.894
Poder público	1.087.287
Iluminação pública	1.405.360
Serviço público	1.099.681
Consumo próprio	17.978
Total	19.417.126

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de duas agências bancárias: um Banco do Brasil, um posto do Bradesco, além de uma casa lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura da TIM, CLARO e OI, esta última com linhas fixas. A internet é de responsabilidade da empresa Júpiter e da Net Master.

O município conta com duas estações de rádios comunitárias (Antena 10 e Amarantina FM).

Transporte

A sede de Amarante localiza-se a aproximadamente 741 km da capital São Luís, ligando-se pelas BRs 135, 222, 010 e MA 122, outra rota seria pelas BRs 135, 226 e MA 275. Fica também a 111 km da cidade de Imperatriz, seguindo pela MA 122. Para o deslocamento intermunicipal, a população conta com ônibus e vans, todos os dias, realizando viagens para várias cidades.

O traslado urbano – rural é realizado por vehículos particulares, principalmente, motos e carros. Quanto ao deslocamento na sede, se dá através de táxis, mototáxis e veículos particulares.

4 BURITIRANA

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Buritirana amada terra
Hospitaleira e mui gentil, (Bis)
Tu caminhas destemidas
Proclama as honras para o Brasil

Buritirana, ei avante
Com tuas armas avança, (BIS)
Teu estandarte é a liberdade
Por nossa gente sempre lutai

Entre palmeira e matagais
Tua história começou
Com índios desbravadores (BIS)
Luzentes bênçãos do criador.

Lá do alto da mangaba
Teus limites nos traz visão, (BIS)
Desperta em mim o ardor da paz
Enlevos mil que satisfaz.

O teu trono é a justiça
O teu progresso faz suscitar (BIS)
Vislumbra força, esperança
Enquanto a vida aqui durar.

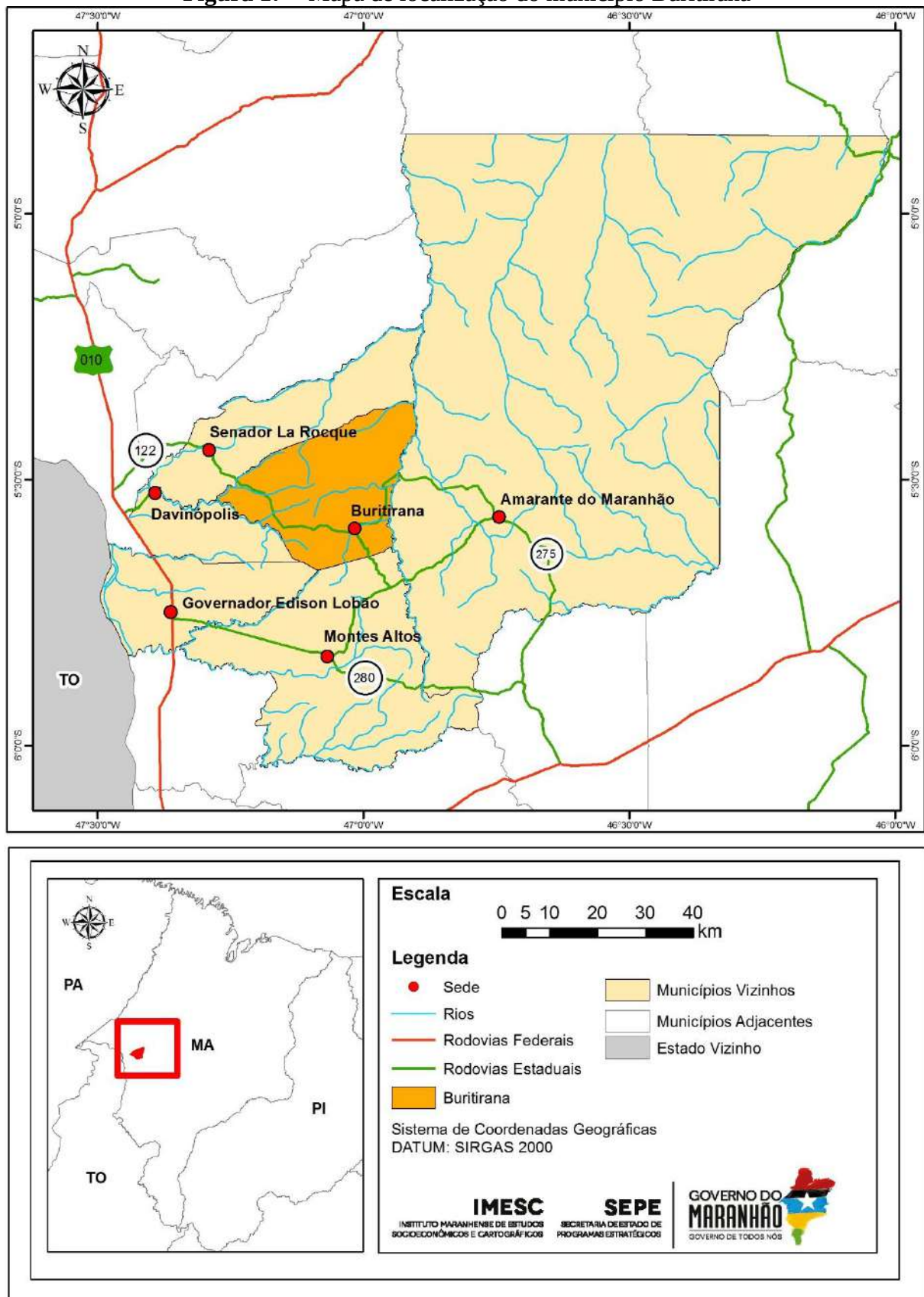
Letra e Música: João Ivo Filho

Localização

O município Buritirana localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Buritirana também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com o município Senador La Rocque; ao Oeste com Senador La Rocque e Davinópolis; ao Sul com Governador Edison Lobão e Montes Altos; ao Leste com Amarante do Maranhão (**Figura 17**).

Figura 17 – Mapa de localização do município Buritirana



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 21' 08" de latitude e -46°55'06" de longitude; Oeste -47°16'47" de longitude e -05°32'22" de latitude; Sul -05°40'19" de latitude e -47°05'08" de longitude e Leste -46°53'54" de longitude e -05°23'10" de latitude.

Extensão

O município ocupa a 117ª posição no ranking estadual em extensão com 818,424 km², o que representa 0,25% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a 11ª posição com 3,16%.

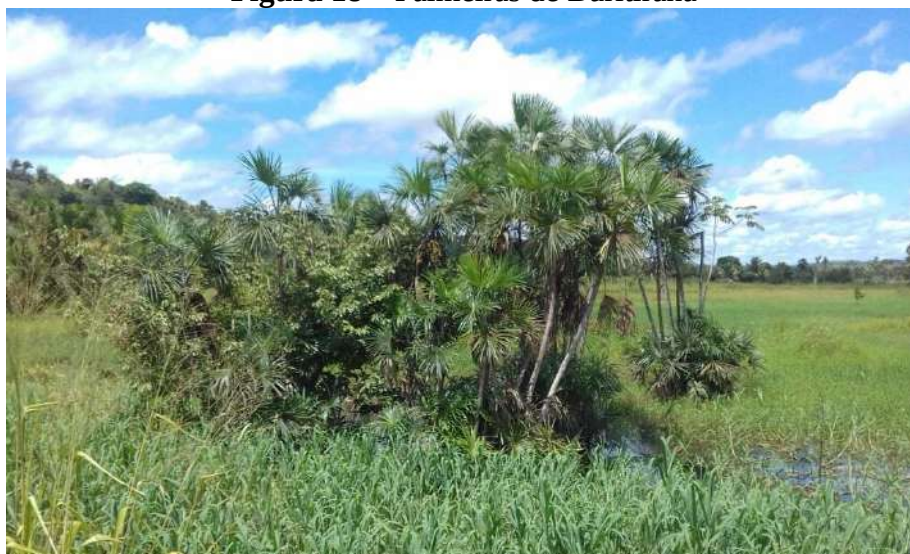
Processo de Ocupação⁵

Remonta ao século XIX, o processo de ocupação do território hoje pertencente ao município Buritirana com o confronto de colonizadores e indígenas. O ano é indefinido, porém, há registro de que após 1865, foram avistados índios de porte elevado e exímios guerreiros da tribo Gaviões.

Em 1878, os fazendeiros Teodorico Lourenço Mendes e Antônio Pereira Marinho, fixaram moradia na fazenda Santa Luzia, localizada a 1 km de distância da atual sede do município, ficando nos anais da história, como a base do surgimento de Buritirana. A localidade recebeu o nome Recanto da Aldeia por ser habitada por indígenas e tratar-se de final de linha.

A povoado de Buritirana teve início em 8 de março de 1925, quando o senhor Ladislau Damazo de Sousa e Benedito Lourenço Mendes, a procura de um local para fixarem decidiram edificar suas casas em um lugar onde consideraram bom para agricultura e criação de animais. Denominaram o local de Buritirana em decorrência da existência de diversas árvores deste tipo no local (**Figura 18**). Segundo relatos, em Buritirana havia anteriormente 30.000 índios que foram expulsos. Os primeiros moradores encontraram utensílios como panelas com símbolos indígenas e escritas em tupi e guarani.

⁵ Informações prestadas pela senhora Ana Maria de Oliveira Freitas, do Departamento de Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Buritirana.

Figura 18 – Palmeiras de Buritirana

Fonte: IMESC (2018)

O processo de desenvolvimento ocorreu de forma lenta, pois as vias de acesso até Buritirana eram bastante precárias porque no início do século XIX o transporte em todo Maranhão, quando não ocorria pelas vias fluviais, eram os animais os responsáveis pelo deslocamento de cargas. No entanto, gradativamente as densas matas deram espaço aos plantios e posteriormente às pastagens. Aos poucos aumentava o número de pessoas, que procurava o novo local em busca das oportunidades que não encontraram em seus lugares de origem. Com o desenvolvimento da povoação foi instalado um grupo gerador que iluminava as principais ruas e casas, ligado todos os dias às 18 horas, quando tinha óleo diesel, e desligado às 22 horas.

Depois dos primeiros habitantes, vieram residir em Buritirana, Domingos Pereira de Castro, conhecido como Domingos Filó, Antônio Carlos, Supercílio Marinho e outros. As primeiras casas de telha pertenceram aos senhores José Gomes Viana e Tonico Moreira. O primeiro templo religioso edificado foi a igreja católica matriz construída pelo senhor Chico Mendes e reconstruída pelo senhor Clodomir. A primeira obra pública foi a construção do antigo mercado e o primeiro colégio construído foi o D. Pedro II, tendo como primeiros professores Maria Lima, Clores e Maria Raimunda. A primeira farmácia era de propriedade de Manoel Senhor e o primeiro juiz de direito foi Raimundo Lima.

Buritirana foi um dos maiores produtores de arroz da região Tocantina, parte da produção abastecia as antigas usinas de beneficiamentos que existiam nas proximidades da antiga Farra Velha, na cidade de Imperatriz. Os principais compradores e vendedores foram: Zé Barros, Canuto Aquino, Bento Xandim, Zé Firme, Zé Novato, Aroldo, e Santo da Jesus. Nessa época havia também a produção de farinha de mandioca, com destaque para a casa de

farinha do Chico Bel, ou o engenho do seu Antônio Grande que era puxado por boi e produzia mel e rapadura.

Dentre as lideranças da época, destacam-se os primeiros vereadores que representavam o povoado de Buritirana, Zé Lopes, Santo da Jesus, Antônio Aroldo de Oliveira, Múndico Leôncio e Canuto Aquino.

Grandes homens e mulheres fizeram parte da história do município de Buritirana, dentre eles estão: Antônio Grande, Sebastião Paulino e Antônio Marchante (primeiros açougueiros), Nonato Gino, Sergio Neves, Maria Padeira, Camilão, dona Lousa, dona Maria da Lousa, Edivaldo da Lousa, Lisboa, Dico do Hotel, Bia, seu Caxias, João Martins, Manoel Senhor, Zezinho Aquino, Firme, Zé Firme, Bento Firme, Dona Pequena, Mundico Leôncio, Canjaré, Milton da Lousa, Expedito da Lousa, Luiz Queiroz, Antônio Serrador, Eduardo, Eduardo Sertanejo, Chico Paraibano e a Família Paraibana (Amâncio, Sales e Magalhães), Raimundo Cocalim, Saraiva, Antônio Francisco, Raimundo Soldado, Maria Soldado, Helena do Noga, Bebê Soldado, Zé do Pedro, Nonato Gino, Cimar, dentre outros.

O aumento da população fez com que no final do século XIX Buritirana se transformasse em um dos mais importantes povoados, localizado entre Imperatriz e Grajaú, com crescimento populacional e comercial em função do rápido desenvolvimento da agricultura e pecuária, sendo um dos principais motivos que levaram os seus representantes políticos a lutar pelo desmembramento, por acreditarem que assim o progresso viria em menor espaço de tempo. E o sonho de alguns se tornou realidade para todos.

Buritirana foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.189, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de João Lisboa e instalado em 01 de janeiro de 1997.

O primeiro prefeito eleito foi Antônio Lopes de Sousa, conhecido como Antônio do Leque, por dois mandatos (1997-2004), seguido por José Wiliam de Almeida, conhecido como Zé do Mundico (2005-2012) e Vagtonio Brandao dos Santos (2013-2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserido na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Essa bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho

(Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento regressivo recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a duas unidades principais: Grupo Itapecuru e Formação Ipixuna.

O Grupo Itapecuru, ocupa grande parte do município, e é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis, de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Ipixuna, a base da unidade é formada por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente de siltitos e argilitos vermelhos.

Geomorfologia

Geomorfologicamente o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, sendo representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenados pelos vales de vários rios.

Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os principais tipos de solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos e neossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos são constituídos por

material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos amarelos distróficos e latossolos vermelho-amarelo distrófico.

Os argissolos são constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixas ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os Argissolos Vermelho-Amarelos distróficos.

Os neossolos são constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando nenhum tipo de horizonte B diagnóstico ou alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos. Esse tipo de solo no município ocorre numa pequena área do município, sendo o principal o neossolo quartzarênico órtico.

Hidrografia

O município faz parte das bacias hidrográficas do rio Pindaré, com este cortando seu território e do rio Tocantins, com afluente o rio Cacaú.

Vegetação

A vegetação é composta pela floresta estacional decídua submontana. Floresta de médio porte composta por nanofoliadas decíduais com caules finos e que apresenta como gêneros mais comuns: Cedro-Rosa (*Cedrela fissilis*), Barriguda (*Ceiba speciosa*), Ipê (*Handroanthus impetiginosus*), Jacarandá (*Jacaranda*), Angico (*Parapiptadenia rígida*), Paricá

(*Anadenanthera peregrina*), Grapiá (*Apuleia leiocarpa*) e outros de menor expressão fisionômica, no município este tipo de vegetação se encontra bem descaracterizado (IBGE, 2012).

Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas e palmeiras de babaçu. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura é caracterizada por culturas temporárias e permanentes.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Espaço Urbano

Ao adentrar o espaço urbano de Buritirana (**Figura 19**), percebe-se que o mesmo se formou em uma área plana, posterior a um brejo com várias palmeiras de buritirana. Com a abertura da MA 122, ao atravessar o centro da cidade, transformou-se na Avenida Senador La Rocque, marco inicial da povoação. A partir desta, a cidade se expandiu para o lado direito da rodovia, no sentido Leste, conformando ruas e travessas retas, dando origem ao centro da cidade. Posteriormente a cidade avançou para o Norte, formando os bairros Santa Luzia, Alto Bonito e Novo Horizonte.

Figura 19 – Vista área da cidade de Buritirana



Fonte: 3D Drones

A avenida principal da cidade é a Senador La Rocque (**Figura 20**), com 1,68km, se estendendo do início da cidade até uma pequena lagoa. Esta avenida é pavimentada com asfalto e é nela que se distribui o centro administrativo, composto pela prefeitura, câmara municipal e uma praça onde ocorrem os eventos da cidade (**Figura 21**), comércio diversificado, agência bancária, biblioteca, igrejas evangélicas, posto de combustíveis, secretarias municipais, praça e igreja matriz de Nossa Senhora Imaculada Conceição (**Figura 22**) e o mercado público numa pequena praça.

Figura 20 – Avenida Senador La Roque



Fonte: IMESC (2018)

Figura 21 – Praça do Centro Administrativo



Fonte: IMESC (2018)

Figura 22 – Praça da Matriz

Fonte: IMESC (2018)

As residências são principalmente térreas, em alvenaria, com telhado aparente e por vezes geminadas. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas principalmente com bloquetes hexagonais. Também há ruas com asfalto e piçarra.

Chama a atenção dois bairros localizados fora da expansão da cidade, Tanque I e II, distribuem-se ao longo da MA 122 em ambos os lados, a aproximadamente 2,40 km da sede municipal, conformando várias ruas e travessas. As residências são térreas e em sua grande maioria de alvenaria cobertas de telhas de barro. Esses dois bairros possuem praça, escolas, unidades básicas de saúde, igrejas, o estádio de futebol e alguns pequenos comércios.

Os bairros de Buritirana são: Centro, Santa Luzia, Tanque I e II, Alto Bonito e Novo Horizonte.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se nos seguintes povoados: Olho d'Água, Varjão dos Crentes, Saramandaia, Centro Novo, Jacó e PAs Saramandaia, Tabuleirão, Padre Josino e Nova Conquista.

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 12** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que os itens lâmina

d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis e as lavouras temporárias, matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e pastagens plantadas em boas condições, são as que mais ocupam estabelecimentos. Não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quanto à área, dos 65.215 hectares, 46% estavam com as pastagens em boas condições, 29% com pastagens plantadas em más condições, 17 % matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 4% lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, 2% lavouras temporárias, 1% matas ou florestas naturais e sistemas agroflorestais cada e a lavoura permanente representou menos de 1% (**Tabela 12**).

Tabela 12 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	60	128
Lavouras temporárias	353	1.086
Lavouras área para cultivo de flores	1	-
Pastagens naturais	2	-
Pastagens plantadas em boas condições	325	29.820
Pastagens plantadas em más condições	115	19.195
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	342	10.847
Matas ou florestas naturais	33	529
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	35	801
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	467	2.809
Total	-	65.215

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, ocuparam 588 estabelecimentos. Destes, 87% eram de proprietários, 4% arrendatários e 3% concessionários ou assentados que aguardavam titulação definitiva, comandatários e produtor sem área cada.

Em relação aos 64.644 hectares, os proprietários corresponderam a 99% e arrendatário 1%. (**Tabela 13**).

Tabela 13 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	511	64.241
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	18	-
Arrendatário	25	403
Comandatário	19	-
Produtor sem área	15	-
Total	588	64.644

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 14.784 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Buritirana ocupava a 127ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,22% da população do estado. Em termos regionais, situava-se na oitava posição em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 2,90%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,583 ocupando a 85ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população é de 15.465 habitantes. Sua densidade demográfica é de 18,90 hab./km²; e quem nasce no município é denominado de buritiranense.

No decênio de 2000 a 2010 a população de Buritirana apresentou uma taxa de crescimento de 7%. Nesse mesmo intervalo de tempo a população urbana do município teve aumento de 10%, e por sua vez, a população rural também cresceu 6%. Nesse período, a população masculina aumentou 7% e a feminina 7%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000, representando 51%, enquanto a feminina, correspondeu a 49% da população. Esses mesmos percentuais foram encontrados no ano de 2010. Quanto à população urbana, em 2000, essa representou 27% e a rural 73%; em 2010, a população rural continua prevalecendo com 72% e a urbana equivaleu apenas 28% (**Tabela 14**).

Tabela 14 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	3.784	4.146
Rural	10.038	10.638
Masculina	7.056	7.536
Feminina	6.766	7.248
Absoluta	13.822	14.784

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 32 escolas, destas quatro estão na cidade e 28 na zona rural, das quais cinco estão desativadas. Possui creche, pré-escola e ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino, distribuídos em 94 salas de aula, com um total de 3.198 alunos e 206 professores, destes 95% possuem ensino superior e 25% moram fora da cidade. Há também a Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando no período noturno.

O município dispõe de uma biblioteca, uma sala de leitura e merenda escolar utilizando produtos locais. Fornece transporte escolar, com 11 ônibus e sete laboratórios de informática.

Quanto ao ensino médio, há três escolas estaduais, duas na área urbana e uma na área rural, com 539 alunos matriculados, distribuídos em 15 turmas e 22 professores.

O ensino superior é particular, com educação a distância (EAD) semipresencial pela Faculdade do Maranhão (FACAM) e Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), oferecendo o curso de Pedagogia.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é a Unidade Básica de Saúde da Família de Buritirana (**Figura 23**), onde são realizados consultas e exames laboratoriais. Dentre as doenças a hipertensão, diabetes e respiratórias agudas são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. Além dessa UBS, o município conta com outras cinco Unidades Básicas de Saúde e mais dois pontos de apoio.

A Unidade Básica de Saúde da Família dispõe de seis ambulâncias, que em casos mais graves, os pacientes, são transferidos para a cidade de Imperatriz, custeados pela prefeitura. Compõe a equipe de saúde: dois médicos, com especialidades em pediatria e clínica geral e cinco técnicos de enfermagem plantonistas. Há também a Farmácia Básica na sede e nas UBS.

No município está em fase de conclusão a construção de um hospital com 20 leitos, que será referência no atendimento aos pacientes.

Figura 23 – Unidade Básica de Saúde da Família de Buritirana



Fonte: IMESC (2018)

Compõe o programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), sete equipes, com sete médicos, sete enfermeiros, sete técnicos de enfermagem e cinco equipes de saúde bucal, composta por cinco dentistas.

O município conta com 48 agentes de saúde efetivos e mais quatro contratados, desses, 19 trabalham na área urbana. Além desses, há oito agentes de vigilância epidemiológica e três agentes de vigilância sanitária. O município possui uma parteira.

Além desses programas, funciona o Conselho Tutelar e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Nesse centro são desenvolvidos os seguintes programas: Benefício de Prestação Continuada (BPC), com 216 idosos e 68 deficientes e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), atualmente com 270 pessoas cadastradas, atendendo crianças, adolescentes e idosos e faz acompanhamento de mulheres no bolsa família. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), trabalha com medidas preventivas e com grupos de mulheres violentadas.

Possui ainda, um Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), composto por nutricionista, farmacêutica, educador físico, psicólogo e assistente social.

Economia

A principal atividade econômica do município está ligada ao setor de serviços. O município ocupava em 2018 a 148ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$

89,418 milhões, correspondendo a 0,10% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 65,050 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 18,522 milhões, o industrial com R\$ 2,915 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 2,930 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 230,11 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante, voltada para a subsistência e autoconsumo. A produção se baseia na produção de arroz, feijão, milho, mandioca, abacaxi, maracujá, acerola, limão, urucum e caju. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Buritirana registrou aproximadamente 3.000 associados.

Agricultura temporária

Oito produtos são representativos na agricultura temporária de Buritirana: amendoim, arroz, fava, feijão, mandioca, melancia, milho e tomate.

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção diminuíram 84%, 76% e 56% respectivamente. No período mencionado, à área colhida do arroz diminuiu 97%, a da fava 20%, a do feijão 63%, a da mandioca 44%, a do milho 83% e a do tomate 25%; a da melancia estável. Referente a quantidade produzida, obtiveram diminuições: o arroz 97%, o feijão 58%, a mandioca 45%, o milho 83% e o tomate 31%; houve aumento na melancia de 96% e estabilidade na produção da fava. No rendimento médio, os produtos que aumentaram foram: fava 25%, feijão 13% e melancia 96%; tiveram os valores reduzidos a mandioca em 1% e o tomate em 8%, enquanto o arroz e milho mantiveram-se estáveis. Quanto ao valor da produção, a fava, a mandioca e a melancia cresceram 171%, 22% e 188% respectivamente; a desvalorização da produção, foi sentido no arroz 93%, no feijão 1%, no milho 79% e tomate 7%. O amendoim não foi analisado, pois esse produto se apresenta em apenas um dos anos (**Tabela 15**).

Em 2010, dos 1.852 hectares colhidos, 43% foram de arroz, 38% de milho, 14% de feijão, 4% de mandioca, 1% de fava e melancia e tomate representaram menos de 1% cada. Das 3.401 toneladas produzidas, 38% eram de arroz, 35% de milho, 19% de mandioca, 5% de tomate, 3% de feijão, 1% de melancia e menos de 1% de fava. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 15**. No valor da produção, dos R\$ 1,529 milhões, o milho participou com

38%, o arroz com 32%, o feijão com 11%, o tomate com 10%, a mandioca com 8%, a melancia 1% e fava menos de 1%.

Em 2019, dos 302 hectares de área colhida, o milho ocupou 40%, o feijão 31%, a mandioca 14%, o arroz 8%, fava 3%, o tomate 2% e o amendoim e a melancia 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 809 toneladas, a mandioca contribuiu com 44%, o milho 25%, o tomate 14%, a melancia 6%, o arroz e o feijão 5% cada, o amendoim 1% e a fava menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 15**. Para o valor da produção, dos R\$ 674 mil, o feijão contribuiu com 24%, a mandioca e tomate com 22% cada, o milho com 18%, o arroz com 5% e ambos com 3% o amendoim, a fava e a melancia.

Tabela 15 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	-	4	-	8	-	2.000	-	19
Arroz	800	25	1.280	40	1.600	1.600	486	33
Fava	10	8	3	3	300	375	7	19
Feijão	256	94	106	44	414	468	164	162
Mandioca	75	42	638	353	8.506	8.405	121	148
Melancia	3	3	24	47	8.000	15.667	8	23
Milho	700	120	1.190	204	1.700	1.700	583	121
Tomate	8	6	160	110	20.000	18.333	160	149
Total	1.852	302	3.401	809	-	-	1.529	674

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida e a quantidade produzida diminuíram 43% e 24% respectivamente, o valor da produção aumentou 47%. No aludido intervalo, a área colhida da castanha de caju diminuiu 34% e a do maracujá aumentou 400%; a quantidade produzida do maracujá aumentou 475% e a da castanha de caju diminuiu 50%; no rendimento médio ocorreu a diminuição da castanha de caju em 24% e aumento no maracujá de 15%; o valor da produção do maracujá cresceu 725%, enquanto o da castanha de caju diminuiu 7%. Os demais produtos (banana, laranja e urucum) não foram analisados, pois estes não foram quantificados em 2019 (**Tabela 16**).

Em 2010, dos 75 hectares de área colhida, 67% foram ocupados com castanha de caju, 21% com urucum, 5% com banana, 4% com laranja e 3% com maracujá. Das 100 toneladas produzidas, a banana participou com 59%, a castanha de caju 14%, o maracujá 12%, a laranja com 8% e o urucum 7%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 16**. Dos R\$ 76

mil do valor da produção, a banana contribuiu com 38%, o urucum 22%, castanha de caju 18%, maracujá 16% e laranja 5%.

Em 2019, dos 43 hectares colhidos, 77% foram relacionados a castanha de caju e 23% ao maracujá. Das 76 toneladas produzidas, 91% foram de maracujá e 9% de castanha de caju. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 16**. Dos R\$ 112 mil do valor da produção, o maracujá contribui com 88% e a castanha de caju com 12%.

Tabela 16 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	4	-	59	-	14.750	-	29	-
Castanha de Caju	50	33	14	7	280	212	14	13
Laranja	3	-	8	-	2.666	-	4	-
Maracujá	2	10	12	69	6.000	6.900	12	99
Urucum (semente)	16	-	7	-	437	-	17	-
Total	75	43	100	76	-	-	76	136

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil por frutos

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas 263 toneladas de produtos oriundos da horticultura; o tomate (estaqueado) representou 70%, o pimentão 11%, a pimenta 8%, o quiabo 3%, a alface e o maxixe 2% cada, coentro, jiló, milho verde e pepino representaram juntos 4%. Não foram disponibilizados a quantidade produzida da cebolinha e da couve.

Quanto às 261 toneladas de produtos vendidos, 70% correspondeu ao tomate, 11% ao pimentão, 8% a pimenta, 3% ao quiabo, 2% a alface e maxixe cada e 4% representaram juntos o coentro, jiló, milho verde e pepino. Não foram disponibilizados a quantidade vendida da cebolinha e da couve.

Desta produção, foram contabilizados um valor de R\$ 399 mil, desses, 55% foram referentes ao tomate (estaqueado), 15% a pimenta, 12% ao pimentão, 5% ao quiabo e alface cada, maxixe e coentro 2% cada e os demais produtos representaram juntos 4% (**Tabela 17**).

Tabela 17 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	6	6	19
Cebolinha	-	-	5
Coentro	1	1	7
Couve	-	-	1
Jiló	2	2	5
Maxixe	5	5	9
Milho verde (espiga)	1	1	3
Pepino	3	3	2
Pimenta	22	22	60
Pimentão	30	30	49
Quiabo	9	9	20
Tomate (estaqueado)	184	182	219
Total	263	261	399

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é intensiva e extensiva, utilizando pastos plantados, sendo o rebanho bovino o mais importante, esse é destinado ao abate e produção leiteira.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 33%, apresentado as seguintes variações: bovino 9%, equinos 46%, suíno 181%, caprino 74%, ovino 49,5% e galináceos 95%. O rebanho bubalino só apresentou efetivo no ano de 2010.

Em 2010, das 87.314 cabeças, 71% eram de bovinos, 21% de galináceos, 3% de ovinos, 2% de equinos e suínos cada, bubalino e caprino representaram juntos 1%. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 116.134 animais, com 58% de bovinos, 31% de galináceos, 4% de suínos, 3% de ovinos, 2% de equinos e 1% de caprinos (**Tabela 18**).

Tabela 18 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	62.167	67.912
Bubalino	22	-
Equino	1.493	2.185
Suíno	1.491	4.190
Caprino	759	1.319
Ovino	2.653	3.968
Galináceos	18.729	36.560
Total	87.314	116.134

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal, em 2019 foram produzidos 5,596 milhões de litros de leite, 65 mil dúzias de ovos e 75 quilogramas de mel de abelha. O valor da produção

foi de R\$ 5,743 milhões, onde 93% refere-se ao leite, 7% aos ovos de galinha e menos de 1% ao mel de abelha (**Tabela 19**).

Tabela 19 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	5.596	5.316
Ovos de galinha (mil dúzias)	65	425
Mel de abelha (quilograma)	75	2
Total	-	5.743

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

No extrativismo vegetal se destaca a produção de carvão, babaçu, lenha e madeira em tora. O babaçu é bem explorado no povoado Centro Novo, com produção do óleo para subsistência e comércio.

Em 2019, foram produzidas 397 toneladas, onde o carvão vegetal representou 99% e o babaçu 1%, além de 919 metros cúbicos, com as seguintes participações: lenha com 97% e madeira em tora com 3%.

O valor de produção foi R\$ 219 mil, com as seguintes participações: carvão vegetal 85%, babaçu 6%, lenha 7% e madeira em tora 2% (**Tabela 20**).

Tabela 20 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Tonelada)	(Metros Cúbicos)	
Carvão vegetal	392	-	188
Babaçu (amêndoa)	5	-	13
Lenha	-	894	14
Madeira em tora	-	25	5
Total	397	919	219

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Apesar do IBGE (2019), não ter sido constatado nenhum produto oriundo da silvicultura no município, em trabalho de campo foi averiguado que há produção de eucalipto para a Suzano no Povoado Varjão dos Crentes.

Quanto ao extrativismo mineral foi constatado a exploração de piçarra, no povoado Alto Bonito.

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada artesanalmente em ambiente fluvial, principalmente no rio Pindaré. Na pescaria os utensílios mais utilizados são o anzol e a tarrafa. As principais espécies são: piau (*Leporinus friderici*), mandi (*Pimelodus blochii*), traíra (*Hoplias malabaricus*), curimatá (*Prochilodus* sp.) e outros.

No município também praticam a piscicultura, em açudes, com produção principalmente de tambaqui, comercializado no próprio município.

Em 2019 a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 8.190 quilogramas, das quais o tambaqui representou 57%, tambacu e tambatinga 43% e a tilápia registrou menos de 1%. Quanto ao valor de produção de R\$ 51 mil, o tambaqui contribuiu com 55%, o tambacu e tambatinga 45%, não houve registro para o valor da produção da tilápia (**Tabela 21**).

Tabela 21 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Tambacu, tambatinga	3.500	23
Tambaqui	4.670	28
Tilápia	20	-
Total	8.190	51

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Há no município 26 indústrias, sendo: 15 de produtos alimentícios, sendo: uma de fabricação de conservas de frutas, uma de laticínios, uma de fabricação de farinha de mandioca e derivados, três de produtos de panificação, uma de fabricação de massas alimentícias; uma de fabricação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; três de produtos de madeira; uma de impressão de jornais; duas de fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias; duas de móveis; quatro de construção de edifícios; uma de obras de infraestrutura e; cinco de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

A principal área comercial na cidade é a Avenida Senador La Rocque. O comércio é essencialmente varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercado (**Figura 24**), abastecidos com produtos importados principalmente de Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 236 estabelecimentos comerciais, sendo: 16 de reparação de veículos automotores e motocicletas, três atacadistas e 217 varejistas.

Figura 24 – Mercado Municipal de Buritirana



Fonte: IMESC (2018)

Turismo

Um dos principais atrativos turísticos encontrados no município, são os naturais com destaque para a serra do Varjão, o açude Calambanje (**Figura 25**) e culturais, como os festejos religiosos e a cavalgada.

Figura 25 – Açude Calambanje



Fonte: IMESC (2018)

A culinária tem como pratos típicos, arroz baião de dois, arroz de cuxá, arroz de abobora e panelada. O município dispõe de dois hotéis.

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta principalmente das quadrilhas juninas, dança portuguesa e bumba meu boi no sotaque de orquestra.

Os principais eventos que ocorrem no município são: Carnaval, concentrado na praça da prefeitura, com montagem de palco e apresentação de bandas; vaquejada que ocorre por três dias no Parque Asa Branca; festas juninas, ocorre na quadra da prefeitura, com montagem de barracas, que vendem comidas e bebidas típicas e apresentação de danças e bandas; festejo da padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição, do dia 29 de novembro a 8 de dezembro; 7 de setembro; Feira de Delícias, Celebrai da Juventude e Congresso da Mocidade, festas evangélicas; Cavalgada, no dia 29 de abril, comemorando o dia do trabalhador, percorrendo as ruas da cidade, com premiação e bandas de música; Festa das quebradeiras de coco babaçu, ocorre no povoado Centro Novo, com exposição de produtos e atrações musicais e aniversário da cidade em 10 de novembro.

Em relação ao entretenimento, existem três quadras poliesportivas, oito campos de futebol, um estádio de futebol, com capacidade para 8.000 pessoas (**Figura 26**), quatro restaurantes, duas lanchonetes, seis bares, um clube e uma biblioteca.

O ritmo mais apreciado é o forró.

Figura 26 – Estádio de futebol no bairro Tanque



Fonte: IMESC (2018)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca do município de Senador La Rocque, funcionando na cidade um cartório e uma delegacia. Corresponde a 58ª zona eleitoral, com registro de 10.631 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2020). Os principais problemas relacionados à segurança pública são: roubos e drogas.

Religião

A religião municipal é representada principalmente pelos católicos e evangélicos. O principal templo católico é a Igreja Matriz de Nossa Senhora Imaculada Conceição (**Figura 27**) padroeira do município; além desse templo há mais três na sede e oito na área rural. Além da padroeira, é festejada Santa Clara e Bom Jesus.

Figura 27 – Igreja Matriz de Nossa Senhora Imaculada Conceição



Fonte: IMESC (2018)

Os evangélicos, possuem aproximadamente seis templos na cidade e mais seis na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista, Adventista do Sétimo Dia, Madureira e Igreja do Véu.

Dos 14.784 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 65% se declararam católicos, 27% evangélicos, 7% sem religião, 1% outras religiões e menos de 1% pessoas que não determinaram sua religião (**Tabela 22**).

Tabela 22 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	9.627
Evangélicos	4.047
Outras religiões	75
Sem religião	1.013
Não determinado	22
Total	14.784

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população utiliza fossas sépticas. Quanto à coleta de lixo é realizada todos os dias da semana, apenas na sede, o lixo é transportado por caminhão coletor e depositado em um lixão a céu aberto a dois quilômetros da sede.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2018, o consumo de energia registrado foi de 7.245.307 Mwh distribuídos em: 62% residencial, 11% iluminação pública, 7% rural e serviço público cada, 5% comercial e poder público cada, 3% outro e industrial menos de 1% (**Tabela 23**).

Tabela 23 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	4.479.522
Industrial	35.596
Comercial	370.880
Rural	535.754
Poder público	381.606
Iluminação pública	769.652
Serviço público	472.297
Outro	200.000
Total	7.245.307

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por uma agência do Bradesco, uma lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura da operadora CLARO e linhas fixas de responsabilidade da OI. A prestação de internet fica por conta da Júpiter.

Transporte

A cidade de Buritirana localiza-se a aproximadamente 692 km da capital de São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135, 222, 010 e MA 122. Fica também a 67 km de Imperatriz. As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de ônibus, vans e veículos particulares.

O traslado urbano – rural é feito por caminhonete e veículos particulares. E na sede municipal, o transporte é através de táxi, mototáxi e veículos particulares.

5 CAMPESTRE DO MARANHÃO

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

I

No grande Maranhão com forte voz e alto brado ecoou
 Nasceu Campestre com seus valores e o povo abraçou.
 Nossa cultura e o verde do agreste, o babaçu, o milho, o arroz e o feijão.
 Tem as belezas do vale do Lajeado, com as nascentes que regam as plantações.
 Os imigrantes, com sua coragem, logo fizeram grandes barracões.
 Que abrigaram um povo tão humilde, mais tinha fé e determinações.
 Nossas riquezas, valores sertanejos, impulsionaram um povo varonil.
 Campestre é a cidade que reflete prosperidade ao meu Brasil.

II

Cresce Campestre, cidade linda, do meu coração.
 És a esperança que fortalece o sul do Maranhão.
 Vastos cocais com grande fartura enriqueciam a cada dia o lugar.
 E veio então a cana-de-açúcar, pelo progresso o povo vai trilhar.
 Os rios correm pôr ricas terras férteis, o povo vence na cidade e no sertão.
 Tu és destaque, ó terra tão amada, és minha terra: Campestre do Maranhão.

Letra: Daniel Deluck

Processo de Ocupação⁶

Pelos idos de 1950. Na mata densa e inexplorada, onde predominava, com toda pujança, o babaçual. Selva fria, terreno arenoso, baixadas verdejantes, porção imensa de uma gleba que se estendia do rio Lajeado ao riacho Natividade e da Água Boa ao rio Tocantins. Eram de herdades, em campo aberto, em comum com diversos condôminos e sem demarcação eram tituladas e registradas no cartório da cidade em nome de seus dois proprietários, os irmãos Odilon e Elpídio de Vasconcelos Milhomem. Dada a fertilidade do solo, era chamada “Retiro”, um refrigério na época de estio para o gado de toda a região das fazendas Palmeirinhas, Buritizinho e outras adjacentes. Os rebanhos criados em sistemas primitivos também pastavam em comum e se reproduziam sob a vigilância e os cuidados dos vaqueiros, homens corajosos e destemidos que enfrentavam a doença, a fome, a selva, as feras, para salvaguardar o gado do patrão ou próprio. Era nesse cenário verde coberto de babaçuais que de agosto a dezembro, gado e vaqueirama, se infiltravam na mata, fugindo da seca, em busca de pastagem e caça para a sobrevivência.

⁶ Histórico retirado de PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu Pé de Tarumã Florido**: um retrato de Porto Franco. Ética Editora, 1997.

O fator mais importante para o nascimento do povoado foi a exploração e comércio de amêndoa de babaçu. Pode-se mesmo afirmar que Campestre nasceu por força da exploração do coco. Na década de 1950 o interesse industrial na praça de Belém do Pará pela amêndoa de babaçu era enorme. Barcos de motores partiam carregados de coco dos portos de Tocantinópolis e Porto Franco com destino ao Pará, onde o bom preço pelos produtos e os comerciantes, em contrapartida, volviam às suas praças com estoque de mercadorias e gêneros de primeira necessidade.

Nesse cenário verde e aprazível estavam “Três Barras”, à beira-rio, e São João, na boca da mata, propriedades antigas que receberam o fluxo dos sertanejos que vindos, principalmente, da Serra da Cinta, com as quebradeiras de coco, explorar essa riqueza vegetal, vendiam a produção diária aos agentes compradores nos armazéns improvisados. O método empregado no quebra-coco era manual, machado e cacete, pancadaria no fruto e muita prática. Os quebradores mais ágeis chegavam a fazer até 15 litros de babaçu por dia. Em sua maioria os exploradores desse produto vegetal eram pessoas muito humildes e nômades. Poucos ficavam na região na época chuvosa, que não se presta mesmo para a quebra, os que permaneciam iam construindo suas cabanas e o pequeno núcleo comunitário ia crescendo vagarosamente. No lugar onde se situa hoje a sede do município, o Sr. Elpídio Milhomem instalou um comércio de compra de babaçu e, nas “Três Barras”, Zeca de Brito e filho, José Barreto e Neuton Milhomem tinham outros postos de compra de amêndoas. Em São João, Jacy Gomes Santos, Croweel Oliveira e Petrolínio Santos Barbosa também negociavam a produção trazida pelos quebradores, num armazém que montaram no início da mata.

As primeiras famílias foram se instalando no arruado: João Secundo e sua família, Claro Macêdo com sua esposa Dona Josefa, pais de numerosa prole e Cabloco Pedro fincaram as primeiras casas de morada. Com o advento da construção da BR 010, Belém-Brasília, pelo ano de 1958, o pequeno povoado foi crescendo à beira da estrada. Para apenas citar alguns, Justino, Manoel Maleiro, Onildo Gomes, Jacob Barbosa e outros foram se juntando aos primeiros moradores e fazendo o lugar crescer. Houve a necessidade de educar os filhos e a prefeitura municipal de Porto Franco instalou a primeira escola pública, hoje U. I. Humberto de Campos. Uma das primeiras professoras do lugar, foram dona Maria dos Anjos e dona Ivone Azevedo Costa. Com a construção da torre de transmissão da Embratel, esta contribuiu para que muitas casas fossem construídas, nas imediações. Mais tarde foi instalada em terras que hoje pertencem ao atual município a Destilaria Caiman hoje conhecida como Maity Bioenergia, a grande responsável pelo fator povoamento, trabalho, mão-de-obra, comércio e vida econômica na cidade. A Caiman fez desaparecer grande parte da pobreza da região, pois

gerando empregos se tornou responsável pelo movimento da cidade, e por parte do bem-estar se sua gente.

O município Campestre do Maranhão foi criado pela lei estadual número 6.143 de 1994 desmembrando-se de Porto Franco. O primeiro prefeito eleito foi José Teixeira de Miranda (1997-2000/2005-2008), seguido por José Murilo Lopes de Sousa (2001-2004), Emivaldo Vasconcelos Macedo (2009-2012) e Valmir de Moraes Lima (2013-2016/2017-2020).

Localização

O município Campestre do Maranhão localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo IMESC, está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

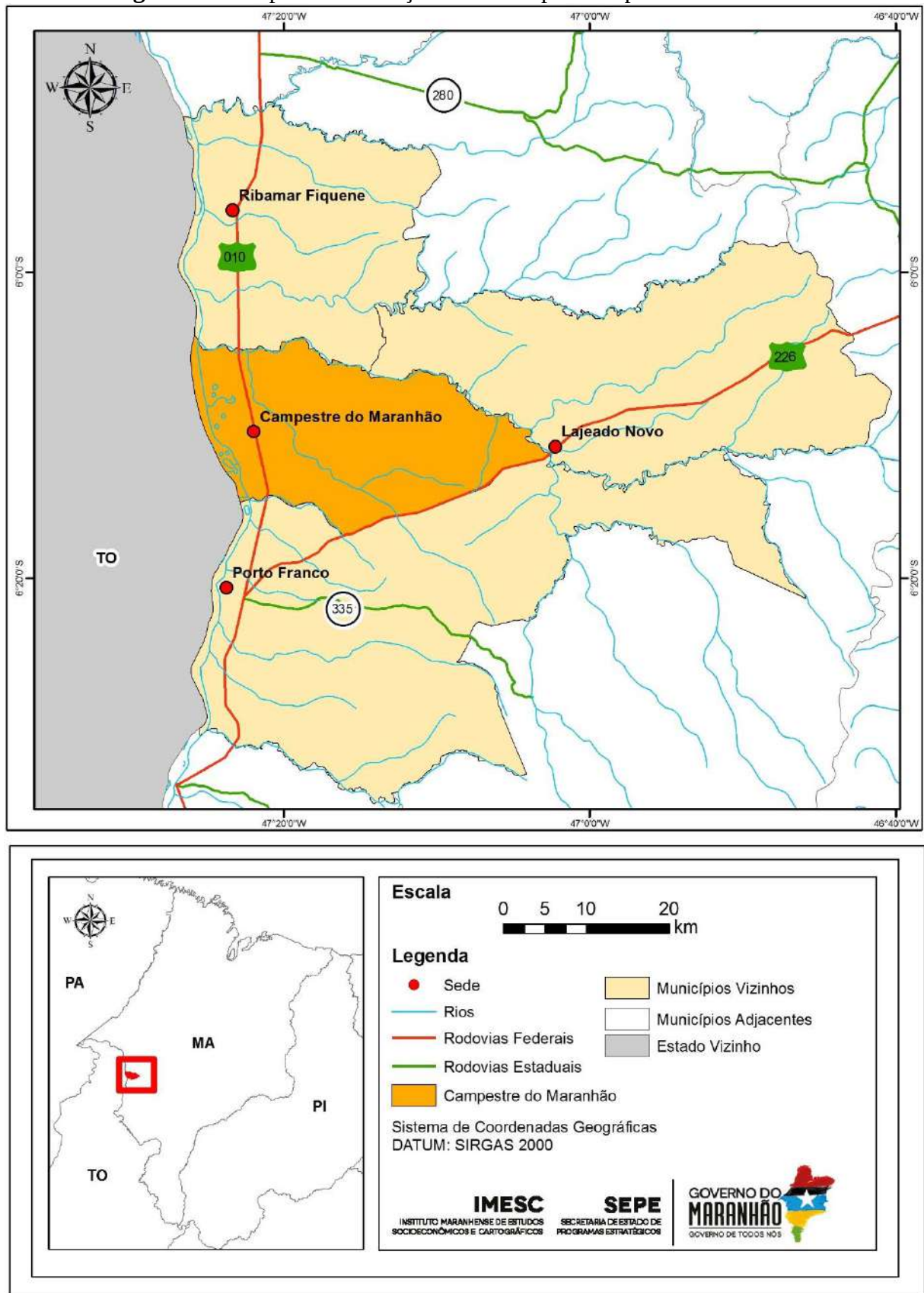
Limita-se ao Norte com os municípios de Ribamar Fiquene e Lajeado Novo; ao Oeste com o estado do Tocantins; ao Sul com Porto Franco; ao Leste com Lajeado Novo (**Figura 28**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -06° 04'04" de latitude e -47°25'47" de longitude, Oeste -47°26'02" de longitude e -06°05'33" de latitude, Sul -06°17'13" de latitude e -47°16'03" de longitude e Leste -47°02'40" de longitude - 06°11'48" de latitude.

Extensão

O município possui uma área de 614,658 km² (IBGE, 2019), ocupando a 153ª posição no ranking estadual, o que representa 0,19% do Maranhão. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense está na 16ª posição com 2,37% desse território regional.

Figura 28 – Mapa de localização do município Campestre do Maranhão



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar das Alpercatas. Essa, caracteriza-se como uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos à superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região Centro-Sudeste do estado do Maranhão. Esta é preenchida pela supersequência jurássica, composta pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município são predominantes duas formações: a Corda e a Mosquito. A Formação Corda consiste de arenitos avermelhados com granulometria bimodal, em sequências separadas por superfícies limitantes onde há deposição de argila. O seu ambiente de sedimentação é interpretado como desértico. A Formação Mosquito é composta por basalto preto, amigdaloidal, tholeiítico que eventualmente possui intercalações de arenito; esta ocupa uma pequena área no município (SILVA *et al.*, 2003).

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município está inserido na Depressão do Médio Vale do Rio Tocantins. Essa é representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevo residual sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenadas pelos vales de vários rios. Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo em linhas gerais o curso do vale do rio Tocantins.

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos e nitossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral,

com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluído, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos vermelho- amarelos distróficos.

Os nitossolos são constituídos por material mineral, com argila, inclusive no horizonte A, que apresentam horizonte B nítico abaixo do horizonte A. O horizonte B nítico apresenta argila de atividade baixa ou atividade alta conjugada com caráter alumínico, ambos na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA). Predominam os nitossolos vermelhos distróficos.

Hidrografia

O município está localizado na Bacia do rio Tocantins, por onde passa o rio homônimo, tendo como afluentes: rio Lajeado com os tributários Água Boa (com os afluentes os córregos Salobro, Coco, dos Porcos e Bom Sossego), os córregos Olho d'Água, da Onça, Buriti Grande, Buriti, Mucambo, do Lameu, Favela, Canto Comprido (afluente Córrego Cachorra) e Ribeirão Natividade. Somam-se a esses corpos hídricos as lagoas: do Tucum, Grande, Três Lagoas, das Piranhas, Redonda e das Traíras, além da Cachoeira do Tauri.

Vegetação

A vegetação é composta pelo cerrado, do tipo arborizado, caracterizado por apresentar uma fisionomia nanofanerofítica rala e outra hemicriptofítica graminoide contínua (IBGE, 2012).

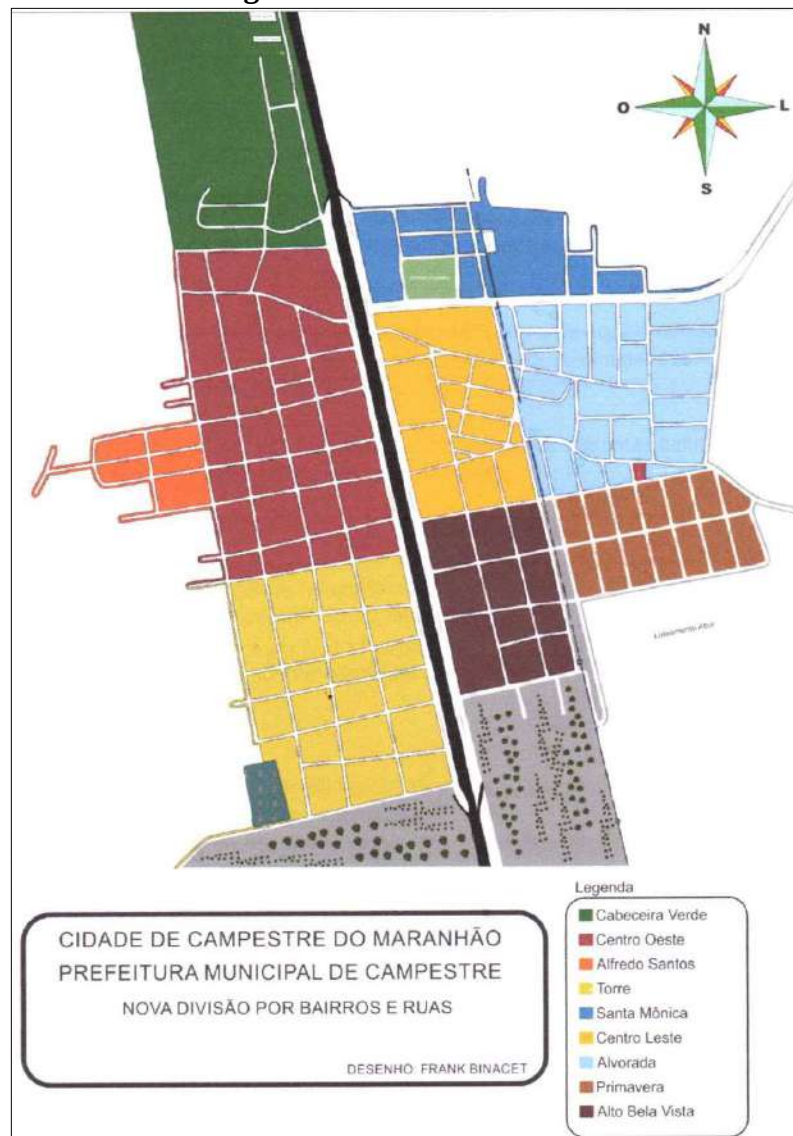
Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro é de vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária e a agricultura temporária e permanente.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual está entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Espaço Urbano

A cidade de Campestre do Maranhão (**Figura 29**) desenvolve-se em uma área plana seccionada ao meio pela rodovia BR 010 (Rodovia Bernardo Sayão, porém conhecida por rodovia Belém-Brasília), delimitada ao Oeste pelo riacho Brejão e ao Leste pela segunda linha de transmissão da Eletronorte.

Figura 29 – Planta da Cidade

Fonte: Prefeitura municipal de Campestre do Maranhão (2019)

A BR 010 (**Figura 30**) ao atravessar a sede municipal é intercalada por canteiro central, acompanhada paralelamente pelas avenidas Juscelino Kubistchek e Bernardo Sayão. Destas referidas vias saem ruas nos sentidos Leste/Oeste atravessadas perpendicularmente por outras, formando quadras que dão a sede um formato de tabuleiro de xadrez.

Além das vias mencionadas compõe a malha viária a avenida Justino Teixeira de Miranda, 58 ruas e uma travessa, pavimentadas com asfalto e bloquetes. Somam-se a estes logradouros as praças Liberdade (**Figura 31**) e da Creche, todas arborizadas e ajardinadas.

Os bairros da cidade de acordo com a Lei Municipal nº 51 de 30 de junho de 2016 são: Cabeceira Verde, Centro Oeste, Alfredo Santos, Torre, Santa Mônica, Centro Leste, Alvorada, Primavera e Alto Bela Vista.

Figura 30 – BR 010 e vista parcial das avenidas JK e Bernardo Sayão



Fonte: IMESC (2019)

Figura 31 – Praça da Liberdade



Fonte: IMESC (2019)

Espaço Rural

No espaço rural estão as localidades Cabeceira Grande, Cachimbeiro, Ramal e Vila Nova.

Utilização da Terra

As informações, apresentadas na **Tabela 24**, acerca da utilização da terra no município, primeiramente traz o número de estabelecimentos que não puderam ser analisados quantitativamente, por terem mais de uma atividade rural praticada na mesma unidade. Porém, nota-se, pelo número de estabelecimentos que, lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis foi a atividade que estava mais ligada aos estabelecimentos, seguida pelas pastagens plantadas em boas condições, pastagens plantadas em más condições, matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, lavouras temporárias, lavouras permanentes, sistemas agroflorestais, matas ou florestas naturais e lavouras para cultivo de flores.

Com relação à área de uso, dos 47.500 hectares, 43% são utilizados com pastagens plantadas em boas condições, 26% são de lavouras temporárias, 18% de matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 8% pastagens plantadas em más condições, 4% lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis e lavouras permanentes, assim como os sistemas agroflorestais com menos de 1%. Não foram disponibilizados os hectares de lavouras para cultivo de flores e matas ou florestas naturais (**Tabela 24**).

Tabela 24 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	9	44
Lavouras temporárias	37	12.229
Lavouras para cultivo de flores	1	-
Pastagens plantadas em boas condições	194	20.551
Pastagens plantadas em más condições	114	3.905
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	42	8.708
Matas ou florestas naturais	3	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	4	136
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	207	1.927
Total	-	47.500

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Em 2017, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, o município apresentou 207 estabelecimentos, todos de responsabilidade do proprietário, que ocupavam uma área de 47.533 hectares.

Demografia

Em 2010, o município classificou-se no 141º lugar no ranking populacional maranhense correspondendo a 0,20% da população estadual. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense ocupou a 10ª colocação com 2,63% dos habitantes regionais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,652 ocupando a 12ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população é de 14.453 habitantes. Sua densidade demográfica é de 23,51 hab./km²; quem nasce no município é denominado de campestre.

Entre 2000 e 2010 a população aumentou 16%, com o crescimento populacional principalmente na área urbana com 24%, enquanto os habitantes da zona rural diminuíram 6%. Quando se observa a variação por gênero, a população masculina aumentou 15% e a feminina 17%.

Em 2000 a população urbana correspondia a 75%, a rural 25%, a masculina 51% e a feminina 49%. No ano de 2010, a população urbana foi equivalente a 79% dos habitantes, a rural 21%, a masculina 51% e a feminina 49% (**Tabela 25**).

Tabela 25 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	8.591	10.621
Rural	2.930	2.748
Masculina	5.928	6.819
Feminina	5.593	6.550
Absoluta	11.521	13.369

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Em 2018 a rede municipal de ensino registrou 2.900 alunos matriculados, distribuídos em 16 escolas, 10 na área urbana e seis na área rural, sendo quatro com laboratórios de informática. Com duas creches, duas pré-escolas e oito com ensino fundamental. Referente ao EJA há quatro salas de aulas.

Quanto aos docentes, eram no aludido ano 250 professores, sendo 235 com curso superior completo e 15 com magistério.

O município disponibiliza 12 veículos para o transporte escolar, material escolar (livro didático) e merenda.

Estavam matriculados em 2018 na rede estadual de ensino 660 alunos. A referida rede de ensino é representada pelo Centro de Ensino Valentim Silva Aguiar para o ensino médio, localizado na sede municipal (**Figura 33**). A aludida escola possui uma biblioteca, um laboratório de informática e 23 professores todos com ensino superior completo e dois com mestrado.

O governo estadual faz a distribuição de material escolar (livros), fardamento escolar (camisa) e merenda; o transporte escolar é de responsabilidade do poder municipal.

Figura 32 – Vista parcial da escola estadual em Campestre do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

O ensino superior é oferecido pelo Instituto Juscelino Kubistchek e o Centro Universitário Inta (UNINTA), com os cursos de Administração, Educação Física e Pedagogia e Técnico em Enfermagem.

Saúde e Assistência Social

A referência municipal nos serviços de saúde no município Campestre do Maranhão (**Figura 32**) é representada pelo Hospital Municipal de Campestre do Maranhão que possui 20 leitos, realiza atendimentos de urgência/emergência, consultas ambulatoriais, ultrassonografias, raio-X e exames laboratoriais.

Figura 33 – Hospital Municipal de Campestre do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

O maior número de casos no hospital são sintomas de doenças respiratórias, diarreia, epigastrologia e diabetes coronárias.

Em casos mais graves o município dispõe de cinco ambulâncias que transferem os pacientes para o município Porto Franco. Para atendimento do público há três médicos (clínicos gerais), cinco enfermeiros e oito técnicos de enfermagem.

Encontra-se dando assistência em todo território municipal cinco equipes do ESF, composta por cinco médicos, cinco enfermeiros e cinco técnicos de enfermagem. Na parte odontológica, são cinco equipes de Saúde Bucal com um dentista em cada uma.

Os casos de enfermidades mais tratados pelos profissionais do ESF são: doenças respiratórias, hipertensão, diabetes e problemas cardíacos.

Dando suporte a rede de saúde municipal há três unidades básicas de saúde com as Farmácias Básicas Populares para distribuição de medicamentos para a população, 38 agentes comunitários de saúde. O número de agentes de vigilância epidemiológica no município são 11 e o de vigilância sanitária são cinco.

Funciona no município um NASF e um CAPS. A equipe de saúde do primeiro é composta por um assistente social, um nutricionista, um fonoaudiólogo, um psicólogo, um educador físico, um fisioterapeuta e um veterinário, enquanto a do segundo tem médico, enfermeiro, assistente social, psicólogo e outros.

Outras atividades realizadas na rede municipal de saúde são os programas Saúde na Escola, campanhas de imunização e prevenção do calendário das redes federal e estadual, crescer saudável (acompanhamento de gestantes e crianças até dois anos), campanha de IST's com distribuição de preservativos, testes rápidos e acompanhamentos aos enfermos, acompanhamento de hiperdia, tuberculose, hanseníase e leishmaniose.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os programas de SCFV com cerca de 44 idosos e 176 crianças; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que atende 80 famílias; Programa Criança Feliz que acompanha 100 famílias; Benefício de Prestação continua o número de benefícios aos idosos foi de 138 e dos deficientes 421; tarifa social de energia elétrica com famílias de baixa renda; ajuda funerária; cesta básica; capacitações; oficinas de produção de bolos, salgados, comidas, artesanatos e tapetes. Há um CRAS, um Conselho Tutelar e um CREAS.

Economia

O município ocupava em 2018 a 86º posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 173,647 milhões, correspondendo a 0,19% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 85,614 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 68,338 milhões, o industrial com R\$ 11,183 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 8,512 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 358,00 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura no município é itinerante e mecanizada com destaque para a produção de milho, arroz, feijão, banana, mandioca, hortaliças, melancia, tomate, pimentão, inhame e cana-de-açúcar. Este último, mecanizado, plantado em grandes extensões de terras, beneficiada no próprio município, gerando como subprodutos o açúcar e o álcool exportados para São Luís.

Os demais produtos são todos comercializados no próprio município com exceção do inhame que é exportado para os municípios Imperatriz, Porto Franco e Estreito.

Há no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campestre do Maranhão 5.000 associados, porém somente 700 são ativos. No Sindicato dos trabalhadores Rurais, Agricultores e Agriculturas Familiares de Campestre do Maranhão tem 522 associadas.

Agricultura Temporária

Entre 2010 e 2019 à área colhida na agricultura temporária aumentou 1%, a quantidade produzida 3% e o valor da produção 79%. Nesse intervalo de tempo os hectares colhidos do arroz diminuíram 90%, a cana-de-açúcar 20%, o feijão 81% e a mandioca 3%; a área milho cresceu 352%. Na quantidade produzida o milho obteve crescimento de 621% e a cana-de-açúcar 1%, enquanto que o arroz decaiu 85%, o feijão 75% e a mandioca 8%. O rendimento médio do arroz subiu 46%, o da cana-de-açúcar 26%, o do feijão 31%, o da mandioca 5% e o do milho 59%. No valor da produção o arroz desvalorizou 72% e o feijão 39%; valorizaram-se a cana-de-açúcar 59%, a mandioca 98% e o milho 965%. A fava, a melancia e o tomate não foram analisados, devido ao fato de a primeira ser registrada apenas em 2019 e os últimos somente em 2010 (**Tabela 26**).

Em 2010, dos 7.366 hectares colhidos, 88% eram de cana-de-açúcar, 7% de milho, 3% de arroz, 2% de feijão e menos de 1% para a mandioca, melancia e tomate. Das 457.049 toneladas, a cana-de-açúcar correspondeu a quase 100%, enquanto os demais produtos representaram menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 26**. Referente ao valor da produção, dos R\$ 23,642 milhões, a cana-de-açúcar contribuiu com 96%, o milho com 2%, o arroz com 1%, o feijão, a mandioca, melancia e o tomate representaram menos de 1% cada.

Em 2019, dos 7.476 hectares colhidos, a cana-de-açúcar equivaleu a 70%, o milho 29%, o arroz, a fava, o feijão e a mandioca a menos de 1% cada. Na quantidade produzida, das 470.079 toneladas, 98% foram de cana-de-açúcar, 2 % de milho e ambos com menos de 1% o arroz, a fava, o feijão e a mandioca. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 26**. No valor da produção, dos R\$ 42,239 milhões, a cana-de-açúcar cooperou com 85%, o milho com 14% e os demais produtos com menos de 1% cada.

Tabela 26 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	200	21	360	55	1.800	2.619	162	46
Cana-de-açúcar	6.500	5.225	455.000	460.098	70.000	88.057	22.750	6.062
Fava	-	2	-	1	-	500	-	7
Feijão	152	29	60	15	394	517	93	57
Mandioca	30	29	240	220	8.000	586	48	95
Melancia	3	-	25	-	8.333	-	7	-
Milho	480	2.170	1.344	9.690	2.800	4.465	561	5.972
Tomate	1	-	20	-	20.000	-	21	-
Total	7.366	7.476	457.049	470.079	111.327	103.744	23.642	42.239

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Observa-se que a produção de cana-de-açúcar no município é preponderante, principalmente para a produção de biocombustíveis, sendo uma das principais atividades econômicas geradoras de emprego em Campestre do Maranhão.

Agricultura Permanente

No intervalo de 2010 a 2019 a área colhida da agricultura permanente diminuiu 7%, a quantidade produzida 24% e o valor da produção cresce 7%. Os hectares colhidos com bananas cresceram 2% e os dos limões diminuíram 67%. Nas toneladas produzidas, a banana e o limão decresceram -22% e -77% respectivamente. O rendimento médio ocorreu variação negativa de 24% para a banana e 31% para o limão. No valor da produção, a banana oscilou positivamente 8%, enquanto a do limão foi de -50%.

Em 2010, dos 46 hectares de área colhida, 40 hectares eram de banana (87%) e 6 hectares de limão (13%). Das 835 toneladas produzidas, 800 toneladas foram de banana (96%) e 35 toneladas de limão (4%). O rendimento médio da banana naquele ano foi de 20.000 kg/ha e o do limão 5.833 kg/ha. Referente ao valor da produção, dos R\$ 532 mil, a banana contribuiu com R\$ 520 mil (98%) e o limão com R\$ 12 mil (2%).

Em 2019, dos 43 hectares colhidos da lavoura permanente, 41 hectares eram destinados a banana (95%) e 2 hectares para o limão (5%). Das 632 toneladas produzidas, 624 toneladas foram de banana (99%) e 8 toneladas de limão (1%). O rendimento médio da banana foi de 15.220 kg/ha e o do limão 4.000 kg/ha. No valor da produção, dos R\$ 568 mil, a banana participou com R\$ 562 mil (99%) e o limão com R\$ 6 mil (1%).

Horticultura

Cultivada em baixo da linha de transmissão de energia elétrica da ELETRONORTE a produção de hortaliça do município (**Figura 34**) tem como principais produtos a couve, alface, cebolinha, cheiro verde e rúcula que são comercializados no próprio município.

Figura 34 – Cultivo de hortaliça na sede de Campestre do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

A horticultura no município, no ano de 2017, apresentou 87 toneladas de quantidade produzida e vendida, resultando em R\$ 127 mil no valor da produção (IBGE, 2019).

O inhame teve uma produção de 18 toneladas produzidas e vendidas, resultando num valor de R\$ 23 mil. Os outros produtos não apresentaram dados quantitativos, porém foi constatado em trabalho de campo que a horticultura no município produz outras hortaliças.

Pecuária

Entre 2010 e 2019 o rebanho efetivo da pecuária aumentou 54%. Com exceção dos bubalinos, que aparecem somente no ano de 2019, todos os demais rebanhos cresceram com os seguintes valores: bovinos 44%, equino 84%, suíno 109%, caprino 117%, ovino 442% e galináceos 75%.

Em 2010, das 46.165 cabeças, o bovino correspondeu a 74%, galináceos 23%, equino e suíno 1% cada, caprino e ovino com menos de 1%. No ano de 2019, dos 71.040 animais, o rebanho bovino foi equivalente a 69%, galináceos 26%, suíno 2%, equino e ovino ambos com 1% e bubalino e caprino menos de 1% (**Tabela 27**).

Tabela 27 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidades)	Nº de cabeças (Unidades)
Bovino	34.217	49.360
Bubalino	-	12
Equino	401	738
Suíno	679	1420
Caprino	40	87
Ovino	149	808
Galináceos	10.679	18.615
Total	46.165	71.040

Fonte: IBGE – Pesquisa pecuária municipal (2010 e 2019)

Na produção de origem animal quantificou-se 3,376 milhões de litros de leite equivalentes a R\$ 3,207 milhões de reais e 34 mil dúzias de ovos de galinha com o valor de R\$ 183 mil reais (IBGE, 2019).

Extrativismo

No extrativismo vegetal de 2019, o IBGE identificou três produtos, sendo estes o carvão vegetal, a amêndoa de babaçu e a lenha. Os dois primeiros são dados em toneladas, enquanto o último é mensurado em metros cúbicos. Da quantidade produzida, 78% é de carvão vegetal, a lenha tem 20%, e 2% de amêndoa de babaçu.

Referente ao valor da produção, dos R\$ 174 mil, o carvão vegetal participou com 85%, o babaçu com 14% e a lenha com 1% (**Tabela 28**).

Tabela 28 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Toneladas)	(Metros cúbicos)	
Babaçu (amêndoa)	9	-	25
Carvão vegetal	353	-	148
Lenha	-	89	1
Total	362	89	174

Fonte: IBGE – Pesquisa Extrativista Municipal (2019)

Pesca e Aquicultura

A pesca no município é artesanal realizada em ambiente fluvial, no rio Tocantins, utilizando canoas, sendo as principais espécies a curimatá (*Prochilodus* sp.), voador (*Hemiodus argenteus*) e piau (*Leporinus friderici*).

Em relação à aquicultura, na quantidade produzida, dos 76.610 quilogramas produzidos, 90% foram de tambacu, tambatinga; 7% de tambaqui; 2% pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim; 1% pacu e patinga; jatuarana, piabanha, piracanjuba e pirarucu registraram menos de 1%.

No valor da produção, dos R\$ 481 mil, 87% foi a cooperação do tambacu, tambatinga; 7% do tambaqui; 3% do pintado, cachara, cachapira, pintachara, surubim; 2 % pacu e patinga; 1% jatuarana, piabanha e piracanjuba; e o pirarucu com menos de 1% (**Tabela 29**).

Tabela 29 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécies	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Jatuarana, piabanha e piracanjuba	505	6
Pacu e patinga	1.010	7
Pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim	1.205	12
Pirarucu	215	3
Tambacu, tambatinga	68.650	420
Tambaqui	5.025	33
Total	76.610	481

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

As fábricas existentes são: uma de extração de minerais não metálicos, 13 de fabricação de produtos alimentícios, cinco de confecção de artigos do vestuário e acessórios, duas de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, duas de fabricação de produtos de madeira, uma de impressão e reprodução de gravações, duas de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (**Figura 35**), uma de fabricação de produtos de borracha e de material plástico, nove de fabricação de produtos de minerais não metálicos, duas de fabricação de móveis, duas de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, uma de captação, tratamento e distribuição de água, uma de coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais, dez de construção de edifícios, duas de obras de infraestrutura e 24 de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Figura 35 – Indústria para fabricação de biocombustíveis



Fonte: IFMA – Campus Porto Franco

Comércio

O comércio varejista é composto por quitandas, supermercados, feiras e um mercado. Os estabelecimentos comerciais concentram-se nas ruas São José, Ovídio Gomes e Avenida Juscelino Kubitschek.

Existiam no município 33 estabelecimentos de reparação de veículos automotores e motocicletas, 10 de comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 340 de comércio varejista (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município são: o rio Tocantins, com suas praias no período de estiagem, o rio Lajeado, as festas regionais e religiosas.

Os pratos típicos registrados são arroz misturado (arroz e feijão), churrasco, peixe, galinha caipira, chambari e a panelada ao azeite do coco babaçu.

Na parte do artesanato há produtos oriundos da modelagem da madeira e ferro.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação encontram-se no município um hotel e 20 estabelecimentos similares do tipo restaurantes, churrascaria e lanchonetes (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados por quadrilhas juninas que se apresentam nas festas típicas de junho juntas com os eventos vinculados à Secretaria da Educação.

Outros eventos realizados no município são: o desfile de comemoração da Independência do Brasil no dia 7 de setembro; aniversário da cidade em 10 de novembro; dia do evangélico, comemorado na segunda terça-feira do mês de agosto; gincana escolar; cavalgada em setembro.

Para o entretenimento o município dispõe de uma biblioteca pública, a escola de música Fanfaima, uma escola de artes marciais, um Parque de Vaquejada denominado de Will Brito, três quadras poliesportivas, um estádio futebol denominado Murição (**Figura 36**), a boate Calamazu, onde pode-se escutar o forró, ritmo musical mais apreciado pelos habitantes, além de vários bares espalhados pelo território municipal.

Os ritmos musicais mais apreciados pela população local são o forró, o sertanejo e o gospel.

Figura 36 – Campo de futebol na sede municipal



Fonte: IMESC (2019)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Porto Franco, possui cartório e delegacia. Faz parte da 46ª zona eleitoral; possuía 10.090 eleitores e 9 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

Predomina no município os católicos que possuem cinco igrejas distribuídas duas na zona urbana e três na rural, com destaque para a Igreja Matriz de São Raimundo Nonato (**Figura 37**) padroeiro do município festejado entre os dias 22 a 31 de agosto. As outras festas católicas são a de São Francisco, São José e Nossa Senhora da Conceição.

Figura 37 – Igreja Matriz de São Raimundo Nonato



Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos possuem vários templos espalhados pelo território municipal, especialmente na sede, sendo as principais congregações: Assembleia de Deus, Batista e Quadrangular.

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o percentual de católicos foi de 68%, o de evangélicos 19%, sem religião 13%, outras religiões e espíritas menos de 1% (**Tabela 30**).

Tabela 30 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	9.030
Evangélicos	2.529
Espírita	9
Outras religiões	59
Sem religião	1.741
Total	13.368

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento e tratamento de água é realizado através dos poços artesianos cuja responsabilidade na sede municipal é do SAAE. Com relação ao esgotamento sanitário, o município não possui infraestrutura para a coleta dos efluentes domésticos.

O lixo é coletado duas vezes na semana nas ruas da cidade, utilizando-se caçambas que depositam os resíduos sólidos em um aterro sanitário a 5 km da cidade.

A distribuição da energia elétrica acontece em todas as localidades do município, sendo de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, que possui uma subestação no território municipal. De acordo com essa empresa, dos 9.648.413 Mwh consumidos em 2018, 61% foi residencial, 9% industrial, 8% comercial, 7% serviço público, 6% rural e iluminação pública e 4% poder público (Tabela 30).

Tabela 31 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	5.863.537
Industrial	830.695
Comercial	733.949
Rural	549.243
Poder público	357.966
Iluminação pública	617.261
Serviço público	695.762
Total	9.648.413

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco, uma lotérica e uma agência dos Correios.

Prestando o serviço de telefonia móvel há as operadoras OI, TIM e CLARO, que também oferecem os sinais de acesso à internet, assim como as empresas Júpiter e Mais Net.

Transporte

A distância de Campestre do Maranhão para São Luís é de aproximadamente 707 km pelas seguintes rodovias: BRs 135, 222 e 010. As sedes municipais mais próximas são Ribamar Fiquene a 27 km e Porto Franco a 21 km.

Predomina no traslado intermunicipal o deslocamento realizado por ônibus, micro-ônibus, vans e táxis que começam a circular entre 5h às 19h e que geralmente passam pela sede a cada 30 min. No traslado urbano/rural os veículos mais utilizados são motocicletas e d-20

conhecidas popularmente como pau-de-arara. Dentro do espaço urbano o transporte mais utilizado são os mototáxis, táxis e motocicletas.

A ferrovia Norte-Sul passa no Oeste do territorial municipal, mas não há terminais ferroviários no município.

6 CIDELÂNDIA

Símbolos Municipais⁷



Brasão

O brasão de armas de Cidelândia é um escudo, nas cores amarela e azul separadas por uma faixa branca diagonal ascendente da esquerda para a direita. Centralizada horizontalmente no alto do brasão está contido sobre uma faixa branca o nome Cidelândia na cor azul.

No centro do escudo há um círculo de formato oval na posição vertical, dividido por uma linha vertical central. Na parte superior esquerda do círculo, duas partes das cores da bandeira municipal de Cidelândia e na parte inferior esquerda do círculo uma pena e um lápis. Na parte superior direita do círculo, um recorte da bandeira do estado do Maranhão e no canto inferior direito duas partes das cores da bandeira do Brasil.

⁷ Prefeitura Municipal de Cidelândia. Disponível em: <<http://www.cidelandia.ma.gov.br/a-cidade/simbolos-municipais>>



Bandeira

A bandeira de Cidelândia mede 1,60 m de largura por 1,10 m de altura, o que corresponde a 1.76 centímetros quadrados. Essa base em forma de retângulo é de cor azul que representa o céu e o horizonte. É sobreposta por duas faixas pintadas que se alargam proporcionalmente no sentido diagonal ascendente da esquerda para direita. A faixa mais acima (superior) é de cor amarela e simboliza as riquezas do município, principalmente o arroz, um dos alimentos mais apreciados, cuja produção já foi a principal atividade e fonte de renda do município.

A faixa (inferior) é de cor branca e representa a paz e a harmonia que predominam na cidade. No alto à esquerda sobre o retângulo azul está uma estrela de 16 pontas, sendo quatro pontas maiores que separam as pontas menores em grupos de três, também na cor amarela e representa o bravo povo cidelandense que se sobressai aos obstáculos e alcança o sucesso sem deixar as suas raízes.

Hino

I

No seio da Pré-Amazônia
Com o ciclo da exploração
Da bravura de Mendes e Josinos
Brota o sonho da concepção

Terra gloriosa e fértil
Solo dos babaquais
Do encanto e cultura diversa
E da esperança que a vida traz

*Por Cidelândia amor manifesto
Rainha do meu coração
E a tua gente externa progresso
Cidade da minha nação
(bis)*

II

No teu leito desponta beleza
Rios e vegetação
Correm as águas dos frades
Do Andirobal em teu coração

E diante desta poesia
Trago homenagens então
Aos pioneiros guerreiros
De ontem e sempre de toda a união

*Por Cidelândia amor manifesto
Rainha do meu coração
E a tua gente externa progresso
Cidade da minha nação
(bis)*

Letra: Elivan Braz e Valdenir Fernandes Silva

Localização

O município de Cidelândia localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo IMESC, está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte o estado do Pará e o município Açailândia; ao Oeste com o município Vila Nova dos Martírios; ao Sul com o estado do Tocantins e o município Imperatriz; ao Leste com os municípios São Francisco do Brejão e Açailândia (**Figura 38**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 04°46'40" de latitude e -48°01'29" de longitude, Oeste -48°03'28" de longitude e -04°48'13" de latitude, Sul -05°19'59" de latitude e -47°50'22" de longitude e Leste -47°32'17" de longitude - 05°09'20" de latitude.

Extensão

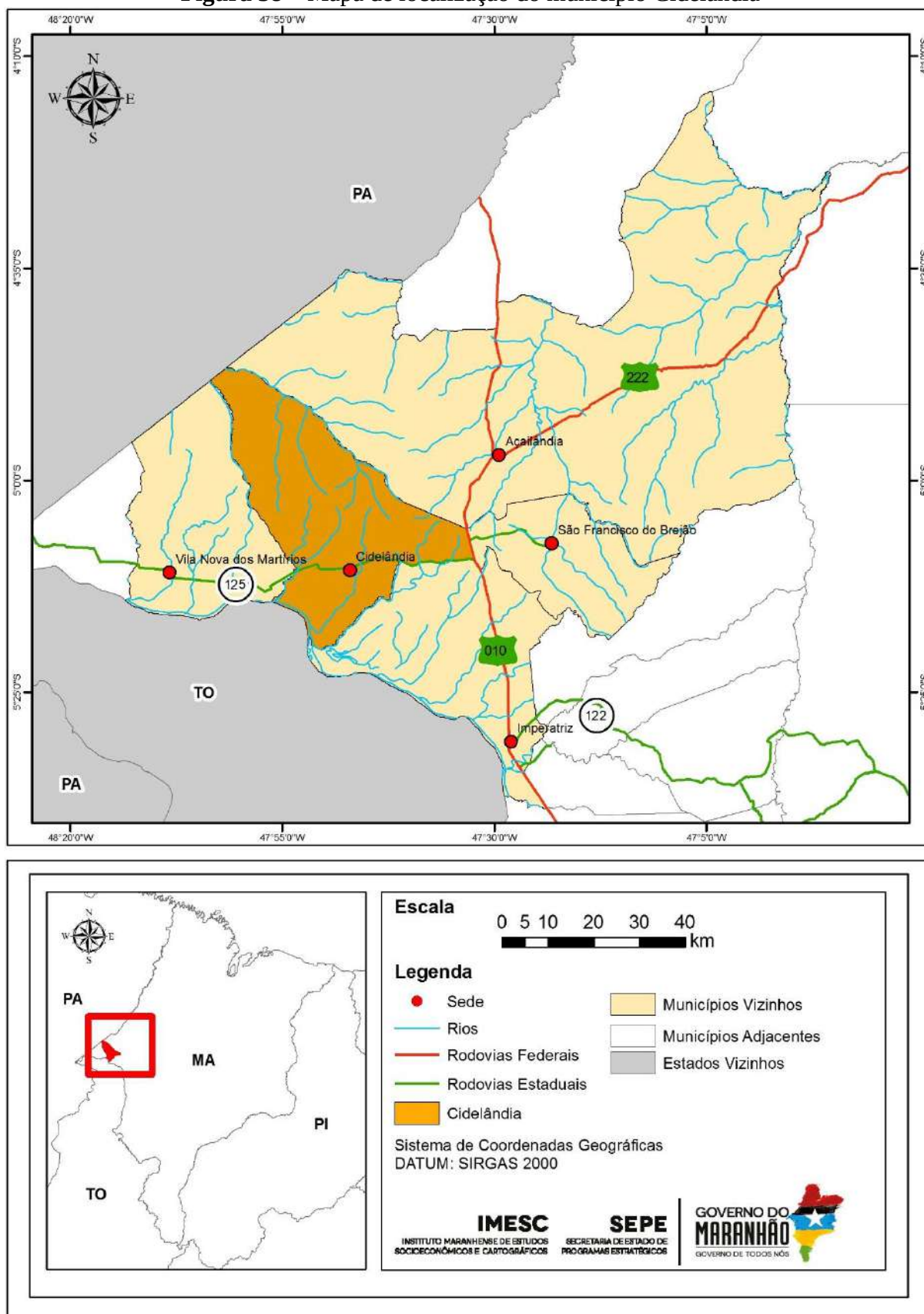
O município possui uma área de 1.464,034 km² (IBGE, 2019), ocupando a 69ª posição no ranking estadual, representando 0,44% do Maranhão. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense está na 5ª posição com 5,65% desse território regional.

Processo de Ocupação⁸

Pode-se considerar a história da organização do espaço geográfico do município de Cidelândia a partir do final do século XVII, com a fundação, por missionários jesuítas, de um aldeamento chamado Campo dos Frades, localizado às margens do rio Tocantins. O interesse dos religiosos era catequizar ao menos uma parte das numerosas tribos indígenas que habitavam as terras adjacentes ao grande rio. Durante quase um século (1850 a 1950) a ocupação do território de Cidelândia se processou de forma extremamente vagarosa, com a formação de singelas vilas de pescadores e de algumas fazendas para a criação de gado às margens do rio Tocantins. Alguns desses núcleos populacionais se extinguiram com o passar do tempo, ao passo que outros deram origem a povoados que existem até os dias atuais. Também havia no interior da região, inúmeras famílias de pequenos agricultores que atraídos pelas vastas extensões de terras devolutas, abriam veredas na mata fechada a fim de instalar suas roças, onde cultivavam arroz, milho, feijão e mandioca para seu próprio consumo, cujos excedentes eram comercializados em Imperatriz.

⁸ Prefeitura Municipal de Cidelândia. **Plano Municipal de Educação 2015 – 2025**. Cidelândia, 2015.

Figura 38 – Mapa de localização do município Cidelândia



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Assim, o primeiro povoado foi o “Frades” que sofreu influência no ano de 1968 quando da instalação da Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia (CIDA), com incentivos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e com recursos financiados pelo Banco da Amazônia (BASA). A empresa explorava e comercializava madeira de lei como cedro, pau-rosa, maçaranduba, mogno e outras. O local escolhido para funcionamento da empresa foi aproximadamente a 4 km do povoado, na margem direita do rio Tocantins. O Sr. Edson Rosa Caldeira foi o funcionário da região que colaborou no processo de implantação da companhia, o qual convidou para lhe auxiliar o Sr. Raimundo Josias Mendes que se mudou para o acampamento que ficava localizado no encontro das estradas carroçáveis, que se tornaram na atualidade a Estrada do Arroz e a Rodovia MA 125 que liga o município a BR 010 (Belém-Brasília), local que em seguida foi chamado de Entroncamento da Cida e ficava nas proximidades de um riacho, hoje conhecido como riacho Cidelândia; assim começou a surgir o pequeno vilarejo composto por casas de taipa cobertas com palha de babaçu.

Incentivados pelos empregos criados pela empresa, várias famílias vieram em busca de trabalho e assim deu-se o processo de povoamento. Considerado o primeiro morador, Josias Mendes tornou-se comerciante e depois representante político da localidade; os outros moradores que chegaram para a localidade foram: Júlio Josino Farias, Manoel Trindade, Miguel Lima, Benoni Aires Gomes, José Pedro Coelho Neto (Sábã) e Adriano Ribeiro Pinto e irmãos. E, já no início dos anos 1970 chegaram Vicente Felizardo, Antônio Frazão Pereira, João Alves dos Santos, os irmãos José e Antônio Serafim, José Alberto Sobrinho e várias famílias de agricultores que foram atraídos pela disponibilidade das terras e suas condições, vindos das cidades dos estados do Maranhão principalmente das cidades de Tuntum, Dom Pedro e Presidente Dutra e os demais da região conhecida como Japão Maranhense que naquela época passava por grande estiagem. Vieram também dos estados de Goiás, Pará, Piauí, Ceará, Bahia, dentre outros. Assim, a povoação cresceu e foi batizada de Cidelândia (fusão de CIDA e lândia).

Embora o período de funcionamento da empresa CIDA tenha sido de pouco tempo do final do ano de 1968 a meados de 1971, deu-se a fundação do povoamento e influenciou no aumento populacional nas proximidades, ocasionando a expansão do núcleo e ainda favorecendo o surgimento de diversos pequenos povoados como São João do Andirobal, Viração, e outros onde predominaram as principais atividades econômicas como a extração de madeira, agricultura e a pecuária extensiva.

Os fatores que contribuíram para o crescimento de Cidelândia foram: a implantação do Projeto Grande Carajás através da Companhia Vale do Rio Doce, que começou com a construção da Ferrovia Carajás do Porto Ponta da Madeira em São Luís a Serra dos Carajás no

Pará, nos anos 1982 a 1985. A febre do ouro em Serra Pelada a partir de 1980, as ocupações de terras nos anos de 1993 a 1997, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, deram origem aos assentamentos, Itaiguara I e II, São Jorge e Sol Brilhante I e II, os quais hoje são povoados que integram o município. Em seguida, a implantação do Projeto de Celulose inicialmente com a Empresa CELMAR, nos anos 1990, são fatores que atraíram pessoas de várias outras localidades em busca de emprego e melhoria de condições de vida, ocasionando ainda mais o crescimento da população e do povoado, de forma desordenada e ocasionando uma demanda de serviços públicos bem maiores que as condições disponíveis.

Insatisfeitos com os serviços prestados pela administração do município de Imperatriz, do qual Cidelândia era um dos distritos, as lideranças locais começaram a luta pela emancipação política administrativa da localidade. No início dos anos 1990 foi criada a CCC (Comissão das Classes de Cidelândia), que congregou sindicalistas, associações, lideranças comunitárias, Igreja Católica, Igrejas evangélicas e representantes de todos os partidos políticos da época. Dentre os principais membros da CCC destacam-se: Domingos Lopes de Souza, Adão Soares de Oliveira, Antonia Barbosa Torres, Ivan Antunes Caldeira, Wilson João da Silva, Juarez Teixeira da Silva, Diomédio Moreira da Silva, José Luís Silva Nascimento, João Paulo Abreu Sousa, Raimundo Nonato Ferreira Horas, Valdeci Tavares da Silva, José Onestaldo Oliveira Lima, Pedro Pereira de Carvalho Sá, Antônio Ferreira Milhomem, José Alves Oliveira (Zé Garimpeiro), Maria Alves Feitosa (Tia Maricota), Flávio Cláudio Araújo Feitosa, Ozéas Maracaípe, José Eula da Silva e Nagibe Oliveira.

Havia uma articulação grande em torno do processo emancipatório no estado, e em janeiro de 1992 foi aprovada a Lei Estadual Complementar nº 015 que determinava critérios para a emancipação político administrativa de povoados e distritos no Maranhão. Assim a CCC levantou os dados para o projeto de lei elaborado com assessoria do Dr. Sálvio Dino, que foi apresentado na Assembleia Legislativa pelo deputado Francisco Lima, conhecido como Chico do Rádio. Em novembro de 1992 foi aprovada a Resolução nº 7.767 que regulamentou a realização da consulta plebiscitária nas 81 localidades que desejavam emancipar-se, e a partir dessa data foram realizadas campanhas de conscientização da população sobre os benefícios da independência do novo município. O plebiscito foi realizado em 19 de junho de 1994, o resultado foi positivo, o sonho tornou-se realidade.

Assim, foi criado o município Cidelândia no estado do Maranhão, através da Lei Estadual nº 6.142 de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Imperatriz, sancionada pelo então Governador José de Ribamar Fiquene. A implantação só aconteceu em 01 de janeiro de 1997, com a posse do primeiro prefeito chefe do Poder Executivo, o Sr. José Antônio Lisboa

Neto (1997/2000); posteriormente foram eleitos: Augusto Alves Teixeira (2001/2004), José Carlos Sampaio (2005/2008 e 2009/2012), Augusto Alves Teixeira (2013/2016), que faleceu em 2013, assumindo o vice-prefeito Ivan Nunes, depois foi eleito Fernando Augusto Coelho Teixeira (2016/2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município de Cidelândia faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a cinco unidades principais: Formação Ipixuna, Formação Codó, Grupo Itapecuru, Coberturas Detrito-Lateríticas Paleogênicas e Aluviões Holocênicas.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é composta por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

A Formação Codó, ocupa uma pequena área do município; constitui-se por folhelhos cinza-escuros a pretos e cinza-esverdeados com intercalações de siltitos, arenitos, calcários e gipsita.

O Grupo Itapecuru, ocupa grande parte do município, é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos

conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

As Coberturas Detrito-Laterítica Paleogênica são caracterizadas por se constituir da base para o topo de: zona argilosa calinítica; zona bauxítica com concreções e lentes gibsíticas; zona ferruginosa concrecionária; zona pisolítica nodular, capeamento argiloso, no topo.

Os Aluviões Holocênicos, encontram-se ao longo do rio Tocantins, são compostos por depósitos grossos a conglomeráticos de residuais de canal, arenosos relativos a barra em pontal, pelíticos representando àqueles de transbordamento e fluviolacustres.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, sendo representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenado pelos vales de vários rios.

O relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Destaca-se, ainda, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo do fundo de vale. Entretanto, essa planície torna-se bem mais larga em seu baixo curso, próximo à confluência do rio Araguaia.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. As planícies aluviais do baixo, rio Tocantins, encontram-se embutidas em cotas ainda mais baixas, entre 100 e 150 m (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, luvisolos e neossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao

intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os latossolos amarelos distróficos.

Os luvisolos compreendem solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B textural com argila de atividade alta e saturação por bases altas, imediatamente abaixo de horizonte A ou horizonte E. Estes solos variam de bem a imperfeitamente drenados, sendo normalmente pouco profundos, moderadamente ácidos a ligeiramente alcalinos. Se destacam no município os luvisolos háplicos órticos.

Os neossolos são constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando nenhum tipo de horizonte B diagnóstico. Em razão de características inerentes ao próprio material de origem (como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica), que pode se dá pela influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos solos. Esses solos são encontrados principalmente próximo ao leito do rio Tocantins, destacando os neossolos flúvicos eutróficos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia do rio Tocantins, cujo o rio homônimo banha o território municipal ao Sul. O referido rio possui como afluentes: Córrego Bom Jesus (com os tributários Igarapé Jacamim e Córrego Água Branca), Igarapé Andirobal (com o afluente Brejo Bandeirão), Córrego Frades e da Lontra. Ao Norte corre o rio Ararandeua com os afluentes Córrego da Prata e Jabuti.

Vegetação

A vegetação é composta pela floresta ombrófila aluvial e submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas do vale do rio Tocantins onde se destacam as palmáceas: açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia Vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planaltos com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto

porte, algumas ultrapassando 50 metros. Entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa guianensis*). Essa se encontra bem descaracterizada, restando poucas áreas com esse tipo de vegetação (IBGE, 2012).

Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, apresenta porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73% e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Relacionado com as áreas de proteção ambiental, encontra-se no território municipal a Reserva Extrativista do Ciriaco.

Espaço Urbano

A cidade de Cidelândia desenvolve-se em uma área de planície ao longo dos entroncamentos das rodovias MA 125 e MA 386, esta última denominada também de rodovia Padre Jósimo Tavares, mais conhecida como Estrada do Arroz.

A MA 125 atravessa a sede municipal no sentido Leste/Oeste, recebendo nesse espaço as denominações de Avenidas Presidente Médici e 15 de Novembro (**Figura 39**). A referida via possui um canteiro central arborizado com palmeiras imperiais e grama, estende-se por aproximadamente 3,27 km. Ao longo desse percurso encontram-se postos de combustíveis, o hospital municipal, o prédio do farol da educação, hotéis, lanchonetes, bares, residências e comércios que, à medida que se aproximam do cruzamento com a MA 386 tornam-se mais concentrados. Notou-se em trabalho de campo que na extremidade Oeste daquela avenida, encontra-se uma nova área de expansão da cidade.

Figura 39 – Vista parcial da MA 125 em Cidelândia



Fonte: IMESC (2019)

Na MA 386 (1,03 km de comprimento na sede municipal denominada de Avenida Henrique de La Roque/**Figura 40**) encontram-se o prédio da prefeitura, Câmara Municipal, o cemitério, bancos e comércios que se aglutinam nas proximidades do entroncamento com a MA 125 e nas ruas paralelas, onde encontra-se o mercado municipal.

Figura 40 – Avenida Henrique de La Roque



Fonte: IMESC (2019)

Além das estradas mencionadas compõem a malha viária da sede ruas e travessas, pavimentadas com asfalto e bloquetes. Somam-se a esses logradouros as praças José Sarney, da Matriz (**Figura 41**) e a de eventos.

Figura 41 – Vista parcial da Praça da Matriz



Fonte: IMESC (2019)

Os bairros da cidade são: Vila Davi, Cohab, Vila Vitória, Jardim Boa Vista, Luís Fernando, Teixeira, Residencial Cinco Estrelas, Residencial Meio Norte, Pequizeiro, Albenir, José Sampaio e Parque Samaritano.

Espaço Rural

O espaço rural é composto por 22 localidades com destaque para os povoados São João, Viração, Trecho Seco, São Domingos e os assentamentos Sol Brilhante I, Sol Brilhante II, São Jorge, Itaguará I, Itaguará II e Vilinha. Outras localidades rurais são: Ciriaco, Alto Bonito, Viração, Frades, São Francisco, Jacamim, Grotão, Centro do Olímpio, Água Branca, Andirobal, São João do Andirobal, São Jorge, Cabeceira dos Frades, Galiléia, Córrego da Prata, Centro dos Henriques, Jurubíju, Santa Rita, Palmeirândia, Abraão e Cariri.

Utilização das Terras

Quanto à utilização das terras, salienta-se que em um estabelecimento pode ocorrer inúmeras atividades, portanto, torna-se inviável uma análise em percentual dos mesmos. Apesar

desse cenário, evidenciaram-se que os estabelecimentos estão ocupados principalmente por pastagens, lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; pastagens plantadas em boas condições; mata ou florestas naturais destinadas à preservação ou reserva legal; lavoura temporária; pastagens plantadas em más condições (**Tabela 32**).

Dos 110.550 hectares dos estabelecimentos no espaço rural (IBGE, 2017), 58% eram de pastagens plantadas em boas condições; 21% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal; 10% lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; 5% pastagens plantadas em más condições; 4% matas ou florestas plantadas; 2% lavouras temporárias; menos de 1% para as lavouras permanentes e matas e/ou florestas naturais. Não foram disponibilizados os hectares das pastagens naturais e dos sistemas agroflorestais (**Tabela 32**).

Tabela 32 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	30	129
Lavouras temporárias	343	2.461
Pastagens naturais	2	-
Pastagens plantadas em boas condições	664	64.291
Pastagens plantadas em más condições	119	5.750
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	527	22.856
Matas ou florestas naturais	5	154
Matas ou florestas plantadas	6	4.293
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	2	-
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	738	10.616
Total	-	110.550

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Em relação à condição do produtor, dos 816 estabelecimentos do município, 75% estavam na responsabilidade de proprietários, 22% concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, 2% com ocupantes e menos de 1% com comandatários e produtores sem área e parceiros. Como parcerias são feitas diretamente com os proprietários, a participação desses eleva-se um pouco mais (**Tabela 33**).

Dos 110.925 hectares, 94% eram de proprietários, 4% concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, 2% com comandatários e menos de 1% com ocupantes. Não foi disponibilizado os hectares do parceiro (**Tabela 33**).

Tabela 33 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	612	104.745
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	177	4.378
Parceiro	3	-
Comandatário	4	1.797
Ocupante	16	5
Produtor sem área	4	-
Total	816	110.925

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

O município Cidelândia classificou-se, em 2010, no 140º lugar no ranking populacional maranhense correspondendo a 0,21% da população estadual. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense referido município ocupou a 4ª colocação com 2,47% dos habitantes regionais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,600 ocupando a 58ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da população é de 14.777 habitantes. Sua densidade demográfica é de 10,09 hab./km²; e quem nasce no município é denominado de cidelandense.

Entre 2000 e 2010 a população aumentou 16%, com o crescimento populacional principalmente na área urbana com 31%, enquanto os habitantes da zona rural cresceram 6%. Quando se observa a variação por gênero, a população masculina aumentou 15% e a feminina 17%.

Em 2000 a população rural correspondia a 61%, a urbana 39%, a masculina 52% e a feminina 48%. No ano de 2010, a população rural foi equivalente a 56% dos habitantes, a urbana 44%, a masculina 51% e a feminina a 49% (**Tabela 34**).

Tabela 34 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	4.623	6.036
Rural	7.193	7.645
Masculina	6.100	7.011
Feminina	5.716	6.670
Absoluta	11.816	13.681

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Em 2018, a rede municipal de ensino registrou 3.212 alunos matriculados, distribuídos em 22 escolas, quatro na área urbana e 18 na área rural, sendo três com laboratórios de informática e 18 com espaços voltados para leituras. Com uma creche, 22 pré-escolas (algumas com salas multiseriadas na zona rural) e 21 com ensino fundamental.

Relacionado aos docentes, há 259 professores, todos com curso superior completo. Desse total dois são mestres e três em fase de conclusão do mestrado.

O município disponibiliza onze veículos para transporte escolar, livros didáticos, fardamento para os alunos e merenda com produtos da agricultura familiar.

Na rede estadual de ensino encontram-se matriculados 740 alunos na Unidade Integral Ezequiel Garcia com ensino médio. A referida escola possui 10 salas, uma biblioteca, um laboratório de informática e 27 professores todos com ensino superior completo. Existe um anexo dessa unidade no povoado São João do Andirobal. Ademais, há distribuição de livros didáticos, fardamento, merenda e quatro transportes escolar fornecidos pela prefeitura.

O ensino superior é oferecido na modalidade semipresencial com aulas nos fins de semanas e feriados, com os cursos de Pedagogia, História e Administração.

Os cursos técnicos oferecidos no município são de Enfermagem, Mineração, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho mantidos pelo Instituto de Educação Santo Agostinho (ITERSAG).

Saúde e Assistência Social

A referência em atendimento à saúde no município de Cidelândia é o Hospital Municipal Maria Alves Feitosa (**Figura 42**) que possui 20 leitos, realiza atendimentos de urgência/emergência, e consultas ambulatoriais. Os exames laboratoriais e de imagem são realizados na rede particular cadastrada no Sistema Único de Saúde (SUS).

As doenças com maior número de casos no hospital são hipertensão, traumas decorrentes de acidentes de motocicletas e quedas de cavalo, infarto, dengue e gripe.

Em casos mais graves o município dispõe de cinco ambulâncias que transferem os pacientes para os municípios de Açailândia ou Imperatriz. Para atendimento do público há quatro médicos (obstetra e clínicos gerais), três enfermeiros e oito técnicos de enfermagem.

Figura 42 – Vista parcial do Hospital Maria Alves Feitosa



Fonte: IMESC (2019)

Encontra-se dando assistência em todo território municipal cinco equipes do ESF, composta por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, com cinco profissionais nas duas primeiras áreas mencionadas e um na última. Na parte odontológica, existe cinco equipes de Saúde Bucal com um dentista em cada uma.

Dando suporte à rede de saúde municipal há cinco unidades básicas de saúde com Farmácias Básicas Populares para distribuição de medicamentos para a população, 14 postos de saúde, 38 agentes comunitários, distribuídos 14 na área urbana e 24 na rural, seis agentes de vigilância epidemiológica e quatro da vigilância sanitária.

Outras atividades realizadas na rede municipal de saúde são os programas Saúde na Escola e Saúde da Família e Educação Permanente, voltado para a capacitação e atualização dos profissionais municipais, acompanhamento dinâmico para pacientes que precisam de hemodiálise, além de aderir as campanhas de imunização e prevenção do calendário das redes federal e estadual.

A Secretaria de Assistência Social do município, desenvolve os programas de SCFV com cerca de 80 idosos, 65 crianças e 80 adolescentes; Programa de Atenção Familiar com atividades culturais e esportivas para grupos de mulheres e idosos; Programa Criança Feliz que atendeu 97 crianças entre 0 a 6 anos e três gestantes e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com 150 famílias.

Há no município um CRAS e um Conselho Tutelar. A Secretaria Municipal de Assistência Social informou que está em fase de implantação um CAPS.

Economia

O município ocupava em 2018 a 115ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 128,191 milhões, correspondendo a 0,14% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 82,562 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 33,364 milhões, o industrial com R\$ 5,200 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 7,066 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 263,53 reais (IPEA, 2013).

A economia do município estrutura-se principalmente no setor de serviços e agropecuária.

Agricultura

Os principais produtos agrícolas de Cidelândia são: melancia, milho, mandioca, feijão, couve, alface, cebolinha e coentro. Os dois primeiros são voltados para a comercialização no território municipal, enquanto os demais são destinados ao consumo da família do próprio produtor vendendo-se o excedente.

Destacam-se na produção agrícola os povoados Ciriaco, São Jorge, Taiguara e São Francisco.

Funciona um Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cidelândia com 1.200 associados, dos quais, aproximadamente, 500 são sócios ativos.

Agricultura Temporária

Entre 2010 e 2019 a área colhida aumentou 455%, a quantidade produzida 939% e valor da produção 2.480%. Referente aos hectares colhidos, o amendoim cresceu 400%, a mandioca 16%, a melancia 71%, diminuíram arroz 98%, feijão 18% e o milho 56%. Na quantidade produzida o amendoim aumentou 167% e a mandioca 10%, os demais produtos diminuíram em 98% o arroz, 10% o feijão, 4% a melancia e 19% o milho. Quanto ao rendimento médio, o amendoim oscilou negativamente 47%, a mandioca 6% e a melancia 44%, o feijão oscilou positivamente em 11% e o milho 86%; o arroz permaneceu estável. No valor da produção, com exceção do arroz que negativou 97%, os demais produtos valorizaram-se: 240% o amendoim, 144% o feijão, 141% a mandioca, 114% a melancia e 16% o milho. A fava e a soja não foram analisadas devido ter registro da primeira apenas no ano de 2010 e a segunda somente em 2019 (**Tabela 35**).

Em 2010, dos 953 hectares colhidos, 60% estavam relacionados com arroz, 32% com milho, 5% com feijão, 3% com mandioca, 1% com melancia e menos de 1% com amendoim e fava. Das 1.772 toneladas produzidas, 51% eram de arroz, 29% de milho, 11% de mandioca, 7% de melancia, 1% de feijão e menos de 1% de amendoim e fava. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 35**. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 815 mil, 60% foi a participação do arroz, 27% a do milho, 5% a da mandioca, 4% tanto para a melancia e feijão, 1% a do amendoim e de menos de 1% a da fava.

Em 2019, dos 5.288 hectares colhidos, 96% eram de soja, 3% de milho, 1% de feijão e mandioca cada e menos de 1% para a melancia, arroz e amendoim. Das 18.414 toneladas produzidas, 96% foram de soja, 2% de milho, 1% para a mandioca e a melancia cada, e menos de 1% para o amendoim, arroz e feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 35**. No valor da produção, dos R\$ 21,024 milhões, a soja participou com 98%, o milho com 1% e menos de 1% a mandioca, a melancia, o feijão, o amendoim e o arroz.

Tabela 35 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	1	5	3	8	3.000	1.600	5	17
Arroz	569	10	910	16	1.599	1.600	491	13
Fava	2	-	1	-	500	-	2	-
Feijão	44	36	21	19	477	528	32	78
Mandioca	25	29	200	219	8.000	7.552	39	94
Melancia	7	12	119	114	17.000	9.500	29	62
Milho	305	133	518	419	1.698	3.150	217	251
Soja	-	5.063	-	17.619	-	3.480	-	20.509
Total	953	5.288	1.772	18.414	-	-	815	21.024

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida diminuiu 650%, a quantidade produzida 624% e o valor da produção 529%. Neste intervalo de tempo os hectares colhidos do limão diminuíram 50%, a quantidade produzida 24% enquanto o seu valor de produção cresceu 71%. Os demais produtos não foram analisados, pois foram quantificados apenas no ano de 2010 (**Tabela 36**).

Em 2010, dos 98 hectares colhidos, 51% eram destinados a borracha, 26% a castanha de caju, 10% ao urucum, 5% a laranja, 4% ao limão, 3% ao maracujá e 1% para a banana. Das 118 toneladas produzidas, 36% de borracha, 14% de limão, 13% de maracujá, 12% de laranja, 11% de banana, 9% de urucum e 5% de castanha de caju. O rendimento médio pode ser observado na

Tabela 36. No valor da produção, a borracha contribuiu com 52%, o urucum com 19%, maracujá com 12%, banana e limão ambos com 5%, castanha de caju e laranja 4% cada.

Em 2019, não foi possível fazer o cálculo das distribuições dos percentuais, pois encontra-se na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (2019) apenas o limão, com 2 hectares de área colhida, 13 toneladas produzidas, rendimento médio de 6.500 kg/ha e R\$ 12 mil de valor da produção (**Tabela 36**).

Tabela 36 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana (cacho)	1	-	13	-	13.000	-	7	-
Borracha (látex coagulado)	50	-	42	-	840	-	79	-
Castanha de caju	25	-	6	-	240	-	6	-
Laranja	5	-	14	-	2.800	-	6	-
Limão	4	2	17	13	4.250	6.500	7	12
Maracujá	3	-	15	-	5.000	-	18	-
Urucum (semente)	10	-	11	-	1.100	-	28	-
Total	98	2	118	13	27.230	10.400	151	12

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Horticultura

As hortalças são produzidas em pequenas áreas geralmente voltadas para o abastecimento do mercado local.

No ano de 2017, a horticultura em Cidelândia apresentou uma produção de 17 toneladas, das quais 41% foram de milho verde, 24% de alface, 12% de coentro, 6% de cebolinha, maxixe, pepino e quiabo, cada. A quantidade vendida foi de 9 toneladas, em que 44% foram de alface, 11% de cebolinha, coentro, milho verde, pepino e quiabo cada (**Tabela 37**).

O valor da produção obtido foi de R\$ 40 mil, sendo 28% da participação da alface, 25% do coentro, 20% do milho verde, 15% da cebolinha, 5% do quiabo, 3% couve, maxixe e pepino cada.

Verifica-se que, o coentro, o maxixe e o milho verde apresentaram diferentes quantidades produzidas e vendidas, as demais foram iguais entre produção e comercialização. Isso pode ser explicado pelo fato dessas hortalças, além de serem comercializadas, também servirem para o consumo próprio dos produtores. Também são produzidos no município a batata-doce e o jiló (**Tabela 37**).

Tabela 37 – Quantidade Produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	4	4	11
Cebolinha	1	1	6
Coentro	2	1	10
Couve	-	-	1
Maxixe	1	-	1
Milho verde	7	1	8
Pepino	1	1	1
Quiabo	1	1	2
Total	17	9	40

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

Entre 2010 e 2019 ocorreu um acréscimo no rebanho de 34%, resultado do aumento dos bovinos em 9%, do equino 84%, do suíno 117%, do ovino 35% e dos galináceos 168%. O caprino diminuiu 11,5%.

Em 2010 o maior rebanho foi o bovino, das 110.452 cabeças detinha 82%, seguidos pelos galináceos que corresponderam a 14%, o ovino a 2%, equino e suíno 1% cada e menos de 1% para o caprino. Em 2019, dos 147.909 animais, o bovino equivaleu a 66,5%, os galináceos 27%, o suíno, equino e ovino ambos com 2%, bubalino e caprinos juntos com menos de 1% (**Tabela 38**).

Tabela 38 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidades)	Nº de cabeças (Unidades)
Bovino	90.059	98.507
Bubalino	-	9
Equino	1.594	2.932
Suíno	1.512	3.284
Caprino	214	189
Ovino	2.050	2.765
Galináceos	15.023	40.223
Total	110.452	147.909

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

O IBGE registrou em 2019, uma produção de 9,919 milhões de litros de leite, 63 mil dúzias de ovos de galinhas e 1.270 quilogramas de mel de abelha. O valor de produção foi de R\$ 9,492 milhões, com as seguintes participações: leite 96%, ovos de galinha 4% e o mel de abelha menos de 1% (**Tabela 39**).

Tabela 39 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	9.919	9.125
Ovos de galinha (mil dúzias)	63	343
Mel de abelha (quilograma)	1.270	24
Total	-	9.492

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

Na parte do extrativismo vegetal um dos principais produtos são os derivados do babaçu. Deste fruto aproveita-se para fazer o azeite e extrai-se o mesocarpo comercializados no próprio município. O endocarpo, é transformado em carvão e comprado pelas siderúrgicas da região que são atraídas pelo alto valor calorífero.

Outro produto extrativo é o açaí (comercializado como juçara). Desta fruta faz-se o suco que tem alto valor nutritivo e que a cada dia ganha mais espaço no mercado.

Em 2019, os produtos extrativistas vegetais quantificados pelo IBGE foram o açaí, a amêndoa de babaçu, o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora; a produção dos três primeiros é dada em toneladas e a dos dois últimos em metros cúbicos.

Das 584 toneladas produzidas, 65% foram de carvão vegetal, 34,4% do açaí e 0,6% da amêndoa do babaçu. Dos 155 metros cúbicos produzidos, a lenha e a madeira em tora corresponderam, respectivamente, a 80% e 20% da produção (**Tabela 40**).

Em relação ao valor da produção, dos R\$ 493 mil, o açaí corresponde a 59,6%, o carvão vegetal 36,2%, a amêndoa do babaçu 2,2%, a madeira em tora 1,6% e a lenha com menos de 0,4% (**Tabela 40**).

Tabela 40 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Toneladas)	(Metros cúbicos)	
Açaí (fruto)	202	-	294
Babaçu (amêndoa)	4	-	11
Carvão vegetal	378	-	178
Lenha	-	125	2
Madeira em tora	-	30	8
Total	584	739	493

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

No extrativismo mineral há extração de areia com dragas instaladas no Rio Tocantins, nas proximidades do povoado Viração.

Quanto à silvicultura, o único produto com informações quantificadas foi a madeira em tora de eucalipto para papel e celulose com uma produção de 11.401 metros cúbicos que tinha o valor de R\$ 1,025 milhão.

Pesca e Aquicultura

A pesca é realizada em ambiente fluvial, principalmente no rio Tocantins, com rede, tarrafa, anzol, linha e espinhel, utilizando embarcações como os casquinhos a motor, voltado para a auto alimentação do pescador. As principais espécies são: branquinha (*Curimata cyprinoides*) também conhecida como voador na região, piaui (*Leporinus friderici*), mandi (*Pimelodus blochii*), mapará (*Hypophthalmus spp.*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e caranha (*Lutjanus cyanopterus*).

A produção da aquicultura (IBGE, 2019), registrou a produção de 70.950 quilogramas, das quais tambacu, tambatinga corresponderam a 80%, tilápia 8%, curimatã, curimbatá e tambaqui 6% cada. O valor de produção foi de R\$ 468 mil, teve como renda por espécie: tambacu/tambatinga 79%, tilápia 8%, tambaqui 7% e o curimatã, curimbatá 6% (**Tabela 41**).

Tabela 41 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Curimatã, curimbatá	4.000	26
Tambacu, tambatinga	57.100	369
Tambaqui	4.350	34
Tilápia	5.500	39
Total	70.950	468

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Referente ao número de indústrias existentes no município há 13 de produtos alimentícios, uma de fabricação de bebidas, cinco de confecção de artigos do vestuário e acessórios, quatro de produtos de madeira, uma de fabricação de produtos de minerais não metálicos, sete de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, uma de imóveis, três de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, uma de coleta de resíduos não perigosos, cinco de construção de edifícios, três de construção de rodovias e ferrovias e 12 de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

O comércio é varejista, com polo abastecedor na cidade de Imperatriz. É composto por quitandas, supermercados, feiras e um mercado que se concentram no centro e no entrono e proximidade das praças do Mercado e José Sarney.

De acordo com o Ministério da Economia (2019), existiam 23 comércios para a reparação de veículos automotores e motocicletas; 12 por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 286 varejistas.

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município são as paisagens com vários morros, a cultura, e resquícios da Floresta Amazônia especialmente na Reserva Extrativista do Ciriaco, as trilhas para práticas de rali e o rio Tocantins.

No período de estiagem na região sudoeste maranhense, o nível do rio Tocantins diminui, aparecendo vários bancos de areia que são denominados pela população local de “ilhas” e em determinados casos praias. Em Cidelândia a praia que atrai mais pessoas é a da Viração (**Figura 43**), localizada a aproximadamente 22 km da sede municipal. No período de veraneio que ocorre entre os meses de julho e agosto são instaladas barracas e um palco para apresentações musicais atraindo moradores locais e da região. Nesse período também é realizada uma competição de motocross e a escolha da garota praia da viração.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação encontram-se no município quatro hotéis, uma pousada, oito restaurantes e seis lanchonetes.

Os pratos típicos registrados foram a galinha caipira, a panelada, o açaí (conhecido no estado do Maranhão também como juçara) e peixes em diversos sabores.

Figura 43 – Praia da Viração

Fonte: Cidelândia em Foco

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados por quadrilhas juninas, carimbó e cacuriá. Esses grupos, apresentam-se no arraial da cidade durante o período junino com a instalação das tradicionais barracas de palhas e palco para as atrações e shows. Referida estrutura é montada nas proximidades da prefeitura ou no centro de eventos da cidade.

Outros eventos realizados no município são: o desfile de comemoração da Independência do Brasil no dia 7 de setembro; aniversário da cidade em 10 de novembro; concurso de beleza; dia do evangélico; jogos escolares municipais; duas vaquejadas que acontecem em agosto nos parques Babaçu e Sales Junior com derrubada de bois, shows e concursos; uma cavalgada no mês de agosto saindo do povoado São Domingos até o parque de vaquejada; o carnaval concentra-se na Praça José Sarney com três dias de festas.

Para o entretenimento o município dispõe de uma biblioteca pública, sete bandas escolares de músicas com destaque para a Teresa Rodrigues Braga que é a banda oficial do município, uma escola de arte marcial, um Parque de Vaquejada denominado de Bom Menino, sete quadras poliesportiva, três ginásios esportivos com capacidade aproximada de 5.000 pessoas, três campos de futebol, duas casas de shows onde se pode escutar o forró, ritmo musical mais apreciado pelos habitantes local e vários bares espalhados pelo território municipal.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Imperatriz, possui cartório e delegacia. Faz parte da 98ª zona eleitoral; possuía 11.286 eleitores e 9 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

Predominam no município, o catolicismo com 23 igrejas, distribuídas cinco na zona urbana e dezoito na rural, com destaque para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (**Figura 44**) padroeiro do município festejado nove dias após o dia de Corpus Christi. Os outros festejos católicos são em homenagem a Nossa Senhora da Assunção no povoado Ciriaco, Nossa Senhora Aparecida e São João Batista.

Os evangélicos possuem 15 templos na área urbana e 20 na área rural, totalizando 35. As principais congregações são: Assembleia de Deus, Testemunha de Jeová, Universal do Reino de Deus e Adventista do Sétimo Dia.

As religiões de matriz africana estão representadas por quatro terreiros que realizam a festa para São Raimundo todos os anos com bebidas e comidas.

Figura 44 – Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus



Fonte: IMESC (2019)

Em 2010, de acordo com IBGE, das 13.681 pessoas registradas, 74% eram católicos, 20% evangélicos, 6% sem religião e outras religiões, espíritas, umbanda e candomblé representaram menos de 1% cada (**Tabela 42**).

Tabela 42 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	10.064
Evangélicos	2.698
Espírita	11
Umbanda e Candomblé	6
Outras religiões	36
Sem religião	866
Total	13.681

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é realizado através de poços artesianos cuja responsabilidade na sede municipal é da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), enquanto na zona rural são administrados pela prefeitura. Com relação ao esgotamento não há infraestrutura para a coleta dos efluentes.

A coleta do lixo é realizada na sede municipal e nos povoados São João, Viração, Ciriaco, Alto Bonito e São Domingos uma vez na semana, utilizando-se caminhão coletor e compactador e caçambas que depositam os resíduos em um lixão a céu aberto a 11 km da cidade.

A distribuição da energia elétrica é de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia com disponibilidade em todo município. De acordo com essa empresa, dos 10.019.979 Mwh consumidos, 57% foi residencial, 12% rural, 11% iluminação pública, 10% comercial, 5% serviço público, 4% poder público e 1% industrial (**Tabela 43**).

Tabela 43 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	5.707.264
Industrial	130.724
Comercial	989.153
Rural	1.218.569
Poder público	413.275
Iluminação pública	1.058.404
Serviço público	502.590
Total	10.019.979

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco e da cooperativa de crédito SICOOB, uma lotérica e uma agência dos Correios.

Prestando o serviço de telefonia móvel no município há a OI e CLARO, que também oferecem os sinais de acesso à Internet e a empresa Júpiter.

Referente aos meios de comunicação há à rádio Babaçu FM.

Transporte

A distância da cidade de Cidelândia para a cidade de São Luís é de aproximadamente 619 km pelas seguintes rodovias: BRs 135, 222 e MA 125. As sedes municipais mais próximas são a de Vila Nova dos Martírios a 42 km, Açailândia a 52 km e Imperatriz a 61 km.

Predomina no traslado intermunicipal o deslocamento realizado por táxis, motos e vans. Dentro do espaço urbano utiliza-se mais os táxis, mototáxis, motos e vans.

A ferrovia Estrada de Ferro Carajás possui 47 quilômetros de trilhos no territorial municipal, passando a 4 quilômetros do centro urbano, mas não há terminais ferroviários no município, os mais próximos ficam nos municípios de Açailândia e São Pedro da Água Branca.

7 DAVINÓPOLIS

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Nas margens
do Riacho do Cacau,
De um nobre ideal
Floresceu nossa cidade;

No verde do cerrado,
"O sinal da esperança"
Um sonho que virou realidade
Firmou-se uma grande aliança,
Entre o povo e o herói da liberdade

*Davinópolis, tua história
Retrata o teu sucesso,
Do "braço forte" do teu líder
Veio a chama do progresso!.....*

Teu pavilhão
Sempre imponente!
As cores do Brasil
Nele estão presentes;

Relicário pendão
Simboliza a vitória,
Do labor de teus filhos,
Depende, um futuro de glória.

(refrão)

Letra e Melodia: João de Sousa Dantas

O hino municipal presta uma honrosa homenagem ao fundador do município, o deputado Davi Alves Silva e ao mesmo tempo exalta os valores cívicos e patrióticos do povo davinopolitano na direção da construção do futuro do município.

Localização

O município Davinópolis localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região

de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com os municípios de Imperatriz e Senador La Rocque; ao Oeste com Imperatriz; ao Sul com Governador Edison Lobão; ao Leste com Buritirana (**Figura 45**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 30' 30" de latitude e -47°24'26" de longitude; Oeste -47°26'27" de longitude e -05°34'25" de latitude; Sul -05°39'29" de latitude e -47°18'07" de longitude e Leste -47°07'08" de longitude e -05°39'14" de latitude.

Extensão

O município ocupa a 196ª posição no ranking estadual em extensão com 335,767 km², representando 0,10% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a 17ª posição com 1,30%.

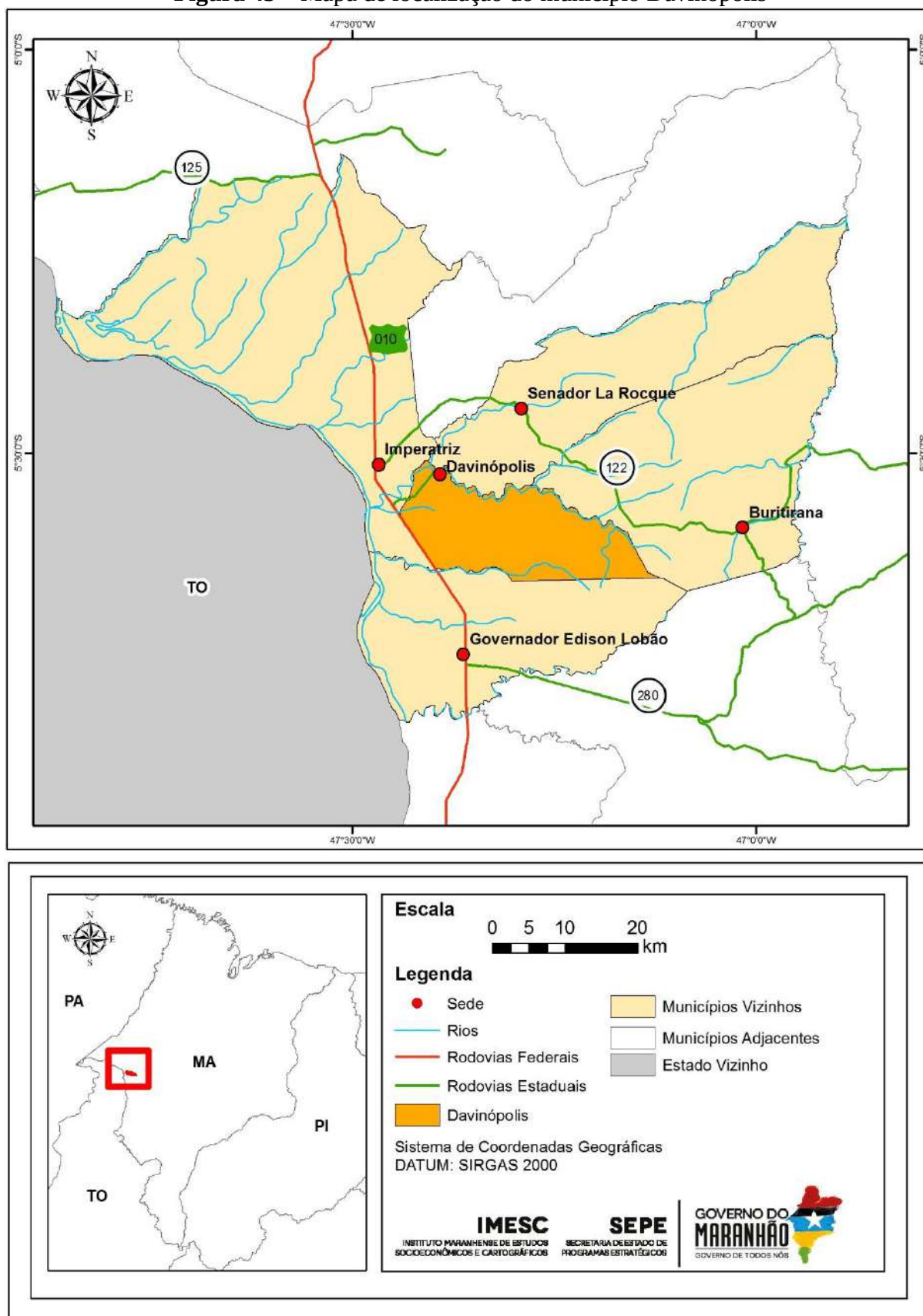
Processo de Ocupação⁹

A história de Davinópolis começa a se delinear a partir das décadas de 1950 e 1960, quando Imperatriz passou por acelerado crescimento, recebendo um grande contingente de trabalhadores rurais expropriados das suas terras, atraídos pela abertura das rodovias Belém-Brasília (BR 010), BR 222 e por melhores condições de vida.

É nesse contexto que se entrelaçam os primórdios e a história política da Vila Davi e de um candidato a deputado estadual o senhor Davi Alves Silva, que por sua vez vendo a situação dos sem tetos e sem terras se propôs a ajudar aquele povo, prometendo nas campanhas políticas doações de terrenos. Após as eleições de 1982, o então eleito deputado estadual Davi Alves Silva começou a convocar as famílias em meados de julho de 1983 para receberem seus lotes, assim fundou-se a Vila Davi como bairro de Imperatriz, em 25 de julho de 1983, data que foi escolhida por ocasião do aniversário de Davi Alves Silva.

⁹ CARVALHO, Iris Pereira. **A realidade Geopolítica do município de Davinópolis - MA a partir da década de 1990**. 97 p. Monografia de Graduação (Geografia). Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – CESI. Imperatriz-MA, 2012.

Figura 45 – Mapa de localização do município Davinópolis



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Essas pessoas viviam de plantios em seus quintais e nas proximidades de suas casas. 10.603 famílias foram assentadas na vila em lotes de 6x30m, anos depois foram chegando outros moradores.

A Vila Davi ao longo dos seus 13 (treze) primeiros anos, ainda como povoado de Imperatriz, passou por muitas mudanças enquanto o seu fundador estava vivo. A vila ganhou asfalto, começou a desenvolver o comércio, surgiram as escolas públicas, posto médico, posto telefônico, mercado municipal e posto policial.

Pela distância e extensão da vila começou-se a sonhar com a emancipação. Sendo assim, nos anos seguintes, o então deputado Davi Alves Silva, mobilizou a população para o apoio ao plebiscito que foi realizado em 19 de junho de 1996, obtendo número suficiente de votos para sua tão sonhada emancipação política e administrativa.

Pela Lei nº 6.191 de 10 de novembro de 1994, a Vila Davi foi elevada à categoria de município com a denominação de Davinópolis, desmembrada de Imperatriz e instalado em 01 de janeiro de 1997.

O nome Davinópolis, significa Cidade de Davi, uma homenagem a seu fundador o então deputado federal Davi Alves Silva, assassinado em plena campanha política no dia 23 de setembro de 1998.

Na primeira eleição municipal ocorrida em 1996, foi eleito o Sr. Daniel Silva Alves (1997-2000). Posteriormente foram eleitos: Juscelino de Sousa Vieira (2001-2004), Francisco Pereira Lima (Chico do Rádio) (2005-2008) e (2009-2012), Ivanildo Paiva (2013-2016) e (2017-2018) e Raimundo Nonato de Almeida (2019-2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que seria regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno),

marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a três unidades principais: Grupo Itapecuru, Formação Codó e Formação Grajaú.

O Grupo Itapecuru, ocupa grande parte do município, é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Codó, ocupa uma pequena área do município, constituindo-se por folhelhos cinza-escuros a pretos e cinza-esverdeados com intercalações de siltitos, arenitos, calcários e gipsita.

A Formação Grajaú, é representada por arenitos amarelos friáveis e arenitopo do platô de Grajaú.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, sendo representado por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, drenada pelos vales de vários rios.

Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocada por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. As planícies aluviais do baixo rio Tocantins encontram-se embutidas em cotas ainda mais baixas, entre 100 e 150 m (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os principais solos encontrados no município estão representados principalmente pelos latossolos, argissolos e plintossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos são constituídos por

material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os Latossolos Amarelos distróficos.

Os argissolos são constituídos por material mineral, que tem como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidades variáveis, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases altas ou baixa e predominantemente cauliníticos. Destacam-se no município os argissolos Vermelho-Amarelos distróficos.

Os plintossolos compreendem solos minerais formados sob condições de restrição à percolação da água, sujeitos ao efeito temporário de excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados, e se caracterizam fundamentalmente por apresentar expressiva plintitização com ou sem petroplintita. No município são representados pelos plintossolos argilúvicos eutróficos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográficas do Rio Tocantins, tendo como afluentes os rios Cacao e Bananal.

Vegetação

A vegetação é composta pela floresta estacional decídua submontana e cerrado arborizado. O primeiro tipo é representado por floresta de médio porte composta por nanofoliadas decíduais com caules finos e que apresenta como gêneros mais comuns: Cedro-Rosa (*Cedrela fissilis*), Barriguda (*Ceiba speciosa*), Ipê (*Handroanthus impetiginosus*), Jacarandá (*Jacaranda*), Angico (*Parapiptadenia rígida*), Paricá (*Anadenanthera peregrina*),

Grapiá (*Apuleia leiocarpa*) e outros de menor expressão fisionômica. No município esse tipo de vegetação encontra-se bem descaracterizado. O segundo tipo se caracteriza por apresentar uma fisionomia nanofanerofítica rala e outra hemicriptofítica graminoide contínua (IBGE, 2012).

Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra, ocupando grande área do município. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, apresentando porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

Clima

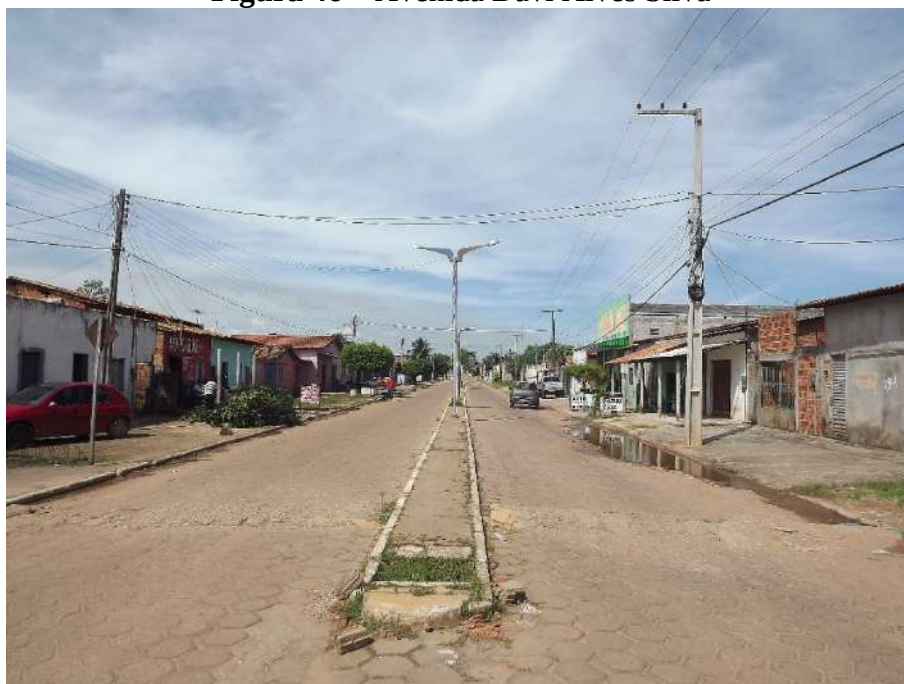
O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água no entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

O município tem parte de seu território inserido na Resex Mata Grande.

Espaço Urbano

O espaço urbano de Davinópolis formou-se a “priori” em uma área plana, próxima ao rio Cacaú. Distribui-se principalmente ao Sul da Avenida Davi Alves Silva, com ruas e travessas retas, conformando um “tabuleiro de xadrez”. Nota-se, ainda, vários vazios urbanos, separando alguns bairros e que posteriormente serão alvo de especulação imobiliária.

A avenida principal da cidade é a Davi Alves Silva (**Figura 46**). Possui pavimentação mista, composta por bloquetes e asfalto, com canteiro central, arborizada com palmeiras reais, nela se distribuem alguns comércios, igrejas evangélicas e escolas.

Figura 46 – Avenida Davi Alves Silva

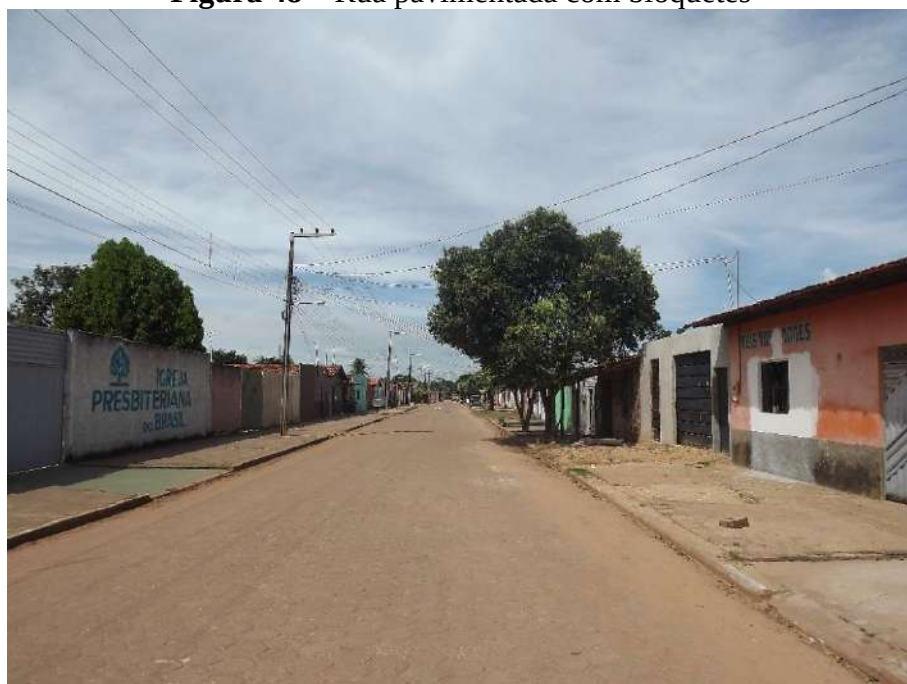
Fonte: IMESC (2018)

A rua Davi Michel é o logradouro que concentra o comércio local e a presença de restaurantes, lanchonetes, rede bancária e outros. Próximo, entre as ruas Santo Antônio e Mensageiro da Paz encontra-se a principal praça da cidade a “João Paulo II”, toda ajardinada e arborizada com palmeiras reais e no centro há uma bela fonte na cor verde ricamente detalhada (**Figura 47**).

As residências em sua maioria são térreas, em alvenaria e com telhado aparente. Na Avenida Davi Alves Silva, são mistas, abrigando muitas vezes comércios, essas são geminadas e possuem dois pavimentos. Em muitos quarteirões as residências são um pouco separadas, com quintais arborizados. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com bloquetes hexagonais (**Figura 48**), asfalto e outras piçarradas e em algumas não há nenhum tipo de pavimentação.

Figura 47 – Praça João Paulo II

Fonte: IMESC (2018)

Figura 48 – Rua pavimentada com bloquetes

Fonte: IMESC (2018)

Chama a atenção o bairro Santa Lúcia, localizado às margens da rodovia que dá acesso à cidade, ainda separado da sede municipal por um vazio urbano. Próximo a esse bairro há algumas indústrias destinadas a construção civil e obras de infraestrutura. As residências em sua maioria são bem parecidas, fachada com telhado aparente e quintais separados e arborizados

com grandes árvores. As ruas são pavimentadas com bloquetes, asfalto e outras sem pavimentação.

Separado da sede municipal, há aproximadamente 8 km, tem-se os bairros Cidade Nova I e II, localizados às margens da BR 010 e da Ferrovia Norte-Sul. Esses bairros foram planejados em loteamentos com 72m², possui ruas largas e pavimentadas com asfalto e residências construídas ao gosto do proprietário.

Os bairros de Davinópolis são: Centro, Santa Lúcia, Assembleia, Planalto, União, Mangueira, Beira Rio, Santo Antônio, Vila Batista, Samucaline e Cidade Nova I e II.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se nos seguintes povoados: Água Viva, PA Primeiro de Maio, Vila São Luís, PA Juçara, São Raimundo e Alegria.

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 44** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, as pastagens plantadas em boas condições, lavoura temporária e matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal são as que mais ocupam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quando à área, dos 24.219 hectares, 51% estavam com as pastagens em boas condições, matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal representaram 22%, lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis 7%, sistemas agroflorestais 7%, pastagens plantadas em más condições e matas ou florestas plantadas 4% cada, matas ou florestas naturais 3%, lavoura temporária 2% e lavoura permanente representou menos de 1% (**Tabela 44**).

Tabela 44 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	30	33
Lavouras temporárias	132	451
Pastagens plantadas em boas condições	142	12.376
Pastagens plantadas em más condições	39	1.001
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	109	5.244
Matas ou florestas naturais	21	843
Matas ou florestas plantadas	4	853
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	44	1.605
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	169	1.813
Total	-	24.219

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, ocupavam 214 estabelecimentos. Destes, 81% eram de proprietários, 16% de comandatários, 2% de produtores sem área e 1% de arrendatário.

Em relação aos 24.015 hectares, os proprietários corresponderam a 97% e comandatário 3%. Sabe-se que o produtor sem área não possui hectares (**Tabela 45**).

Tabela 45 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	173	23.332
Arrendatário	2	-
Comandatário	35	683
Produtor sem área	4	-
Total	214	24.015

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 12.579 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Davinópolis ocupava a 143ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,19% da população do estado. Em termos regionais, situava-se na 11ª posição em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 2,47%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM foi de 0,607 ocupando a 46ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da

população era de 12.916 habitantes. Sua densidade demográfica é de 38,47 hab./km²; e quem nasce no município é denominado de davinopolitano.

No decênio de 2000 a 2010 a população de Davinópolis apresentou uma taxa de crescimento de apenas 2%. Nesse mesmo intervalo a população urbana teve aumento de 3%, e por sua vez, a população rural também cresceu 2%. Nesse período, a população masculina aumentou 2% e a feminina 3%.

Em relação ao gênero, nos anos de 2000 e 2010 houve uma equiparação da população masculina e feminina, representando 50% cada. Tanto em 2000 quanto em 2010, a população urbana foi a mais representativa com 83% e a rural 17% (**Tabela 46**). Um dos fatores de prevalência da população urbana no município deve-se principalmente à sua proximidade com Imperatriz, segunda cidade mais populosa do estado.

Tabela 46 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	10.231	10.487
Rural	2.044	2.092
Masculina	6.146	6.271
Feminina	6.129	6.308
Absoluta	12.275	12.579

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino, no ano de 2017, era composta por 16 escolas, dessas, 11 estavam na cidade e cinco na zona rural. Possui creche, pré-escola e ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino, distribuídos em 90 salas de aula, com um total de 3.350 alunos e 280 professores, destes 80% possuem ensino superior e 20% magistério. Há também a Educação de Jovens de Adultos (EJA), funcionando no período noturno.

O município dispõe de três salas de leitura e merenda escolar, utilizando produtos locais. Há também transporte escolar, com um ônibus e um laboratório de informática.

Há ainda duas escolas particulares no município.

Quanto ao ensino médio, há uma escola estadual com 13 turmas, com 479 alunos matriculados e 25 professores (INEP, 2019).

O ensino superior é particular em EAD semipresencial pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e pela Fundação Pedagógica Gregório de Matos (FAPEGMA), oferecendo o curso de Pedagogia.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital Municipal Ivanildo Júnior (**Figura 49**) onde são realizados consultas, exames laboratoriais e cirurgias. Dentre as doenças a hipertensão, diabetes e dengue são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. Além desse hospital, o município conta com seis Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O hospital dispõe de duas ambulâncias, que em casos mais graves, os pacientes são transferidos para a cidade de Imperatriz. Compõe a equipe de saúde: um médico cirurgião, dois enfermeiros e sete técnicos de enfermagem. Há também a Farmácia Básica municipal.

Figura 49 – Hospital Municipal Ivanildo Júnior



Fonte: IMESC (2018)

O programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), tem seis equipes, com seis médicos, seis enfermeiros e seis técnicos ou auxiliares de enfermagem. Faz parte do ESF, três equipes de saúde bucal, composta por três dentistas.

O município conta com 30 agentes de saúde, destes, 19 trabalham na área urbana e oito na zona rural. Além desses, ainda há seis agentes de vigilância epidemiológica e cinco agentes de vigilância sanitária.

Além desses programas, funciona o Conselho Tutelar e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), onde são desenvolvidos os seguintes programas: Benefício de Prestação Continuada, com 54 pessoas e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(SCFV), atendendo 270 crianças e adolescentes e 90 idosos. O PAIF trabalha com famílias em vulnerabilidade social, atendendo em média 200 a 300 famílias por mês.

Há um Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), composto por nutricionista, fonoaudiólogo, educador físico e assistente social.

Economia

O município ocupava em 2018 a 19ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 623,860 milhões, correspondendo a 0,70% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 466,380 milhões, seguido pelo setor industrial com R\$ 14,957 milhões, o agropecuário com R\$ 8,369 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 133,885 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 263,12 reais (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante, voltada para a subsistência, autoconsumo e comércio, vendida no próprio município e em Imperatriz e Governador Edison Lobão. A produção se baseia em grãos, principalmente, arroz, feijão, milho e também mandioca, banana e castanha de caju.

Agricultura temporária

Cinco produtos são representativos na agricultura temporária: arroz, feijão, mandioca, melancia e milho.

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção diminuíram em 62%, 53% e 32%, respectivamente. No período mencionado, a área colhida do feijão aumentou 8%, enquanto a do arroz, a da mandioca e a do milho diminuíram, respectivamente, 96%, 30% e 38%. Referente a quantidade produzida, houve diminuição do arroz em 97%, da mandioca em 36% e do milho em 19%; o feijão aumentou 11%. No rendimento médio, os produtos que diminuíram foram: arroz 19% e mandioca 9%; o feijão teve crescimento de 2% e o milho 30%. Quanto ao valor da produção, o feijão, a mandioca e o milho cresceram 167%, 34% e 14% respectivamente; a desvalorização, foi sentido no arroz 95%. A melancia não foi analisada, pois se encontra em apenas um ano (**Tabela 47**).

Em 2010, dos 1.034 hectares colhidos, 45% foram de arroz, 4% de feijão, 2% de mandioca, 49% de milho e a melancia representou menos de 1%. Das 2.071 toneladas produzidas, 49% eram de milho, 40% de arroz, 8% de mandioca, 2% de melancia e 1% feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 47**. No valor da produção, dos R\$ 943 mil, o arroz participou com 47%, o milho com 45%, o feijão e a mandioca com 3% cada, e a melancia com 1%.

Em 2019, dos 393 hectares de área colhida, o milho ocupou 81%, o feijão 10%, o arroz 5% e a mandioca 4%. Relacionada a quantidade produzida, das 978 toneladas, o milho contribuiu com 84%, a mandioca 10%, o arroz 3% e o feijão 2%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 47**. Para o valor da produção, dos R\$ 637 mil, o milho contribuiu com 77%, o feijão com 13%, a mandioca com 7% e o arroz com 4%.

Tabela 47 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	462	20	832	29	1.800	1.450	440	24
Feijão	38	41	19	21	500	512	30	80
Mandioca	20	14	160	102	8.000	7.286	32	43
Melancia	4	-	40	-	10.000	-	13	-
Milho	510	318	1.020	826	2.000	2.597	428	490
Total	1.034	393	2.071	978	-	-	943	637

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 à área colhida e a quantidade produzida diminuíram em 90% cada e o valor da produção em 85%. No aludido intervalo, à área colhida, a quantidade produzida, o rendimento médio e o valor da produção da banana tiveram diminuição de 88%, 90% e 85% respectivamente. Os demais produtos (castanha de caju, laranja e manga) não foram analisados pois estes, se apresentam em anos distintos (**Tabela 48**).

Em 2010, dos 61 hectares de área colhida, 85% foram ocupados com banana, 8% com castanha de caju e 3% com laranja e manga cada. Das 766 toneladas produzidas, a banana participou com 98%, a castanha de caju, a laranja e a manga representaram juntos 2%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 48**. Dos R\$ 456 mil do valor da produção, a banana contribuiu com 99%, a castanha de caju, a laranja e a manga representaram juntas 1%.

Em 2019, há apenas a produção de banana, com 6 hectares colhidos, 79 toneladas produzidas, rendimento médio de 13.167 kg/ha e um valor de produção de R\$ 70 mil reais (**Tabela 48**).

Tabela 48 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	52	6	754	79	14.500	13.167	452	70
Castanha de caju	5	-	1	-	200		1	-
Laranja	2	-	6	-	3.000	-	2	-
Manga	2	-	5	-	2.500		1	-
Total	61	8	766	102	-	-	456	70

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas 30 toneladas de produtos oriundos da horticultura, sendo que a alface representava 67%, a couve 17%, o coentro 10% e a cebolinha 6%. Quanto as 27 toneladas de produtos vendidos, 63% corresponderam a alface, 19% a couve, 11% ao coentro e 7% a cebolinha. Não foi disponibilizado o valor da quantidade produzida e vendida da rúcula. Também foram produzidas e vendidas 4 mil mudas para plantio.

Dessa produção, foram contabilizados R\$ 198 mil, destes, 55% referentes a alface, 20% ao coentro, 15% a cebolinha, 7% a couve, 3% de mudas para plantio e 1% para a rúcula (**Tabela 49**).

Tabela 49 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produto	Quantidade Produzida	Quantidade Vendida	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface (tonelada)	20	17	108
Cebolinha (tonelada)	2	2	29
Coentro (tonelada)	3	3	39
Couve (tonelada)	5	5	14
Rúcula (tonelada)	-	-	2
Mudas para plantio (mil unidades)	4	4	6
Total	-	-	198

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é principalmente extensiva, sendo o rebanho bovino o mais importante. Esse é destinado ao abate, produção leiteira e queijo.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 6%, apresentando as seguintes variações: bovino -23%, equinos 51%, suíno 292%, caprino -2%, ovino 21,5% e galináceos 71%. A codorna não foi analisada, pois há dados apenas no ano de 2010.

Em 2010, das 41.963 cabeças, 62% eram de bovinos, 28% de galináceos, 5% codornas, 3% de ovinos, equinos, suínos e o caprinos representaram juntos 2%. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 44.211 animais, com 47% de galináceos, 42% de bovinos, 5% de suínos, 3% ovinos, 2% equinos e 1% caprinos (**Tabela 50**).

Tabela 50 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	25.821	19.981
Equino	639	963
Suíno	587	2.299
Caprino	204	200
Ovino	1.071	1.302
Galináceos	11.641	19.911
Codornas	2.000	-
Total	41.963	44.656

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação a produção de origem animal, em 2019 foram produzidos 2,010 milhões de litros de leite com valor de produção de R\$ 1,849 milhão e 30 mil dúzias de ovos, com valor de produção de R\$ 188 mil. Somados, são R\$ 2,037 milhões, sendo 91% referente ao leite e 9% aos ovos de galinha.

Extrativismo e Silvicultura

Em 2019, foram produzidas 125 toneladas de carvão vegetal e 35 metros cúbicos de lenha. O valor de produção do primeiro foi R\$ 52 mil, e do segundo R\$ 1 mil. Apesar do IBGE registrar apenas dois produtos da extração vegetal, foi constatado a presença de babaçu na Resex Mata Grande.

Quanto a silvicultura, nenhum produto foi registrado em 2019 no município. Entretanto, em trabalho de campo constatou-se a presença de eucalipto.

Quanto ao extrativismo mineral foi constatado a exploração de areia, argila e piçarra.

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada em açudes, com produção principalmente de tambaqui e pirarucu, comercializados no próprio município e exportado para Imperatriz e outros municípios vizinhos.

Em 2019 a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 67.310 quilogramas, das quais tambacu, tambatinga corresponderam a 57%, pacu e patinga 22%, tambaqui 13%, matrinxã 4%, curimatá, curimbatá 3% e tilápia 1%. O valor de produção, foi de R\$ 451 mil, tambacu, tambatinga contribuiu com 55%, pacu, patinga 22%, tambaqui 12%, curimatá, curimbatá 5%, matrinxã 4% e tilápia 2% (**Tabela 51**).

Tabela 51 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Curimatá, curimbatá	2.300	22
Matrinxã	2.500	21
Pacu e Patinga	15.000	98
Tambacu, tambatinga	38.000	247
Tambaqui	8.500	55
Tilápia	1.010	8
Total	67.310	451

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Encontra-se no município um total de 90 indústrias, sendo: 14 de produtos alimentícios, sendo: seis de fabricação de conserva de frutas, uma de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes, uma de fabricação de farinha de mandioca e derivados e seis de produtos de panificação; uma de fabricação de artefatos de tapeçaria; nove de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; três de fabricação de artigos para viagem e de artefatos de couro; uma de fabricação de produtos de madeira; uma de fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão, papelão ondulado e outros; quatro de impressão e produção de gravações; uma de produtos de limpeza e polimento; uma de embalagens de material plástico; sete de fabricação de produtos de minerais não metálicos; seis de fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias; duas de fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões; duas móveis; três de fabricação de produtos diversos; uma de manutenção e reparo de aeronaves, exceto a manutenção na pista; uma de captação, tratamento e distribuição de água; uma de recuperação de materiais; oito de construção de edifícios, cinco de obras de infraestrutura e 19 de serviços especializados para construção (**Figura 50**) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Figura 50 – Indústria destinada a serviços especializados para construção



Fonte: IMESC (2018)

Comércio

As principais áreas comerciais da cidade são as ruas Mensageiro da Paz, Davi Michel (**Figura 51**) e próximo da Praça João Paulo II. O comércio é essencialmente varejista, representado por quitandas, supermercados e feiras, abastecidos com produtos oriundos principalmente de Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 289 estabelecimentos comerciais, sendo: 28 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 15 atacadistas e 246 varejistas.

Figura 51 – Rua Davi Michel



Fonte: IMESC (2018)

Turismo

Um dos principais atrativos turísticos do município, são os naturais principalmente a reserva extrativista da Mata Grande, os morros locais e os de âmbito cultural, como o lava-pratos e a vaquejada.

A culinária tem como prato típico principal, a panelada. O município dispõe de 24 estabelecimentos destinados à alimentação, especialmente, para restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas.

O artesanato é resultado principalmente da fabricação de redes e objetos feitos com fibra de coco e material reciclável. Os ritmos mais apreciados são o forró, o reggae e o sertanejo.

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta principalmente das quadrilhas juninas, danças do cacuriá e do maxixe.

Os principais eventos que ocorrem no município são: Carnaval, ocorre na Praça João Paulo II, com montagem de palco e apresentação de bandas; vaquejada realizada no Parque Vicente França; festas juninas, ocorre no ginásio municipal ou na Praça João Paulo II, com montagem de barracas de comidas e bebidas típicas, palco e atrações culturais; festejo do padroeiro Santo Antônio, no dia 13 de junho; 7 de setembro; Louva Davinópolis, festa católica no dia 23 de julho; Creia, festa evangélica no dia 24 de julho; Dia do Estudante comemorado com gincanas no dia 11 de agosto e aniversário da cidade em 10 de novembro.

Em relação ao entretenimento, existem três quadras poliesportivas, dois ginásios poliesportivos com capacidade para 250 pessoas, três campos de futebol, um estádio de futebol, com capacidade para 400 pessoas, alguns restaurantes, 18 bares, quatro clubes, uma biblioteca, uma banda de música ou fanfarra “Bamuda” e a escola de música “Luís Eufrazio”.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Imperatriz, funcionando na cidade um cartório e uma delegacia. Corresponde a 92ª zona eleitoral, com registro de 11.343 eleitores e nove vereadores (TSE, 2019). Os principais problemas relacionados à segurança pública são: homicídios, roubos e drogas.

Religião

As religiões praticadas no município são principalmente a católica e evangélica. O principal templo católico é a Igreja Matriz de Santo Antônio (**Figura 52**) padroeiro do município; além deste templo, há mais cinco na sede e nove na área rural. Além do padroeiro, é festejada Nossa Senhora Aparecida, São Francisco, Santa Luzia, Nossa Senhora de Fátima e São Sebastião.

Os evangélicos possuem aproximadamente 30 templos na cidade e vários na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista, Adventista do Sétimo Dia, Universal do Reino de Deus, Nova, Aliança, Igreja Vida, Congregação Cristã, Testemunhas de Jeová e Quadrangular.

Há também três terreiros de matriz afro-brasileira, festejando principalmente São João Batista e um Centro Espírita, o Vale do Amanhecer.

Figura 52 – Igreja Matriz de Santo Antônio



Fonte: IMESC (2018)

Dos 12.579 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 63% se declararam católicos, 25% evangélicos, 10% sem religião, 2% outras religiões e espíritas, umbanda/ candomblé, representaram menos de 1% cada (**Tabela 52**).

Tabela 52 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	7.941
Evangélicos	3.083
Espírita	34
Umbanda e Candomblé	29
Outras religiões	191
Sem religião	1.301
Total	12.579

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da CAEMA, através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população possui fossas sépticas. A coleta de lixo é realizada duas ou três vezes na semana, na sede e na zona rural, o lixo é transportado em caminhão e depositado em um lixão a céu aberto a dois quilômetros da sede.

A energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2017, o consumo de energia registrado foi de 19.371.308 Mwh distribuídos em: 34% residencial, 40% comercial, 10% industrial, 5% iluminação pública e serviço público cada, 4% rural e 3% poder público cada (**Tabela 53**).

Tabela 53 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	6.643.794
Industrial	1.861.152
Comercial	7.679.364
Rural	685.315
Poder Público	533.311
Iluminação Pública	1.052.880
Serviço Público	915.492
Total	19.371.308

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2017)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por uma agência do Bradesco, uma lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura das operadoras VIVO e OI, sendo as linhas fixas de responsabilidade desta última empresa. A prestação de internet fica por conta da Júpiter e Velox. Como meio de comunicação, possui uma rádio, a Davinópolis FM.

Transporte

A cidade de Davinópolis localiza-se a aproximadamente 657 km da capital São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135, 222, 010 e MA-125. Fica também a 27 km de Imperatriz. As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de ônibus da empresa Aparecida, que passam diariamente de 30 em 30 minutos, para a cidade de Imperatriz e também através de micro-ônibus, táxis, vans e veículos particulares. O traslado urbano–rural e na sede municipal é realizado por veículos particulares e mototáxis.

O município também é cortado pela Estrada de Ferro Norte-Sul.

8 ESTREITO

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

I

Presidente Vargas foi chamado dia
 Depois passou à Paranaídigi
 Com muito orgulho desta terra
 Fazem de ti um berço acolhedor
 Os patriarcas que aqui viveram
 Moram eternamente em nossos corações.

Oh! Estreito minha terra amada
 Corações puro do meu Maranhão
 (bis)

Refrão

*Oh! Terra amada solo pátrio adorado
 Cheio de encantos mil
 Em tuas matas o sabiá gorjeia
 Estreito cintilante deste meu Brasil
 Oh! Terra amada solo pátrio adorado
 Cheio de encantos mil
 As margens do Rio Tocantins
 Quem a ti visita não esquece jamais.*

És forte minha bela cidade
 Orgulho dos nossos ancestrais
 (bis)

II

Estreito, minha terra progresso
 Aos teus filhos Deus do céu abençoou
 Tens um grande porvir
 Eixo que liga o Brasil de Norte à Sul
 Tu és um belo torrão
 Terra orgulho desse imenso Maranhão.

Aos olhos do teu povo querido
 Te levo sempre dentro do meu coração.
 (bis)

Letra por: Mário Cardoso / Ruy José Enoque/ Claro Alves
 Melodia por: Mário Cardoso

Localização

O município Estreito localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Açailândia (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (IMESC, 2020). Estreito está na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com os municípios de Porto Franco e São João do Paraíso; ao Oeste com o Estado do Tocantins; ao Sul com Carolina; ao Leste com São Pedro dos Crentes (**Figura 53**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -06° 29' 46" de latitude e -47°24'38" de longitude; Oeste -47°31'45" de longitude e -06°50'03" de latitude; Sul -07°01'53" de latitude e -46°57'10" de longitude e Leste -46°48'40" de longitude e -06°44'19" de latitude.

Extensão

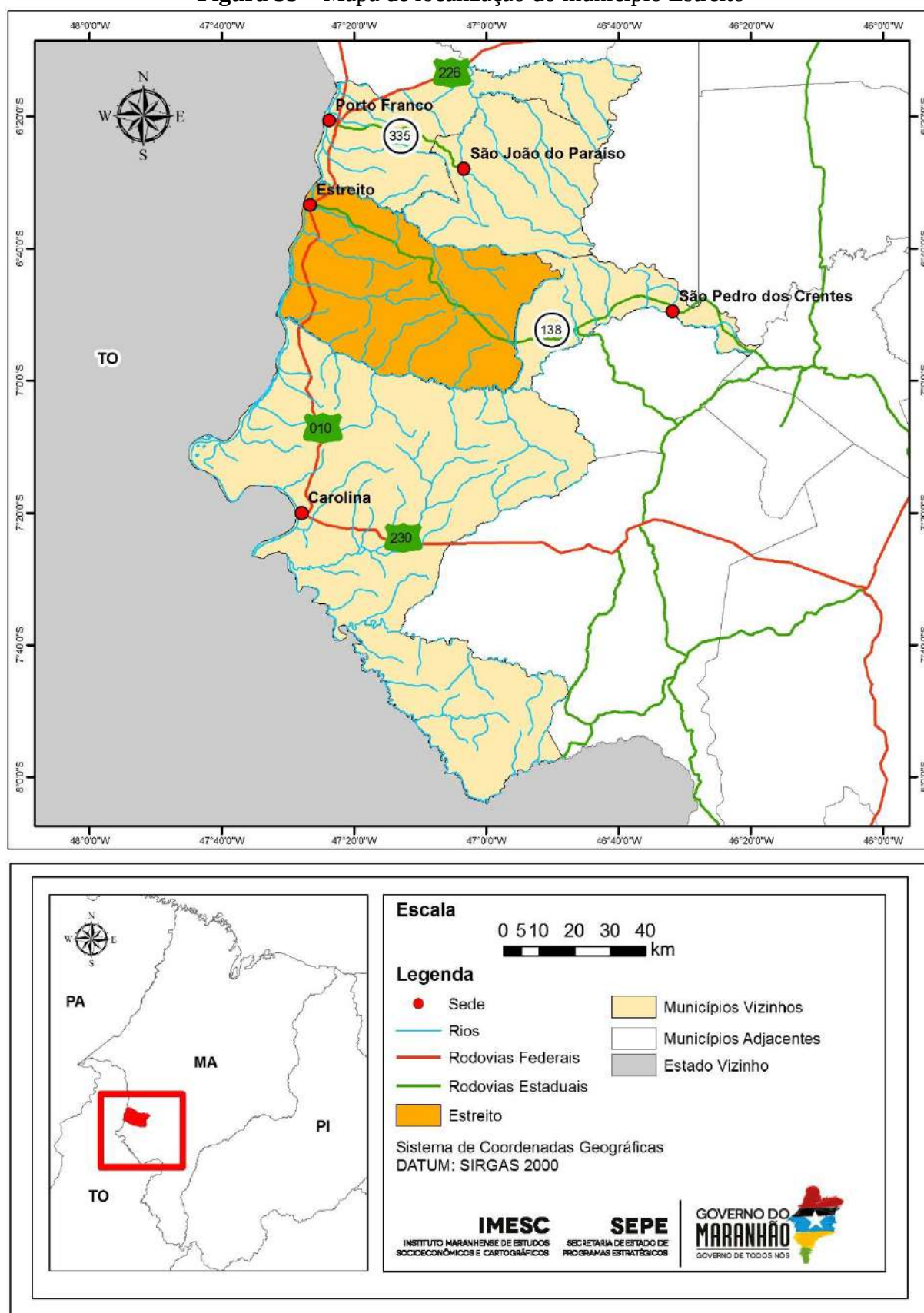
O município ocupa a 27ª posição no ranking estadual em extensão com 2.718,978 km², representando 0,82% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a segunda posição com 10,49%.

Processo de Ocupação¹⁰

O primeiro devassamento do território de Estreito deu-se em 1909, em virtude de ser o local mais apropriado à passagem de viajantes do estado do Maranhão que partiam de Goiás (atual estado do Tocantins) e vice-versa. Virgílio Rodrigues Franco e Antônio Marinho, considerando as vantagens do local, resolveram povoá-lo, estabelecendo-se com o ramo comercial, estes muito contribuíram para a formação do promissor núcleo, construindo ali um porto, desenvolvendo a lavoura e, mais tarde, a pecuária.

¹⁰ Histórico retirado de MORAIS, Joelia Bezerra de. **Memórias da Vila:** a Ponte Juscelino Kubitschek e o processo de emancipação da Vila Paranaidji (1961/1982). 99 p. Monografia de Graduação (História). Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais. São Luís, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V.15.

Figura 53 – Mapa de localização do município Estreito



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

O nome primitivo dado à povoação foi o de Estreito, por ser o trecho mais estreito do rio Tocantins, medindo apenas 130 metros de largura. Mesmo assim foi considerado pelos seus primeiros povoadores acima indicados como ótimo ancoradouro para suas embarcações e bom ponto para o comércio de sal e mercadorias em geral, gêneros de suas especialidades.

Surgiram então as primeiras habitações, relacionadas com a criação de um pequeno porto, que servia de ponto de apoio para os inúmeros navegantes que percorriam o rio Tocantins em seus rústicos barcos, comercializando matéria prima e peles, que passavam com destino a outras cidades como Grajaú, Balsas, Carolina, Boa Vista (Tocantinópolis), Porto Franco e até Floriano, no Piauí. O local também era utilizado por transportadores de boiada que vinham em comitivas e faziam a travessia devido ser o lugar mais “estreito” da extensão do rio.

A travessia do rebanho bovino, vinda principalmente de Goiás (Tocantins), durava em torno de cinco a seis meses e durante esse período, a boiada demorava em torno de dez a quinze dias no povoado para atravessar, o que contribuiu para a permanência de vaqueiros, nadadores, canoeiros, comerciantes e mercadores que passaram a fixar residência no local, contribuindo para que rapidamente se instalasse inúmeros comércios destinados à venda de produtos de primeira necessidade.

Nesse período o rio Tocantins, foi o principal vetor de desenvolvimento econômico, social e principal via de circulação entre os estados de Goiás e Maranhão, já que a aquisição de mercadorias e o escoamento da produção só eram possíveis por via fluvial, fato que impulsionou o progresso do povoado.

Por conta do seu crescimento populacional e comercial, o povoado foi elevado à categoria de distrito pela Lei Estadual nº 269, de 31 de dezembro de 1948, com o nome de Paranaidji, palavra indígena que quer dizer lugar de limo, subordinado ao município de Carolina. A 27 de dezembro de 1954, foi desmembrado de Carolina e elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 1304, sendo que sua instalação se deu no dia 17 de março de 1955, com a denominação de Presidente Vargas, em homenagem a esse grande político brasileiro. Com a sua criação, ficou partido o município de Carolina pelo rio Farinha, o qual serve de limite entre os dois municípios. O primeiro prefeito eleito, foi o Sr. Alexandrino Milhomem, que tomou posse no dia 5 de fevereiro de 1956.

Três anos depois, pelo Acórdão do Superior Tribunal Federal de 06 de maio de 1957, é extinto o município, voltando Presidente Vargas à categoria de distrito do município de Carolina com a denominação de Paranaidji.

Um novo marco de desenvolvimento chegou ao então povoado de Paranaidji, quando em 1º de janeiro de 1958, a equipe de linha de frente da construção da rodovia Belém-Brasília

(BR-010), chegou ao rio Tocantins, na divisa do Estado do Goiás com o Maranhão, onde construíram uma enorme ponte de concreto e ferro, com 130 metros de comprimento e 12 de largura, inaugurada em 29 de janeiro de 1961.

Para a construção da ponte e da rodovia Belém-Brasília, chegou um grande número de trabalhadores e firmas empreiteiras, além da implantação de uma pista de pouso no povoado, necessário para abrigar os aviões de grande porte que traziam os materiais de vários estados para o abastecimento da obra. Isso contribuiu para um maior desenvolvimento econômico e populacional, pois percebendo a oportunidade econômica, os moradores e pessoas vindas de outras regiões, montaram variados estabelecimentos comerciais.

A situação econômica da vila melhorou ainda mais quando a ponte foi inaugurada. Por ser ponto de passagem do Norte e Centro-Oeste do país, a abertura da rodovia proporcionou uma movimentação do transporte de cargas e passageiros, o que trouxe dinamização do comércio local, sendo um dos principais motivos para tal crescimento a instalação de um posto fiscal estadual. Por conta disso surgiram ao longo da rodovia inúmeros serviços de apoio aos rodoviários como, oficinas mecânicas, borracharias, restaurantes e locais para hospedagem.

Além de ser ponto estratégico para o crescimento do comércio devido sua localização, fazendeiros perceberam a vila como lugar propício para ser centro de mudança de transporte e encaixotamento do gado. As boiadas que vinham a pé, do Sul do Maranhão, e as que vinham pelo rio, de Porto Nacional, Miracema do Norte e Carolina, eram de lá embarcadas de caminhão, em lotes de 10 e 14 reses.

A indústria também deu os primeiros passos nesse período, sendo a de cerâmica a primeira a ser implantada na região. Surgiu também a Caixa Econômica Federal (1973), primeiro banco a ser instalado na vila e a empresa Correios do Brasil.

A abertura da ponte Juscelino Kubitschek, não só promoveu uma movimentação econômica, mas também populacional. Objetivando oportunidades de empreendimento e de emprego, muitas pessoas vindas do Nordeste, Norte e Sul do país apostaram na vila a procura de uma vida melhor.

O então povoado vivia um momento de ascensão, com forte atração populacional e econômica. O incremento demográfico, o aumento dos estabelecimentos comerciais, da indústria, e outros fatores da vida urbana, trouxeram um novo ritmo de vida para a população da vila. As ruas se multiplicaram e as construções de tijolos afastaram as de adobe e taipa, o então povoado se expandiu consideravelmente.

A rodovia e a ponte, portanto, foram os grandes responsáveis pelo crescimento socioeconômico do local, transformando a vila, em pouco tempo, em uma das mais importantes

da região. A construção do trecho da Ferrovia Norte-Sul, a partir da década de 1980, também foi um fator de desenvolvimento local. O que resultou no processo de emancipação do povoado. O Plebiscito foi marcado para o dia 2 de abril de 1982, e contou com a maioria absoluta da população.

Finalmente em 12 de maio de 1982, Paranaidji foi elevado à categoria de município com a denominação de Estreito, pela lei estadual nº 4.416, desmembrado de Carolina e instalado em 09 de julho de 1982. Com a restituição do município, foi eleito o senhor Valmir Siebra Vilar (1983-1989), que ficou na administração do município por seis anos. Depois foi sucedido por Edén Abreu (1989-1992) e este por João Duarte (1993-1996), depois Claro Moura (1997-2000), Benedito Moreira (2001-2004) e José Lopes Pereira (2005-2008), que foi substituído por José Gomes Coelho (2009-2012) e o atual prefeito Cícero Neco de Moraes (2013-2016/2017-2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar das Alpercatas e da Bacia Sedimentar do Parnaíba. A primeira, ocupa grande área do município, caracterizando-se como uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos à superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região centro-sudeste do estado do Maranhão. Esta é preenchida pela supersequência jurássica, composta pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município são predominantes duas formações: a Corda e a Mosquito. A Formação Corda consiste-se de arenitos avermelhados com granulometria bimodal, em sequências separadas por superfícies limitantes onde há deposição de argila. O seu ambiente de sedimentação é interpretado como desértico. A Formação Mosquito é composta por basalto preto, amigdaloidal, tholeiítico que eventualmente possui intercalações de arenito; está ocupa uma pequena área no município (SILVA et al. 2003).

A Bacia do Parnaíba foi implantada sobre riftes cambro-ordovicianos compreendendo as supersequências: Siluriana (Grupo Serra Grande), Devoniana (Grupo Canindé) e Carbonífero-Triássica (Grupo Balsas).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde basicamente quatro unidades principais: Coluviões Pleistocênicos, Formação Mosquito, Formação Sambaíba e Formação Rio Farinha.

As coluviões pleistocênicas são constituídas por sedimentos conglomeráticos e arenosiltosos laterizados, predominantemente de origem colúvio-aluvial, constituindo depósitos de piemonte (tálus e comes aluviais) e/ou pedimentos.

A Formação Mosquito é composta por basalto preto, amigdaloidal, tholeiítico que eventualmente possui intercalações de arenito.

A Formação Sambaíba é formada por arenitos creme-claros, esbranquiçados e brancos, com delgados níveis finos e médios, alternados seguindo os planos de estratificação cruzada planar, em cunha e do tipo torrencial.

A Formação Rio Farinha é constituída por uma sequência de leques aluviais, expostos em dois grandes segmentos, um no vale do rio Farinha e outro na bacia do rio Feio, representando fácies distal e proximal do depósito.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município está inserido na Depressão do Médio Vale do Rio Tocantins e pelas Chapadas e Mesetas de Estreito-Carolina. A Depressão do Médio Vale do Rio Tocantins é representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenados pelos vales de vários rios. O relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo tais cotas progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. Destaca-se, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo do fundo de vale. Em um dos estrangulamentos rochosos, inclusive, foi construída a Usina Hidrelétrica Estreito, sobre rochas vulcânicas da Formação Mosquito (BANDEIRA, 2013).

As Chapadas e Mesetas de Estreito-Carolina, consistem em antiga superfície planáltica, intensamente entalhada e fragmentada, submetida a processos de pediplanação, resultando em uma sucessão de morros-testemunhos, mesas, mesetas e platôs isolados, em meio a vasta

superfície de aplainamento desenvolvida por intermédio do recuo lateral das escarpas de borda de chapada. Salienta-se, ainda, a frequente ocorrência de níveis de bases locais (cachoeiras), associados à erosão diferencial nos perfis longitudinais dos canais por diversos condicionantes litoestruturais. Tais feições residuais apresentam topos planos a convexos, frequentemente sustentados por cornijas e paredões rochosos subverticais, apresentando notável beleza cênica e grande potencial geoturístico. As superfícies aplainadas estão posicionadas, invariavelmente, em cotas baixas, entre 200 e 350m. Entretanto, os topos das mesas e dos curtos platôs estão alçados em cotas mais imponentes, que atingem 450 a 600 m, e abruptos desnivelamentos locais, em torno de 150 a 200 m. As cornijas que encimam e sustentam o topo das mesas podem ser constituídas tanto por quartzarenitos endurecidos, por vezes, silicificados, quanto por derrames basálticos. Esse domínio é drenado pela bacia hidrográfica do rio Farinha. Esse peculiar modelado em platôs, mesas e superfícies pediplanadas resulta de intrincado processo de esculturação do relevo, condicionado por linhas de diáclases ou falhas impressas sobre uma sequência vulcanossedimentar da bacia do Parnaíba composta por arenitos ortoquartzíticos, de origem eólica e idade triássica da Formação Sambaíba, e por derrames basálticos de idade jurocretácica da Formação Mosquito (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, neossolos, nitossolos e vertissolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos vermelhos distróficos e os vermelhos- amarelos distróficos.

Os neossolos são constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando nenhum tipo de horizonte B diagnóstico ou alterações

expressivas em relação ao material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos. Esse tipo de solo é bem predominante no município, sendo os principais os neossolos litólicos distróficos e os neossolos quartzarênicos órticos.

Os nitossolos são constituídos por material mineral, com argila, inclusive no horizonte A, que apresentam horizonte B nítico abaixo do horizonte A. O horizonte B nítico apresenta argila de atividade baixa ou atividade alta conjugada com caráter alumínico, ambos na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA).

Os vertissolos são constituídos por material mineral apresentando horizonte vértico e pequena variação textural ao longo do perfil, insuficiente para caracterizar um horizonte B textural. Apresentam pronunciadas mudanças de volume com o aumento do teor de água no solo, fendas profundas na época seca e evidências de movimentação da massa do solo sob a forma de superfícies de fricção. Os que mais se destacam são os vertissolos ebânicos órticos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins. Seu território é cortado ao Leste pelo rio Tocantins (**Figura 54**), tendo como afluentes os rios Itaueiras; Farinha; Feio, com os seguintes córregos: Pau-de-Leite, Escondido, Daçu, Caboré, Ressaca, Taranco, Barreiro, Dois Irmãos, Bacabal, Bonito, Repartimento, Brejo Seco, São João, Passarinho, Grota do Jacu ou Baixa Grande, Vão do Corrente e riacho das Lajes; ribeirão Santana, com os seguintes córregos: Urubu, Boa Vista, Pintada, Poço Escuro, Santa Isabel, Tapuia, Belém, Dois Irmãos, Samambaia, Grota Vermelha, Brejo do Tabuleirão, Cajueiro, Guardiã e Cachoeira; e os córregos Passagem da Volta, Buriti Seco, Brejo da Ilha, Bacabinha, riacho São José e grota Vermelha.

Figura 54 – Rio Tocantins em Estreito

Fonte: IMESC (2019)

Ao Norte o município é cortado pelo rio Itaueiras, tendo como afluentes o rio Gameleira; riacho Boa Vista; córregos São Raimundo, Abelheira, Exu, São José, Sucupira, São Francisco, Nova Olinda, Laje, Grota Amarela, Lagoinha, Minhoca, Todos os Santos, Pintada, Refrigério, Cipó, Sapucaia, Brejo da Ilha, Água Branca, Angical, Santa Maria, Catarina, Suzano, Brejão ou Baixa do Engano; ribeirão São Raimundo, com os seguintes córregos: São Jorge, Sítio do Meio, Pedra e os riachos da Porteira e Bacaba.

Ao Oeste o território municipal é cortado pelo ribeirão da Mata, tendo como afluentes os riachos Brejão, Jenipapo e Bofe, este último tem como tributários os riachos Estiva e Grota Funda e os córregos Brejo, Serrinha, Buriti Brabo e da Mata.

Ao Sul o município é cortado pelo Rio Farinha, tendo como tributários o riacho Lajeado; os córregos Nova Alegria, Lajeado, Cocal, Papa-Mel, Galheirinho. Lagoa, Macaúba, Cangalha, Estrema, Cocalinho, Morro Alegre, Caldeirão, Buriti Seco, das Tropas, Mucumã e riacho dos Campos; ribeirão Mata Verde, com os seguintes córregos: Estiva, Tabuleirão Grande, São Bartolomeu, Croatá, Baixão da Faveira, Brejinho, Curral Velho; Ribeirão Galheiro, com seguintes córregos: Estrema, Brejão, Lagoa, Yu, Tabuleirão, Alto; Rio Velho, com os seguintes córregos: Pequi, Barro Branco e Capão.

Vegetação

A vegetação é composta essencialmente pelo cerrado, se caracterizando por ser de três tipos: florestal, arborizado e parque (IBGE, 2012).

O cerrado do tipo florestal possui fisionomia típica e característica restrita à áreas areníticas lixiviadas com solos profundos, ocorrendo em um clima tropical eminentemente estacional. Apresenta sinúcias lenhosas de micro e nanofanerófitos, tortuosos com ramificação irregular, providos de macrófitos esclerófitos perenes ou semidecíduos, ritidoma esfoliado corticoso rígido ou córtex maciamente suberoso, com órgãos de reserva subterrâneos ou xilopódios, cujas alturas variam de 6 a 8 m. Em alguns locais, apresenta sinúcias lenhosas de meso e microfanerófitos com altura média superior aos 10 m, sendo muito semelhante, fisionomicamente, a florestas estacionais, apenas diferindo destas na sua composição florística. Não apresenta sinúcia nítida de caméfitos, mas sim relvado hemicriptófitico, de permeio com plantas lenhosas raquílicas e palmeiras anãs. Extremamente repetitiva, a sua composição florística reflete-se em uma fisionomia caracterizada por dominantes fanerófitos típicos, como: pequi (*Caryocar brasiliense*), pau-de-colher (*Salvertia convallariodora* A.), sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), pau-terra-de-folhas-grandes (*Qualea grandiflora*), pau-terra-de-folhas-pequenas (*Qualea parviflora*), angico-preto (*Anadenanthera peregrina* L.) e pau-santo (*Kielmeyera coriacea*).

O cerrado arborizado se caracteriza por apresentar uma fisionomia nanofanerófitica rala e outra hemicriptófitica graminoide contínua. O cerrado parque é constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (IBGE, 2012).

No município encontra-se um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes, principalmente para a produção de grãos destacando-se o milho e a soja.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano

é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

O município tem parte de seu território inserido no Parque Nacional das Chapadas das Mesas.

Espaço Urbano

O espaço urbano de Estreito (**Figura 55**) formou-se a “*priori*” às margens do rio Tocantins, tendo neste o núcleo original da cidade. Com a construção da ponte e da rodovia Belém-Brasília (BR 010), a cidade se expande em direção Leste. Fator de expansão da cidade foram, também, a construção da MA-138 e da BR-230 (Transamazônica), fazendo com que a cidade crescesse em direção as mesmas, em sentido Leste e Sul.

Figura 55 – Vista da cidade de Estreito



Fonte: EstreitOnline

A cidade possui bom padrão construtivo e espaços consolidados, constituído por ruas, travessas e avenidas com pavimentação principalmente em asfalto e bloquetes. Possui inúmeras praças arborizadas e ajardinadas, com destaque para a da Vila, do Estudante, Bíblia, Liberdade, do Correio, Ferrovia, Populares. Há várias avenidas: Tancredo Neves, Bernardo Sayão, Chico Brito, Santos Dumont, Kaledy Henrique e Central.

Quem chega à cidade de Estreito pelo rio Tocantins ou atravessando a ponte que liga os dois Estados, depara-se inicialmente com um portal de entrada, monumento em semicírculo, que dá as boas-vindas aos visitantes (**Figura 56**). Percorrendo a BR 010, no sentido Porto Franco, essa se duplica em aproximadamente 3,5 km, formando ruas laterais (**Figura 57**), nessas concentram-se a rede hoteleira, postos de combustíveis, restaurantes, lojas de autopeças, borracharias, oficinas mecânicas e é também onde se localiza a Unidade de Pronto Atendimento – UPA e a rodoviária municipal.

Figura 56 – Portal de entrada à cidade de Estreito



Fonte: IMESC (2019)

Figura 57 – Vista da BR 010 na cidade de Estreito



Fonte: IMESC (2019)

Percorrendo a BR 230, no sentido Carolina, tem parte de sua via duplicada, em aproximadamente 1,20 km; ladeando-a tem-se a rua Maranhão, com três praças: a dos Correios, ajardinada e arborizada com árvores e palmeiras e algumas lanchonetes; a da Liberdade, onde está a academia de saúde ao ar livre, ajardinada e arborizada com palmeiras reais e a praça Bruna Dornel, com ajardinamento e arborizada com árvores frondosas e biblioteca (**Figura 58**). Na rodovia citada, se localizam alguns postos de combustíveis, algumas lojas, igrejas evangélicas, batalhão de polícia e bombeiro militar, cemitério e o matadouro público.

Figura 58 – Vista da BR 230 e Praça da Liberdade



Fonte: EstreitOnline

A Avenida Tancredo Neves (**Figura 59**), pavimentada em asfalto, possui canteiro central ajardinado e arborizado com palmeiras, nela, estão a maioria dos prédios comerciais, sendo geminados e alguns com mais de dois pavimentos. Essa avenida concentra o comércio local, apresentando várias lojas de roupas e calçados, informática, material de construção, acessórios, eletrodomésticos, óticas, farmácias, joalherias, bares, lanchonetes, restaurantes, salão de beleza, casas de agronegócio, rede bancária e rede hospitalar, constituída pelo hospital municipal e o Serviço de Atendimento de Urgência (SAMU), o cartório, fórum e a praça da Bíblia, ajardinada e arborizada com árvores e palmeiras (**Figura 60**).

Figura 59 – Avenida Tancredo Neves

Fonte: IMESC (2019)

Figura 60 – Praça da Bíblia

Fonte: IMESC (2019)

A Avenida Chico Brito, possui pavimentação em bloquetes hexagonais e canteiro central ajardinado e arborizado com palmeiras reais. Nessa está o centro administrativo, formado pela prefeitura e secretarias municipais, além de algumas lojas, agência bancária, campo de futebol e várias residências em sua maioria térreas, com telhado aparente.

A Avenida Santos Dumont (**Figura 61**), é pavimentada com asfalto e possui canteiro central, onde se observam algumas lojas de moveis, de material de construção, restaurantes, supermercados, academia de saúde ao ar livre, casas de show, igrejas evangélicas e o estádio municipal. Nota-se, que nesse logradouro há vários espaços vazios, destinados à especulação imobiliária e residências térreas, muitas com quintais grandes.

Figura 61 – Avenida Santos Dumont



Fonte: IMESC (2019)

A Avenida Bernardo Sayão, localiza-se bem próximo ao rio Tocantins; possui pavimentação em asfalto e canteiro central plantado com árvores frondosas, ladeada com casas térreas em sua maioria geminadas, expandindo-se até a linha férrea, onde está a praça da Ferrovia.

Destaca-se também a rua João Batista de Souza, de pavimentação mista, em asfalto e pedras; nela localiza-se a Igreja Matriz de São Sebastião e a Praça Frei Gil, toda ajardinada e arborizada com árvores e palmeiras, nessa encontra-se o busto de Frei Gil, o centro de abastecimento municipal, algumas escolas e casas térreas de telhado aparente com calçadas plantadas com árvores e plantas ornamentais.

As residências em sua maioria são térreas, em alvenaria e com telhado aparente, sendo geminadas na área central da cidade. Afastando-se mais do centro; as residências são um pouco mais separadas e com quintais grandes e arborizados. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com asfalto, bloquetes e piçarra. Completando o conjunto urbano de Estreito tem-

se os conjuntos habitacionais, destinados principalmente à pessoas de baixa renda e compostas por casas populares, formando importantes vetores de expansão da cidade, caso dos conjuntos habitacionais Brejo do Pinto II e Newton Coelho.

Os bairros de Estreito são: Centro, Morada do Sol, Brejo do Pinto I e II, Residencial Newton Coelho, Residencial Zequinha Coelho, Vila Delfina, Vila São João, Vila São Francisco, Bandeirantes, Setor Cibrasen, Bela Vista, Passagem da Volta, Bairro da Areia, Alto Bonito, Ferrovia, Valec, Planalto I, II, III e IV, Populares e Setor Beira Rio.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se em povoados e assentamentos.

Povoados: há 55 povoados no município, sendo os maiores, Folha Larga, Tabuleirão, Nova Alegria, Lajeado, Taboquinha, São Bartolomeu.

Assentamentos: PA Brejo da Ilha, PA Vale da Formosa, PA Braço Forte, PA Nossa Senhora Aparecida, PA Serafim, PA Bom Jesus I, PA Altamira, PA Sol Nascente, PA Governador Luís Rocha, PA Vitória e PA Novo Mundo.

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotadas na **Tabela 54** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, as pastagens plantadas em boas condições, as matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e a lavoura temporária são as que mais ocupam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quanto à área, dos 165.771 hectares, 47% estavam com as pastagens em boas condições, 35% com as matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 9% com sistemas agroflorestais, 3% com matas ou florestas naturais e lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis cada, 2% com lavoura temporária e pastagens plantadas em más condições cada, lavoura permanente e pastagens naturais

representaram menos de 1% cada. Não foi disponibilizado os hectares das matas ou florestas plantadas (**Tabela 54**).

Tabela 54 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	102	460
Lavouras temporárias	636	2.932
Lavouras área para cultivo de flores	3	-
Pastagens naturais	11	312
Pastagens plantadas em boas condições	1.210	77.284
Pastagens plantadas em más condições	93	2.681
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.152	58.683
Matas ou florestas naturais	148	4.396
Matas ou florestas plantadas	4	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	353	14.436
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	1.288	4.587
Total	-	165.771

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, ocuparam 1.327 estabelecimentos. Destes, 92% eram proprietários, 7% concessionários ou assentados que aguardavam titulação definitiva, arrendatários, parceiros, comandatários e ocupantes representaram menos de 1% cada.

Em relação aos 170.267 hectares, os proprietários corresponderam a 98%, concessionário ou assentado que aguardavam titulação definitiva e ocupante 1% cada, parceiro e comandatário corresponderam a menos 1% cada. Não foi disponibilizado os hectares do arrendatário (**Tabela 55**).

Tabela 55 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.219	166.165
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	92	2.552
Arrendatário	3	-
Parceiro	5	
Comandatário	5	291
Ocupante	3	1.259
Total	1.327	170.267

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 35.835 habitantes (IBGE, 2010), Estreito ocupava a 38ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,55% da população do estado. Em termos regionais, situava-se na terceira posição em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 7,04%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foi de 0,659 ocupando a 10ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população foi de 42.527 habitantes. Sua densidade demográfica foi de 15,64 hab./km²; os que nascem no município são chamados de estreitense.

No decênio de 2000 a 2010 a população estreitense apresentou uma taxa de crescimento de 56%. Nesse mesmo intervalo a população urbana teve aumento de 63%, e por sua vez, a população rural cresceu 42%. Nesse período, a população masculina aumentou 64% e a feminina 48%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000, representou 51%, enquanto a feminina, correspondeu a 49% da população. Em 2010, a masculina representou 53% e a feminina 47%. Quanto à população urbana, em 2000, essa representou 69% e a rural 31%; em 2010, a população urbana ainda foi a mais representativa, com 72% e a população urbana equivaleu a 28% (**Tabela 56**).

Tabela 56 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	15.846	25.778
Rural	7.084	10.057
Masculina	11.599	19.017
Feminina	11.331	16.818
Absoluta	22.930	35.835

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 30 escolas, destas, 16 estão na cidade e 14 na zona rural, inclusive uma filantrópica a APAC, disponibilizando quatro turmas para educação especial. O município oferece creche em período integral, pré-escola e ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino. Possuindo 311 salas de aula e um total de 6.625 alunos, sendo 5.128 na sede e 1.497 na área rural. Há também a Educação de Jovens de Adultos (EJA), com seis turmas funcionando no período noturno.

Na educação estadual, há três escolas, duas na área urbana e uma na área rural, nessas, há 32 turmas, com funcionamento nos três turnos. Há 1.096 alunos matriculados e um total de 57 professores. Quanto à EJA, dispõe de três turmas que funcionam no período noturno.

O município ainda dispõe de duas bibliotecas, distribuição de livros e merenda escolar, utilizando produtos locais, transporte escolar e 11 laboratórios de informática.

Há seis escolas particulares: Colégio Santa Mônica (Ed. Infantil e Fundamental), Centro Educacional Gênesis (Ed. Fundamental e Médio), Colégio Transamazônico (Ed. Infantil), Centro Educacional Eureka (Ed. Infantil) e Colégio Novo Horizonte (Ed. Infantil e Fundamental).

Quanto à educação técnica, há as escolas particulares: Alvorada, Eqtei e Instituto Fortaleza, oferecendo os cursos técnicos em Enfermagem, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica.

A educação superior é de responsabilidade do campus da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Campus Estreito (**Figura 62**), que funciona nos turnos vespertino e noturno. O Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras (CCANL), oferta três cursos de graduação: Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Engenharia Agrônômica e Ciências Naturais.

O município conta ainda com unidades da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e do Centro Universitário Internacional (UNINTER) de ensino superior privado, com os seguintes cursos: Letras, Ciências Contábeis, Serviço Social, Pedagogia, Administração, Enfermagem, Agronomia e Gestão Hospitalar.

Figura 62 – UEMASUL (Campus Estreito)



Fonte: IMESC (2019)

Saúde e Assistência Social

O município possui dois hospitais, um público e um privado. A referência no atendimento à saúde é o Hospital Municipal de Estreito (**Figura 63**) que disponibiliza 50 leitos no setor de internação. Nesse hospital são realizadas consultas, atendimentos em urgência e emergência e cirurgias, além de exames laboratoriais, ultrassonografia, raio X e fisioterapia. Dentre as doenças as lesões ortopédicas, causadas por acidentes de trânsito e atendimentos pediátricos são as mais frequentes, atendidas na unidade de saúde. Além desse hospital, o município tem 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O hospital dispõe de três ambulâncias e mais duas do SAMU que, em casos mais graves, os pacientes são transferidos para a cidade de Imperatriz. Compõe a equipe de saúde: 18 médicos com especialidades em ginecologia, cirurgia, pediatria, ortopedia, neurologia e cardiologia, 12 enfermeiros e 55 técnicos de enfermagem.

Figura 63 – Hospital Municipal de Estreito



Fonte: IMESC (2019)

Compõem o programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), 19 equipes, com 19 médicos, 19 enfermeiros e 30 técnicos de enfermagem, cobrindo todo o município. Além de equipes de saúde bucal, composta por 19 dentistas e 12 auxiliares de odontologia. A hipertensão e a diabetes são as doenças mais frequentes atendidas pelos profissionais ligados à ESF.

O município, dispõe de dois Núcleos de Assistência à Saúde da Família (NASF), com fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, pediatra, nutricionista, psicólogo, ginecologista e educador físico. Quanto à distribuição de medicamentos é feita pela Farmácia Básica.

Há 91 agentes de saúde, destes, 60 trabalham na área urbana e 31 na zona rural. Além desses, atuam 25 agentes de vigilância epidemiológica e cinco agentes de vigilância sanitária.

Além dos programas citados, funciona um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um Conselho Tutelar, um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), neste, há atendimentos de medidas socioeducativas, assistindo 21 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e a Unidade de acolhimento Irmã Zelita, pactuando dez acolhimentos por ano; no CREAS são atendidas 224 pessoas e 80 famílias pactuadas. São desenvolvidos os seguintes programas: Benefício de Prestação Continuada (BPC), com 1.015 pessoas beneficiadas, sendo 317 idosos e 698 deficientes; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com seis unidades de atendimento, sendo três na área urbana e três na rural, assistindo 548 famílias; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em 2018 foram realizadas 349 acompanhamentos mensais e um total de 1.366 atendimentos individuais; Criança Feliz, atende 150 famílias e Espaço de Convivência da Melhor Idade, com 118 idosos.

Economia

O município ocupava em 2018 a 15ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 793,960 milhões, correspondendo a 0,89% do Maranhão. O setor industrial foi referente a R\$ 399,883 milhões, seguido pelo setor de serviços com R\$ 315,972 milhões, o agropecuário com R\$ 45,247 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 32,858 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 503,29 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma mecanizada e itinerante voltada para a subsistência e comercialização. A produção se baseia em grãos, principalmente arroz, milho e feijão e produção de mandioca, inhame e banana, sendo o excedente vendido no próprio município, tendo como principais produtores os povoados de Serafim e Acojan. No Sindicato de Trabalhadores Rurais há 1.510 sócios.

Agricultura temporária

Oito produtos são representativos na agricultura temporária de Estreito: abacaxi, arroz, fava, feijão, mandioca, melancia, milho e soja.

Entre 2010 e 2019 a área colhida diminuiu 58%, a quantidade produzida 23% (na taxa de crescimento não foi adicionado os valores do abacaxi, pois o mesmo é dado em mil frutos, enquanto os demais são dados em toneladas) e o valor da produção 2%. No período mencionado, à área colhida do arroz diminuiu 92%, a da fava 38%, a do feijão 52%, a da mandioca 67%, a do milho 36% e a da soja 17%, enquanto a do abacaxi e da melancia aumentaram, respectivamente, 300% e 50%. Referente a quantidade produzida, o arroz reduziu 95%, a fava 33%, o feijão 50% e a mandioca 71%; o abacaxi aumentou 250%, a melancia 136%, o milho 51% e a soja 15%. No rendimento médio, os produtos que aumentaram foram: fava 7%, feijão 3%, melancia 57%, milho 135% e soja 25%; tiveram os valores reduzidos, o abacaxi 13%, o arroz 38% e a mandioca 12%. Quanto ao valor da produção, o abacaxi cresceu 743%, a fava 71%, o feijão 26%, a melancia 233% e a soja 138%; desvalorizaram-se o arroz em 93% e a mandioca 38%. O sorgo e o tomate não foram analisados, pois não foram registrados no ano de 2019 (**Tabela 57**).

Em 2010, dos 3.945 hectares colhidos, 50% foram de milho, 38% de arroz, 4% de feijão e soja cada, 3% de mandioca, abacaxi, fava, melancia, sorgo e tomate representaram menos de 1% cada. Das 11.077 toneladas produzidas (exceto o abacaxi que é dado em mil frutos), 45% eram de milho, 41% de arroz, 10% de mandioca, 3% de soja, 1% de feijão, fava, melancia, sorgo e tomate representaram menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 57**. No valor da produção, dos R\$ 5,012 milhões, o arroz participou com 48%, o milho com 41%, a mandioca e a soja com 4% cada, o feijão com 2%, o abacaxi, a fava, a melancia, o sorgo e o tomate representaram menos de 1% cada.

Em 2019, dos 1.649 hectares de área colhida, o milho ocupou 78%, a soja 8%, o arroz 7%, o feijão 4%, a mandioca 3%, o abacaxi, a fava e a melancia corresponderam menos 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 8.536 toneladas (exceto o abacaxi que é dado em mil frutos), o milho contribuiu com 88%, a soja e a mandioca 4% cada, o arroz com 2%, a melancia com 1% e menos de 1% fava e feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 57**. Para o valor da produção, dos R\$ 4,909 milhões, o milho contribuiu com 80%, a soja com 9%, o arroz com 6%, o feijão e a mandioca com 3% cada, ambos com 1% o abacaxi e a melancia, e a fava representou menos de 1%.

Tabela 57 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Abacaxi*	1	4	16	56	16.000	14.000	7	59
Arroz	1.500	115	4.500	213	3.000	1.852	2.385	170
Fava	8	5	3	2	375	400	7	12
Feijão	153	74	68	34	444	459	102	129
Mandioca	130	43	1.105	320	8.500	7.442	221	138
Melancia	2	3	28	66	14.000	22.000	9	30
Milho	1.990	1.280	4.975	7.526	2.500	5.880	2.074	3.936
Soja	150	125	360	375	2.400	3.000	183	435
Sorgo	10	-	18	-	1.800	-	4	-
Tomate	1	-	20	-	20.000	-	20	-
Total	3.945		-	-	-	-	5.012	4.909

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

*Mil Frutos

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida e o valor da produção diminuíram 99% e 100%, respectivamente. A quantidade produzida não foi analisada pela disparidade das unidades de medida que compõem seu valor e porque apenas um produto (coco-da-baía) se destaca no último ano.

No aludido intervalo, a área colhida, a quantidade produzida, o rendimento médio e o valor da produção do coco-da-baía tiveram diminuição de 83%, 90%, 40% e 89% respectivamente. Os demais produtos (banana, castanha de caju e laranja) não foram analisados pois estes, se apresentam em anos distintos (**Tabela 58**).

Em 2010, dos 223 hectares de área colhida, 78% foram ocupados com banana, 12% com castanha de caju e 5% com coco-da-baía e 4% com laranja. Das 3.092 toneladas produzidas (exceto o coco-da-baía, pois é dado em mil frutos, enquanto os demais produtos são quantificados em toneladas), a banana participou com 99%, a castanha de caju e a laranja juntos representaram 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 58**. Dos R\$ 1.875 milhão do valor da produção, a banana contribuiu com 98%, a castanha de caju, o coco-da-baía e a laranja representaram juntos 2%.

Em 2019, apenas um produto é representativo, o coco-da-baía, com 2 hectares de área colhida, 3 mil frutos de quantidade produzida, 1.500 kg/ha de rendimento médio e R\$ 2 mil de valor da produção (**Tabela 58**).

Tabela 58 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Hectares)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	174	-	3.053	-	17.545	-	1.831	-
Castanha de caju	27	-	11	-	407	-	12	-
Coco-da-baía*	12	2	30	3	2.500	1.500	18	2
Laranja	10	-	28	-	2.800	-	14	-
Total	223	2	-	3	-	-	1.875	2

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil frutos

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas e vendidas 112 toneladas de produtos oriundos da horticultura, sendo que a couve representou 44%, a alface 34%, a cebolinha e abobrinha 5% cada, o coentro 4%, o jiló 3%, o quiabo e a salsa 2% cada, maxixe e rúcula somaram juntos 1%.

Dessa produção, foram contabilizados R\$ 776 mil, destes, 59% foram referentes a couve, 22% a alface, 6% o coentro e a cebolinha cada, 3% a salsa, a abobrinha, o jiló, o maxixe, o quiabo e a rúcula representaram juntos 4% (**Tabela 59**).

Tabela 59 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Abobrinha	6	6	9
Alface	38	38	174
Cebolinha	6	6	45
Coentro	4	4	49
Couve	49	49	456
Jiló	3	3	10
Maxixe	1	1	2
Quiabo	2	2	5
Rúcula	1	1	5
Salsa	2	2	21
Total	112	112	776

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é uma das principais atividades econômicas no município, sendo o rebanho bovino o mais importante, com criação extensiva em pastos plantados, destinado quase exclusivamente para a produção leiteira, com 36 produtores que fabricam queijo, requeijão e doce de leite e também destinado ao abate.

No município há quatro granjas, exportando frangos para São Luís, Pará e Tocantins. Estão sendo construídos mais 60 galpões para criação.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 215%, apresentado as seguintes variações: bovino 9%, equinos -29%, suíno -31%, caprino -1%, ovino 39%, galináceos 559% e o bubalino não foi contabilizado. Em 2010, das 196.915 cabeças, 58% eram de bovinos, 38% de galináceos, 2% de equinos e suínos cada, bubalino, caprino e ovino representaram menos de 1% cada. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 619.662 animais, com 79% de galináceos e 20% de bovinos; equino, suíno, caprino e ovino representaram juntos 1% (**Tabela 60**).

Tabela 60 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	113.658	124.323
Bubalino	27	-
Equino	3.233	2.292
Suíno	3.610	2.493
Caprino	393	390
Ovino	2.052	2.846
Galináceos	73.942	487.318
Total	196.915	619.662

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal, em 2019, foram produzidos 12,216 milhões litros de leite, 79 mil dúzias de ovos e 503 quilogramas de mel de abelha. O valor da produção foi de R\$12,425 milhões, sendo 96% referente ao leite, 4% aos ovos de galinha e menos de 1% ao mel de abelha (**Tabela 61**).

Tabela 61 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	12.216	11.972
Ovos de Galinha (mil dúzias)	79	438
Mel de Abelha (quilograma)	503	15
Total	-	12.425

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

Em 2019, foram produzidas 206 toneladas de carvão vegetal e 508 metros cúbicos de lenha. O valor da produção foi de R\$ 118 mil, o carvão vegetal foi responsável por R\$ 111 mil, participando com 94% e a lenha com R\$ 7 mil, representando 6%.

Apesar de não ser registrado pelo IBGE, há no município grande produção de buriti.

Quanto à silvicultura, há no município plantações de eucalipto. Todavia, não foram registrados nenhum produto pelo IBGE em 2019.

No município foi constatado a exploração mineral de areia, argila e pedra brita.

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada em ambiente fluvial nos rios Tocantins, Itaqueira, Chupé, Santana, Farinha, Mosquito e Campo Alegre. Utilizam barcos, redes, linha e anzol nas pescarias. As principais espécies são: pacu (*Mylossoma sp.*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), curimatá (*Prochilodus sp.*), piabanha (*Brycon insignis*), branquinha (*Curimata cyprinoides*), jaú (*Paulicea luetkeni*), mapará (*Hypophthalmus ssp.*), piaú (*Leporinus friderici*), mandi (*Pimelodus blochii*) e outros. No lago da barragem de Estreito, encontram-se as seguintes espécies: mapará, curuvina (*Plagioscion squamosissimus*) e tucunaré (*Cichla spp.*).

Na Colônia de Pescadores de Estreito (Z-35), há 440 associados cadastrados. A principal queixa dos pescadores, refere-se à diminuição da quantidade de peixes no rio Tocantins decorrente da construção da barragem, que não possui escada de peixes e estes por sua vez ficam apenas no lago da represa.

Há criação de peixes em açudes. Com 50 tanques que produzem principalmente tambaqui. No rio Farinha há aproximadamente 30 tanques redes, com produção de tilápia e tambaqui, sendo a responsável a AQUISUMA.

O pescado é comercializado no próprio município e exportado para Santa Inês, Porto Franco, municípios vizinhos, para os municípios de Aguiarnópolis, Tocantinópolis no estado do Tocantins.

Em 2019 a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 100.775 toneladas e 603 milheiros de alevinos. Do total das toneladas, tambacu/tambatinga corresponderam a 75%, tambaqui 22% e piaú 3%. Quanto ao valor de produção que foi de R\$ 841 mil, o tambacu/tambatinga contribuiu com 68%, tambaqui 19%, alevinos 9%, Piaú, piapara, piaçu, piava 4% (**Tabela 62**).

Tabela 62 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Piaú, piapara, piaçu, piava (quilogramas)	3.000	32
Tambacu, tambatinga (quilogramas)	75.935	570
Tambaqui (quilogramas)	21.840	164
Alevinos (milheiro)	603	75
Total	-	841

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Encontra-se no município um total de 442 indústrias, sendo: uma de extração de minerais metálicos; oito de extração de minerais metálicos, nesse caso, uma de extração de ardósia e beneficiamento associado, quatro de extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado e uma de extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado; 54 de fabricação de produtos alimentícios, sendo: dois frigoríficos para abate de bovinos, quatro de conserva de frutas, cinco de laticínios, uma de sorvetes e outros gelados comestíveis, cinco de beneficiamento de arroz, duas de fabricação de farinha de mandioca e derivados, uma de moagem de açúcar em bruto, 29 de produtos de panificação, uma de fabricação de massas alimentícias, uma de fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos e duas de fabricação de alimentos e pratos prontos; oito de produtos têxteis; 30 de confecção de artigos do vestuário e acessórios; duas de fabricação de artefatos de couro; 13 de produtos de madeira; 12 impressão e reprodução de gravações; duas de fabricação de álcool; cinco de produtos químicos; cinco de produtos de borracha e de material plástico; 18 de fabricação de produtos minerais não metálicos, sendo sete de fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes e 11 de fabricação de produtos cerâmicos; 17 de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; uma de fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhão; uma de condicionamento e recuperação de motores para veículos automotores; nove de fabricação de móveis; 13 de fabricação de produtos diversos; 16 de recuperação, reparação e instalação e máquinas e equipamentos; 11 de geração de energia elétrica; duas de captação, tratamento e distribuição de água; três de atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; 12 de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais; 47 de construção de edifícios; 39 de obras de infraestrutura e 114 de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

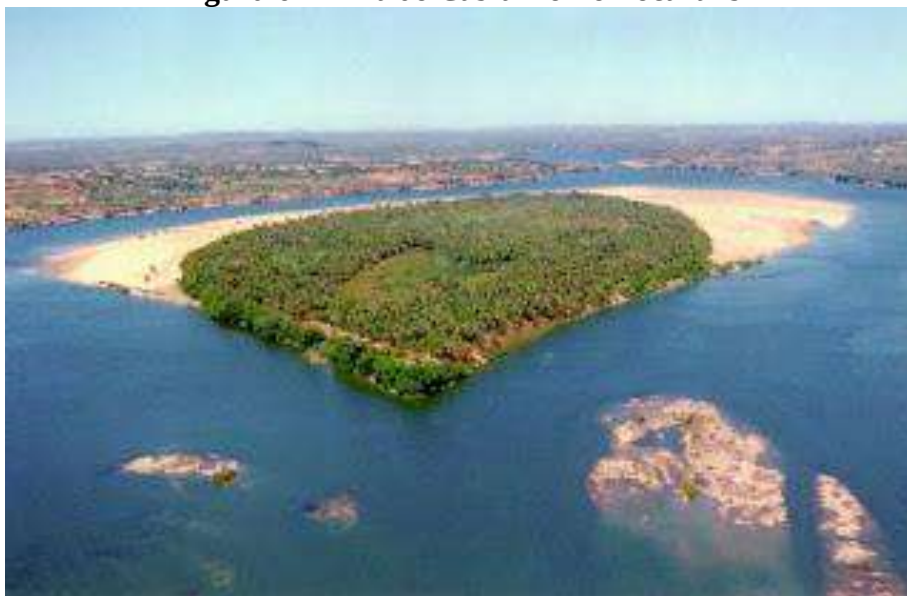
A principal área comercial são as avenidas Tancredo Neves e Santos Dumont. O comércio é varejista e atacadista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercados, abastecidos com produtos oriundos principalmente do estado do Tocantins. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 1.837 estabelecimentos comerciais, sendo:

260 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; 90 atacadistas e 1.487 varejistas.

Turismo

Estreito possui vários atrativos turísticos, destacando-se o rio Tocantins e as ilhas do Cabral (**Figura 64**) e Cigana. No período de estiagem, segundo semestre do ano, as águas baixam, tornando-se cristalinas e formando inúmeras praias de água doce e areias brancas ao longo do rio e das ilhas, momento no qual são montadas inúmeras barracas que atraem grande contingente de pessoas, que aproveitam para se divertirem com os shows que ocorrem, ou simplesmente aproveitar as belezas naturais do lugar. Na praia da Cigana são servidos pratos à base de peixe, com destaque para a linguíça, lasanha e pizza do pescado.

Figura 64 – Ilha do Cabral no rio Tocantins



Fonte: Estreitoturismo.blogspot.com

Destaca-se também, as imponentes e belas quedas d'água, localizadas no rio Farinha, sobressaindo as cachoeiras de São Romão com 35 metros (**Figura 65**) e Prata com 27 metros de altura e também as cachoeiras da Estrema, Gameleira, Padres, Santana e Porão.

Figura 65 – Cachoeira de São Romão



Fonte: Autor desconhecido

A parte cultural também atrai turistas, especialmente as vaquejadas e cavalgadas.

A culinária tem como pratos principais, o chambari, panelada e peixe em diversas modalidades. O município dispõe de seis hotéis e vários outros meios de hospedagem.

O artesanato é representado por potes feitos de cerâmica, produção de toalhas, sacolas, pilões, bijuterias, guardanapos e objetos feitos com talos do buritizeiro.

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta das luxuosas quadrilhas juninas.

Os principais eventos que ocorrem no município são: carnaval, ocorre na Avenida Santos Dumont, são cinco dias de festa com blocos e bandas; vaquejadas no mês de julho, em Brejo do Pinto e no Assentamento Brejo da Folha, com calvada, escolha da garota cavalgada e apresentação de bandas e shows; dia do evangélico; festas juninas, há montagem de barracas para venda de comidas e bebidas típicas, palco e apresentação de danças típicas e shows; 7 de setembro; aniversário da cidade; festa do padroeiro São Sebastião; Festa do Empreendedor Sustentável Cultural (FESC) e a Exposição Agropecuária de Estreito (EXPOEST), no segundo semestre do ano com shows de bandas nacionais e regionais, rodeio, escolha da garota expoest, realização de negócios, financiamentos, cursos, torneios e palestras.

Em relação ao entretenimento, existe parque de exposição, centro cultural, quadras poliesportivas, um ginásio esportivo, vários campos de futebol, um estádio de futebol, dez restaurantes, cinco lanchonetes, inúmeros bares, duas casas de shows, uma banda de música ou fanfarra e duas bibliotecas.

A beira-rio de Estreito (**Figura 66**) se destaca como um novo espaço de interação social e entretenimento, com vários quiosques, restaurantes, quadra poliesportiva, academia ao ar livre, campo de vôlei, área para caminhada, praça de eventos e lagoa artificial.

Os ritmos mais apreciados são o forró e o sertanejo.

Figura 66 – Vista parcial da beira-rio de Estreito, em fase de conclusão



Fonte: IMESC (2019)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade, cartório, delegacia, batalhão de polícia e bombeiro militar, guarda municipal, justiça do trabalho e fóruns de justiça e eleitoral. Corresponde a 82ª zona eleitoral, com registro de 20.789 eleitores e 13 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

A religião é representada principalmente pelo catolicismo e pelos evangélicos. O principal templo católico é a Igreja Matriz de São Sebastião (**Figura 67**) padroeiro do município; existem, portanto, na sede oito templos católicos e mais 12 na área rural. Além do padroeiro, um dos principais festejos é o de São Francisco de Assis.

Figura 67 – Igreja Matriz de São Sebastião



Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos, possuem inúmeros templos na cidade e na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista, Adventista do Sétimo Dia, Presbiteriana e outras.

Dos 35.835 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 73% se declararam católicos, 19% evangélicos, 5% sem religião, 1% espíritas e outras religiões cada, não determinado e não sabem qual a sua religião, representaram menos de 1% cada (**Tabela 63**).

Tabela 63 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	26.323
Evangélicos	6.874
Espírita	317
Outras Religiões	356
Sem religião	1.875
Não determinado	53
Não sabe	37
Total	35.835

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade municipal, pelo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), por meio de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população possui fossas sépticas. Quanto à coleta de lixo é realizada todos os dias na semana, apenas na sede, o lixo é transportado em caminhão compactador e depositado em um lixão a céu aberto a três quilômetros da sede. O município possui um aterro sanitário, mas ainda não está em funcionamento.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, possuindo uma subestação. Em 2017, o consumo de energia registrado foi de 35.883.939 Mwh distribuídos em: 53% residencial, 18% comercial, 9% iluminação pública, 6% rural e industrial cada, 5% poder público, 3% serviço público, e consumo próprio representou menos de 1% (Tabela 64).

Tabela 64 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	18.971.216
Industrial	2.159.831
Comercial	6.559.265
Rural	2.110.608
Poder Público	1.822.494
Iluminação Pública	3.108.008
Serviço Público	1.115.720
Consumo Próprio	36.797
Total	35.883.939

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2017)

No município está instalada a Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), localizada no rio Tocantins; possui reservatório a fio d'água de 555 km², capacidade nominal instalada de 1.087 MW, o suficiente para abastecer uma cidade com quatro milhões de habitantes e linha de transmissão: 500 kV, com 140 km de extensão de Estreito, até a subestação de Imperatriz (Figura 68).

Figura 68 – Usina Hidrelétrica Estreito



Fonte: Consórcio Estreito Energia – CESTE

Serviços e Comunicação

O município possui cinco agências: Bradesco, Caixa Econômica, Brasil, BASA e ainda duas lotéricas e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura das operadoras CLARO, TIM, VIVO e OI, esta última com linha fixa e internet oriunda das prestadoras Estreitonet, House Net e Júpiter.

Como meio de comunicação local, o município possui o Jornal Momento e duas rádios.

Transporte

A cidade de Estreito localiza-se a aproximadamente 743 km da capital São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135, 226 e 010. Fica também a 124 km de Imperatriz. As viagens podem ser realizadas através de ônibus, micro-ônibus e vans, saindo da rodoviária municipal, com destino a diversos municípios dos Estados do Maranhão, Tocantins e Pará e para os estados do Ceará, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo.

O traslado urbano–rural é realizado por ônibus, e veículos particulares. Na cidade o transporte se dá através de táxis e mototáxis e veículos próprios.

O município é atravessado pela Estrada de Ferro Norte-Sul, com ponte metálica ferroviária sobre o rio Tocantins, com 1,3 mil metros de extensão e vão de 154 metros; por ela trafegam principalmente a produção de soja do sul do Maranhão (**Figura 69**).

Figura 69 – Pontes ferroviária metálica e rodoviária sobre o rio Tocantins



Fonte: EstreitOnline

9 GOVERNADOR EDISON LOBÃO

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

I

O pavilhão e as nascentes,
 Ribeirãozinho!
 Nasceu no grande Maranhão
 berço de heróis.
 Dos tempos vis, já redimiui
 Da linda pátria ela nasce
 entre outras mil.
 Do lado Sul, do bravo herói
 Já desde a aurora raia o sol
 do céu real
 E a armadura de um soldado teu
 Reflete a glória do Brasil.

II

Sustento a fé! Sou um dos teus!
 Ribeirãozinho!
 Um grito forte no combate
 eu vou alçar.
 Vitória já! Vitória já!
 Da Independência do Brasil
 vou relembrar.
 Seguro estou, não vou temer
 Sim da herança de D. Pedro
 tu nasceste
 Pois consumada está a ação do mal
 Que contra ti vier lutar

III

Os muros fortes estão quebrados,
 e agulhões.
 Cidade Governador
 Edison Lobão
 Que ressoada, mais de três mil
 De Imperatriz se ouviu as trovas
 varonis.
 Já proclamada a liberdade.
 Vibrou com garra até as vozes
 pueris
 Da cachoeira a todos os brasis
 Soou as águas Tocantins.

IV

São cristalinas, aquelas águas
 que tu nasceste
 A agricultura o babaçu
 e o diamante
 Que são recursos do solo teu,
 E resplandece em tua história
 deslumbrante
 E a riqueza do teu passado
 Com o presente deste um garbo
 juvenil
 Tu és a terra hospitaleira
 Um pedacinho do meu Brasil!

Letra e música: Antonio José da Silva

Localização

O município Governador Edison Lobão localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

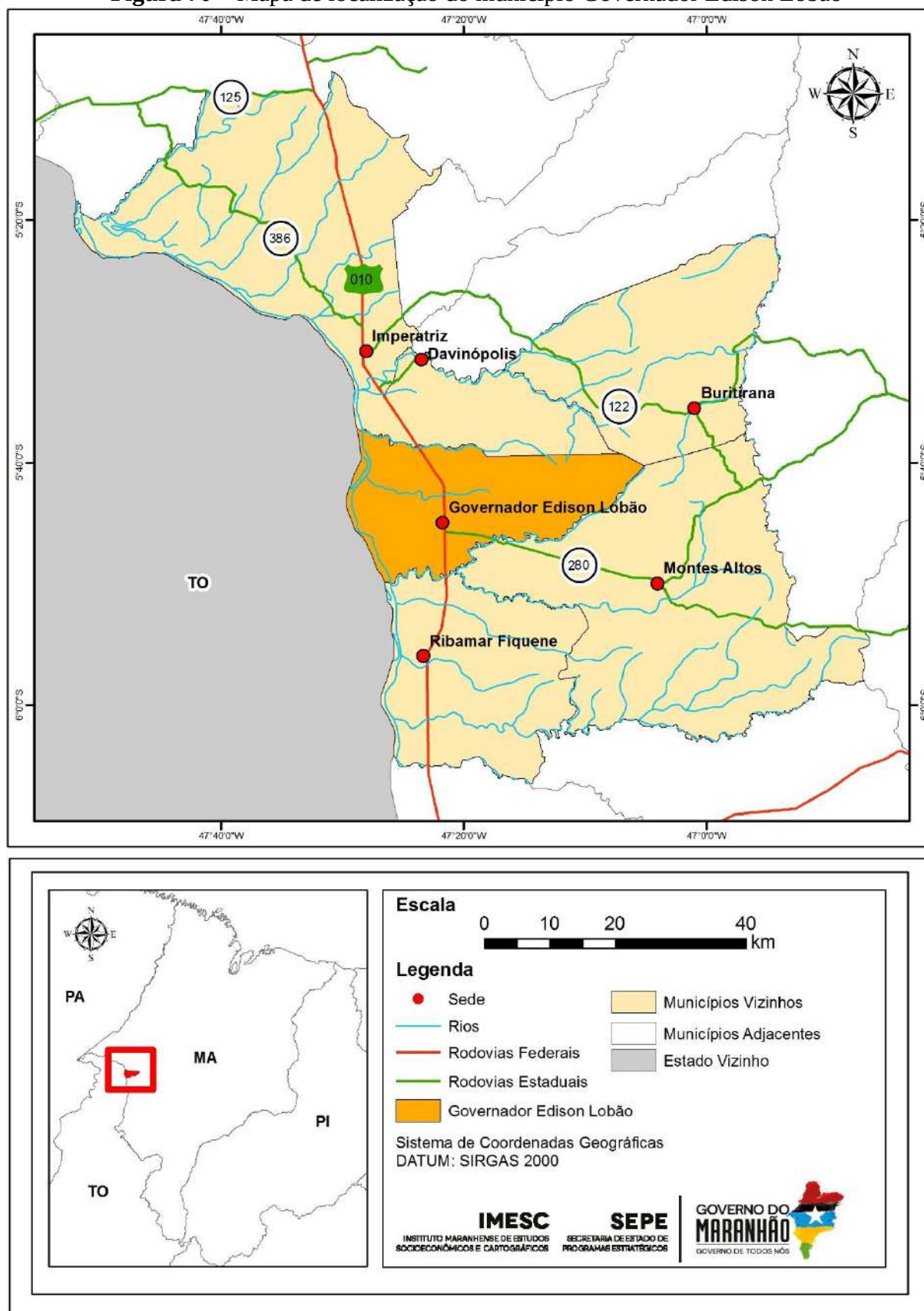
Limita-se ao Norte com os municípios de Imperatriz e Davinópolis; ao Oeste com o estado do Tocantins; ao Sul com Ribamar Fiquene e Montes Altos; ao Leste com Buritirana e Montes Altos (**Figura 70**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 37' 13" de latitude e -47°28'36" de longitude; Oeste -47°29'38" de longitude e -05°42'59" de latitude; Sul -05°49'57" de latitude e -47°25'44" de longitude e Leste -47°05'07" de longitude e -05°40'14" de latitude.

Extensão

O município ocupa a 152ª posição no ranking estadual em extensão com 615,860 km² (IBGE, 2019), representando 0,19% do território maranhense. Em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a 15ª posição com 2,38% desse território regional.

Figura 70 – Mapa de localização do município Governador Edison Lobão



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Processo de Ocupação

O povoamento do lugar se iniciou com o desmatamento em 1958 para a construção da rodovia Belém-Brasília. As pessoas começaram a chegar na localidade motivadas pela estrada. O primeiro morador foi o senhor Manoel Rocha, que veio com sua família e se instalou às margens do Ribeirão Dantas, num povoado chamado Maloca e ali ele começou o trabalho de agricultura familiar de subsistência. O pequeno povoado recebeu o nome de Ribeirãozinho, devido aos córregos que cortavam grande parte daquelas terras, além da fertilidade do solo próprio para a agricultura.

Nos anos de 1960 a esperança dessa gente foi fortalecida com a descoberta de diamantes no meio das matas. O então povoado de Ribeirãozinho virou garimpo. Muita gente trabalhou na época no garimpo de diamante e tiraram pedras de variados tamanhos. Com o surgimento do garimpo de Serra Pelada as pessoas foram se deslocando para lá. Foram estas pessoas que ajudaram a transformar o povoado de Ribeirãozinho no município de Governador Edison Lobão. Com a emancipação em 1994, o município se desenvolveu em vários setores.

A história da igreja matriz, dedicada a Santa Rita de Cássia se confunde com a história do lugar e tem como figura principal dona Maria do Ó Andrade, que era devota de Santa Rita de Cássia e que trouxe uma imagem da santa de onde morava para abençoar o local e, com outras pessoas foram os responsáveis por fundar a primeira igreja católica, que na época era de palha.

O povoado de Ribeirãozinho foi elevado à categoria de município com o nome de Governador Edison Lobão (ex-governador do estado do Maranhão entre os anos de 1991-1994), pela Lei Estadual nº 6.194, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Imperatriz e instalado em 01 de janeiro de 1997.

O primeiro prefeito eleito foi Jorge Ney Mota Bandeira (1997-2000/2001-2004), seguido por Washington Luís Silva Plácido (2005-2008), Lourêncio Silva de Moraes (2009-2012), Evando Viana de Araújo (2013-2016) e Geraldo Evandro Braga de Sousa (2017-2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia das Alpercatas e da Bacia Sedimentar do Grajaú. A primeira, ocupa uma pequena área do município, caracterizando-se

como uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos à superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região centro-sudeste do estado do Maranhão. Esta é preenchida pela supersequência jurássica, composta pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município predomina a Formação Corda, que consiste de arenitos avermelhados com granulometria bimodal, em sequências separadas por superfícies limitantes, onde há deposição de argila. O seu ambiente de sedimentação é interpretado como desértico (SILVA *et al.*, 2003).

A Bacia Sedimentar do Grajaú, ocupa grande parte do município. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos, depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que seria regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a duas unidades principais: Grupo Itapecuru e Formação Grajaú.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Grajaú, é representada por arenitos amarelos friáveis e arenitopo do platô de Grajaú.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais

sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenado pelos vales de vários rios.

Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Destaca-se, ainda, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo de seu fundo de vale.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo tais cotas progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. As planícies aluviais do baixo rio Tocantins encontram-se embutidas em cotas ainda mais baixas, entre 100 e 150 m (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município são representados pelos latossolos, argissolos e neossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos vermelho-amarelo disutófico.

Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos e argissolos vermelhos distróficos.

Os neossolos são constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando nenhum tipo de horizonte B diagnóstico. Em razão de

características inerentes ao próprio material de origem (como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica), seja em razão da influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos solos. Esses solos são encontrados principalmente próximo ao leito do rio Tocantins, se destacando os neossolos flúvicos eutróficos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, sendo seu território cortado pelo rio homônimo, tendo como afluentes no município os rios Bananal, Ribeirão Dantas, Paciência, Nazaré e Campo Alegre.

Vegetação

A vegetação é composta pelo cerrado parque, constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (IBGE, 2012).

Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar

anual varia entre 73% e 76% e os totais pluviométricos anuais entre 1.200mm a 1.600 mm (UEMA, 2002).

Espaço Urbano

A cidade de Governador Edison Lobão, desenvolveu-se praticamente na direção Oeste da BR 010 (**Figura 71**) em uma área com pequenas elevações.

Figura 71 – Trecho da BR 010 em Governador Edison Lobão



Fonte: IMESC (2017)

O trecho da BR 010 que passa pela sede municipal possui 5,28 km de comprimento, de onde saem ruas no sentido Leste/Oeste formando em algumas partes da cidade o tabuleiro de xadrez (quadras com o formato bem delimitado). Aproximadamente 70% das vias públicas municipais estavam em 2017 pavimentadas com asfalto ou bloquetes (**Figura 72**).

Figura 72 – Rua pavimentada com bloquetes



Fonte: IMESC (2017)

Paralelo a BR 010, tem-se as avenidas Bernardo Sayão, da Torre e Santa Rita, logradouros que concentram o comércio local. Somados a esses espaços públicos, existem três praças, algumas arborizadas (**Figura 73**) e voltadas também para a prática de esportes, principalmente na Praça da Academia.

Figura 73 – Praça arborizada em Governador Edison Lobão



Fonte: IMESC (2017)

Os bairros são: Vila Eurico, Vila Edinho, Getat e Centro.

Chama a atenção o distrito de Bananal, distante 10 quilômetros da sede municipal. Distribui-se ao Oeste da MA 010, formando uma “cidade” a parte, constituída pelas avenidas Maria Bandeira e Sete de Setembro, várias ruas e travessas, pavimentadas com asfalto e bloquetes. As residências são térreas e em sua grande maioria de alvenaria cobertas de telhas de barro. Possui praça, escolas, unidades básicas de saúde, igrejas e vários comércios.

Espaço Rural

Compõe o espaço rural do município as seguintes localidades: Setor Agrícola, Ribeirãozinho da Roça, Bananal, Serra Quebrada, Cachoeirinha, Serrinha, Casas Novas, Campestão e os assentamentos Vila Palmares (denominada também de Zumbi dos Palmares que é uma área quilombola) e Gameleiras.

Utilização das terras

As informações sobre a utilização das terras do espaço rural de Governador Edison Lobão, traz a classificação de estabelecimento que não puderam ser analisados quantitativamente, por terem mais de uma atividade rural praticada na mesma unidade. Porém, percebe-se, que nesses estabelecimentos são praticadas atividades de agricultura, pecuária com muitas áreas de pastagem, sendo elas em sua maioria plantadas em boas condições; também há áreas destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, sistemas agroflorestais (formas de uso de terras, nas quais se combinam cultivo de espécies frutíferas e madeireiras com criação de animais e colheita de lavouras).

Nos estabelecimentos são encontrados tanques, lagos, açudes e águas públicas, o que pode significar que são áreas voltadas para a aquicultura e também abastecimento do gado.

As terras degradadas, provavelmente são resultado da pecuária extensiva e manejo deficitário na agricultura, carecendo de estudos e técnicas que as tornem novamente produtíveis. O mesmo se aplica as terras inaproveitáveis.

Quanto às áreas utilizadas, dos 39.534 hectares utilizados, 59% estão relacionados as pastagens plantadas em boas condições; 24% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal; 9% tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; 5% pastagens plantadas em más condições; 2% sistemas agroflorestais; 1% a lavouras temporárias e matas e/ou florestas naturais cada; menos de 1% lavouras permanentes;

não foram disponibilizados os hectares das lavouras para cultivo de flores, pastagens naturais e matas ou florestas plantadas (**Tabela 65**).

Tabela 65 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	30	66
Lavouras temporárias	99	279
Lavouras para cultivo de flores	1	-
Pastagens naturais	2	-
Pastagens plantadas em boas condições	231	23.270
Pastagens plantadas em más condições	32	2.025
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	225	9.295
Matas ou florestas naturais	17	245
Matas ou florestas plantadas	2	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	7	616
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	275	3.738
Total	-	39.534

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Com relação a condição do produtor, dos 314 estabelecimentos quantificados em 2017, 87% eram de responsabilidade do proprietário, 6% do concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, 3% do comandatário, 2% do produtor sem área, o arrendatário, o parceiro e o ocupante representaram juntos 2%.

Naquele aludido ano, dos 40.079 hectares de área, 98% estavam com o proprietário, 1% com concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva e menos de 1% com o comandatário. Arrendatário, parceiro e ocupante não apresentaram dados quantitativos na pesquisa (**Tabela 66**).

Tabela 66 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Nº de estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	274	39.448
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	20	534
Arrendatário	1	-
Parceiro	1	-
Comandatário	10	97
Ocupante	1	-
Produtor sem área	7	-
Total	314	40.079

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

O município Governador Edison Lobão ocupava no estado o 118º lugar no ranking populacional com participação de 0,24% da população total maranhense. Situa-se no sétimo lugar correspondendo a 3% da população da Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense. Em 2010, o município obteve um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no valor de 0,629, ocupando a 23ª posição no Estado (IPEA, 2013). Em 2020 a estimativa da população é de 18.520 habitantes. Sua densidade demográfica era de 30,07 hab./km²; quem nasce no município é denominado de Edison-lobense.

A população total do município, entre 2000 e 2010, cresceu em 46%, a urbana 80%, a rural 27%, a masculina 47% e a feminina em 45%.

Em 2000, foi constatado na pesquisa que os homens eram 51% e as mulheres 49% da população do município, permanecendo esse mesmo equilíbrio para o ano de 2010.

A população rural, em 2000, correspondia a 64% e a urbana 36%. No ano de 2010, há um aumento dos habitantes urbanos crescendo 8 pontos percentuais em relação aos habitantes rurais, ou seja, 44% da população se encontrava no centro urbano, enquanto 56% estavam no campo. Esse crescimento urbano pode ser explicado pela transferência de alguns habitantes do campo para a cidade na justificativa de melhores assistências de educação e saúde, empregos no setor de comércio e serviços que são fornecidos pelos centros urbanos. Porém a população rural continua sendo maior que a urbana (**Tabela 67**).

Tabela 67 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	3.867	6.957
Rural	7.024	8.938
Masculina	5.556	8.152
Feminina	5.335	7.743
Total	10.891	15.895

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Em 2017, na rede municipal de ensino de Governador Edison Lobão matricularam-se 4.449 alunos distribuídos em 17 escolas; destas, nove estavam na zona urbana e oito na rural. Distribuídas em duas creches, duas pré-escolas e 13 com o ensino fundamental, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Referente ao número de docentes na rede municipal estavam 210 professores, 102 com ensino superior completo e 108 com magistério.

A prefeitura municipal disponibiliza transporte público com 28 veículos e merenda escolar para os alunos utilizando alimentos da agricultura familiar.

Na rede estadual, há no município duas escolas com 19 turmas, um total de 32 professores e 663 alunos matriculados.

O ensino superior é representado pela Fundação Educacional de Filosofia e Religião do Norte e Nordeste (FEFRENN) que oferece os cursos de Pedagogia e Assistência Social.

Os cursos técnicos presentes no município são os de língua inglesa e artefatos e couros.

A educação básica privada é representada pelo colégio Pequeno Príncipe.

No município há uma unidade vocacional do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), com os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Os cursos são gratuitos e abertos para a comunidade sendo: modelista e design de sandálias em couro, inglês intermediário, fabricação de artigos pete em couro.

Saúde e Assistência Social

Em 2017 a referência no atendimento à saúde no município é o Hospital Municipal São Jorge (**Figura 74**) com 23 leitos, disponibilizando atendimentos de urgência/emergência, exames laboratoriais, ultrassonografia e eletrocardiograma.

Figura 74 – Hospital Municipal São Jorge



Fonte: IMESC (2017)

Os casos com maiores números de atendimentos são: hipertensão, diabetes, cálculo renal e diarreia provocada por verminoses. Nos casos mais graves os pacientes são encaminhados para a cidade de Imperatriz através de duas ambulâncias de responsabilidade municipal.

Quanto aos profissionais da área da saúde que trabalhavam no hospital, tinha-se cinco médicos (quatro clínicos gerais e um pediatra), mesmo quantitativo de enfermeiros e 13 técnicos de enfermagem.

Dando assistência na área da saúde do município existem cinco equipes do ESF que cobrem 86% do território municipal. Cada equipe é composta por um médico, um enfermeiro e 18 técnicos de enfermagem. Esse programa é contemplado com a parte odontológica, sendo composta por três equipes com um dentista em cada.

Dando suporte a rede municipal de saúde existia 46 agentes comunitários de saúde distribuídos 30 na área urbana e 16 na zona rural, seis agentes de vigilância epidemiológica e dois da vigilância sanitária.

Outro programa existente na rede de saúde local é o Saúde na Escola.

Quanto à assistência social, funciona um conselho tutelar e um CRAS que tem como um dos principais programas o SCFV. Em 2017, esse programa atendia 500 famílias com acompanhamento domiciliar e atividades coletivas para o público de diferentes idades.

Também, foram atendidas pelo BPC 481 pessoas, sendo 233 idosos e 248 deficientes.

Economia

O município ocupava em 2018 a 55ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 262,396 milhões, correspondendo a 0,29% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 134,839 milhões, seguido pelo setor industrial com R\$ 92,957 milhões, o agropecuário com R\$ 11,188 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 23,412 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 312,56 (IPEA, 2013).

Agricultura

Predomina no município a agricultura itinerante, voltado para subsistência e comercialização com destaque para o cultivo das hortaliças, arroz, laranja e manga. Estas duas últimas são exportadas para o município de Imperatriz, enquanto que as duas primeiras são comercializadas principalmente nas duas feiras existentes no município.

Em trabalho de campo a equipe do IMESC obteve informações junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do município que os principais povoados agrícolas são Cachoeirinha e Setor Agrícola e que na aludida instituição havia em 2017, um total de 150 pessoas sindicalizadas.

Agricultura Temporária

De 2010 a 2019, a agricultura temporária, no município, sofreu redução de 46% na área colhida e 2% na quantidade produzida. O valor da produção aumentou 36%. Os responsáveis pelo decréscimo da área colhida foram o arroz com queda de 91%, milho 17% e feijão 34%, entretanto, a mandioca aumentou a área de colheita em 50%; a melancia permaneceu estável. No que diz respeito a quantidade produzida, o arroz e o feijão tiveram diminuições de 87% e 21% respectivamente, enquanto a mandioca cresceu a produção em 56%, a melancia 91% e o milho 31%. No rendimento médio ocorreu o aumento de 40% do arroz, 20% do feijão, 4% da mandioca, 91% da melancia e 58% do milho. No valor da produção, somente o arroz negativou com taxas de 79%, o feijão acresceu 107% seu valor de produção, a mandioca 260%, a melancia 216% e o milho 88%. A fava possui variações nos resultados da pesquisa por não possuir dados quantitativos no ano de 2019 (**Tabela 68**).

Dos 518 hectares colhidos em 2010, o milho obteve participação de 50%, logo em seguida vieram: arroz com 39%, feijão 8%, mandioca 2%, fava e melancia 1% cada. Na quantidade produzida, das 908 toneladas, o milho foi responsável por 49%, o arroz 33%, mandioca 9%, melancia 7%, feijão 2% e fava com menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 68**. Do total de R\$ 410 mil do valor da produção, o milho representa 45%, arroz 39%, feijão 7%, melancia 5%, mandioca 4% e fava com menos de 1%.

Em 2019, foram colhidos 281 hectares, nos quais 77% foi de milho, 10% de feijão, 7% de arroz, 5% de mandioca e 1% de melancia. Das 886 toneladas produzidas, 65% foram de milho, seguida por 14% de mandioca e de melancia cada, 5% de arroz e 2% de feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 68**. O valor total da produção foi de R\$ 557 mil, sendo 62% participação do milho, 11% a do feijão e da melancia cada, 10% a da mandioca e 6% a do arroz. A fava não apresenta dados da produção em 2019.

Tabela 68 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	200	19	300	40	1.500	2.105	159	33
Fava	3	-	1	-	333	-	2	-
Feijão	41	27	19	15	463	556	30	62
Mandioca	10	15	80	125	8.000	8.333	15	54
Melancia	4	4	66	126	16.500	31.500	19	60
Milho	260	216	442	580	1.700	2.685	185	348
Total	518	281	908	886	-	-	410	557

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

A agricultura permanente em Governador Edison Lobão, no período de 2010 a 2019, apresentou resultados negativos, com redução de 85% na área colhida, 80% na quantidade produzida e 73% no valor da produção. Nos hectares colhidos a banana recuou de 63% e a castanha de caju 38%. Na quantidade produzida, a banana e castanha de caju registraram redução de 67% e 90% respectivamente. O rendimento médio da banana apresentou queda de 35% e da castanha de caju 17%. Com relação ao valor da produção, a banana desvalorizou-se 70% e castanha de caju 83% (**Tabela 69**).

No ano de 2010, foram colhidos 53 hectares, dos quais 57% foi de castanha de caju, 28% de banana, 9% de laranja, 4% de coco-da-baía e 2% de maracujá. Das 266 toneladas produzidas, exceto o coco-da-baía que é expresso em mil frutos, a banana foi responsável por 90%, castanha de caju e laranja 5% cada e maracujá menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 69**. A produção apresentou um valor total de R\$ 179 mil, com a banana participando em 87%, castanha de caju 7%, laranja 3%, coco-da-baía e maracujá 2% cada.

Em 2019, dos 8 hectares colhidos, a banana representou 63% e a castanha de caju 38%. Na quantidade produzida, das 53 toneladas, a banana correspondeu a 98% e a castanha de caju 2%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 69**. O valor da produção foi de R\$ 49 mil, com participação de 96% da banana e 4% da castanha de caju.

O coco-da-baía, a laranja e o maracujá não apresentaram dados da produção referente ao ano de 2019.

Tabela 69 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana (cacho)	15	5	240	52	16.000	10.400	156	47
Castanha de caju	30	3	12	1	400	333	12	2
Coco-da-baía*	2	-	5	-	2.500	-	3	-
Laranja	5	-	12	-	2.400	-	5	-
Maracujá	1	-	2	-	2.000	-	3	-
Total	53	8	-	53	-	-	179	49

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (2010 e 2019)

*Mil Frutos

Horticultura

Em 2017, a quantidade total produzida foi de 354 toneladas. Dessas, 26% foram de pimentão, 21% de alface, 15% de maxixe, 11% de abobrinha, pepino e quiabo 8% cada, 3% de tomate, ambos com 2% a berinjela, couve e milho verde, 1% tanto para a cebolinha, coentro e jiló e menos de 1% para a pimenta e rúcula. Na quantidade vendida os produtos mantiveram a mesma distribuição percentual da variável anterior. Referente ao valor da produção, dos R\$ 734 mil, a alface cooperou com 22%, o pimentão com 20%, maxixe com 15%, pepino com 10%, quiabo com 8%, abobrinha com 5%, cebolinha e coentro com 4% cada, couve com 3%, pimenta e tomate ambos com 2%, berinjela, milho verde e rúcula 1% cada e menos de 1% o jiló (**Tabela 70**).

Tabela 70 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Abobrinha	38	38	38
Alface	74	74	164
Berinjela	6	6	6
Cebolinha	3	3	26
Coentro	3	3	31
Couve	7	7	22
Jiló	3	3	3
Maxixe	54	53	108
Milho verde (espiga)	6	6	11
Pepino	28	28	77
Pimenta	1	1	12
Pimentão	91	91	148
Quiabo	28	27	61
Rúcula	1	1	10
Tomate (estaqueado)	11	11	17
Total	354	352	734

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é uma importante atividade econômica para o município, tornando-se cada vez mais relevante, caracterizando-se por ser semi-intensiva e utilizando-se pastos naturais e plantados. Entre os anos de 2010 e 2019, a pecuária teve um acréscimo de 78% no número de cabeças, impulsionado pelo aumento nos rebanhos suíno em 512%, galináceos 203%, equino 103%, ovino 169%, caprino e bovino 27% cada. Por outro lado, o rebanho bubalino apresentou redução de 70%.

Em 2010, das 43.020 cabeças, 72% eram de rebanho bovino, 23% galináceos, equino e ovino 2% cada, ambos com 1% suíno e caprino e menos de 1% para o bubalino. No referido ano não foram apresentados dados quantitativos do efetivo de codornas. No ano de 2019, o rebanho bovino representou 51% das 76.398 cabeças, galináceos 39%, suíno 4%, ovino 3%, equino 2%, caprino, codornas e bubalino menos de 1% (**Tabela 71**).

Tabela 71 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidade)	Nº de cabeças (Unidade)
Bovino	30.817	39.128
Bubalino	103	34
Equino	684	1.386
Suíno	499	3.053
Caprino	295	375
Ovino	793	2.132
Galináceos	9.829	29.840
Codornas	-	450
Total	43.020	76.398

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Na produção de origem animal do município, no ano de 2019, o leite teve uma produção de 3,119 milhões de litros, os ovos de galinha 44 mil dúzias, 8 mil dúzias de ovos de codorna e 28 quilogramas de mel de abelha. O valor total foi R\$ 3,373 milhões, dos quais 92% foram da produção do leite, 7% dos ovos de galinha e menos de 1% para os ovos de codorna e mel de abelha (**Tabela 72**).

Tabela 72 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	3.119	3.119
Ovos de galinha (mil dúzias)	44	242
Ovos de codorna (mil dúzias)	8	11
Mel de abelha (quilogramas)	28	1
Total	-	3.373

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

Os produtos extrativos vegetais registrados em 2019, foram 11 toneladas de carvão vegetal e 329 metros cúbicos produzidos, com as seguintes participações: lenha 90% e madeira em tora 10%. O valor da produção foi de R\$ 17 mil, com o carvão vegetal participando com 41% do total, a lenha com 35% e madeira em tora com 24% (**Tabela 73**).

Tabela 73 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Toneladas)	(Metros Cúbicos)	
Carvão vegetal	11	-	7
Lenha	-	298	6
Madeira em tora	-	31	4
Total	11	329	17

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Quanto à silvicultura, no município há plantações de eucalipto, mas não se obteve a produção e valor do mesmo.

Pesca e Aquicultura

A pesca é praticada em ambiente fluvial, principalmente no rio Tocantins, artesanal, utilizando-se rede e anzol, voltada para a auto alimentação do pescador e sua família. Quando é praticada nos açudes, a produção é comercializada principalmente para Imperatriz.

No ano de 2019, o IBGE quantificou uma produção na aquicultura de 201.132 quilogramas. Dessa produção, 94% foram de tambacu e tambatinga, 5% de outros peixes e 1% do tambaqui. Os alevinos resultaram em uma produção de 3.100 milheiros. O valor total da produção foi de R\$ 1,435 milhões, com tambacu e tambatinga colaborando com 79%, alevinos 15%, outros peixes 5% e tambaqui 1% (**Tabela 74**).

Tabela 74 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécie	Quantidade produzida	Valor da produção (Mil Reais)
Tambacu, tambatinga (quilogramas)	188.695	1.132
Tambaqui (quilogramas)	2.437	16
Outros peixes (quilogramas)	10.000	70
Alevinos (milheiros)	3.100	217
Total	-	1.435

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (2019)

Indústria

O município possui forte vocação para criação de gado, depois do abate, o couro bovino ganha um novo destino e fomenta o polo coreiro de Governador Edison Lobão, considerado um dos maiores do Norte-Nordeste. Essas indústrias fazem o aproveitamento do couro (**Figura 75**), gerando inúmeros empregos e exportando, cada uma, até 3.000 peças diariamente para a Ásia, utilizado como matéria prima para estofados. Do couro também são produzidos no município diversificados tipos de calçados.

Encontravam-se em 2018 no município um total de 84 indústrias, uma extração de minerais não metálicos, 11 fabricação de produtos alimentícios, cinco confecção de artigos do vestuário e acessórios, duas preparações de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, uma de impressão e reprodução de gravações, duas de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, uma de fabricação de produtos de borracha e de material plástico, uma de fabricação de produtos de borracha e de material plástico, nove de fabricação de produtos de minerais não metálicos, dez fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, duas de fabricação de móveis, duas de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, uma de captação, tratamento e distribuição de água, dez de construção de edifícios, duas de obras de infraestrutura e 20 de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Figura 75 – Indústria do couro em Governador Edison Lobão



Fonte: g1.globo.com

Comércio

A principal área comercial da cidade é a Avenida Santa Rita (**Figura 76**), o comércio é principalmente varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercados abastecidos com produtos importados de Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 383 estabelecimentos comerciais, sendo: 33 de reparação de veículos automotores e motocicletas, dez de comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 340 varejistas.

Figura 76 – Avenida Santa Rita



Fonte: IMESC (2017)

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município estão relacionados ao ecoturismo, representado por seu conjunto de serras e morros (Gameleira e Serrinha), lagos, o rio Tocantins, os balneários Grêmio Mirante e Porão, a cachoeira da localidade Cachoeirinha e a fazenda Faquini.

No período de estiagem ao longo do leito do rio Tocantins formam-se bancos de areia, as praias de água doce com destaque para a do Setor Agrícola.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação encontra-se no município 14 restaurantes e dez lanchonetes.

Os pratos típicos registrados foram a panelada, galinha caipira e peixe nas diversas modalidades.

No artesanato se destacam as peças em couro.

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados pelo bumba meu boi Estrela da Manhã no sotaque de orquestra e pelas luxuosas quadrilhas juninas, com destaque para a Flor do Ribeirão.

Os eventos realizados no município são: gincana no mês de novembro; desfile da Independência do Brasil no dia 7 de setembro; aniversário da cidade comemorado no dia 15 de outubro; cavalgada no mês de outubro com os peões andando de cavalo pelas ruas da cidade e parte da zona rural; concurso de beleza; festival da poesia; Marcha para Jesus; Feira do Couro com três dias de duração, apresentações de bandas musicais e exposição de couro para sapato, bolsas, bancos, máquinas, roupas, capas, forros e outros.

Para entretenimento o município dispõe de uma biblioteca pública, três associações, uma sede de grupo folclórico, o parque Bananal, duas quadras poliesportivas, quatro ginásios esportivos com capacidade entre 1.500 a 2.000 pessoas, um clube, aproximadamente 30 bares espalhados pelo território municipal onde se pode escutar o forró, ritmo mais apreciado pelos habitantes locais.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Imperatriz, possui um cartório e delegacia. Faz parte da 103ª zona eleitoral, possuía 14.697 eleitores e 11 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

Predomina no município o catolicismo, com quatro igrejas distribuídas na zona urbana com destaque para a Igreja de Santa Rita de Cássia (**Figura 77**) padroeira do Município, festejada no mês de julho; outros santos que são festejados são Santa Luzia e Santa Clara.

Na zona rural existe várias capelas espalhadas, mas não soube-se quantificar.

Os evangélicos possuem aproximadamente dez templos na área urbana, sendo as principais congregações: Assembleia de Deus, Igreja do Véu e Testemunha de Jeová.

As religiões de matriz africana estão representadas por um terreiro tendo como principais festas a de São Lázaro e São Pedro.

Figura 77 – Igreja de Santa Rita de Cássia



Fonte: IMESC (2017)

No ano de 2010, os católicos representaram 70% dos 15.895 habitantes. Os evangélicos correspondiam a 22% da população, sem religião eram 7%, outras religiões 1%, espíritas, umbanda e candomblé representaram menos de 1% cada (**Tabela 75**).

Tabela 75 – População residente por religião

Religião	Número de Adeptos
Católicos	11.196
Evangélicas	3.423
Espírita	45
Umbanda e Candomblé	17
Outras religiões	100
Sem religião	1.114
Total	15.895

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é realizado através dos poços artesianos cuja a responsabilidade é da SAAE com água tratada em caixas d'água de 100.000 litros. Com relação ao esgotamento não há infraestrutura para a coleta dos efluentes.

A coleta do lixo é realizada diariamente, somente na sede municipal, utilizando caçambas que depositam os resíduos sólidos em um lixão a céu aberto a 12 km da cidade.

A distribuição da energia elétrica é de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia com ligações em 100% da sede e 45% do espaço rural. Em 2018, essa empresa registrou um consumo de 20.926.585 Mwh, com 44% referentes ao usuário residencial, 28% industrial, 11% rural, 5% comercial, 4% iluminação pública e serviço público cada e menos de 1% para o consumo próprio (Tabela 76).

Tabela 76 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	9.146.508
Industrial	5.860.242
Comercial	1.146.056
Rural	2.343.509
Poder público	722.434
Iluminação pública	913.607
Serviço público	765.010
Consumo próprio	29.219
Total	20.926.585

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de dois bancos correspondentes do Bradesco e uma agência dos Correios.

Prestando o serviço de telefonia móvel no município há as empresas OI, CLARO e VIVO (em alguns lugares), que também oferecem os sinais de acesso à Internet, assim como as empresas Júpiter, Meagatec e Veloster.

Referente aos meios de comunicação de notícias existe a rádio Diamantina.

Transporte

A cidade de Governador Edison Lobão localiza-se a aproximadamente 660 km da capital São Luís, podendo ser alcançada pelas seguintes rodovias: BRs 135, 222 e 010. Fica também a 30 km da cidade de Imperatriz.

As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de ônibus, que chegam a rodoviária municipal, todos os dias e também através de vans, táxis e mototáxis e veículos particulares.

O traslado urbano – rural é realizado por ônibus, vans, mototáxis, transporte de tração animal, barcos através do rio Tocantins e veículos particulares.

Na sede municipal, há transporte público, com ônibus que realizam o traslado entre as cidades de Governador Edison Lobão e Imperatriz. Utiliza-se também, vans, táxis, mototáxis e veículos particulares.

O município é cortado pela Ferrovia Norte-Sul.

10 IMPERATRIZ

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão de armas de Imperatriz é um escudo encimado por uma coroa e, sobre esta, uma faixa amarela com o nome do município em letras de cor verde. Abaixo do escudo, outra faixa amarela, com a frase “PAZ E PROGRESSO”, em letras verdes. No centro do escudo, o desenho de uma palmeira, ladeada por um pé de arroz e outro de milho.

A simbologia do escudo faz referência às riquezas do município (representadas pela cor amarela das faixas); à majestade e nobreza sugeridas pelo nome Imperatriz (representadas pela coroa); às riquezas vegetais que, na história do município, serviram de base ao seu crescimento econômico; à esperança de uma cidade que cresce sem conflitos, sentimento esse representado visualmente pela cor verde e literalmente pela expressão “Paz e Progresso”. Com o passar dos anos, leves alterações foram introduzidas em relação ao desenho original do Brasão.

O autor do brasão é o Sr. Antônio Carlos da Silva, pintor e desenhista publicitário.



Bandeira

A Bandeira de Imperatriz mede 1,60 m de largura por 1,12 m de altura, o que corresponde a 1,792 centímetros quadrados. Essa área é ocupada por três faixas de cores diferentes, pintadas no sentido longitudinal (horizontal). A faixa mais acima (superior), amarela simboliza as riquezas do município (na época, principalmente o arroz, cuja casca, por sinal, é de cor amarelada). A faixa do meio (central), branca lembra a paz, harmonia e concórdia. A faixa de baixo (inferior), verde representa as matas imperatrizenses, à época mais abundantes.

Outras duas cores estão presentes na bandeira: o azul de um triângulo localizado no meio da faixa central e o vermelho, das cinco pedras preciosas incrustadas em uma coroa amarela que está dentro do triângulo. O triângulo azul significa os três conjuntos das “forças vivas” do município: agricultura, pecuária, comércio e indústria, educação e cultura. Por sua vez, a coroa simboliza o caráter nobre e de majestade da realeza imperial, aspectos evocados pelo nome “Imperatriz”, que veio do título de dona Teresa Cristina, esposa do imperador Dom Pedro II.

O autor do desenho da bandeira de Imperatriz foi o pintor Etevaldo Moreno de Araújo.

Hino

Imperatriz crescente
Com os matizes do progresso
Tens história imponente
Pelo valor de teu sucesso - bis

I

Com vibração de um ideal
Apresentas dever da mocidade
Com estrutura sem igual
Avultas porvir e lealdade

II

Tens constante riqueza,
Do trabalho de filho e irmão
Contemplam tua beleza,
Que cintila os céus do Maranhão

O hino de Imperatriz tem letra e música de José de Ribamar Fiquene, que foi professor, juiz de Direito e prefeito do município. O maestro Moisés da Providência Araújo fez a instrumentação.

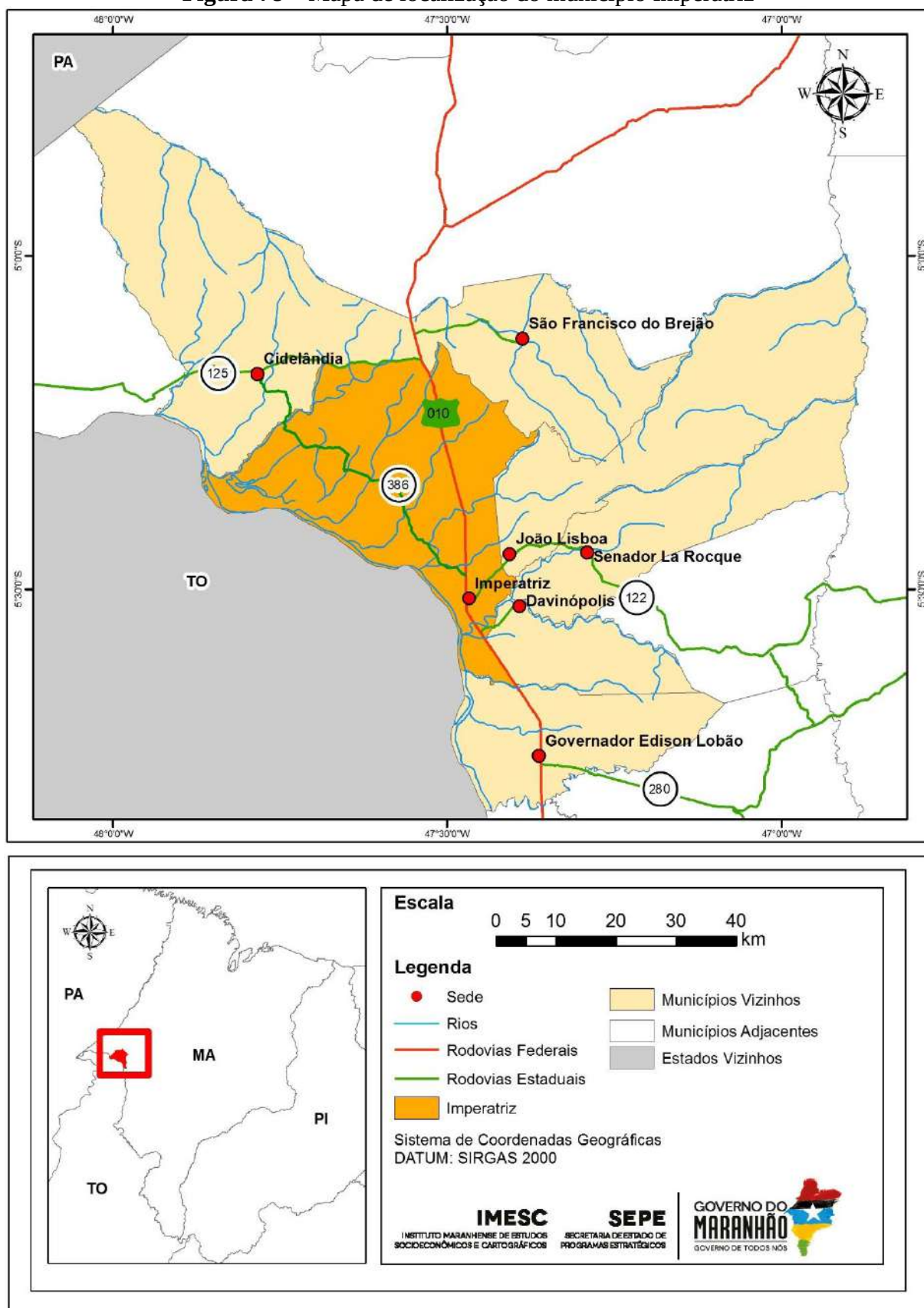
Localização

O município Imperatriz localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Imperatriz também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com os municípios de Cidelândia e São Francisco do Brejão; ao Oeste com o Estado do Tocantins; ao Sul com Governador Edison Lobão; ao Leste com Davinópolis, Senador La Rocque, João Lisboa e São Francisco do Brejão (**Figura 78**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 07' 42" de latitude e -47°30'52" de longitude; Oeste -47°52'04" de longitude e -05°19'37" de latitude; Sul -05°38'43" de latitude e -47°23'45" de longitude e Leste -47°21'49" de longitude e -05°15'30" de latitude.

Figura 78 – Mapa de localização do município Imperatriz



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Extensão

O município ocupa a 74ª posição no ranking estadual em extensão com 1.368,988 km², representando 0,42% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a 7ª posição com 5,28%.

A Vila da Imperatriz ao ser criada pela Lei Provincial nº 398 de 27 de agosto de 1856, possuía 25.895,052 km² de extensão; entretanto, perdeu parte de seu território em 1919 para a criação dos municípios de Porto Franco (4.085,994 km²), em 1955 para Montes Altos (3.287,348 km²), em 1961 para João Lisboa (2.692,183 km²), em 1981 para Açailândia (9.762,830 km²) e em 1994 para Governador Edison Lobão (615,860 km²), Davinópolis (335,767 km²), Cidelândia (1.464,034 km²), Vila Nova dos Martírios (1.188,781 km²), São Pedro da Água Branca (720,464 km²) e para compor parte de São Francisco do Brejão (372,803 km²).

Processo de Ocupação¹¹

Em 1850 havia dúvida e litígio a respeito dos limites das províncias do Pará e Maranhão, sendo esses inteiramente desconhecidos.

O Presidente do Pará, conselheiro Francisco Coelho, baseando-se em precedentes, mandou, em 1851, edificar uma vila em território do Pará próximo de onde tivesse limite com o Maranhão, encarregando-se dessa missão, o Reverendíssimo Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, natural do Estado da Bahia. O referido religioso, no desempenho de sua missão subiu o Tocantins até a disjunção do Araguaia, onde continuou pelo braço oriental até que se deparou com um campinho de forma oval numa elevação de areia de formação aluvial, alteado entre o rio e a vegetação arbustiva e herbácea rodeada de buritiranas. Fascinado com o achado do campo, Frei Manoel não procurou examinar as condições de salubridade do território. Com a chegada do período chuvoso o local torna-se insalubre e impróprio para a instalação da colônia.

No dia 16 de julho de 1852, Frei Manoel fundou a Colônia de Santa Teresa, agora na margem direita do Tocantins, área até então considerada de domínio da Província do Pará.

¹¹ Histórico retirado de FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2005. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V.15.

Quando o rio Tocantins se mostrava com todo seu esplendor, as praias e as margens se apresentavam exuberantes, frei Manoel Procópio aportou ao lado da confluência com o riacho Cacau, local que imaginou livre das águas durante o período chuvoso. Com ele seguiam os colonos Juvenal Simões de Abreu, Zacarias Fernandes da Silva e suas famílias, além de quatro soldados, todos estes recrutados na Colônia de São João do Araguaia, da qual o religioso era capelão. A chegada do período chuvoso, que nas grandes cheias represa o riacho Cacau e inundava todo o campo escolhido por frei Manoel Procópio, demonstrou que a escolha não tinha sido adequada. A nascente povoação foi então mudada para outro local, pouco abaixo, nas ribanceiras que compreendem hoje a Praça da Meteorologia e suas imediações. Ali, o missionário logo construiu uma capela em honra a Santa Teresa d'Ávila, santa espanhola de quem carregava uma imagem e a quem deu o patronato da missão. Assim se fundou e estabeleceu a povoação de Santa Teresa, denominada também de Santa Teresa do Tocantins e Colônia de Santa Teresa. Nesse mesmo ano, foi votada e sancionada a Lei nº 639, de 12 de junho de 1852, a qual determinava o limite do Pará e Maranhão pelo rio Gurupi transferindo para a cabeceira deste o ponto de partida da linha Leste-Oeste até o rio Tocantins.

Entre 1854-1855 foi evidenciado que a povoação fundada por Frei Manoel pertencia ao Maranhão, cujo governo, àquela época, pensava, também, na fundação de uma vila nas imediações da fronteira do Pará e, em conhecimento da topografia, estava menos adiantado do que o da província vizinha.

A povoação de Santa Teresa crescia rapidamente. Fazendeiros de Grajaú, de Riachão e de Carolina logo se estabeleceram nesse território de muitas matas, rios, riachos e vegetação mais consistente, as “matas gerais” durante muitos anos cobiçadas.

Menos de dez anos depois da chegada de frei Manoel Procópio, já havia grandes fazendas de gado. A prosperidade econômica dos fazendeiros e colonos se mostrava surpreendente e propícia, em vista das facilidades de comércio através do grande rio, por onde frequentemente desciam os botes de Goiás.

Inicialmente, a vila de Santa Tereza foi uma única rua, composta de 84 casas, parte coberta de telhas, edificadas ao longo do rio, terminando em uma praça ou largo, num quadrilátero em que foi construída a Igreja matriz.

O governo do Pará e os comerciantes de Belém, que mantiveram permanentes contatos com os moradores de Santa Teresa, procuraram viabilizar o comércio e o transporte de gado de Santa Teresa para Belém.

Pela Lei Provincial nº 398, de 27 de agosto de 1856, a Assembleia do Maranhão aprovou a criação da “Vila Nova da Imperatriz”, sancionada pelo barão de Coroatá, Manuel Gomes da Silva Belfort, então presidente da Assembleia.

Frei Manoel conformou-se com a passagem da jurisdição e soube tirar proveito. Para tanto, empregou toda a sua influência e astúcia no empenho de ser a povoação de Santa Tereza da Imperatriz a sede do município de Porto Franco. Astuto e hábil, ele conseguiu, por intermédio de um deputado provincial, que, na redação definitiva da Lei provincial nº 398, que ficasse denominada “Vila de Santa Tereza de Porto Franco”. Favorecido pela ambiguidade dessa lei e pondo em ação a influência religiosa, obteve do Presidente da Província a declaração oficial de ser a povoação de Santa Tereza situada fora do território do povoado, a sede do município de Porto Franco. Para isso, apresentou atestado dizendo que a povoação de Santa Tereza era defronte de Boa Vista (Tocantinópolis).

Não era essa a localização de Santa Teresa, transmutada para Vila Nova da Imperatriz em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, esposa do imperador Dom Pedro II, a quem os moradores da povoação solicitaram proteção em suas demandas. Essa era a localização de Porto Franco. Os imperatrizenses contestaram e pediram a correção da lei, com o estabelecimento da sede da vila na povoação de Santa Teresa.

Em maio de 1858, o presidente da Província do Maranhão, Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, remeteu ofício à Comarca Municipal da Vila de São Pedro da Carolina informando-lhe que “na forma do Decreto de 13 de novembro de 1832, fosse tornada efetiva a criação da Vila Nova da Imperatriz, devendo proceder à eleição dos vereadores no primeiro domingo do mês de junho de 1858”. O juiz de Direito de Carolina mandou realizar as eleições na povoação de Santa Teresa, em vez de Porto Franco.

Nas três últimas décadas do século XIX, a povoação de Santa Teresa consolidou-se como sede da vila, passando a ser denominada apenas Imperatriz ou Vila da Imperatriz. Firmando-se como território divisor entre o Maranhão, o Pará e o Goiás, polo de criação de gado e porto fluvial estratégico para os navegantes do Tocantins.

Pouco antes de 1870 os habitantes de Imperatriz dedicavam-se principalmente a criação de gado, mas também cultivavam arroz, mandioca, algodão, milho, feijão e cana-de-açúcar somente para seu consumo e aguardente. A vila também possuía Câmara Municipal, dois juizes de paz, dois subdelegados, coletoria, um batalhão da Guarda Nacional, formado por seis companhias, e agência dos Correios, instalada em 1865. Sua economia tinha como suporte a exportação de couros secos de gado e a exploração de óleo de copaíba, comercializados com Goiás e Pará.

A acanhada vila fortalecia-se economicamente. No final do século, registrava um rebanho de 40 mil cabeças de gado, que era vendido em pé para várias localidades vizinhas e outras mais distantes, como o Baixo Mearim e o Engenho Central (atual Pindaré-Mirim), no Maranhão, e Belém no Pará.

Em 1896 a Vila da Imperatriz tinha 48 casas de telha, 88 de palha; igreja Matriz coberta de telha e tapada em parte de adobes e em parte de palha, em estado de ruína; uma capela sob a invocação do Bom Jesus, coberta de telha e tapada de adobes, de propriedade de Francisco Calixto de Araújo Catuaba. Cemitério murado, ameaçando ruínas; coletoria e agência de correios; duas cadeiras de instrução primária, mantidas pelo Estado, e uma escola particular fundada em janeiro de 1896 com frequência de dez alunos. Tinha 47 casas de negócio de secos e molhados e algumas tendas de artes e ofícios, sendo: dois alfaiates, cinco sapateiros, um ourives, cinco ferreiros, um oleiro e um funileiro.

Na virada para o século XX, com a descoberta de caucho nas matas do Sul do Pará, se fez sentir um novo dinamismo no movimento do porto de Imperatriz e ao comércio da vila, tornando-a o principal centro abastecedor dos exploradores da *Castilloa ulei* (caucho), árvore de alto porte que produz látex para o fabrico de borracha e de alto preço no mercado internacional. Durante quase vinte anos, a exploração do caucho foi a principal atividade da região, decaindo somente na década de 1920. Mesmo assim, a sede da Vila da Imperatriz continuava acanhada, sem a estrutura urbana e serviços públicos que correspondessem ao seu dinamismo e crescimento econômico, embora, tenha se tornado na última década do século XIX a segunda maior fonte de arrecadação do estado.

Imperatriz chegou ao alvorecer do século XX, embora com sinais de prosperidade e pujança, ainda se encontrava distante e sem ligação por estradas com a capital. Em 1912, a linha de telégrafo chegou a vila; a partir daí esta passou a sair do isolamento, podendo comunicar-se com o Maranhão e o Brasil, embora nenhuma estrada possuísse ainda que a ligasse por terra com outras regiões.

Através da Lei nº 1.179, de 22 de abril de 1924 Imperatriz foi elevada à categoria de cidade. Nesse período Imperatriz era governada por Gumercindo de Sousa Milhomem, o primeiro prefeito eleito da Vila. Empossado no dia 1º de janeiro de 1923, governou o município até 1 de janeiro de 1928.

Era esse um período do início da retomada da economia extrativista, depois da queda de mercado do caucho. Na mesma região, descobriu-se a *Bertholletia excelsa*, conhecida como castanha-do-pará, e Marabá tornou-se, a partir de 1927, seu principal ponto de extração.

O porto de Imperatriz retomou o movimento da década anterior e seus habitantes se envolveram em massa nessa nova promessa de riqueza. Em dezembro de 1923, pouco antes de a Vila da Imperatriz ser elevada à condição de cidade, sua população era composta de 823 pessoas.

A partir de 1934, a cidade recebeu importantes benefícios patrocinados pelo governo federal, pelo próprio município e mesmo por empresas privadas. Um desses benefícios foi a construção do campo de pouso, fazendo com que Imperatriz fosse ligada à capital federal e a mais de uma dezena de cidades que integravam a rota do Correio Aéreo Nacional até Belém. No mesmo ano foi inaugurado o sistema elétrico, através de motor e posteamento iluminando toda a cidade.

Em 1939, Imperatriz foi mais uma vez escolhida como rota aérea. A Companhia Condor, privada, que fazia transporte de passageiros e cargas, utilizou a mesma rota do Correio Aéreo Nacional, encurtando suas viagens do Rio de Janeiro para Belém. Contratou na cidade o comerciante Guilherme Cortez como seu agente. Essa empresa era pioneira no transporte aéreo de passageiros no Brasil e utilizava hidroaviões que pousavam no rio Tocantins, entre o atual cais e o Porto da Balsa.

Nesse período, Imperatriz já possuía 340 habitações e 1.115 habitantes. Em 1940, sua população total era de 9.331 habitantes, sendo mil residentes na sede. Quase dez anos depois, a população de Imperatriz era de 10.857 habitantes, embora ressalte-se que seu comércio havia duplicado em relação à década anterior.

Em 1948 foi concluído o novo prédio da Prefeitura sendo o mais belo e suntuoso prédio da cidade. Atualmente, é a sede da Academia Imperatrizense de Letras.

Desde sua elevação à cidade, Imperatriz ainda esperou três décadas para se ver ligada por estradas ao restante do Maranhão e do país, o que veio a ocorrer somente a partir de 1953, com a abertura de uma estrada ligando-a a Grajaú. Abrindo-se os caminhos para o Nordeste, os migrantes começaram a chegar e tomar conta das terras devolutas do município. Os comerciantes de Imperatriz passaram a negociar até com Recife. Outras estradas e muitas pontes foram construídas, fazendo com que o município saísse do seu secular isolamento terrestre.

A partir da chegada dos migrantes nordestinos, no começo da década de 1950, ocorreu no município um substancial aumento da produção agrícola. Motivados pelas excelentes terras, esses imigrantes ocuparam as áreas devolutas no interior, onde plantaram produtos de subsistência e grandes extensões de arroz para comercialização, dando início a uma nova etapa econômica da região, o chamado “ciclo do arroz”. Até a metade dos anos 1970, Imperatriz foi um dos maiores produtores de arroz do Estado. A disputa pela terra com fazendeiros, no

entanto, afastou os lavradores dos campos plantados, os campos de arroz deram lugar ao pasto e aos cascos de bois.

Com o início da construção da BR-010 (Belém-Brasília), a pequena Imperatriz transformou-se. No começo de 1958, engenheiros e técnicos chegaram à cidade para fazer o levantamento topográfico da grande rodovia e instalar um escritório da Rodobrás. O comandante dessa grande e desafiadora obra era o engenheiro Bernardo Sayão. Aviões, helicópteros e máquinas passaram a fazer parte do cenário cotidiano da cidade. A derrubada das matas ocupava centenas de pessoas, em diversos pontos diferentes. Chegavam homens, às vezes com suas famílias, de diversas partes do Brasil, mas principalmente do Nordeste. Aconteceu a primeira grande explosão demográfica do município, expansão e desenvolvimento da cidade.

No começo dos anos 1970, por causa da imensa riqueza de florestas nobres ao seu redor, Imperatriz viu florescer o ciclo da extração de madeira. Além da exportação de madeira em tora, os imperatrizenses presenciaram a instalação de dezenas indústrias madeireiras, e essa se tornou a principal atividade econômica da região. Esse extrativismo começou a arrefecer antes da chegada da década de 1980 e com o início da escassez de madeira nas proximidades da cidade, a insuficiência de capacidade de energia elétrica para movimentar tantas indústrias e ao mesmo tempo garantir o abastecimento da cidade, que nessa década cresceu num dos mais altos índices populacionais do Estado.

Nos primeiros meses de 1980, aconteceu a descoberta de ouro na “Serra Pelada”, no sul do Pará. Inicialmente em toda esta região, depois em todo o país, houve uma corrida ao ouro paraense. Uma das principais portas de entrada para o garimpo foi Imperatriz, que também abastecia o garimpo com alimentos, remédios, máquinas e homens.

Imperatriz tornou-se o município mais populoso do estado, depois da capital, graças a sua privilegiada posição geográfica, equidistante das principais capitais e cidades do Norte e Meio-Norte. Dotada de boas estradas, navegação fluvial e aérea, consolidou-se, nas décadas seguintes, como polo de abastecimento comercial de todo o Sul maranhense, do Sul do Pará e do Norte do Tocantins.

A vida política até a Proclamação da República na cidade de Imperatriz foi chefiada pelo presidente da Câmara de Vereadores. O primeiro eleito foi Amaro Batista Bandeira. Após 1900, as eleições para vereadores retornaram e também para os novos mandatários, que receberam a denominação de intendentess e vice-intendentess. Os primeiros intendentess foram Dionísio Pereira, Manoel Bandeira, Fortunato Bandeira e Coriolano Milhomem.

Gumercindo de Souza Milhomem torna-se o primeiro e mais jovem prefeito eleito de Imperatriz, com 21 anos de idade, governou de 1º de janeiro de 1923 a 1º de janeiro de 1928.

A partir daí, tem-se os seguintes prefeitos: Manoel Rolim da Rocha (1928 a 1930), Antônio Araújo (1930-1931), Martimiano Miranda (1932 a 1933), Fortunato Bandeira (1933), Gumercindo Milhomem (20 de outubro de 1937 a 02 de janeiro de 1939), José Manoel Alves Júnior (1939 a 1945), Antônio Miranda (Entre 1939 a 1945), Leandro Nuns Bandeira (1945), Urbano Rocha (1945), Félix Garcia de Oliveira (1945), Simplício Alves Moreira (1º de maio de 1948 a 30 de janeiro de 1951), Urbano Rocha (31 de janeiro de 1951 a 19 de junho de 1953, quando foi assassinado), Simplício Alves Moreira (19 de junho de 1953 a 31 de janeiro de 1956), Antenor Fontenele Bastos (31 de janeiro de 1956 a 14 de agosto de 1959, quando renunciou), Raimundo de Moraes Barros (14 de agosto de 1959 a 31 de janeiro de 1961), João Menezes de Santana (31 de janeiro de 1961 a 25 de maio de 1964, quando foi cassado pela Câmara de Vereadores, por determinação da Revolução de 1964), Pedro Ribeiro Gonçalves (25 de maio de 1964 a 31 de janeiro de 1967), Álvaro Alves Pereira (31 de janeiro de 1967 a 18 de abril de 1967, era presidente da Câmara Municipal), Raimundo Bandeira Barros (18 de abril de 1967 a 02 de fevereiro de 1968, foi interventor), Coronel Eurípedes Bernardino Bezerra (02 de fevereiro de 1968 a 08 de maio de 1968), renunciou ao cargo), Raimundo Souza e Silva (08 de maio de 1968 a 31 de janeiro de 1970), Renato Cortez Moreira (31 de janeiro de 1970 a 31 de janeiro de 1973), José do Espírito Santo Xavier (1973, sofreu intervenção), Antônio Rodrigues Bayma Junior (1973 a 1975, interventor), Carlos Alberto Barateiro da Costa (1976, interventor tenente-coronel), Elbert Leitão Santos (1976), Carlos Gomes Amorim (31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, prefeito eleito), José de Ribamar Fiquene (1º de janeiro de 1983 a 31 de janeiro de 1989), Davi Ales Silva (31 de janeiro de 1989 a 1º de janeiro de 1993), Renato Cortez Moreira (1º de janeiro de 1993 a 06 de outubro de 1993, foi assassinado), Salvador Rodrigues (07 de outubro de 1993 a 24 de janeiro de 1995, quando ocorreu a Revolução de Janeiro, manifestação popular que tirou o prefeito do poder), Ildon Marques (24 de janeiro de 1995 a 1º de abril de 1996, interventor), Dorian Riker Teles de Menezes (1º de abril de 1996 a 1º de janeiro de 1997, interventor), Ildon Marques (1º de janeiro de 1997 a 1º de janeiro de 2001, prefeito eleito), Jomar Fernandes (1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004), Ildon Marques (1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008), Sebastião Madeira (1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2016, com dois mandatos) e o atual Francisco de Assis Andrade Ramos (2017 a 2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que seria regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a quatro unidades principais: Grupo Itapecuru, Formação Codó, Formação Grajaú e Aluviões Holocênicos.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Codó, ocupa uma pequena área do município, constitui-se por folhelhos cinza-escuros a pretos e cinza-esverdeados com intercalações de siltitos, arenitos, calcários e gipsita.

A Formação Grajaú, é representada por arenitos amarelos friáveis e arenitopo do platô de Grajaú.

Os Aluviões Holocênicos, encontram-se ao longo do rio Tocantins, são compostos por depósitos grossos a conglomeráticos de residuais de canal, arenosos relativos a barra em pontal, pelíticos representando àqueles de transbordamento e fluviolacustres.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais

sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenados pelos vales de vários rios.

O relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Destaca-se, ainda, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo do fundo de vale. Entretanto, essa planície torna-se bem mais larga em seu baixo curso, próximo à confluência do rio Araguaia.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo tais cotas progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. As planícies aluviais do baixo, rio Tocantins, encontram-se embutidas em cotas ainda mais baixas, entre 100 e 150 m (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos argissolos, luvisolos e neossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os luvisolos são solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B textural com argila de atividade alta e saturação por bases alta na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA), imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A (exceto A chernozêmico) ou sob horizonte E. Se destacam no município os luvisolos háplicos órticos.

Os neossolos são constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando nenhum tipo de horizonte B diagnóstico. Em razão de características inerentes ao próprio material de origem (como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica), seja em razão da influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos

solos. Esses solos são encontrados principalmente próximo ao leito do rio Tocantins, se destacando os neossolos flúvicos eutróficos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins (**Figura 79**), sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes no município os rios Bananal, Cacaú e Barra Grande e os córregos Água Branca, Viva Deus, Cupunzal, Angical, Cinzeiro, Olho d'Água Azul, Murujuba e Jambu.

Figura 79 – Rio Tocantins



Fonte: IMESC (2018)

Vegetação

A vegetação é composta pela floresta estacional semidecidual aluvial. É uma formação encontrada com maior frequência em áreas úmidas, nos vales dos rios, margeando parte do rio Tocantins. Nesta formação, existem em grande abundância várias espécies do gênero *Handroanthus*, além dos ecótipos Guanandi (*Calophyllum brasiliense*), Copiúba (*Tapirira guianensis*), Ingá (*Inga sp.*), Pinheiro-bravo (*Podocarpus sellowii*), Cedro-Rosa (*Cedrela lilloi*), Carrapeta-verdadeira (*Guarea guidonia*), entre outros (IBGE, 2012).

Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da

vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água no entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Espaço Urbano

O espaço urbano de Imperatriz (**Figura 80**) formou-se a “priori” às margens do rio Tocantins, possuindo um pequeno núcleo urbano. Posteriormente o centro foi se expandindo, surgindo vários bairros, como União e Caema. Com a abertura da BR 010, no início da década de 1960, a expansão se dá na direção Leste. Essa nova reorientação, deu-se com a abertura das avenidas Dorgival Pinheiro de Souza e Getúlio Vargas que, ao ligar o antigo centro da cidade à rodovia recém-criada, tornam-se a espinha dorsal da nova área central que viria a se desenvolver nos anos seguintes. Novos bairros começaram a se formar principalmente no sentido Norte e Leste, com destaque para Bacuri, Parque dos Buritis, Mercadinho, Entroncamento, Juçara, Três Podes, Maranhão Novo, Nova Imperatriz, Samambaia e Aeroporto.

Figura 80 – Vista da cidade de Imperatriz à margem do rio Tocantins



Fonte: Albani Ramos (2019)

A Avenida Getúlio Vargas ao encontrar-se com a BR 010, prolongou para além da rodovia, recebendo a denominação de Avenida Babaçulândia, formando um novo núcleo na porção Leste da cidade. Ao final da década de 1970, diante do grande fluxo migratório que Imperatriz vivenciava, as ocupações estenderam-se para as suas imediações. Grande parte das propriedades rurais ali existentes se transformaram em novos bairros, como Vila Lobão, Vila Cafeteira, Vila Zenira e Vila João Castelo.

Entre o fim das décadas de 1970 e 1980, a cidade se expandiu mais ao Norte com a formação dos bairros Santa Inês, Santa Rita, Parque São José, Boca da Mata, Parque Planalto, Santo Antônio, Parque Tocantins, Parque Independência, Vila Maria, Independência, Santo Amaro, Sol Nascente, Vila Bandeirantes, Imigrantes, Vila João XXIII, Jardim América, Ouro verde e outros. A expansão também se deu ao Leste, com a formação dos bairros Jardim Cristo Rei, Jardim Cinco Estrelas, Parque Lagoa, Vila Nova, Parque Sanhoral, Parque Santa Lúcia, Vila Redenção, Plaza Jardim, Jardim Tropical, Parque Amazonas, Parque das Palmeiras e outros.

A continuação da Avenida Babaçulândia originou a MA 122, também denominada de Avenida Pedro Neiva de Santana, a expansão da cidade toma novo rumo (Norte-Nordeste), em direção ao município de João Lisboa, tornando a duas cidades quase conurbadas. Nas décadas de 1980 e 1990 nasceram inúmeros bairros e em 2000 novos se formaram, como o Jardim Perola, Jardim Europa, Jardim Camboria, Residencial Califórnia, Jardim Vitória, Novo Horizonte, Camaçari, Jardim Paulo II e outros. Também próximo ao aeroporto surgiram novos

bairros como Vilinha, Parque Alvorada, Bom Jesus, Vila Fiquene, Residencial Kubitschek e outros.

Do adensamento e expansão da cidade originaram-se inúmeras vias urbanas, com destaques para as avenidas Babaçulândia, Bernardo Sayão, Caiçara, Circular Atlântico, Dorgival Pinheiro de Sousa, Getúlio Vargas, Imperatriz, Independência, Industrial, Itaipu, JK, João Palmeira, Moacyr Spósito Ribeiro, Newton Bello, Pedro Neiva de Santana, Prudente de Moraes, Raul Mariano, São Sebastião, Tapajós, da Juventude, da Liberdade, das Constelações, das Nações. Com vários espaços arborizados e de lazer, como as praças de Fátima, da Meteorologia, da Concórdia, da Cultura, Prefeito Renato Cortez Moreira, Castelo Branco, Brasil, da Bíblia, Ferro de Engomar, Mary de Pinho, Pedro Américo e Mané Garrincha.

Alguns logradouros municipais chamam a atenção, pelo seu nível de importância e concentração de serviços, podendo ser citados: BR-010, Getúlio Vargas, Babaçulândia, Pedro Neiva de Santana, Dorgival Pinheiro de Souza, Bernardo Sayão e Frei Manoel Procópio.

A BR-010, é um dos logradouros principais, cortando a cidade de Norte a Sul (**Figura 81**), com aproximadamente 13 km, do distrito industrial à linha férrea, e 4,5 km duplicados na sede municipal, com canteiro central arborizado com árvores frondosas, principalmente mangueiras e ipês e constituídos por passarelas. Nessa via concentra-se o distrito industrial, a rede hoteleira, postos de combustíveis, lojas especializadas em veículos automotores, borracharias, auto mecânicas e autosserviços, concessionárias de veículos, supermercados, shopping center, parques aquáticos, campos de futebol, condomínios residenciais, o aeroporto e o parque de exposições.

Figura 81 – Vista da BR 010 no centro de Imperatriz



Fonte: IMADRONE Imagens Aéreas

A Avenida Getúlio Vargas (**Figura 82**), possui aproximadamente 2,42 km, com percurso da Beira Rio à BR 010. Concentra parte do comércio local, possui inúmeras lojas, principalmente de autopeças, produtos agropecuários, material de construção, material elétrico, eletrodomésticos, roupas e calçados, parte da rede bancária e hoteleira, farmácias, postos de combustíveis e órgãos públicos. Em seu percurso fica a praça Brasil, toda plantada com árvores frondosas, onde funciona a casa do artesão, posto de táxi e banca de revistas. Parte dessa avenida, em aproximadamente 242 m, está o Calçadão de Imperatriz (**Figura 83**), centro comercial coberto da cidade, com diversas lojas varejista, possuindo paisagismo, quiosques, iluminação especial, sistema de combate a incêndio e acessibilidade a pessoas com deficiência.

Figura 82 – Vista da Avenida Getúlio Vargas



Fonte: IMADRONE Imagens Aéreas

Figura 83 – Calçadão de Imperatriz



Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2019)

Posterior ao calçadão localiza-se a Catedral Diocesana de Imperatriz e a Praça de Fátima (**Figura 84**), toda arborizada com frondosas mangueiras, possuindo em seu centro uma estátua do Frei Marcelino Sérgio Bicego; ali estão vários quiosques, que servem comidas e bebidas.

Figura 84 – Catedral e praça de Fátima

Fonte: IMESC (2018)

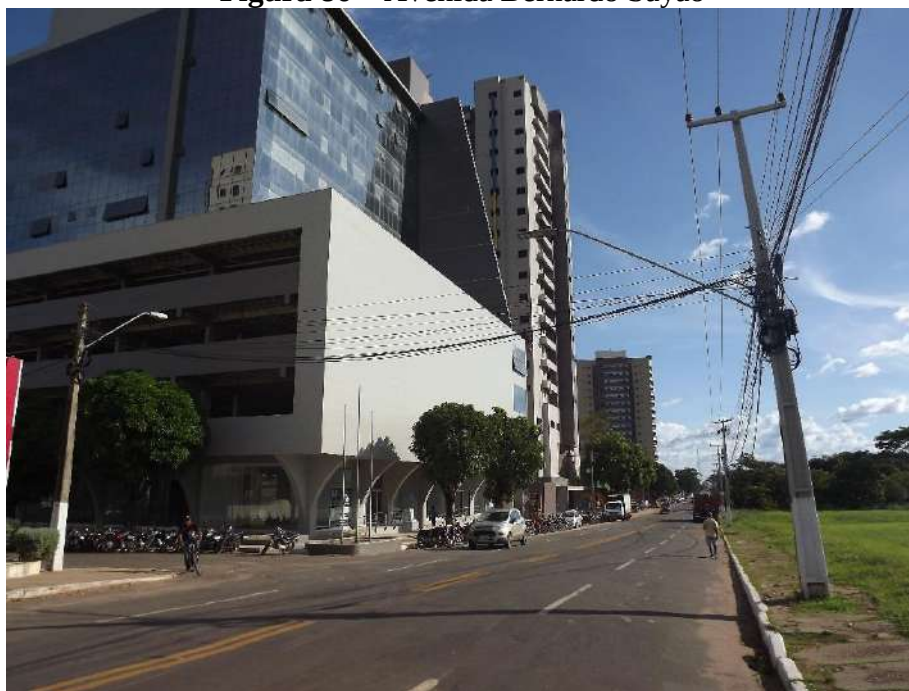
A continuação da Avenida Getúlio Vargas, posterior a BR 010, transformou-se na Avenida Babaçulândia, com aproximadamente 1km, possui lojas diversas e postos de combustíveis. Posteriormente, essa avenida se duplica formando a Avenida Pedro Neiva de Santana (**Figura 85**), com canteiro central toda arborizada, ciclovia e academia de saúde ao ar livre. Essa avenida liga Imperatriz à cidade de João Lisboa, concentra lojas diversas, oficinas mecânicas, peças de automóveis, material de construção, postos de combustíveis, igrejas evangélicas, escolas, variados condomínios residenciais e o hospital macrorregional Dr. Ruth Noleto.

Figura 85 – Avenida Pedro Neiva de Santana

Fonte: IMESC (2018)

Paralela à Avenida Getúlio Vargas, localiza-se a Avenida Dorgival Pinheiro de Souza, com lojas variadas, principalmente de autopeças, ferramentas, material de construção, móveis, eletrodomésticos, óticas, produtos agropecuários, farmácias, postos de combustíveis, hotéis, lanchonetes, restaurantes, igrejas evangélicas, agências bancárias, loterias e órgão municipais. Concentra também grande parte de equipamentos de saúde, com clínicas, consultórios e hospitais particulares de grande porte.

A Avenida Bernardo Sayão (**Figura 86**), possui ciclovia lateral e é onde está distribuído ao longo de seu percurso, o 50º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva, hotéis, centro médico, igrejas evangélicas, supermercados, restaurantes e churrascarias, farmácias, agências bancárias, postos de combustíveis, bares, panificadoras, emissoras de televisão, Unidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e vários edifícios residenciais de alto padrão, com apartamentos de muitos andares. No final desta via está, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a praça Mary de Pinho (**Figura 87**), toda arborizada com árvores e palmeiras, com estacionamento, academia de saúde ao ar livre, parquinho para crianças e uma fonte e o Complexo Esportivo Barjonas Lobão (Fiqueninho), composto de piscina olímpica, quadra poliesportiva com arquibancada, pista de cooper, rampa de skate, campo de futebol society, academia de saúde, espaço de convivência e Praça da Juventude.

Figura 86 – Avenida Bernardo Sayão

Fonte: IMESC (2018)

Figura 87 – Praça Mary de Pinho

Fonte: IMESC (2018)

Outro logradouro de importância em Imperatriz é a Avenida Frei Manoel Procópio (**Figura 88**), fundador da cidade. Desde 2002, as ruas Teresa Cristina e 15 de Novembro foram nomeadas com o nome do frei, a partir de decreto. A avenida que o homenageia já foi chamada de Rua Grande, Rua de Dentro e Rua 15 de Novembro, possui canteiro central com árvores frondosas e pavimentação diferenciada com bloquetes “intertravados” do tipo onda. Nesse

trecho concentram-se residências geminadas térreas, bares, restaurantes, a capela de Bom Jesus, a Igreja Matriz de Santa Teresa d'Ávila e a praça da Meteorologia, arborizada com palmeiras, árvores frondosas e ajardinamento. É onde se localiza o marco zero de Imperatriz, identificada por um Busto de Frei Manoel Procópio (**Figura 89**).

Figura 88 – Avenida Frei Manoel Procópio



Fonte: IMESC (2018)

Figura 89 – Praça da Meteorologia e marco zero de Imperatriz



Fonte: Prefeitura Municipal de Imperatriz

As residências em sua maioria são térreas e geminadas, principalmente nos bairros mais antigos e nos de expansão da cidade que se localizam mais distantes do centro. Nas principais Avenidas, predominam residências mistas geminadas, abrigando muitas vezes comércios e prédios comerciais e residenciais de vários pavimentos (**Figura 90**). As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com asfalto e bloquetes, também há as com cimento, paralelepípedo e piçarrada.

Figura 90 – Padrão construtivo do centro de Imperatriz



Fonte: Carla Guerrero

Em termos de valorização imobiliária, dois bairros de Imperatriz destacam-se dos demais: o Jardim Três Poderes e Maranhão Novo. Com localização privilegiada, entre o Centro e a rodovia Belém-Brasília (BR 010), se destacam pela valorização imobiliária, infraestrutura urbanística e recentemente, pelo processo de verticalização que têm vivenciado (**Figura 91**). Esses bairros concentram, atualmente, grande quantidade de edifícios da cidade e residências de alto padrão. O bairro Santa Inês, também se destaca por apresentar a maior concentração de condomínios horizontais da cidade, o que tem contribuído para o surgimento de atividades comerciais e de prestação de serviços. Nos últimos anos, margeando a BR 010, foram implantados condomínios voltados às classes de maior poder aquisitivo, a exemplo do Arco do Triunfo, Parque das Mansões e Puerto Tocantins.

Figura 91 – Processo de Verticalização da cidade de Imperatriz



Fonte: Ananda Portilho

Nota-se, também que em áreas mais afastadas, como ao longo da BR 010 e Avenida Pedro Neiva de Santana passaram a ofertar opções de moradia destinadas às camadas populares com construção de condomínios horizontais e loteamentos, como o Colina Park voltado para a classe média baixa e o Itamar Guará, conjunto habitacional implantando pelo poder público por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

A cidade de Imperatriz possui uma grande quantidade de bairros resultantes de ocupações e loteamentos irregulares; atualmente os loteamentos, condomínios e crescimento vertical da cidade se destaca, vem se transformando num significativo vetor de crescimento da cidade. Sua zona de expansão dá-se principalmente nos sentidos Norte e Sul e parte do Leste, sendo a Ferrovia Norte-Sul e o rio Tocantins fatores limitantes de seu crescimento.

O crescimento da cidade contribuiu para a formação de diversos bairros, descritos a seguir: Água Boa, Alto Bonito, Asa Norte, Bacuri, Beira-Rio, Boca da Mata, Bom Jesus, Bom Sucesso, Brasil Novo, Cacauzinho, Caema, Cajueiro, Camaçari, Centro, Centro Novo, Cidade Jardim, Coco Grande, Colina Park, Conjunto Planalto, Conjunto Sebastião Régis, Conjunto Vitória I, Conjunto Vitória II, Entroncamento, Habitat Brasil I, Habitat Brasil II, Imigrantes, Império Romano, Itamar Guará, Jardim Alto Boa Vista, Jardim Cinco Estrelas, Jardim Cristo

Rei, Jardim das Oliveiras, Jardim Europa, Jardim Lopes, Jardim Oriental, Jardim Primavera, Jardim São Francisco, Jardim São Luís, Jardim Três Poderes, Jardim Tropical, João Paulo II, Juçara, Leandra, Maranhão Novo, Mercadinho, Morada do Sol, Nova Imperatriz, Nova Vila, Nova Vitória, Novo Horizonte, Ouro Verde, Parque Alvorada I, Parque Alvorada II, Parque Amazonas, Parque Anhanguera, Parque das Estrelas, Parque das Flores, Parque das Mangueiras, Parque das Mansões, Parque das Palmeiras, Parque das palmeiras II, Parque do Buriti, Parque Independente, Parque Lagoinha, Parque Sanharol, Parque Santa Lúcia, Parque São José, Parque Tocantins, Parque Vitória, Park Imperial, Recanto Estrela do Amanhã, Recanto Universitário, Residencial Eco Park, Residencial Juscelino Kubistchek, Residencial Verona, Santa Clara, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita, Santo Amaro, São José do Egito, São Salvador, Setor parque de exposições, Setor Rodoviário, Sol Nascente, Super Quadra 602, União, Vale do Sol, Vila Ayrton Senna, Vila Brasil, Vila Cafeteira, Vila Conceição, Vila Davi II, Vila Esmeralda, Vila Fiquene, Vila Imigrante, Vila Ipiranga, Vila Jk, Vila João Castelo, Vila Lobão, Vila Maria, Vila Machado, Vila Mutirão, Vila Nova, Vila Parati, Vila Palmares, Vila Redenção I, Vila Redenção II, Vila São João, Vila Vitória, Vila Zenira, Vilinha.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se nos seguintes povoados: Petrolina, Altamira, São Félix, Coquelândia, Viraçãozinha, Bacaba, Esperantina, Pé de Serra do Cravim, Mil e Duzentas, Olho d'Água dos Martins, Riacho do Meio, Açaizal dos Pernambucanos, Marajuba, Mil e Setecentas, Lagoa Verde, São Francisco do Açaizal, São José do Matança, Mãozinha, Jiboia, Água Boa, Centro Novo, Bebedouro, Imbiral, Vila Conceição I, Vila Conceição II e Vila João Paiva

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotadas na **Tabela 77** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, as lavoura temporárias, as pastagens plantadas em boas condições e matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal são as que mais ocupam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimentos, devido os mesmos ocuparem mais de uma atividade.

Quando a área, dos 98.728 hectares, 48% estavam com as pastagens em boas condições, 23% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 17% lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, 5% pastagens plantadas em más condições, 2% lavoura permanente, matas ou florestas naturais e sistemas agroflorestais cada, 1% lavoura temporária e pastagens naturais menos de 1%. Não foram disponibilizados a área da lavoura para cultivo de flores e matas ou florestas plantadas (**Tabela 77**).

Tabela 77 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	70	2.211
Lavouras temporárias	366	712
Lavouras área para cultivo de flores	1	-
Pastagens naturais	15	365
Pastagens plantadas em boas condições	278	47.052
Pastagens plantadas em más condições	56	4.507
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	256	22.811
Matas ou florestas naturais	51	2.465
Matas ou florestas plantadas	7	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	67	2.002
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	492	16.603
Total	-	98.728

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto a condição do produtor, ocuparam 709 estabelecimentos. Destes, 63% eram de proprietários, 15% de comandatários e produtor sem área cada, 6% de arrendatário, concessionários ou assentados que aguardavam titulação definitiva e ocupantes representaram menos de 1% cada.

Em relação aos 106.327 hectares, os proprietários corresponderam a 99%, arrendatário 1% e comandatário representou menos de 1%. Não foram disponibilizados a área dos concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva e do ocupante. O produtor sem área como o próprio nome já diz, não possui área (**Tabela 78**).

Tabela 78 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	445	105.595
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	1	-
Arrendatário	44	643
Comandatário	107	89
Ocupante	3	-
Produtor sem área	109	-
Total	709	106.327

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 247.505 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Imperatriz ocupava a 2ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 3,77% da população do Estado. Em termos regionais, situava-se na 1ª posição em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 48,60%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,731 ocupando a 2ª posição no Estado. Em 2019 a estimativa da população era de 258.682 habitantes, com densidade demográfica de 189 hab./km². Os que nascem no município são chamados de imperatrizense.

No decênio de 2000 a 2010 a população imperatrizense apresentou uma taxa de crescimento de 7%. Nesse mesmo intervalo de tempo a população urbana do município teve aumento de 7%, e por sua vez, a população rural também cresceu 9%. Nesse período, a população masculina e a feminina aumentaram 7% cada.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000 e 2010, representaram 48%, enquanto a feminina, correspondeu a 52% da população. Quanto a população urbana, em 2000 e 2010, essa representou 95% e a rural 5% (**Tabela 79**).

A expansão urbana de Imperatriz sobre a zona rural e seu diminuto espaço rural com poucos povoados e por esta ser polo regional fazem com que a população urbana seja a mais significativa.

Tabela 79 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	218.673	234.547
Rural	11.893	12.958
Masculina	110.947	119.227
Feminina	119.619	128.278
Absoluta	230.566	247.505

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Imperatriz é referência como centro educacional, possuindo inúmeras escolas de ensino fundamental e ensino médio, inclusive profissionalizantes, pertencentes às redes municipal, estadual, federal e particular. Destacam-se no ensino público estadual, os Centros de Ensino Graça Aranha, Dorgival Pinheiro de Sousa, Governador Archer e Nascimento Moraes, que atendem também alunos especiais. No sistema privado, estão as Escolas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Santa Terezinha, Rui Barbosa e os colégios Delta, Dom Bosco, Osvaldo Cruz – COC e Peniel.

A rede municipal de ensino é composta por 146 escolas, dessas 115 estão na cidade e 31 na zona rural. Possui 1.826 turmas de aulas e um total de 42.505 alunos. Quanto aos professores, haviam no município 1.892 docentes. O município oferece educação infantil, ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação especial (INEP, 2019).

Em relação a educação estadual, há 23 escolas, com 10.460 alunos matriculados, no ensino médio. Estão distribuídos em 370 turmas e um total de 535 docentes.

Na rede privada, há 56 escolas, com 14.802 alunos matriculados, sendo 3.968 na educação infantil, 9.515 no ensino fundamental, 1.319 no ensino médio; oferecem também educação profissional, educação especial e EJA. Distribuídos em 867 turmas e um total de 926 docentes, sendo 225 na educação infantil, 545 no ensino fundamental e 156 no ensino médio.

No âmbito federal, conta com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), oferecendo ensino médio e educação profissionalizante com cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes.

O município dispõe de biblioteca, salas de leitura, laboratórios de informática e distribuição de merenda escolar, utilizando produtos locais e transporte escolar.

Imperatriz é um polo universitário constituído por várias faculdades particulares e universidades públicas.

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), campus Imperatriz (**Figura 92**), entre licenciaturas e bacharelados, oferta 14 cursos de graduação, que funcionam nos três turnos: Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Medicina, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química, Administração, Geografia, História, Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras Língua Inglesa e Literaturas e Pedagogia.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), oferece os seguintes cursos: Letras, Matemática, Pedagogia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia de Alimentos e Medicina;

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão – IFMA, oferece Ciências da Computação, Engenharia Elétrica Industrial, Física (licenciatura) e Química (licenciatura);

A Faculdade de Imperatriz (FACIMP/WYDEN), tem os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Marketing, Nutrição e Odontologia;

Na Universidade CEUMA, funciona os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, CST em Ciências de Dados, CST em Defesas Cibernética, CST em Desenvolvimento de Jogos Digitais, CST em Rede Computadores, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Medicina, Odontologia e Psicologia;

A Faculdade Pitágoras, disponibiliza os cursos em Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Direito, Letras, Gestão Comercial, Serviço Social, Recursos Humanos, Gestão Financeira, Mecatrônica, Eletrônica e CST em Gestão da Qualidade), em Ciências Exatas (Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Sistema de Informação, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Minas, Engenharia da Computação, Relações Públicas, Sistemas Elétricos, Mecatrônica Industrial, Manutenção Industrial, Engenharia Metalúrgica, Construção de Edifícios e Agronomia) e em Ciências Humanas e da Saúde (Enfermagem, Psicologia, Pedagogia, Educação Física, Farmácia, Geografia, Fisioterapia, Nutrição, Ciências Biológicas, Biomedicina, Odontologia e Medicina);

Na Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA), tem os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Estética e Cosmética, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social;

A Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), oferece os cursos de Pedagogia, Ciências Econômicas, Direito, Teologia e Filosofia.

Há ainda diversas outras instituições e cursos, além de cursos de pós-graduação.

Figura 92 – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, campus Imperatriz



Fonte: IMESC (2018)

Saúde e Assistência Social

Imperatriz é atualmente, o maior centro de serviços médico-hospitalares, odontológicos, fisioterápicos, laboratoriais e de diagnóstico por imagem da região e um dos melhores do interior do Maranhão. O município conta com grandes hospitais e clínicas médicas públicas e privadas.

O Hospital Municipal de Imperatriz disponibiliza 215 leitos no setor de internação, oito leitos para urgência e emergência e 43 enfermarias, sendo realizados consultas, atendimentos em urgência e emergência e cirurgias, além de exames laboratoriais, ultrassonografia, raio X, TC, endoscopia, colonoscopia e ressonância magnética. Possui Unidade de Terapia Intensiva (UTI), com capacidade para 20 pacientes adultos e dez pediátricos. O hospital dispõe de uma ambulância.

Compõe a equipe de saúde, 32 médicos e outros que trabalham através de empresas terceirizadas, com especialidades em: urologia, nefrologia, cardiologia, cirurgia plástica, cirurgia geral, bucomaxilofacial, neurologia, ortopedista, otorrinolaringologia, oftalmologia, gastroenterologia, vascular, endocrinologia, oncologia e clínica médica. Todos residem na cidade de Imperatriz. Há 77 enfermeiros, sendo 23 com especialização e todos moram na cidade; 206 técnicos de enfermagem; 60 auxiliares de enfermagem e quatro dentistas.

O Hospital Municipal Infantil de Imperatriz (**Figura 93**), disponibiliza 65 leitos no setor de internação, 21 leitos para urgência e emergência e 16 enfermarias, realizando consultas, atendimentos em urgência e emergência, cirurgias, exames laboratoriais, ultrassonografia e raio X. Possui também UTI, com capacidade para dez pacientes. Dentre as doenças as viroses, pneumonia, diarreia e leishmaniose visceral são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. O hospital tem uma ambulância.

Figura 93 – Hospital Municipal Infantil de Imperatriz



Fonte: IMESC (2018)

Compõe a equipe médica de saúde, um pediatra, um cirurgião pediátrico e mais 31 médicos contratados por empresas terceirizadas, com especialidades em: pediatria clínica geral, ortopedia, otorrinolaringologia, neurologia e queimaduras. Todos residem na cidade de Imperatriz. Faz parte da equipe 31 enfermeiros, 62 técnicos de enfermagem e 18 auxiliares de enfermagem.

Além desses hospitais, o município tem 32 Unidades Básicas de Saúde e sete postos de saúde. Há distribuição de medicamentos, nas 39 farmácias básicas e também distribuição de medicamentos nas UBS.

O Hospital Macrorregional Dra. Ruth Noleto (**Figura 94**) é referência no atendimento à população de Imperatriz e região, realizando exames, atendimentos em UTI, consultas médicas especializadas, assistências em oftalmologia, internações e procedimentos ambulatoriais; possui 116 leitos de internação, sendo dez deles de UTI. O município conta ainda

com uma Unidades de Pronto Atendimento (UPA), com atendimentos em urgência e emergência, nas especialidades: pediatria e clínica médica, realiza raios X, eletrocardiograma e exames laboratoriais; há também a Casa da Gestante.

Figura 94 – Hospital Macrorregional Dra. Ruth Noleto



Fonte: IMESC (2018)

No sistema privado estão os hospitais São Rafael, Santa Mônica, Unimed e outros.

Compõem o programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), 45 equipes, com 45 médicos, 45 enfermeiros e 45 técnicos ou auxiliares de enfermagem, cobrindo 67% do município. Faz parte do ESF, 23 equipes de saúde bucal, composta por 23 dentistas.

No município, funcionam cinco Núcleos de Assistência à Saúde da Família (NASF). A hanseníase, tuberculose, hipertensão, diabetes, parasitoses, doenças trato respiratória, dermatoses, dengue, zika, chikungunya e outras viroses são as doenças mais frequentes atendidas pelos profissionais ligados ao NASF. Há também distribuição de medicamentos.

Há 307 agentes comunitários de saúde, destes, 277 trabalham na área urbana e 30 na zona rural e 154 agentes de vigilância epidemiológica.

Em relação à assistência social, funciona no município dois Conselhos Tutelares, um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), uma Casa do Idoso e seis Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Nesses centros são desenvolvidos os seguintes programas: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(SCFV), Benefício de Prestação Continuada (BPC). Há ainda o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD) e o Centro de Integração Social (CIESE). Quanto à proteção social especial há quatro abrigos: Casa lar, Casa de passagem, Casa de criança e Centro Pop. No município há 15.025 famílias cadastradas no bolsa família.

Economia

O município ocupava em 2018 a segunda posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 6.609,422 bilhões, correspondendo a 7,38% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 4.206,925 bilhões, seguido pelo setor industrial com R\$ 1.598,870 bilhão, o agropecuário com R\$ 33,379 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 770,249 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 613,87 (IPEA, 2010).

Agricultura

A agricultura municipal se baseia na produção de grãos, praticada de forma itinerante, voltada principalmente para o consumo próprio, apenas o arroz e o milho são culturas comerciais. Há no Sindicato de Trabalhadores Rurais 7.000 a 8.000 cadastrados.

Agricultura temporária

Sete produtos são representativos na agricultura temporária de Imperatriz: amendoim, arroz, feijão, fava, mandioca, melancia e milho.

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção diminuíram 66%, 61% e 34%, respectivamente. No período mencionado, a área colhida do amendoim aumentou 300% e a da mandioca 7%, enquanto a do arroz, a do feijão e a do milho diminuíram, respectivamente, 88%, 32% e 62%; fava e melancia permaneceram estável. Referente a quantidade produzida, o amendoim aumentou 200% e a melancia 132%; o arroz reduziu em 85%, o feijão 11% e o milho 57%; fava permaneceu estável. No rendimento médio, os produtos que aumentaram foram: arroz 32%, feijão 31%, melancia 132% e milho 13%; teve o valor reduzido, o amendoim 25% e a mandioca 6%, enquanto que fava permaneceu estável. Quanto ao valor da produção, o amendoim, a fava, o feijão, a mandioca e a melancia cresceram 333%, 200%, 113%, 108% e 173% respectivamente; a desvalorização da produção, foi sentido no arroz 75% e no milho 42% (**Tabela 80**).

Em 2010, dos 698 hectares colhidos, 43% foram de arroz, 36% de milho, 17% de feijão, 2% de mandioca, 1% de melancia e tomate cada, amendoim, cana-de-açúcar e fava representaram menos de 1% cada. Das 1.254 toneladas produzidas, 38% eram de arroz, 32% de milho, 10% de mandioca e tomate cada, 4% de cana-de-açúcar e feijão, 3% de melancia, amendoim e fava representaram menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 80**. No valor da produção, dos R\$ 635 mil, o arroz participou com 39%, a milho com 27%, o tomate com 16%, o feijão com 11%, a mandioca com 4%, a melancia 2%, o amendoim, a cana-de-açúcar e a fava representaram menos de 1% cada.

Em 2019, dos 237 hectares de área colhida, o milho ocupou 40%, o feijão 34%, o arroz 15%, a mandioca 7%, a fava e o amendoim 2% cada e a melancia 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 492 toneladas, o milho contribuiu com 35%, a mandioca 24%, a melancia 16%, o arroz 15%, o feijão 8%, o amendoim 1% e a fava menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 80**. Para o valor da produção, dos R\$ 420 mil, o feijão contribuiu com 36%, o milho com 24%, o arroz com 15%, a mandioca com 12%, a melancia com 9%, o amendoim 3% e a fava com menos de 1%.

Tabela 80 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	1	4	2	6	2.000	1.500	3	13
Arroz	300	35	480	74	1.600	2.114	249	62
Cana-de-açúcar	1	-	45	-	45.000	-	2	-
Fava	3	3	1	1	333	333	2	6
Feijão	118	80	45	40	381	500	72	153
Mandioca	15	16	120	120	8.000	7.500	24	50
Melancia	4	4	34	79	8.500	19.750	11	36
Milho	251	95	402	172	1.601	1.811	172	100
Tomate	5	-	125	-	25.000	-	100	-
Total	698	237	1.254	492	-	-	635	420

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 à área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção diminuíram 52%, 88% e 78%, respectivamente. No aludido intervalo, à área colhida da banana diminuiu 89% e da borracha 29%, a castanha de caju aumentou 125%. Na quantidade produzida a castanha de caju permanece estável, a banana e a borracha diminuíram 93% e 24% respectivamente. No rendimento médio tiveram diminuição a banana 35% e a castanha de caju

56%, a borracha aumentou 6%. No valor da produção a castanha de caju obteve crescimento de 100%, a banana desvalorizou-se 90% e a borracha 14%. A laranja, o limão e o urucum não foram analisados, pois não apresentaram dados em 2019 (**Tabela 81**).

Em 2010, dos 90 hectares de área colhida, 47% foram ocupados com a borracha, 39% com a banana, 4% com a castanha de caju e limão cada, 3% com a laranja e 2% com o urucum. Das 814 toneladas produzidas, a banana participou com 90%, a borracha 6%, o limão 2%, a laranja 1% e castanha de caju e urucum representaram menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 81**. Dos R\$ 580 mil do valor da produção, a banana contribuiu com 82%, a borracha 15%, o limão 2%, a laranja 1% e castanha de caju e urucum menos de 1% cada.

Em 2019, dos 43 hectares colhidos, 70% foram relacionados a borracha (látex coagulado), 21% castanha de caju e 9% banana. Das 95 toneladas, 58% foram de banana, 40% de borracha e 2% de castanha de caju. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 81**. Dos R\$ 130 mil, a borracha contribui com 58%, a banana 38% e a castanha de caju com 3%.

Tabela 81 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Hectares)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	35	4	735	55	21.000	13.750	477	50
Borracha (látex coagulado)	42	30	50	38	1.190	1.267	88	76
Castanha de caju	4	9	2	2	500	222	2	4
Laranja	3	-	8	-	2.666	-	3	-
Limão	4	-	18	-	4.500	-	9	-
Urucum (semente)	2	-	1	-	500	-	1	-
Total	90	43	814	95	-	-	580	130

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

Horticultura

A horticultura no município é bem desenvolvida, possuindo um cinturão verde na região do aeroporto. Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas 1.575 toneladas de produtos oriundos da horticultura. Dessas, a alface representou 69%, o coentro 6%, a couve e outros produtos 4% cada, o quiabo 3%, a abobrinha, a cebolinha, maxixe e rúcula 2% cada, berinjela, jiló, pimenta e salsa 1% cada, hortelã, milho verde e pepino representaram menos de 1% cada.

Quanto às 1.550 toneladas de produtos vendidos, 69% corresponderam a alface, 6% ao coentro, 4% a couve e outros produtos cada, 3% maxixe e quiabo cada, 2% abobrinha, cebolinha e rúcula cada, 1% berinjela, jiló, pimenta e salsa cada, hortelã, milho verde e pepino representaram menos de 1% cada.

Dessa produção, foram contabilizados um valor de R\$ 4,212 milhões, desses, 54% foram referentes a alface, 17% ao coentro, 8% a cebolinha, 6% a couve, 4% o quiabo, 2% o maxixe, a pimenta, a rúcula e outros produtos cada, 1% a abobrinha e a berinjela cada, hortelã, jiló, milho verde, pepino e salsa representaram menos de 1% cada (**Tabela 82**).

Tabela 82 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Abobrinha	27	26	27
Alface	1.080	1.067	2.283
Berinjela	20	20	33
Cebolinha	32	31	322
Coentro	95	93	734
Couve	70	67	265
Hortelã	1	1	9
Jiló	11	11	17
Maxixe	39	39	104
Milho Verde (espiga)	3	3	6
Pepino	1	1	1
Pimenta	20	20	69
Quiabo	55	52	155
Rúcula	35	35	95
Salsa	22	22	17
Outros produtos	64	62	75
Total	1.575	1.550	4.212

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é uma das principais atividades econômicas no município, sendo o rebanho bovino o mais importante, com criação extensiva e intensiva em pastos plantados e naturais, voltado para o abate e produção de leite.

Entre 2010 e 2019 o rebanho diminuiu 1%, apresentando as seguintes variações: bovino -14%, bubalino -26%, equinos 24%, suíno 88%, caprino 10%, ovino 15%, galináceos 62% e codornas -63%. Em 2010, das 128.757 cabeças, 71% eram de bovinos, 16% de galináceos, 6% de codornas, 3% de ovinos, 2% de equinos e suínos cada, o bubalino e o caprino representaram menos de 1% cada. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 127.406 animais, com 62% de

bovinos, 27% de galináceos, 3% de suínos e ovinos cada, 2% de equino e codornas cada e bubalino e caprino representaram menos de 1% (**Tabela 83**).

Tabela 83 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	91.641	78.967
Bubalino	514	380
Equino	2.013	2.497
Suíno	1.976	3.705
Caprino	513	546
Ovino	3.869	4.458
Galináceos	21.131	34.253
Codornas	7.100	2.600
Total	128.757	127.406

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal, em 2019 foram produzidos R\$ 8,815 milhões de litros de leite, 51 mil dúzias de ovos de galinha e 349 quilogramas de mel de abelha. O valor da produção foi de R\$ 9,137 milhões, dos quais, 97% refere-se ao leite, 3% aos ovos de galinha e menos de 1% para o mel de abelha (**Tabela 84**).

Tabela 84 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	8.815	8.815
Ovos de Galinha (mil dúzias)	51	313
Mel de Abelha (quilograma)	349	9
Total	-	9.137

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

Em 2019 se obteve 673 toneladas de produtos extrativos, com as seguintes participações: açaí (comercializado como juçara) 26%, carvão vegetal 73%, babaçu 1%; além de 67 metros cúbicos de lenha.

O valor da produção foi de R\$ 401 mil, com o açaí representando 57%, o carvão vegetal com 37%, o babaçu 6% e a lenha menos de 1% (**Tabela 85**).

No povoado Petrolina o extrativismo da amêndoa de babaçu é bem representativo, inclusive possuindo uma associação de quebradeiras de coco.

Tabela 85 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Toneladas)	(Metros cúbicos)	
Açaí (fruto)	173	-	230
Carvão Vegetal	490	-	147
Babaçu (amêndoa)	10	-	23
Lenha	-	67	1
Total	673	67	401

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

A silvicultura obteve uma produção de 52.206 metros cúbicos de madeira em tora de eucalipto para papel e celulose e o valor da produção foi de R\$ 8,561 milhões (IBGE, 2019).

Quanto à extração mineral foi constatada a exploração de areia e argila.

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada em ambiente fluvial, principalmente no rio Tocantins. Utilizam canos a remo e motorizadas, redes e tarrafas nas pescarias. As principais espécies são: Curimatá (*Prochilodus* sp.), Pacu (*Mylossoma* sp.), Branquinha (*Curimata cyprinoides*), Mapará (*Hypophthalmus* ssp.), Piau (*Leporinus friderici*), Barbado (*Pirirampus pirinampu*) e outros. O pescado é voltado a auto alimentação e comercializado no próprio município.

No Sindicato de Pescadores, há 750 associados registrados. A principal queixa dos pescadores, refere-se à diminuição da quantidade de peixes no rio Tocantins decorrente da construção da barragem.

O peixe de água salgada, encontrado no município, é exportado de Tucuruí, Belém e São Luís.

Há criação de peixes em açudes, com comercialização no próprio município, municípios vizinhos e para São Luís.

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques, produziu 191.715 quilogramas, das quais tambacu/tambatinga corresponderam a 74%, tambaqui 20%, curimatã/ curimbatá e tilápia 2% cada, pirarucu e outros peixes 1% cada, pacu/patinga menos de 1%. O valor de produção foi de R\$ 1,124 milhão, tendo como renda por espécie: tambacu/tambatinga 74%, tambaqui 20%, curimatã/ curimbatá e tilápia 2% cada, pirarucu e outros peixes 1% cada, pacu/patinga menos de 1%, (**Tabela 86**).

Tabela 86 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Curimatã, curimatã	2.700	20
Pacu e patinga	350	2
Pirarucu	1.660	17
Tambacu, tambatinga	142.713	832
Tambaqui	38.992	225
Tilápia	3.800	19
Outros peixes	1.500	9
Total	191.715	1.124

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Cortada pela rodovia Belém-Brasília (BR 010) e a Ferrovia Norte-Sul, o município sedia promissores polos industriais, como o de confecções e de celulose, que acenam com a possibilidade da geração de milhares de empregos, perspectiva alimentada pelo Distrito Industrial de Imperatriz, localizado às margens da BR 010, este abriga empresa de diversos ramos e com suas obras de ampliação, haverá um impulso na economia de todo o município.

Em 2019, de acordo com Ministério da Economia, existiam 5.317 indústrias sendo: uma de extração de carvão mineral, três de extração de minerais metálicos, 41 de extração de minerais não metálicos, 631 de fabricação de produtos alimentícios, 23 de bebidas, quatro de fabricação de produtos do fumo, 146 de produtos têxteis, 519 de confecção de artigos do vestuário e acessórios, 122 de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, 199 de produtos de madeira, 32 de celulose, papel e produtos de papel (**Figura 95**), 208 de impressão e reprodução de gravações, três de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, 108 de produtos químicos, seis de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, 55 de fabricação de produtos de borracha e de material plástico, 192 de fabricação de produtos de minerais não metálicos, seis de metalurgia, 361 de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, quatro de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, sete de fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 33 de fabricação de máquinas e equipamentos, 51 de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, duas de fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, 250 de fabricação de móveis, 177 de fabricação de produtos diversos, 234 de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, 16 de geração de energia elétrica, quatro de captação, tratamento e distribuição de água, seis de esgoto e atividades relacionadas, 19 de coleta de resíduos não perigosos, três de tratamento e disposição de resíduos perigosos, seis de

recuperação de sucatas de alumínio, sete de recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio, nove de recuperação de materiais plásticos, dez de recuperação de materiais não especificados anteriormente, 614 de construção de edifícios, 148 de obras de infraestrutura e 1.055 de serviços especializados para construção.

Figura 95 – Vista Parcial da Fábrica da Suzano Papel e Celulose



Fonte: IMESC (2018)

Comércio

O comércio varejista se destaca no município, conjuntamente com a franca expansão do segmento da prestação de serviços e com o crescimento do setor atacadista, principalmente com a chegada de grandes grupos empresariais, o que vêm consolidar a posição de polo distribuidor de diversificados produtos para toda a região.

A principal área comercial do município é o Mercado Vicente Fitz ou “Mercadinho” (**Figura 96**) como é mais conhecido o bairro onde está localizado atualmente uma das maiores feiras da Região Tocantina. Em nenhum outro lugar da cidade e da região se encontra tanta variedade de mercadorias, que vão de alimentos, remédios, artesanato, confecções, ervas a eletrodomésticos. Referência na compra de diversas mercadorias, o mercadinho possui aproximadamente cerca de 300 pontos formais e informais de comércio, isso contando somente com as duas quadras onde está localizada a feira, por onde passam diariamente milhares de pessoas de toda a região. São, aproximadamente, 120 pontos de vendas dedicados somente a alimentos, que vão de carnes, frutas, verduras a temperos exóticos.

Figura 96 – Vista parcial do Mercado Vicente Fitz

Fonte: IMESC (2018)

Existiam no município 25.002 estabelecimentos comerciais registrados no município sendo: 2.629 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 3.133 de atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 10.667 varejistas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Turismo

O turismo em Imperatriz é bem diversificado, com destaque para os atrativos naturais, culturais e turismo de negócios e eventos.

Um dos principais atrativos turísticos encontrados no município é o rio Tocantins, com sua ponte estaiada que à noite fica toda iluminada (**Figura 97**) e suas praias. No período de veraneio, geralmente nos meses de junho a agosto, a atração principal dos turistas, moradores de Imperatriz e da região Tocantina são as praias de água doce que se formam às margens e no meio do rio Tocantins. Dentre elas se destaca as praias do Cacau e do Meio, as mais procuradas pelo público. A praia do Cacau (**Figura 98**) localiza-se a 1.600 metros do centro da cidade, no período de estiagem é instalado uma estrutura móvel de bares e restaurantes, energia elétrica e palco para shows musicais. A praia do Meio, tem acesso por meio do Porto da Balsa, onde se pega o barco. Há guarda-sóis, mesas e cadeiras que ficam dentro d'água e barracas que vendem alimentação e bebidas. O banho é permitido dentro dos limites da sinalização do corpo de bombeiros, nas noites dos finais de semana tem música ao vivo.

Figura 97 – Ponte estaiada (Dom Afonso Felipe Gregores) sobre o rio Tocantins



Fonte: Albani Ramos (2019)

Figura 98 – Praia do Cacau



Fonte: Imperatriz Online

A Beira Rio (**Figura 99**) é o cartão postal e ponto de encontro para turistas e Imperatrizenses às margens do rio Tocantins. Conta com uma área de 20 mil metros quadrados pensada para atender múltiplos públicos. Uma concha acústica garante a realização de shows e apresentações culturais, com estrutura que suporta a realização de grandes eventos. Possui locais e equipamentos para atividades físicas, incluindo uma academia funcional. E também espaços para quem quer apenas relaxar e contemplar a paisagem. São praças e jardins

descortinados e lagoas. A Praça do Foguete é uma das principais atrações para o público infantil, com brinquedo de dez metros de altura, mas com toda segurança. Para o conforto dos usuários, há estacionamento com mais de 400 vagas, ponto de apoio, sanitários públicos, posto policial e posto de primeiros socorros. Possui estrutura de comércio que serve comidas típicas e outros itens, com quiosques padronizados. Pessoas de diversas idades são atraídas para a orla, principalmente aos finais de semana, a fim de se deliciarem com a culinária regional e apreciarem a vista do rio Tocantins.

Figura 99 – Beira Rio



Fonte: Secretaria Estadual de Infraestrutura - SINFRA

A Exposição Agropecuária de Imperatriz (EXPOIMP), é outra atração, ocorre no Parque de Exposição Lourenço Vieira da Silva, em julho, com vasta programação que inclui cavalgada, rodeios, torneio leiteiro, julgamento de raças, leilões, palestras, minicursos e shows com artistas regionais e nacionais, atraindo milhares de turista para o município.

Também se destaca a arquitetura, com seus monumentos e praças, muito visitados durante o ano, principalmente a Avenida Frei Manoel Procópio, primeira via pública de Imperatriz, onde se localiza a igreja matriz, dedicada a Santa Teresa d'Ávila, com construção iniciada em 30 de maio de 1935 e inauguração em 6 de outubro de 1937, possuindo arquitetura e altar mor únicos; a capela do Bom Jesus, construída na década de 1900 e reconstruída e ampliada em 1933 e o marco zero da cidade e o prédio da Academia Imperatrizense de Letras, construído em 1948, localizado na rua Urbano Santos, em frente à praça da Cultura.

A culinária tem como pratos principais o arroz de cuxá, peixada maranhense, arroz Maria Isabel, carne de sol, caldeirada maranhense, beiju, panelada e outros. O município dispõe

de 30 hotéis, duas pousadas, oito hospedarias, um resort e dois hotéis fazenda, além de 152 restaurantes, 50 lanchonetes e dois restaurantes flutuantes.

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta das luxuosas quadrilhas juninas, dança do Lindô e bumba meu boi.

Os principais eventos que ocorrem no município são:

Carnaval – Realizado com o tradicional circuito da folia, passeio carnavalesco pelas principais ruas da cidade, embarcado em uma jardineira. O carnaval de rua, conta com bandas de marchinha na praça Mané Garrincha e blocos organizados, que participam do concurso de blocos e foliões fantasiados.

Festa Junina – Esta é uma grande manifestação cultural da região, dividida entre os arraiais, concursos e festivais. É marcada pelas apresentações e concurso das luxuosas quadrilhas juninas, comidas típicas, danças tradicionais.

Aniversário da cidade – Comemorado em 16 de julho, com programação que inclui prestação de serviços à comunidade, eventos esportivos, com a tradicional corrida Frei Manoel Procópio, entrega de honrarias, tradicional corte do bolo e shows com artistas locais e bandas de renome nacional na avenida Beira Rio.

Festejo de Santa Teresa d'Ávila – Comemorado no dia 15 de outubro, a padroeira de Imperatriz, possui vasta programação religiosa, com atividades celebrativas e sociais que envolvem todos os devotos e comunidade religiosa, com procissão, missas, celebrações e shows religiosos.

Outros eventos de importância no município são: Exposição Agropecuária de Imperatriz (EXPOIMP), Festival Aberto de Música (FABER), Feira do Comércio e Indústria de Imperatriz (FECOIMP), Salão do Livro de Imperatriz (SALIMP), Feira de Móveis de Imperatriz (MOVELNORTE), Feira da Beleza de Imperatriz, Feira de Ciência e Tecnologia do Sul do Maranhão (FECITEC), 7 de setembro; concurso de beleza, gincanas, vaquejada, encontros religiosos, pré-carnaval e feiras culturais.

Em relação ao entretenimento, há o parque Lourenço Vieira da Silva, 17 quadras poliesportiva, 29 campos de futebol, um estádio de futebol “Frei Epifânio d'Abadia” com capacidade para 20 mil pessoas (**Figura 100**), 152 restaurantes, 50 lanchonetes, dois restaurantes flutuantes, 27 bares, cinco casas de shows, dois clubes, oito boates, parques aquáticos, uma biblioteca, um museu, uma academia de letras, um teatro “Ferreira Gullar”,

cinemas, uma banda de música ou fanfarra, uma escola de música. Há também empresas que alugam embarcações (lanchas e moto aquática, para lazer no rio Tocantins), casa e centro de artesanato, Centro de Convenções de Imperatriz (com área de 4.000m², salão principal com capacidade para 14.000 pessoas, dois auditórios para 100 a 150 pessoas, três salas para 35 pessoas, todas climatizadas com carteiras universitárias e estacionamento privativo com capacidade para 150 veículos), shoppings (com lojas variadas, cinema, praça de alimentação) e a beira rio.

O artesanato é representado por cerâmica e bonecos de barro, renda, entalhado de madeira, cestas e trançados, artesanato indígena, barro, palha, tecido, couro, madeira, papel ou fibras naturais, matérias brutas ou recicladas.

Os ritmos mais apreciados são o forró, sertanejo, reggae, pagode, samba e carimbó.

Figura 100 – Estádio Frei Epifânio d’Abadia



Fonte: Prefeitura Municipal de Imperatriz

Lendas

As lendas que se destacam no município são:

a) A Dama da Broadway – É umas das principais lendas que povoam o imaginário popular imperatrizense, na década de 1990, ligada a Danceteria Broadway. Contam que uma linda mulher, com hábitos nada peculiares, saía para curtir as noites de festa na Danceteria Broadway. Suas aparições repentinas sempre começavam pelo banheiro feminino, às vezes com

reflexos no espelho, outras vezes com sons de sorrisos tão reais que pareciam estar sussurrando no ouvido, mesmo quando não tinha mais ninguém no ambiente. Dizem ainda que na hora de ir embora ela pedia carona, os marmanjos de plantão que ficavam loucos com a sua beleza e se ofereciam para dar carona. Perguntavam: “Onde é que você mora, moça?”. E ela respondia: “No Cemitério Campo da Saudade, vamos?”. Os homens por sua vez, ficavam aterrorizados.

b) Pé de Garrafa – No populário imperatrizense, corre de boca em boca, que à noite ouviam-se o arrastar de grandes correntes nas altas madrugadas, acompanhado de uivos medonhos. Não havia criatura humana que não se assustasse com tamanha e ensurdecadora barulheira. No dia seguinte, os rastros estavam por toda as ruas de onde vinham o barulho e havia rastros redondos, parecidos com fundos de garrafas. Para alguns cidadãos menos incautos, a visagem era de um homem metido a conquistador que executava toda aquela encenação para poder ter seus encontros secretos com determinadas “senhoras” da sociedade. O Don Juan executava seu plano diabólico para que a população da artéria de seus amores proibidos não se incomodasse com sua presença em residências onde não deveria estar. Um grande “pé de pano”!

c) Pereira, a Velha Feiticeira – Contam que era uma vez uma velha, bem velhinha mesmo, para quem tudo era feitiçaria. Pessoas mais antigas do lugar afirmam que Dona Pereira, como era chamada, era uma feiticeira danada. Porém, nas imediações onde essa velha morava, nas noites de sextas-feiras, com a lua cheia ou quarto crescente, aparecia uma mulher esbelta e alta de muito boa aparência que, por onde aparecia, levava discórdia e morte. A sua predileção era conquistar os maridos alheios e, por isso, ficou sendo na região, o pavor das mulheres casadas, porque, além de conquistar os maridos, colocava feitiçaria nas esposas, deixando-as de cama, quando não para vida toda, pelo menos por algum tempo (REIS, 2008).

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade cartórios, fóruns, delegacias, batalhão de polícia militar, delegacia da polícia federal, departamento de polícia rodoviária federal, 50º Batalhão de Infantaria de Selva – 50º BIS e Grupamento de Bombeiros Militar.

Corresponde a 33ª, 65ª e 92ª zonas eleitorais, com 534 seções e registro de 189.770 eleitores e 21 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

A religião é predominantemente constituída por católicos e evangélicos. O principal templo católico é a Igreja Matriz de Santa Teresa d'Ávila (**Figura 101**) padroeira do município, festejada em 15 de outubro e a Catedral de Nossa Senhora de Fátima (**Figura 102**), sede diocesana de Imperatriz. Na sede há 30 igrejas. Além da padroeira festeja-se Nossa Senhora de Fátima, São Francisco de Assis, Bom Jesus, Santo Antônio e outros.

Figura 101 – Igreja Matriz de Santa Teresa d'Ávila



Fonte: IMESC (2018)

Figura 102 – Catedral de Nossa Senhora de Fátima



Fonte: IMESC (2018)

Os evangélicos, possuem 92 templos na cidade e 20 na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista, Luterana Nova Vida e Maranatha. O templo central da Assembleia de Deus em Imperatriz está entre os maiores da América Latina. A construção teve início no ano de 1986 e conclusão em 1999 (**Figura 103**).

Possui um centro espírita e três terreiros de umbanda e candomblé.

Figura 103 – Templo Central da Assembleia de Deus



Fonte: IMESC (2019)

Dos 247.505 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 57% se declararam católicos, 32% evangélicos, 8% sem religião, 2% outras religiões, espíritas, umbanda e candomblé, não sabem e não determinada a sua religião, representaram menos de 1% cada (**Tabela 87**).

Tabela 87 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	140.263
Evangélicos	78.991
Espírita	1.135
Umbanda e Candomblé	22
Outras Religiões	5.422
Sem religião	20.898
Não sabe	203
Não determinada	571
Total	247.505

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da CAEMA, através de poços artesianos e do rio Tocantins, com estação de tratamento de água. No município há esgotamento sanitário, com estação de tratamento, mas contempla apenas menos da metade dos domicílios. Grande parte da população ainda utiliza fossas sépticas e/ ou rudimentares. A coleta de lixo é realizada cinco vezes na semana, na sede e na área rural, o lixo é transportado em caminhão compactador e depositado em um lixão a céu aberto a cinco quilômetros da sede.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2018, o consumo de energia registrado foi de 454.829.110 Mwh distribuídos em: 52% residencial, 27% comercial, 6% industrial, 5% poder público e iluminação pública cada, 4% serviço público, rural e consumo próprio representaram juntos 1% (**Tabela 88**).

Tabela 88 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	237.616.024
Industrial	28.879.422
Comercial	122.246.597
Rural	2.331.551
Poder público	23.320.796
Iluminação pública	22.528.766
Serviço público	16.802.050
Consumo próprio	1.103.904
Total	454.829.110

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por 48 agências ou postos bancários, com destaque para: Banco do Brasil, Caixa Econômica, HSBC, Banco Real, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Itaú, Santander, Bradesco, Banco Triângulo, BMG e outros. Conta ainda com dez lotéricas e oito agências dos Correios.

Na área da telefonia possui cobertura das operadoras TIM, CLARO, VIVO e OI, esta última com linha fixa e internet oriunda de várias prestadoras.

Como meio de comunicação local, o município possui jornal impresso (O Progresso), rádios (Difusora Sul, Maranhão do Sul, FM Gospel, Radio Mirante, Nativa FM, Radio Terra FM, Radio Tropical FM) e televisão (TV Mirante, Nativa, Difusora Sul, TV Capital, TVT TV Tocantins, Rede TV Imperatriz).

Transporte

A cidade de Imperatriz localiza-se a 630 km da capital São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135, 222 e 010. As viagens intermunicipais e interestaduais, são realizadas através do Terminal Rodoviário de Imperatriz (**Figura 104**), com ônibus das seguintes empresas: Açailândia (Bélem – PA, São Luís – MA e Marabá – PA), Aparecida (Timon – MA, São Luís - MA, Palmas - TO, Pagominas - PA, Dom Eliseu- PA), Guanabara (João Pessoa – PB, Fortaleza – CE, Recife – PE, Marabá – PA) , Progresso (São Luís - MA, Piauí), Satélite Norte (Ceará, Tocantins, Piauí, Distrito Federal, Mato Grosso e Maranhão), Transbrasiliana (Rio de Janeiro, Teresina - PI, Goiânia - GO, Belo Horizonte - MG, Bacabal - MA, São Paulo - SP, Palmas – TO, Fortaleza - CE, Altamira – PA, Santarém – PA, Marabá – PA), Viação Jamjoy (Palmas - TO, Marabá - PA, Teresina - PI, Parauapebas - PA, Belém - PA), Imperatur, Itapecuru, Itapemirim, JR4000 e outros.

Figura 104 – Terminal Rodoviário de Imperatriz



Fonte: IMESC (2018)

Nas viagens intermunicipais, há transporte através de micro-ônibus, vans, táxis, moto táxis, barcos e balsas através do rio Tocantins e veículos particulares.

O traslado urbano – rural é realizado através de ônibus, micro-ônibus, vans, táxis, moto táxis, barcos e por veículos particulares

Na sede municipal há transporte público, com dois terminais de integração (**Figura 105**), circulam 38 ônibus e mais seis intermunicipais que contempla as cidades de Senador La Roque, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edson Lobão e Ribamar Fiquene.

As rotas na cidade de Imperatriz são as seguintes: Bacuri, Itamar Guará, Parque Alvorada, Redenção, São José, Santa Rita, Vila Cafeteira, Vila Fiquene, Centro Novo, Facimp/ Santa Lúcia, Grande Circular 1, Grande Circular 2, IFMA via Santa Inês, Ouro Verde, UFMA via Bom Jesus, Facimp via Bacuri, Sebastião Régis, Multirão-Vila Lobão, Cacauzinho, Bom Jesus-Vila Nova e ainda povoados rurais de Vila Conceição e Petrolina.

A cidade também conta o expresso metropolitano, com a linha Cumarú. O trajeto sai de Imperatriz, percorrendo João Lisboa e Senador La Rocque, até o ponto final no povoado Cumarú. Possui 53 paradas partindo de Terminal Integrado (Externo) e terminando em Ponto Final Cumarú.

Outros meios de transporte na cidade se dão através de micro-ônibus, vans, táxis, mototáxis e veículos particulares.

Figura 105 – Vista de transporte público e terminal de integração



Fonte: IMESC (2018)

Há no município o Aeroporto de Imperatriz – Prefeito Renato Moreira (**Figura 106**), com vocação para os negócios, que movimenta, anualmente, uma média de 284.075 passageiros, 6.292 voos e 824.803 kg de carga aérea. Possui 158,22 m² de ABCL e 15 pontos comerciais. Seu sítio aeroportuário é de 3 milhões de m², pátio de aeronaves de 18.725m² para aeronaves de grande, médio e pequeno porte, dimensão da pista de 1.798m x 45m e terminal de passageiros de 2.164 m². As companhias que atuam são a LATAM, AZUL e GOL, com destinos para Belém – PA, Confins – MG, São Luís – MA, Brasília – DF e São Paulo - SP. Também há campo de pouso no município.

O município é cortado pela Estrada de Ferro Norte-Sul, possuindo um pátio multimodal, destinado ao transporte de cargas e mercadores.

O transporte hidroviário é feito através de balsas que saem do Porto das Balsas em Imperatriz (**Figura 107**), com destino ao povoado de Bela Vista, município de São Miguel, no estado do Tocantins. Há grande fluxo de passageiros e veículos entre estas duas localidades.

Figura 106 – Aeroporto Prefeito Renato Moreira



Fonte: IMESC (2018)

Figura 107 – Porto das Balsas



Fonte: IMESC (2018)

11 JOÃO LISBOA

Símbolos Municipais¹²



Brasão



Bandeira

¹² Prefeitura Municipal de João Lisboa

Hino

João Lisboa terra formosa, muito mais que outras mil.
Tua beleza está no povo de fortes, de fortes braços deste Brasil
Os varões que aqui forjastes, hoje enfrenta o mundo hostil.
O aconchego deste povo é a medalha mais bravi.

João Lisboa nome do filho que enaltece este torrão,
Deste solo brasileiro do meu nobre Maranhão.
João Lisboa de verdes matas é uma parte do coração.
As riquezas desta terra não está no ouro mas sim mãos
Pois esta terra é muito fértil, pois é que dá a sustentação
Deste povo brasileiro do meu nobre Maranhão.

Letra: José Vilson Menezes dos Santos

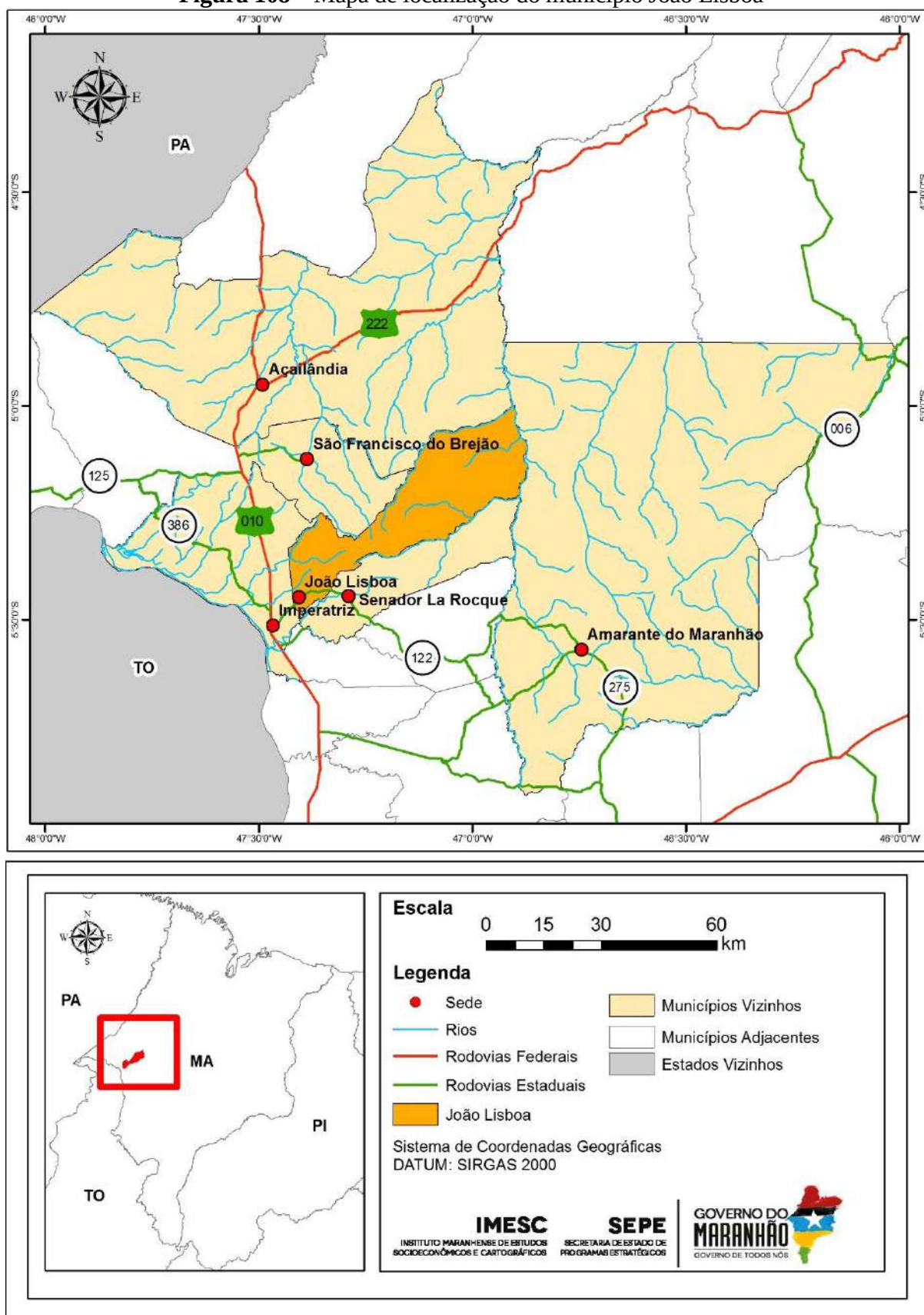
Localização

O município João Lisboa localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Açailândia e São Francisco do Brejão, ao Oeste com Imperatriz, ao Sul com Senador La Rocque e ao Leste com Amarante do Maranhão (**Figura 108**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 04°59'48" de latitude e -46°54'22" de longitude, Oeste -47°25'51" de longitude e -05°19' 57" de latitude, Sul -05°28'57" de latitude e -47°23'51" de longitude e Leste -46°52'10" de longitude - 05°08'11" de latitude.

Figura 108 – Mapa de localização do município João Lisboa



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Extensão

O município possui uma área de 1135,211 km² (IBGE, 2019), ocupando a 91ª posição no ranking estadual, representando 0,34% do Maranhão. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense está na 9ª posição com 4,38% desse território regional.

Processo de Ocupação

O município João Lisboa tem suas origens no povoado Gameleira, que ficou conhecido assim após a chegada do Sr. Joaquim Alves da Silva, no ano de 1925.

O Sr. Joaquim foi o primeiro morador de Gameleira, chegando ali quando tudo ainda era mata, e fixou sua residência às margens do riacho Jumbú, hoje interior da sede.

Mais tarde o senhor Joaquim mudou-se para o centro do município, estabelecendo moradia debaixo de uma frondosa árvore chamada gameleira que servia de ponto de espera aos caçadores de animais silvestres que vinham de Imperatriz, pois o povoado fazia parte desse município.

A mata, que ainda era virgem foi sendo devastada pelo Sr. Joaquim. Caminhos foram abertos, e mais gente foi sendo atraída, até que se formou o povoado que ficou conhecido pelo nome da árvore.

As pessoas foram se aglomerando, e se estabelecendo naquele lugar. Com o crescimento do povoado os moradores de Gameleira começaram a reivindicar do Sr. Simplício Moreira, prefeito de Imperatriz, que o povoado passasse a vila, a qual teria o mesmo nome do prefeito, pois, havia também o sonho de toda uma comunidade que mais tarde se transformasse cidade.

Em 1955, quando na sessão da décima-terceira reunião ordinária da Câmara Municipal de Imperatriz, aos doze dias do mês de setembro, os vereadores votaram a favor do requerimento do Prefeito Simplício Moreira mudando o nome do povoado Gameleira para a Vila Simplício Moreira, cujo requerimento tinha como objetivo atender às reivindicações dos moradores daquele povoado.

Porém a Vila Simplício Moreira ficou conhecida apenas no documento, pois os moradores continuaram reconhecendo o povoado como Gameleira, o qual foi esquecido só quando passou à cidade.

Pela Lei estadual nº 2.167, de 15 de dezembro de 1961, o povoado de Gameleira, foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de João Lisboa, desmembrado de Imperatriz e instalado em 22 de dezembro de 1961.

O nome de João Lisboa foi uma homenagem ao jornalista, escritor, político maranhense nascido em Cantanhede em 22 de março de 1812.

Os prefeitos foram: Nestor Gomes de Abreu Milhomem (interventor de 1961 - 1962 e prefeito de 1963/1965), Sebastião Antônio da Silva (1966/1969), Maria Nita Menezes (1970/1973 e 1978/1982), (1974 a 1977), Valdemar da Mota (1983 a 1988), Sálvio de Jesus Castro Costa conhecido como Sálvio Dino (1989/1993 a 1997/2000), Raimundo Cabeludo (1993 - 1996), Francisco Holanda (2001 - 2004), Emiliano Menezes (2005 - 2008) e Emiliano Menezes (2009 - 2012) e Jairo Madeira (2013/2016 e 2017/2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a quatro unidades principais: Formação Codó, Formação Ipixuna, Grupo Itapecuru e Coberturas detrítico-laterítica paleogênica.

A Formação Codó, ocupa uma pequena área do município, constitui-se por folhelhos cinza-escuros a pretos e cinza-esverdeados com intercalações de siltitos, arenitos, calcários e gipsita.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é composta por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por

ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

As coberturas Detrito-Laterítica Paleogênica são caracterizadas por se constituir da base para o topo de zona argilosa calinítica, zona bauxítica com concreções e lentes gibsíticas, zona ferruginosa concrecionária e zona pisolítica nodular, capeamento argiloso, no topo.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenados pelos vales de vários rios.

O relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo tais cotas progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais o curso do vale do rio Tocantins (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos argissolos, latossolos e luvisolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixas ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenado, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos

platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os latossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam no município os latossolos amarelos distróficos e vermelho-amarelo distrófico.

Os luvisolos são solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B textural com argila de atividade alta e saturação por bases alta na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA), imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A (exceto A chernozêmico) ou sob horizonte E. Destacam-se no município os luvisolos háplicos órticos.

Hidrografia

A rede hidrográfica é composta pelos córregos Jambu, Murajuba, Brejinho, Olho d'Água Azul e do Brejão, além do rio Pindaré que banha o território municipal ao Leste.

Vegetação

A vegetação é composta por um mosaico interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Espaço Urbano

A sede de João Lisboa é seccionada no sentido Leste/Oeste pela rodovia MA 122, que ao chegar à cidade ramifica-se, dando origem as avenidas Imperatriz e Pedro Neiva de Santana, denominada em outro trecho de Avenida Simplício Moreira (**Figura 109**). Nestas vias, são encontrados os principais prédios públicos e comerciais da cidade e, a partir delas, saem ruas no sentido Norte/Sul, às quais são seccionadas por outras ruas no sentido Leste/Oeste, dando o formato de um tabuleiro de xadrez em algumas partes da cidade.

Figura 109 – Avenida Simplício Moreira



Fonte: IMESC (2018)

O espaço urbano além das vias citadas é estruturado com mais duas avenidas, ruas e travessas, estando a maioria das vias pavimentadas com asfalto, bloquetes e piçarra. Com relação as praças (**Figura 110**) existem quatro (Praça de Santo, Praça 22 de dezembro, Praça da Cidade Nova, Valdemar da Mota e Sítio) todas arborizadas e ajardinadas.

Figura 110 – Praça 22 de dezembro

Fonte: IMESC (2018)

Os bairros são: Mutirão, Vila Norte Sul, Caiçara, Alice Vieira, Cidade Nova, Novo Brasil, Vila Gameleira, Vila São Francisco, Centro, Parque da Lagoa e Vila Patrocínio.

Espaço Rural

O espaço rural é composto por 29 localidades com destaque para os povoados São João, Viração, Trecho Seco, São Domingos, e os assentamentos Sol Brilhante I, Sol Brilhante II, São Jorge, Itaguará I e Vilinha.

Outras localidades são: Ciriaco, Alto Bonito, Frades, São Francisco, Jacamim, Grotão, Centro do Olímpio, Água Branca, Andirobal, São João do Andirobal, Cabeceira dos Frades, Itaguara II, Galiléia, Córrego da Prata, Centro dos Henriques, Jurubíju, Santa Rita, Palmeirândia, Abraão e Cariri.

Utilização das Terras

Quanto à utilização das terras, salienta-se que em um estabelecimento pode ocorrer inúmeras atividades, portanto, torna-se inviável uma análise em percentual dos mesmos. Apesar desse cenário, evidenciaram-se que os estabelecimentos estão ocupados principalmente por lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções,

benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; pastagens plantadas em boas condições; lavoura temporária; mata ou florestas naturais destinadas à preservação ou reserva legal, pastagens plantadas em más condições; matas ou florestas naturais; lavouras permanentes; sistema agroflorestais; lavoura permanente e florestas plantadas.

Dos 83.918 hectares utilizados, 75% estavam ocupados com pastagens plantadas em boas condições, 11% com matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 7% com pastagens plantadas em más condições, 4% com lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, 2% com matas e/ou florestas naturais, 1% com lavouras temporárias e menos de 1% com as lavouras permanentes e sistemas agroflorestais. Não foram disponibilizados os dados dos hectares da lavoura para cultivo de flores e florestas plantadas (Tabela 89).

Tabela 89 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Estabelecimentos (Unidade)	Área (Hectare)
Lavouras permanentes	22	34
Lavouras temporárias	267	776
Lavouras para cultivo de flores	1	-
Pastagens plantadas em boas condições	576	62.977
Pastagens plantadas em más condições	142	5.562
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	263	9.101
Matas ou florestas naturais	48	1.561
Matas ou florestas plantadas	5	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	18	348
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	634	3.559
Total	-	83.918

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Com relação à condição do produtor, dos 679 estabelecimentos no município (IBGE, 2017), 76% são de responsabilidade do proprietário, 22% do concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, 1% com o comandatário e menos de 1% com o arrendatário, ocupantes e produtor sem área. Quanto à área, dos 83.624 hectares (IBGE, 2017), 95% era do

proprietário, 5% concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva e menos de 1% do arrendatário e comandatários. Parceiro e ocupante não foram quantificados (**Tabela 90**).

Tabela 90 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Estabelecimentos (Unidade)	Área (Hectares)
Proprietário	514	79.195
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	149	4.048
Arrendatário	3	81
Parceiro	2	-
Comandatário	9	300
Ocupante	2	-
Total	679	83.624

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

O município João Lisboa classificou-se, em 2010, no 85º lugar no ranking populacional maranhense correspondendo a 0,31% da população estadual. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, o referido município ocupou a 9ª colocação com 1,36% dos habitantes regionais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM foi de 0,641 ocupando a 15ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população é de 23.740 habitantes. Sua densidade demográfica é de 20,91 hab./km²; quem nasce no município é denominado de joão-lisboense.

Entre 2000 e 2010 a população de João Lisboa diminuiu 17%, com o crescimento populacional na área urbana com 0,19%, enquanto os habitantes da zona rural decaíram 46%. Quando observa-se a variação por gênero, a população masculina diminuiu 20% e a feminina 14%.

Em 2000 a população urbana correspondeu a 62% dos habitantes, a rural 38%, a masculina 51% e a feminina 49%. No ano de 2010, a população urbana foi equivalente a 75% dos habitantes, a rural a 25%, a masculina 49% e a feminina a 51% (**Tabela 91**).

Uma das explicações para a diminuição da população absoluta do município, deve-se a sua proximidade com a segunda cidade mais populosa do Maranhão, Imperatriz, facilitando os fluxos migratórios para a mesma.

Tabela 91 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	15.307	15.336
Rural	9.291	5.045
Masculina	12.459	9.977
Feminina	12.139	10.404
Absoluta	24.598	20.381

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Na rede municipal de educação o número de alunos matriculados foi de 6.592, distribuídos em 20 escolas na zona urbana e 35 na rural, totalizando 55 estabelecimentos de ensino.

As modalidades distribuídas nos estabelecimentos da educação municipal são: três creches, duas pré-escolas e 50 com o ensino fundamental.

Funciona uma biblioteca pública, seis laboratórios de informática e 16 transportes escolares no município.

A rede estadual pública é representada por três escolas (**Figura 111**), com 34 turmas e um total de 60 professores e 1.016 alunos matriculados. Há também no município duas escolas privadas, sendo estas denominadas de Centro Educacional Espaço da Sabedoria e Escola Frei Alberto.

Quanto ao ensino superior há os cursos de Educação Física e Pedagogia ofertados pelas faculdades FAPGMA e FATMA.

Figura 111 – Escola estadual em João Lisboa



Fonte: IMESC (2018)

Saúde e Assistência Social

A referência na área da saúde no município é o hospital municipal que tem 60 leitos, realiza consultas, cirurgias, atendimentos de emergência, exames de ultrassonografia, laboratoriais e eletrocardiograma. Nesse local, há distribuição de medicamentos para os pacientes internados.

Os atendimentos estão mais relacionados à gripes, dengues e crianças com sintomas de diarreia. Em casos mais graves, os pacientes são transferidos para o município Imperatriz, através de duas ambulâncias do município.

A equipe de saúde do hospital é composta por oito médicos, cinco enfermeiros e aproximadamente 12 técnicos de enfermagem.

No município existe nove equipes do ESF cobrindo 100% do território, cada equipe com um médico, um enfermeiro e um técnico de enfermagem. Há também nove equipes de saúde bucal com um dentista em cada equipe.

O município conta com 60 agentes comunitários de saúde (40 na área urbana e 20 na rural), 12 agentes da vigilância epidemiológicas e quatro da vigilância sanitária.

O município dispõe de um NASF com um educador físico, um psicólogo, um nutricionista, dois fisioterapeutas e um fonoaudiólogo. Os atendimentos estão voltados para a atenção básica, pré-natal e hanseníase.

A prefeitura municipal desenvolve os programas: Saúde na Escola, voltado para o tracoma (visão), controle de verminoses, doenças dermatológicas e acompanhamentos nutricionais; Tratamento Fora Domicílio acompanha os casos que são transferidos para São Luís com ajuda de custo e passagens e transporte para os que realizam a hemodiálise em Imperatriz.

Quanto à Assistência Social, no município há dois CRAS um na sede, denominado Norte Sul e o outro em Bom Lugar. Nos dois, desenvolve-se o programa SCFV, sendo que no primeiro há atendimento de 50 habitantes entre 6 a 15 anos, enquanto no segundo realiza-se atividades com 37 idosos e 108 crianças.

Completando o atendimento na área da assistência social municipal existe um CAPS, um CREA com 30 atendimentos em média por mês, voltados para as famílias com problemas judiciais, e um Conselho Tutelar.

No BPC há 192 idosos e 516 deficientes recebendo o auxílio.

Economia

O município ocupava em 2018 a 75º posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 190,145 milhões, correspondendo a 0,21% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 135,281 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 25,172 milhões, o industrial com R\$ 19,955 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 9,738 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 303,91 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura no município é itinerante e mecanizada com destaque para a produção de arroz, milho, feijão, abóbora, quiabo, amendoim, banana e maracujá. Estes produtos, são comercializados no próprio território municipal e nos municípios Imperatriz e Senador La Rocque.

Existe em João Lisboa o Sindicato de Trabalhadores Rurais com aproximadamente 2.000 associados.

Agricultura Temporária

Entre 2010 e 2019 a área colhida da agricultura temporária diminuiu 38%, a quantidade produzida cresceu 25% e o valor da produção aumentou 95%. Nos hectares colhidos o amendoim cresceu 50%, o feijão 66%, a mandioca 90% e a melancia 25%, enquanto o arroz reduziu seus hectares em 88%, a fava 38%, o milho 29% e o tomate 25%. Nas quantidades produzidas, o amendoim obteve aumento de 333%, o feijão 59%, a mandioca 69%, melancia 231%, o milho 66%, a fava permaneceu estável e o arroz diminuiu 88% e o tomate 33%. No rendimento médio o amendoim obteve variação positiva de 189%, a fava de 60%, a melancia de 165% e o milho 132%; arroz teve variação negativa de 3%, o feijão de 4%, a mandioca de 11% e tomate de 10%. Referente ao valor da produção, o amendoim cresceu 625%, a fava 140%, o feijão 230%, a mandioca 227%, a melancia 410%, o milho 139% e o tomate 51% (**Tabela 92**).

Em 2010, dos 559 hectares colhidos, 50% eram de milho, 36% de arroz, 6% de feijão, 4% de mandioca e 1% para amendoim, fava, melancia e tomate cada. Na quantidade produzida, das 1.008 toneladas, o milho correspondeu a 39%, o arroz a 29%, a mandioca 16%, o tomate a 8%, a melancia 6%, o feijão a 2% e o amendoim e a fava a menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 92**. No valor da produção, dos R\$ 464 mil, 35% foi a cooperação do milho, 27% a do arroz, 19% a do tomate, 6% mandioca e feijão cada, 4% melancia e 1% para o amendoim, assim como para o arroz.

Em 2019, dos 345 hectares colhidos, 58% foram de milho, 17% de feijão, 11% de mandioca, 7% de arroz, 3% de melancia, 2% de amendoim, 1% fava e tomate cada. Nas quantidades produzidas, das 1.263 toneladas, o milho correspondeu com 51%, a mandioca 21%, a melancia 17%, o tomate 4%, o arroz 3%, o feijão 2%, o amendoim 1% e a fava com menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 92**. No valor da produção, dos R\$ 907 mil, o milho contribuiu com 43%, o tomate 15%, a mandioca 13%, a melancia e feijão 11% cada, o amendoim e o arroz 3% cada e a fava com 1%.

Tabela 92 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2109	2010	2109	2010	2109	2010	2109
Amendoim	4	6	3	13	750	2.167	4	29
Arroz	200	25	290	35	1.450	1.400	124	29
Fava	8	5	2	2	250	400	5	12
Feijão	35	58	17	27	485	466	30	99
Mandioca	20	38	160	270	8.000	7.105	30	113
Melancia	8	10	64	212	8.000	21.200	20	102
Milho	280	200	392	650	1.400	3.250	163	390
Tomate	4	3	80	54	20000	18.00	88	133
Total	559	345	1.008	1.263	-	-	464	907

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Não foi possível fazer uma análise da variação da agricultura permanente devido não haver registro dos produtos no ano de 2019.

Em 2010, dos 50 hectares colhidos, 70% estavam ligados à castanha de caju, 12% a banana, 8% ao coco-da-baía e limão cada e 2% a laranja. Das 116 toneladas produzidas (exceto o coco-da-baía, pois é dado em mil frutos, enquanto os demais produtos são dados em toneladas), 83% equivaleram a banana, 9% a castanha de caju, 7% ao limão e 2% a laranja. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 93**. No valor da produção, R\$ 82 mil, 76% foi a participação da banana, 13% a da castanha de caju, 7% a do coco-da-baía e 4% a do limão (**Tabela 93**).

Tabela 93 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	6	-	96	-	16.000	-	62	-
Castanha de caju	35	-	11	-	314	-	11	-
Coco-da-baía*	4	-	0	-	2.500	-	6	-
Laranja	1	-	2	-	2.000	-	0	-
Limão	4	-	7	-	1.750	-	3	-
Total	50	0	-	0	22.564	0	82	0

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

*Mil Frutos

Horticultura

Relacionados à quantidade produzida da horticultura, das 63 toneladas, 37% foram de couve, 32% de alface, 16% tomate, ambos com 5% cebolinha e coentro, 2% maxixe, pimenta, quiabo e rúcula cada. Das 62 toneladas vendidas, 37% eram de couve, 32% de alface, 15% de tomate, ambos com 5% cebolinha e coentro, 2% para o maxixe, a pimenta, o quiabo e a rúcula cada. No valor da produção, dos R\$ 215 mil, 24% foi a contribuição da alface, 22% da couve, 21% a do coentro, 13% da cebolinha, 9% tomate, 5% rúcula, 2% pimenta e 1% para o maxixe e quiabo cada (**Tabela 94**).

Tabela 94 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produtos	Quantidade produzida (Toneladas)	Quantidade vendida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Alface	20	20	51
Cebolinha	3	3	29
Coentro	3	3	45
Couve	23	23	48
Maxixe	1	1	3
Pimenta	1	1	5
Quiabo	1	1	3
Rúcula	1	1	11
Tomate (estaqueado)	10	9	20
Total	63	62	215

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é extensiva e utiliza-se de pastos plantados voltados para o abate e produção dos derivados do leite, especialmente o queijo.

Entre 2010 e 2019 o rebanho municipal cresceu 8%. Com exceção do bovino, que diminuiu 1%, e do bubalino que só foi identificado no ano de 2010, os demais animais obtiveram aumento de: 24% o equino, 51% o suíno, 63% o caprino, 61% o ovino e 71% os galináceos (**Tabela 95**).

Em 2010, das 114.158 cabeças, 80% eram de bovino, 16% de galináceos, 2% de suíno, 1% de ovino e equino cada e menos de 1% para o bubalino e caprino. Em 2019, dos 123.833 animais, 73% eram do rebanho bovino, 20% de galináceos, 3% de suíno, 2% de ovino, 2% de equino e menos de 1% de caprino (**Tabela 95**).

Tabela 95 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidades)	Nº de cabeças (Unidades)
Bovino	90.963	89.892
Bubalino	10	-
Equino	1.599	1.978
Suíno	1.949	3.807
Caprino	320	510
Ovino	1.492	2.452
Galináceos	17.825	25.194
Total	114.158	123.833

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

A produção de origem animal registrada pelo IBGE (2019), foi de 6,684 milhões de litros de leite, 45 mil dúzias de ovos de galinha e 60 quilogramas de mel de abelha. Dos R\$ 6,593 milhões do valor da produção, o leite corresponde a 96%, os ovos de galinha com 4% e o mel de abelha com menos de 1% (**Tabela 96**).

Tabela 96 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	6.684	6.350
Ovos de galinha (mil dúzias)	45	242
Mel de abelha (quilogramas)	60	1
Total	-	6.593

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

Em 2019, o IBGE quantificou três produtos na produção extrativista vegetal: o carvão vegetal, a amêndoa do babaçu e a lenha. Das 459 toneladas produzidas (excluindo-se a lenha, pois é quantificada em metros cúbicos), o carvão vegetal correspondeu a 99% e a amêndoa do babaçu a 1%. No valor da produção, dos R\$ 225 mil, o carvão vegetal participou com 95% e amêndoa de babaçu a 5%; a lenha não obteve valor (**Tabela 97**).

Tabela 97 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Toneladas)	(Metros cúbicos)	
Babaçu (amêndoa)	4	-	11
Carvão vegetal	455	-	214
Lenha	-	28	0
Total	459	28	225

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (2019)

Referente ao babaçu, extrai-se o azeite muito proveitoso na gastronomia local e regional.

A silvicultura obteve uma produção de 16.824 metros cúbicos, no ano de 2019, referente a madeira em tora de eucalipto para papel e celulose. O valor da produção foi de R\$ 898 mil (IBGE, 2019).

Pesca e Aquicultura

A pesca é do tipo artesanal, praticada em ambiente fluvial, utilizando-se rede, anzol, tarrafa e pequenas embarcações denominadas de cascos. O pescado é destinado ao autoconsumo, sendo as principais espécies pescadas o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), o cará (*Satanoperca jurupari*) e o piaú (*Leporinus friderici*).

Referente à aquicultura é voltada para a comercialização no local e no município de Imperatriz. O IBGE (2019), identificou no território municipal a produção de tambacu/tambatinga com 19.100 quilogramas e o valor de R\$ 122 mil.

Indústria

As indústrias existentes são: duas de extração de minerais não metálicos, 35 de fabricação de produtos alimentícios, quatro de produtos têxteis, 19 de confecção de artigos do vestuário e acessórios, uma de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, 28 de produtos de madeira, cinco de impressão e reprodução de gravações, duas de produtos químicos, duas de fabricação de produtos de borracha e de material plástico, 17 de fabricação de produtos de minerais não metálicos, uma de metalurgia, 15 de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, 20 de fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, seis de fabricação de produtos diversos, seis de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, duas de distribuição de energia elétrica, duas de atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, três de coleta de resíduos não perigosos, 34 de construção de edifícios, sete de obras de infraestrutura e 40 de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

O comércio é varejista e atacadista possuindo como polo abastecedor a cidade de Imperatriz e produtos oriundos da zona rural. É composto por quitandas, supermercados, feiras e

um mercado que se concentram especialmente na avenida Imperatriz e na área do Mercado Municipal (**Figura 112**).

Em 2019, haviam 932 estabelecimentos comerciais sendo: 49 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 46 de atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 837 varejistas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Figura 112 – Área do Mercado Municipal



Fonte: IMESC (2018)

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município são a cultura local, a reserva extrativista Mata Grande e o balneário Murajuba.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação há três hotéis e quatro restaurantes.

Os pratos típicos registrados foram a panelada, baião de dois, chambari, cozidão, assado de panela e bife.

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos são representados por bumba meu boi, quadrilhas, dança portuguesa que se apresentam no arraial da cidade no bairro Cidade Novo, com apresentação de danças e bandas.

Outros eventos realizados no município são: Desfile da Independência do Brasil no dia 7 de setembro, aniversário da cidade, festa da padroeira, concurso de beleza, gincanas, uma vaquejada no Parque da cidade, encontros religiosos (Encontro de Casais, Jovens, Legião de Maria – católicos), marcha para Jesus (evangélicos), festival do Milho, feira do Agricultor com exposição de alimentos, cavalgada no mês de janeiro que percorre as ruas da cidade com entrega de premiações e shows, o carnaval e o lava pratos (após o carnaval com dois dias de festa na Avenida Industrial com bandas).

Para o entretenimento o município tem uma biblioteca, uma academia de letras, um teatro municipal, uma escola de música, 27 quadras poliesportivas, 8 campos de futebol, um ginásio e um estádio de futebol ambos com capacidade aproximada de 5.000 mil pessoas e vários bares.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possuindo dois cartórios e delegacia. Faz parte da 58ª zona eleitoral; possuía 18.848 eleitores e 11 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

Predomina no município o catolicismo, com várias capelas espalhadas na zona rural e seis igrejas na sede, com destaque para a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (**Figura 113**), padroeira do município, festejada no dia 20 de julho. Outros festejos católicos são: Santo Antônio, São João, Santa Luzia e São Francisco.

Os principais templos evangélicos são da Assembleia de Deus, Batista, Testemunha de Jeová, Cristão Evangélica, Nova Aliança, Célula e Grão de Mostarda.

Figura 113 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Fonte: IMESC (2018)

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o percentual de católicos foi 74 %, o de evangélicos 19%, sem religião 5% e outras religiões 2% (**Tabela 98**).

Tabela 98 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	14.990
Evangélicos	3.867
Outras religiões	403
Sem religião	1.122
Total	20.382

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é realizado através dos poços artesianos cuja responsabilidade na sede municipal é da CAEMA, enquanto na zona rural são administrados pela prefeitura. Com relação ao esgotamento sanitário existe somente no Centro.

A coleta do lixo é realizada três dias na semana na sede municipal e nos povoados Bom Lugar e Centro dos Carlos, utilizando-se caminhão compactador que deposita os resíduos sólidos em um lixão a céu aberto a 6 km da cidade de João Lisboa.

A distribuição da energia elétrica é de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia com cobertura de toda a sede e 80% da zona rural. De acordo com aquela empresa, dos 21.927.348 Mwh consumidos, 58% foi do usuário residencial, 10% iluminação pública, 9% serviço público, 8% comercial e rural cada, 5% poder público e menos de 1% consumo próprio (**Tabela 99**).

Tabela 99 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	12.633.043
Industrial	628.227
Comercial	1.714.849
Rural	1.712.224
Poder público	1.050.439
Iluminação pública	2.141.381
Serviço público	2.042.327
Consumo próprio	4.858
Total	21.927.348

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

Há no município uma agência do Banco do Brasil, um posto do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios.

Como meio de comunicação de notícias no município, há o Jornal da Gameleira e rádios locais.

Referente ao serviço de telefonia há cobertura das operadoras VIVO, OI, CLARO e TIM. A internet é oferecida pelas empresas Júpiter, IBL e Doranet.

Transporte

A sede de João Lisboa fica a 639 km de distância da cidade de São Luís comunicando-se pelas rodovias BR 135, BR 222, BR 010 e MA 122. Fica também a 12 km de Imperatriz. As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de ônibus, vans, táxis, mototáxis e veículos particulares.

O traslado urbano-rural é realizado por ônibus, vans, táxis, mototáxis e veículos particulares. Na sede municipal, há transporte público “Expresso Metropolitano”, com ônibus que realizam o traslado da cidade de João Lisboa às cidades de Imperatriz e Senador La Rocque. Além de vans, táxis, mototáxis e veículos particulares. O município é atravessado pela ferrovia Norte-Sul.

12 LAJEADO NOVO

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão municipal tem a forma de vaso em U com simulação de alça na parte superior com bordas onduladas, trabalhadas e em cuja haste central (superior) se desfraldam dois cachos de arroz. A parte central (dentro do vaso em U), de forma arredondada com 1,5 cm de raio, é dividido em quatro partes iguais, contendo na parte inferior as iniciais L (abaixo, à esquerda em fundo vermelho) e N (abaixo, à direita em fundo azul) que significa “Lajeado Novo”; na parte superior, à esquerda, a cabeça de um boi (com chifres, em fundo azul) e no alto, à direita, uma espiga de milho parcialmente despalhada, em fundo vermelho, como símbolo de sua economia. A base inferior do brasão, também trabalhada, tem forma de âncora. O criador do brasão foi Pr. Ronilson.



Bandeira

A bandeira municipal é composta de um retângulo com 133 cm de comprimento e 89 cm de largura. As laterais da bandeira, em azul, são formadas por dois triângulos retângulos. A parte em vermelho, sem forma geométrica definida, ocupa todo o espaço compreendido entre os dois triângulos, em azul.

Na parte central da bandeira há um símbolo, possuindo metade amarelo e metade verde. A base sobre o qual se apoia um listel, onde se escreve: LAJEADO NOVO-MA – 01/01/97 (data de instalação do município). Na parte de cima há uma coroa mural. No interior do símbolo, na parte inferior, à esquerda, um cacho de arroz e, à direita, uma espiga de milho semiaberta. No alto, à esquerda, um sol e, à direita uma vaca. O milho, o arroz e a vaca representam as riquezas, a base da economia de Lajeado Novo; o sol representa a fonte de calor e luz a nortear os passos e a iluminar a caminhada do lajeadense; a coroa simboliza alegria real e verdadeira da emancipação e da autonomia política.

Hino

Surgiste no meio dos lajeados
 Nas margens de águas vertentes.
 Do rio Flores e rio Lajeado,
 Tu és exemplo de grande comunhão.

Refrão:

*Lajeado Novo, terra querida,
Lajeado Novo do meu coração
Tuas riquezas te elevam a glória
Trago no peito o teu forte pendão.*

Ao contemplar tua imensa beleza,
Que traz a paz e supremo esplendor.
Lajeado Novo minha cidade bela
Te saudamos com orgulho e muito amor.

Refrão:

*Lajeado Novo, terra querida
Lajeado Novo do meu coração
Tuas riquezas te elevam a glória
Trago no peito o teu forte pendão.*

No teu solo nasceram riquezas
Que orgulham a nossa nação
Que te honra com força e coragem
Lajeado Novo do meu Maranhão.

Refrão:

*Lajeado Novo, terra querida,
Lajeado Novo do meu coração
Tuas riquezas te elevam a glória
Trago no peito o teu forte pendão.*

Letra: Taíze de Sousa Pereira e Daniel Deluck
Correção: Prof. João Parsondas C. Moraes
Música: Daniel Deluck

Localização

O município Lajeado Novo localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Lajeado Novo está na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com o município de Montes Altos; ao Oeste com Ribamar Fiquene e Campestre do Maranhão; ao Sul com Porto Franco e São João do Paraíso; ao Leste com Sítio Novo (**Figura 114**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 57' 47" de latitude e -46°47'04" de longitude; Oeste -47°13'58" de longitude e -06°02'03" de latitude; Sul -06°14'22" de latitude e -46°57'41" de longitude e Leste -46°40'16" de longitude e -06°07'47" de latitude.

Extensão

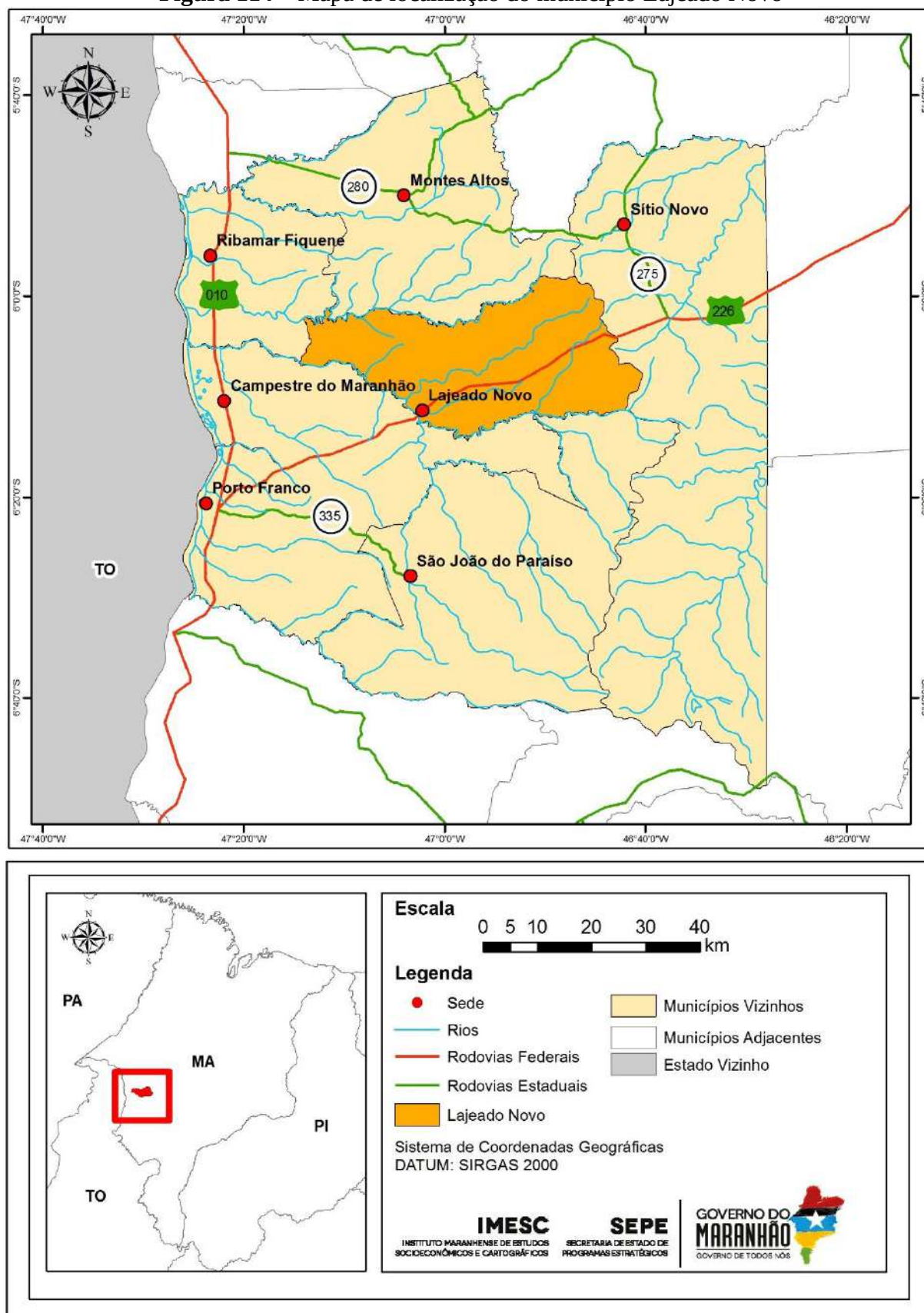
O município ocupa a 96ª posição no ranking estadual em extensão com 1.065,835 km², representando 0,32% do território maranhense. Em relação Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a 10ª posição com 4,11%.

Processo de Ocupação¹³

Atraídos pela fertilidade dos solos e pela abundância das águas dos rios, chegaram na região, em 28 de novembro de 1928, José Benedito da Paixão e Raimunda Pinto Araújo com seu filho de apenas dois anos de idade, Otávio Araújo Paixão, oriundos de Grajaú, que se estabelecem às margens do rio Flores.

¹³ Histórico retirado de MORAES, João Parsondas Carvalho. **Lajeado Novo: sua memória, sua história**. Imperatriz – MA: Ética, 2013.

Figura 114 – Mapa de localização do município Lajeado Novo



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Em 1933, a família de Otávio se instalou e construiu sua casa definitivamente próximo as atuais e frondosas mangueiras, que deram origem a rua da Mangueira, no que viria a ser o núcleo da povoação de Lajeado. Em 1947 chegou João Cardoso, o Caboclo Graxa, fixando residência na chácara Colombo. Em 1959 iniciou-se o desmatamento para a futura construção da BR 226, não despertando o interesse das pessoas, pois o mato se recompusera apagando qualquer sinal da estrada. Em 1951 Otávio Paixão casou-se com Maria de Araújo Santos e geraram: Vilma, Osmar, Jaime, Alcino, Antônio, Raimundo e Dilma Araújo Paixão, todos nascidos em Lajeado Novo. Em 1961, Manoel Paixão, o Manoel Taboca, retornou para o aconchego da família, depois de ter passado uma temporada na Região do Mearim.

O quase total isolamento de Otávio Araújo Paixão e seu obstinado senso de perseverança, a estratégia geográfica adotada na escolha do local, a sua crença na tão sonhada construção da BR 226 e nos benefícios que traria à região, do seu bandeirantismo e ao seu empenho na formação do vilarejo, deram a Otávio o título de fundador de Lajeado Novo.

Em 1972, com o encascalhamento da rodovia sob o comando da BEC e inauguração da ponte sobre o rio Lajeado, cuja obra foi de responsabilidade da Construtora CONCIL é que se verificou o desenvolvimento do povoado de Lajeado Novo. A estrada seria, portanto, o eixo que daria forma à futura cidade. Famílias de várias procedências chegaram a Lajeado, limparam e construíram suas casas ao longo da estrada. A primeira família a chegar foi a de Sebá e irmãos, procedentes de Sítio Novo, e que já ensaiavam os serviços de hotel.

Otávio Paixão rapidamente ergueu um rancho de palha e começou a venda de comida para os passageiros dos ônibus. Posteriormente chegaram a Lajeado Raimunda, Belza, Brasilina, Hilda, Gersão e Gercina, filhos de Raimunda e Domingos Guimarães, oriundos de Sítio Novo.

Em 1973 a Senhora Elvina Gomes Bandeira, dona de uma grande área de terra, resolveu lotear e doar parte de sua propriedade para beneficiar pessoas carentes. Em abril de 1973, Lajeado tinha 38 casas e aproximadamente 150 pessoas. Em outubro do mesmo ano eram 72 casas. Lavradores, criadores de gado, comerciantes, hoteleiros, pedreiros, farmacêuticos e outros foram chegando, com destaque para José Luís, Sodré, João Batista, Valmir, Manoel do Rádio, Pedro Lopes, Delzi e outras famílias, como a do Baixinho. Nesse mesmo ano foi instalada a primeira escola do povoado, João de Barro, na residência do Sr. Dete, na Av. Central, dirigida pela professora Maria Francelina, em nível de alfabetização.

Em 1974, outras pessoas chegaram: Raimundo Fotógrafo, Antenor Cará, Dona Amélia, Osmar Nascimento, Divino e mais tarde Luís Paraná e Chico Boa Vida. Nesse ano, Lajeado já contava com 135 casas no mês de abril e em outubro eram 192 casas e sua população era de

aproximadamente 700 pessoas. Em 1975 o Sr. Carlindo Maciel abriu uma pequena loja de tecidos, foi instalado o ensino fundamental menor completo, na Escola Antônio Teles, em prédio próprio. Em 1976 surgiu mais um hotel de propriedade de Valdery. Em julho de 1975 o povoado de Lajeado possuía 228 e no ano seguinte eram 266 casas e uma população de 1.000 pessoas. Em 1978 o povoado recebeu o primeiro sistema de iluminação, através de um motor diesel. Em 1987 foi inaugurado o posto telefônico e em 1989 foi instalado uma extensão do ginásio no povoado.

Com o desenvolvimento de Lajeado, contando com 383 casas e 1.600 pessoas, a população desejava sua emancipação. Ocorrendo o plebiscito em 29 de junho de 1994, a população votou a favor da sua autonomia política. Lajeado, foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lajeado Novo, pela Lei Estadual nº 6.195, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Montes Altos e instalado em 01 de janeiro de 1997.

A escolha do nome Lajeado Novo se deu pelo impasse entre duas localidades com a mesma denominação e pelo fato de haverem surgido às margens do rio Lajeado. O povoado da BR 010 é mais velho, nasceu primeiro e por isso seu nome Lajeado I. Para diferenciar, o povoado da BR-226 virou Lajeado II. Mas o impasse continuava, a população começou a chamar Lajeado Velho, o da BR 010 e passou a chamar o da BR 226 de Lajeado Novo e assim se deu a origem do nome do município.

Em 03 de outubro de 1996, se realizou a primeira eleição sendo eleito pelo povo o primeiro prefeito de Lajeado Novo, o Sr. Deusdete Pereira dos Santos (1997-2000/2001-2004). Posteriormente, foram eleitos: Antônio Pereira da Silva (2005-2008), Raimundinho Gomes Barros (2009-2012), Edson Francisco dos Santos (2013-2016) e novamente Raimundinho Gomes Barros (2017-2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia das Alpercatas e da Bacia Sedimentar do Grajaú. A primeira, ocupa grande área do município, caracterizando-se como uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos à superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região centro-sudeste do estado do Maranhão. Esta é preenchida pela supersequência jurássica, composta

pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município são predominantes duas formações: a Corda e a Mosquito. A Formação Corda consiste de arenitos avermelhados com granulometria bimodal, em sequências, separadas por superfícies limitantes onde há deposição de argila. O seu ambiente de sedimentação é interpretado como desértico. A Formação Mosquito é composta por basalto preto, amigdaloidal, tholeiítico que eventualmente possui intercalações de arenito; esta ocupa uma pequena área no município (SILVA *et al.*, 2003).

A Bacia Sedimentar do Grajaú teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a uma pequena área representada pelo Grupo Itapecuru.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém, com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município está inserido na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenado pelos vales de vários rios.

O relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para o Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos, nitossolos e neossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos vermelho-amarelo disutófico.

Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixas ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os nitossolos são constituídos por material mineral, com argila, inclusive no horizonte A, que apresenta horizonte B nítico abaixo do horizonte A. O horizonte B nítico apresenta argila de atividade baixa ou atividade alta conjugada com caráter alumínico, ambos na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA). Predominam no município os nitossolos vermelhos distróficos.

Os neossolos são constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando nenhum tipo de horizonte B diagnóstico. Em razão de características inerentes ao próprio material de origem (como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica), seja em razão da influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos

solos. Esses solos são encontrados em pequena quantidade no município, se destacando os neossolos litólicos distróficos e neossolos quatzarênicos órticos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, sendo seu território cortado pelos rios Arrais, com os córregos: Olho d'Água, Espora, Torroada, Traíra, Yu e Tapuio; Lajeado, com os afluentes os rios Flor, Flores, os riachos Santo Antônio, Anujá, Raíz, São Domingos, Florzinha, Laranja, Grotá Funda, Tipitis, Brejo Seco e Barro duro, e os córregos Brejo, Cajá, Vargem Branca, Cascavel, Água Branca, Poção, Papagaio e Buenos Aires.

Vegetação

A vegetação é composta pelo cerrado do tipo florestal e cerrado parque. O cerrado do tipo florestal possui fisionomia típica e característica restrita à áreas areníticas lixiviadas com solos profundos, ocorrendo em um clima tropical eminentemente estacional. Apresenta sinúcias lenhosas de micro e nanofanerófitos, tortuosos com ramificação irregular, providos de macrófitos esclerófitos perenes ou semidecíduos, ritidoma esfoliado corticoso rígido ou córtex maciamente suberoso, com órgãos de reserva subterrâneos ou xilopódios, cujas alturas variam de 6 a 8 m. Em alguns locais, apresenta sinúcias lenhosas de meso e microfanerófitos com altura média superior aos 10 m, sendo muito semelhante, fisionomicamente, a florestas estacionais, apenas diferindo destas na sua composição florística. Não apresenta sinúcia nítida de caméfitos, mas sim relvado hemicriptófito, de permeio com plantas lenhosas raquílicas e palmeiras anãs. Extremamente repetitiva, a sua composição florística reflete-se em uma fisionomia caracterizada por dominantes fanerófitos típicos, como: pequi (*Caryocar brasiliense*), Pau-de-Colher (*Salvertia convallariodora*), sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), pau-terra-de-folhas-grandes (*Qualea grandiflora*); pau-terra-de-folhas-pequenas (*Qualea parviflora*), angico-preto (*Anadenanthera peregrina* L.) e pau-santo (*Kielmeyera coriacea*).

O cerrado parque é constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (IBGE, 2012).

No município encontra-se um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente

descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária e agricultura, caracterizada por culturas temporárias e permanentes.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

O município tem parte de seu território inserido na Terra Indígena Krikati.

Espaço Urbano

O núcleo urbano de Lajeado Novo, começou a se delinear com a construção da BR 226 (**Figura 115**), em uma área plana. Várias residências começavam a surgir ao longo da BR, tendo a rua da Mangueira sua primeira via pública.

Figura 115 – Trecho da BR 226



Fonte: IMESC (2019)

Margeando a BR 226, tem-se a Avenida Central (**Figura 116**), com 1,27km de extensão; possui pavimentação em asfalto, intercalada por canteiro central que a separa da BR, arborizada com árvores frondosas, principalmente mangueiras. Ali distribuem-se vários comércios, restaurantes, escolas, casa lotérica, igrejas evangélicas, posto de combustível e na lateral duas praças, a da Bíblia, toda ajardinada e a Celso Pereira Melo, toda arborizada e ajardinada (**Figura 117**).

Figura 116 – Vista da Avenida Central



Fonte: IMESC (2019)

Figura 117 – Praça Celso Pereira Melo



Fonte: IMESC (2019)

Destaca-se também as ruas Anita Viana e Moisés Bandeira; entre essas duas estão localizados, o centro administrativo municipal, com a praça de eventos e caixa d'água (**Figura 118**), a igreja matriz dedicada a São Francisco de Assis e o hospital municipal ainda em construção e alguns comércios.

Figura 118 – Centro Administrativo de Lajeado Novo



Fonte: IMESC (2019)

Da BR 226 e da Avenida Central, a cidade se expande para ambos os lados, principalmente no sentido Noroeste. As residências em sua maioria são térreas, em alvenaria e com telhado aparente (**Figura 119**). Na Avenida Central, as residências são mistas, abrigando muitas vezes comércios, estas são em sua maioria geminadas e algumas possuem dois pavimentos. Nos demais bairros as residências são um pouco mais separadas e com quintais grandes e arborizados com árvores frutíferas. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com asfalto e bloquetes, mas ainda há várias sem pavimentação.

Os bairros de Lajeado Novo são: Centro, Vila Roque, Marly Sarney e São Francisco.

Figura 119 – Padrão das residências

Fonte: IMESC (2019)

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se nos seguintes povoados, assentamentos e aldeias indígenas.

Povoados: Passagem Boa e Eustácio.

Assentamentos: PA Santa Luzia, PA Três de Agosto ou Lote 7.

Aldeias Indígenas: Raíz e Arraia (Krikati).

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 100** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, as pastagens plantadas em boas condições, matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, lavoura temporária e pastagens plantadas em más condições são as que mais ocupam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quanto à área, dos 57.314 hectares, 49% estavam com as pastagens em boas condições. Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal representaram 25%, sistemas agroflorestais 12%, pastagens plantadas em más condições 6%, lavoura

temporária, matas ou florestas naturais e lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis 3% cada. Não foram disponibilizados a área da lavoura permanente e das pastagens naturais (**Tabela 100**).

Tabela 100 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	20	
Lavouras temporárias	413	1.612
Pastagens naturais	3	
Pastagens plantadas em boas condições	619	28.043
Pastagens plantadas em más condições	109	3.453
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	498	14.083
Matas ou florestas naturais	37	1.585
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	76	6.680
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	644	1.858
Total	-	57.314

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, ocuparam 691 estabelecimentos. Destes, 88% eram de proprietários, 9% de concessionários ou assentados que aguardavam titulação definitiva, 2% de parceiros, arrendatários, ocupantes e comandatários representaram menos de 1% cada.

Em relação aos 55.997 hectares, os proprietários corresponderam a 96%, concessionário ou assentado que aguardavam titulação definitiva 3%, parceiro 1%. Não foram disponibilizados os dados da área do arrendatário, comandatário e ocupante. Também não foi registrado a presença de produtor sem área no município (**Tabela 101**).

Tabela 101 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	607	53.692
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	60	1.920
Arrendatário	2	-
Parceiro	17	385
Comandatário	3	-
Ocupante	2	-
Total	691	55.997

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 6.923 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Lajeado Novo ocupava a 196ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,11% da população do Estado. Em termos regionais, situava-se na 17ª posição em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 1,36%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM foi de 0,589 ocupando a 74ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população foi de 7.602 habitantes. Sua densidade demográfica é de 7 hab./km²; quem nasce no município é denominado de lajeadense.

No decênio de 2000 a 2010 a população de Lajeado Novo apresentou uma taxa de crescimento de 21%. Nesse mesmo intervalo a população urbana teve aumento de 61% e a população rural diminuiu 0,27%. Nesse período, a população masculina e a feminina aumentaram 21% cada.

Em relação ao gênero, no ano de 2000 e 2010, a população masculina representou 52% e a feminina, correspondeu a 48% da população. Quanto à população urbana, em 2000, representou 35% e a rural 65%; em 2010, há uma inversão nos percentuais, a população rural é um pouco mais representativa, com 54% e a população urbana equivaleu a 46% (**Tabela 102**).

Tabela 102 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	1.978	3.194
Rural	3.739	3.729
Masculina	2.986	3.624
Feminina	2.731	3.299
Absoluta	5.717	6.923

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 15 escolas, destas, quatro estão na cidade e 11 na zona rural. Possui creche, pré-escola e ensino fundamental, funcionando nos períodos matutino e vespertino, possuindo um total de 1.765 alunos, desses 1.100 estudavam na cidade e 665 na área rural. O corpo docente é de 145 professores, destes, 73 possuíam ensino superior completo e 72 o magistério. Há também a Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando no período noturno.

O município dispõe de uma biblioteca, quatro salas de leitura e distribuição de merenda escolar, utilizando produtos locais. Há transporte escolar, com 12 ônibus e seis laboratórios de informática.

Em relação à educação estadual (**Figura 120**), há uma escola na sede com sete salas, com funcionamento no período vespertino e noturno, com 336 alunos matriculados e um total de 12 professores.

A educação profissional fica por conta do Instituto Fortaleza, oferecendo os cursos de técnico de enfermagem, magistério e segurança do trabalho.

O ensino superior é particular, da instituição UNITA, oferecendo o curso de Educação Física, nas férias e fins de semana.

Figura 120 – C. E. Prof. Carlos Alberto Monteiro de Macedo



Fonte: IMESC (2019)

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é a Unidade Básica de Saúde Martins Pimentel (**Figura 121**) que disponibiliza dois leitos no setor de urgência e emergência. Nesta UBS são realizadas consultas, aferições e suturas. Além da UBS, o município conta com dois Postos de Saúde e mais uma UBS. Entretanto, está em fase de construção no município um hospital com 20 leitos.

Figura 121 – Unidade Básica de Saúde Martins Pimentel



Fonte: IMESC (2019)

O município tem três ambulâncias, que em casos mais graves, os pacientes, são transferidos para a cidade de Porto Franco. Compõe a equipe de saúde: três enfermeiros e oito técnicos de enfermagem.

O programa Estratégia da Saúde da Família – ESF, tem três equipes, com três médicos, três enfermeiros e três técnicos ou auxiliares de enfermagem. Faz parte do ESF, duas equipes de saúde bucal, compostas por dois dentistas e dois auxiliares de consultório dentário. As doenças mais frequentes atendidas pelo ESF são as viroses, gastroenterocolite aguda e febre. Quanto à distribuição de medicamentos funciona a Farmácia Básica.

O município conta com 18 agentes de saúde, destes, seis trabalham na área urbana e 12 na zona rural. Além desses, há cinco agentes de vigilância epidemiológica e três agentes de vigilância sanitária.

Há no município um Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), com farmacêutica, assistente social, nutricionista, psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta.

Além desses programas, funciona o Conselho Tutelar e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Neste centro, são desenvolvidos os seguintes programas: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), atendendo 200 pessoas; Benefício de Prestação Continuada (BPC), atendendo 121 idosos e 75 deficientes; Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família, atende 300 famílias por mês e faz 150 visitas domiciliares por mês; Criança Feliz, com 200 famílias; outros programas desenvolvidos pela assistência social são: bolsa família, tarifa social de energia elétrica, carteira do idoso, isenção de taxa de

concurso, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa Nacional de crédito fundiário, escolinha de futebol, zumba, isenção de taxa de carteira, busca ativa de povos tradicionais e populacionais para serem incluídos no cadastro do Cad Único, cheque gestante, auxílio funeral com traslado e distribuição de cestas básicas.

Economia

O município ocupava em 2018 a 172ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 70,457 milhões, correspondendo a 0,08% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 47,304 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 17,110 milhões, o industrial com R\$ 2,404 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 3,638 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 263,20 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante e mecanizada voltada para a subsistência e comércio. Há no Sindicato de Trabalhadores Rurais aproximadamente 1.000 cadastrados, mas apenas 714 são registrados. A produção se baseia na produção de arroz, mandioca, melancia e hortaliças, com destaque para o tomate e o inhame, tendo os povoados de Santa Luzia e 3 de agosto como principais produtores. A produção de soja e milho é mais comercial, sendo exportada para Imperatriz, Grajaú, Porto Franco e Barra do Corda.

Agricultura temporária

Oito produtos são representativos na agricultura temporária de Lajeado Novo: arroz, fava, feijão, mandioca, melancia, milho, soja e tomate.

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção aumentaram 136%, 44% e 281%, respectivamente. No período mencionado, a área colhida do arroz diminuiu 93%, a do feijão 38%, a da mandioca 88%; a do tomate aumentou 33%. Referente a quantidade produzida, arroz diminuiu em 93%, a do feijão 36% e da mandioca 76% e a do tomate 11%. No rendimento médio, houve aumento no arroz de menos de 1%, no feijão de 5% e na mandioca de 33%; o tomate diminuiu de 33%. Quanto ao valor da produção, o arroz, e a mandioca desvalorizaram-se 88% e 50% respectivamente, enquanto o feijão cresceu 52% e

o tomate 26%. A fava, a melancia, o milho e a soja, não foram analisados, pois aparecem em anos distintos (**Tabela 103**).

Em 2010, dos 291 hectares colhidos, 62% foram de arroz, 24 % de mandioca, 9% de feijão e 5% de tomate. Das 1.487 toneladas produzidas, 40% eram de mandioca, 30% de tomate, 29% de arroz e 1% de feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 103**. No valor da produção, dos R\$ 883 mil, o tomate participou com 59%, o arroz com 26%, a mandioca com 13% e o feijão com 2%.

Em 2019, dos 924 hectares de área colhida, a soja ocupou 69%, o milho 22%, o feijão, a mandioca, a melancia e o tomate 2% cada, o arroz 1% e a fava menos de 1%. Relacionada a quantidade produzida, das 3.502 toneladas, a soja participou com 46%, o milho 29%, o tomate 11%, a melancia 9%, a mandioca 4%, o arroz 1%, a fava e o feijão com menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 103**. Para o valor da produção, dos R\$ 3,365 milhão, a soja contribuiu com 55%, o tomate com 19%, o milho com 17%, a melancia com 4%, a mandioca com 2%, o arroz e o feijão com 1% cada, a fava menos de 1%.

Tabela 103 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	180	13	428	31	2.377	2.385	226	26
Fava	-	3	-	1	-	333	-	7
Feijão	26	16	14	9	538	563	21	32
Mandioca	70	14	595	142	8.500	10.143	119	60
Melancia	-	17	-	321	-	18.882	-	144
Milho	-	203	-	1000	-	4.926	-	588
Soja	-	638	-	1.598	-	2.505	-	1.856
Tomate	15	20	450	400	30.000	20.000	517	652
Total	291	94	1.487		-	-	883	3.365

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida e o valor da produção aumentaram 2% e 17% respectivamente, enquanto a quantidade produzida diminuiu 21%. No aludido intervalo, à área colhida da banana aumentou em 5% e a do mamão diminuiu 70%; na quantidade produzida a banana decresceu 17% e o mamão 74%; o rendimento médio tiveram diminuição de 11% a banana e de 17% o mamão; no valor da produção obteve crescimento positivo a banana com 25% e negativo o mamão 69%. A laranja não foi analisada, pois se apresenta em anos distintos (**Tabela 104**).

Em 2010, dos 125 hectares de área colhida, 84% foram ocupados com banana e 16% com mamão. Das 2.505 toneladas produzidas, a banana participou com 88% e o mamão com 12%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 104**. Dos R\$ 1,482 milhão do valor da produção, a banana contribuiu com 89% e o mamão 11%.

Em 2019, dos 128 hectares colhidos, 86% foram relacionados a banana, 9% a laranja e 5% ao mamão. Das 1.975 toneladas, 93% foram de banana, 4% de mamão e 3% de laranja. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 104**. Dos R\$ 1,738 milhão, a banana contribuiu com 95%, o mamão com 3% e a laranja com 2%.

Tabela 104 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Hectares)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	105	110	2.205	1.832	21.000	16.655	1.323	1.649
Laranja		12		66		5.500		40
Mamão	20	6	300	77	15.000	12.833	159	49
Total	125	128	2.505	1.975	-	-	1.482	1.738

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas e vendidas 286 toneladas de produtos oriundos da horticultura, sendo que o tomate (estaqueado) representou 51%, o inhame 17%, o milho verde 15%, o pimentão 14%, a alface, a cebolinha e o coentro representaram 1% cada.

Desta produção, foram contabilizados um valor de R\$ 418 mil, destes, 38% foram referentes ao tomate (estaqueado), 23% ao inhame, 14% ao pimentão e ao milho verde cada, 5% a alface e 3% o coentro e a cebolinha cada (**Tabela 105**).

Tabela 105 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	3	3	22
Cebolinha	4	4	11
Coentro	4	4	11
Inhame	48	48	98
Milho Verde	43	43	60
Pimentão	39	39	57
Tomate (estaqueado)	145	145	159
Total	286	286	418

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é a principal atividade econômica no município, sendo o rebanho bovino o mais importante, com criação intensiva em pastos plantados, destinado para o abate e produção de leite.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 24%, apresentado as seguintes variações: bovino 16%, equinos -47%, suíno 35%, caprino -34%, ovino -17%, galináceos 49%. Não foi analisado o rebanho bubalino, pois esse aparece em anos distintos. Em 2010, das 71.943 cabeças, 61% eram de bovinos, 30% de galináceos, 4% de equinos, 3% de suínos e ovinos cada e o caprino representou menos de 1%. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 88.919 animais, com 57% de bovinos, 36% de galináceos, 3% suíno, 2% ovino, 1,5% equino, bubalino e caprino representaram menos de 1% (**Tabela 106**).

Tabela 106 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	43.799	51.021
Bubalino	-	36
Equino	2.536	1.348
Suíno	2.173	2.934
Caprino	70	46
Ovino	1.936	1.611
Galináceos	21.429	31.923
Total	71.943	88.919

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal, em 2019 foram produzidos 3,491 mil litros de leite com valor de produção de R\$ 3,177 milhões e 48 mil dúzias de ovos de galinha com valor de produção de R\$ 406 mil. Somados contabilizaram R\$ 3,583 milhões, dos quais 89% refere-se ao leite e 11% aos ovos de galinha.

Extrativismo

Em 2019, foram produzidas 48 toneladas de carvão vegetal e 363 metros cúbicos, com as seguintes participações: lenha com 340 e madeira em tora com 23, representando, respectivamente 94% e 6%.

O valor da produção foi R\$ 34 mil, com as seguintes participações: carvão vegetal 73%, lenha 15% e madeira em tora 12% (**Tabela 107**).

Tabela 107 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Tonelada)	(Metros Cúbicos)	
Carvão Vegetal	48	-	25
Lenha	-	340	5
Madeira em Tora	-	23	4
Total	48	363	34

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Pesca e Aquicultura

A pesca é praticada em ambiente fluvial, principalmente no rio Lajeado. A pescaria é artesanal, utilizando canoas, anzol, linha e pequenas redes, voltada apenas para a auto alimentação. As principais espécies são o piau (*Leporinus friderici*), mandi (*Pimelodus blochii*) e o pacu (*Mylossoma* sp.).

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 8.970 quilogramas, das quais tambacu, tambatinga corresponderam a 4.850 quilogramas e tambaqui 4.120 quilogramas representando 54% e 46% respectivamente. Quanto ao valor de produção que foi de R\$ 59 mil, o tambacu, tambatinga contribuíram com R\$ 32 mil e o tambaqui com R\$ 27 mil, representando, respectivamente, 54% e 46%.

Indústria

Encontra-se no município um total de 17 indústrias, sendo: uma de extração de minerais não metálicos, nesse caso, extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado; quatro de produtos alimentícios, sendo: uma de fabricação de conserva de frutas e três de produtos de panificação; uma de estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário; duas de produtos de madeira; uma de produtos cerâmicos; duas de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; duas de móveis; duas de coleta de resíduos não perigosos e duas de construção de edifícios (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

A principal área comercial é a Avenida Central e as margens da BR-226. O comércio é primordialmente varejista, representado por quitandas, supermercados e feiras, abastecidos com produtos oriundos principalmente de Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia

(2019), há no município 185 estabelecimentos comerciais, sendo: 18 de reparação de veículos automotores e motocicletas; dois de atacado e 165 varejistas.

Turismo

Um dos principais atrativos turísticos encontrados no município é o natural com destaque para o rio Lajeado que corta a cidade (**Figura 122**) e cultural com as cavalgadas.

A culinária tem como prato principal a galinha caipira. O município dispõe de duas pousadas e uma hospedaria.

Figura 122 – Rio Lajeado, próximo à sede municipal



Fonte: IMESC (2019)

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta das quadrilhas juninas.

Os principais eventos que ocorrem no município são: cavalgada, ocorrem duas no município, sendo uma na sede, ocorrendo no último fim de semana de junho e mais uma no povoado Passagem Boa, no primeiro fim de semana de julho, além do desfile de cavaleiro e amazonas pelas ruas, há também shows com apresentação de artistas locais e nacionais; festas juninas, ocorrem na Praça de eventos durante 10 dias, com montagem de barracas para venda de comidas e bebidas típicas, apresentação de danças típicas e shows e concurso da rainha

caipira; 7 de setembro; aniversário da cidade; festejo do padroeiro São Francisco de Assis no dia 4 de outubro.

Em relação ao entretenimento, existem duas quadras poliesportivas, um campo de futebol, um estádio de futebol (**Figura 123**), quatro restaurantes, uma lanchonete, 11 bares, uma banda de música ou fanfarra e uma biblioteca.

O ritmo mais apreciado é o forró.

Figura 123 – Estádio de Futebol “O Pereirão”



Fonte: IMESC (2019)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade um cartório e um posto policial, há guarda municipal. Corresponde a 46ª zona eleitoral, com registro de 5.359 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2020). Em relação à segurança pública os delitos mais comuns são os que envolvem as drogas.

Religião

A religião predominante é o catolicismo e a evangélica. O principal templo católico é a Igreja Matriz de São Francisco de Assis (**Figura 124**) padroeiro do município; além deste

templo há mais quatro na área rural. Além do festejo do padroeiro, outros importantes festejos são: Santa Luzia, São Lucas, São Miguel e São Raimundo Nonato.

Os evangélicos, possuem oito templos na cidade e dois na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista e Adventista do Sétimo Dia.

Figura 124 – Igreja Matriz de São Francisco de Assis



Fonte: IMESC (2019)

Dos 6.923 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 71% se declararam católicos, 22% evangélicos e 6% sem religião; espíritas, outras religiões e não determinado, representaram menos de 1% cada (**Tabela 108**).

Tabela 108 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	4.928
Evangélicos	1.547
Espírita	3
Outras Religiões	12
Sem religião	427
Não determinado	6
Total	6.923

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população possui fossas sépticas. Quanto a coleta de lixo, é realizada todos os dias da semana na sede e uma vez

na semana na zona rural, o lixo é transportado em caçambas e depositado em um lixão a céu aberto a 4 km da sede.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2017, o consumo de energia registrado foi de 4.920.310 Mwh distribuídos em: 58% residencial, 22% rural, 6% comercial, poder público e iluminação pública cada, 2% serviço público e industrial representou menos de 1% (**Tabela 109**).

Tabela 109 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	2.831.627
Industrial	23.225
Comercial	299.135
Rural	1.062.989
Poder público	313.928
Iluminação pública	307.198
Serviço público	82.208
Total	4.920.310

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2017)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por um posto do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura da operadora CLARO, linha fixa de telefonia da OI e internet oriunda da Rosinet.

Como meio de comunicação local, o município possui uma rádio comunitária.

Transporte

A cidade de Lajeado Novo localiza-se a 671 km da capital São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135 e 226. Fica também a 142 km de Imperatriz. As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de vans e táxi lotação.

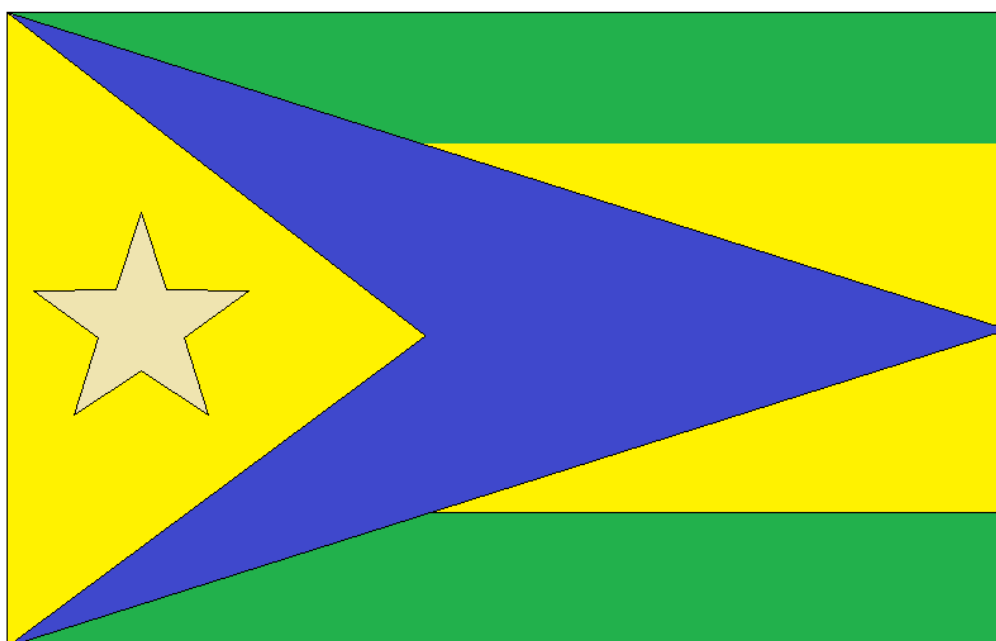
O traslado urbano – rural é realizado por táxi lotação e veículos particulares. Na cidade o transporte se dá através de veículos próprios e táxis.

13 MONTES ALTOS

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

(Refrão)

*Oh Montes Altos terra querida
Que se ergue gentil e altaneira
Por ti daremos a nossa vida (bis)
Terra adorada e hospitaleira (bis)*

O teu brasão é grande e fanal
Que ilumina a tua geração
Na conquista de um puro ideal
Na suprema luta em comunhão

(Refrão)

*Oh Montes Altos terra querida
Que se ergue gentil e altaneira
Por ti daremos a nossa vida (bis)
Terra adorada e hospitaleira (bis)*

Em nossas mãos está o teu porvir
De que se orgulha a tua mocidade
Nós queremos sempre te servir
Com garbo, esperança e lealdade

(Refrão)

*Oh Montes Altos terra querida
Que se ergue gentil e altaneira
Por ti daremos a nossa vida (bis)
Terra adorada e hospitaleira (bis)*

Localização

O município Montes Altos localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Montes Altos está na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com o município Buritirana; ao Oeste com Ribamar Fiquene e Governador Edison Lobão; ao Sul com Lajeado Novo; ao Leste com Amarante do Maranhão e Sítio Novo (**Figura 125**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 37' 29" de latitude e -46°56'45" de longitude; Oeste -47°20'42" de longitude e -05°49'10" de latitude; Sul -06°03'05" de latitude e -46°59'14" de longitude e Leste -46°46'31" de longitude e -05°54'40" de latitude.

Extensão

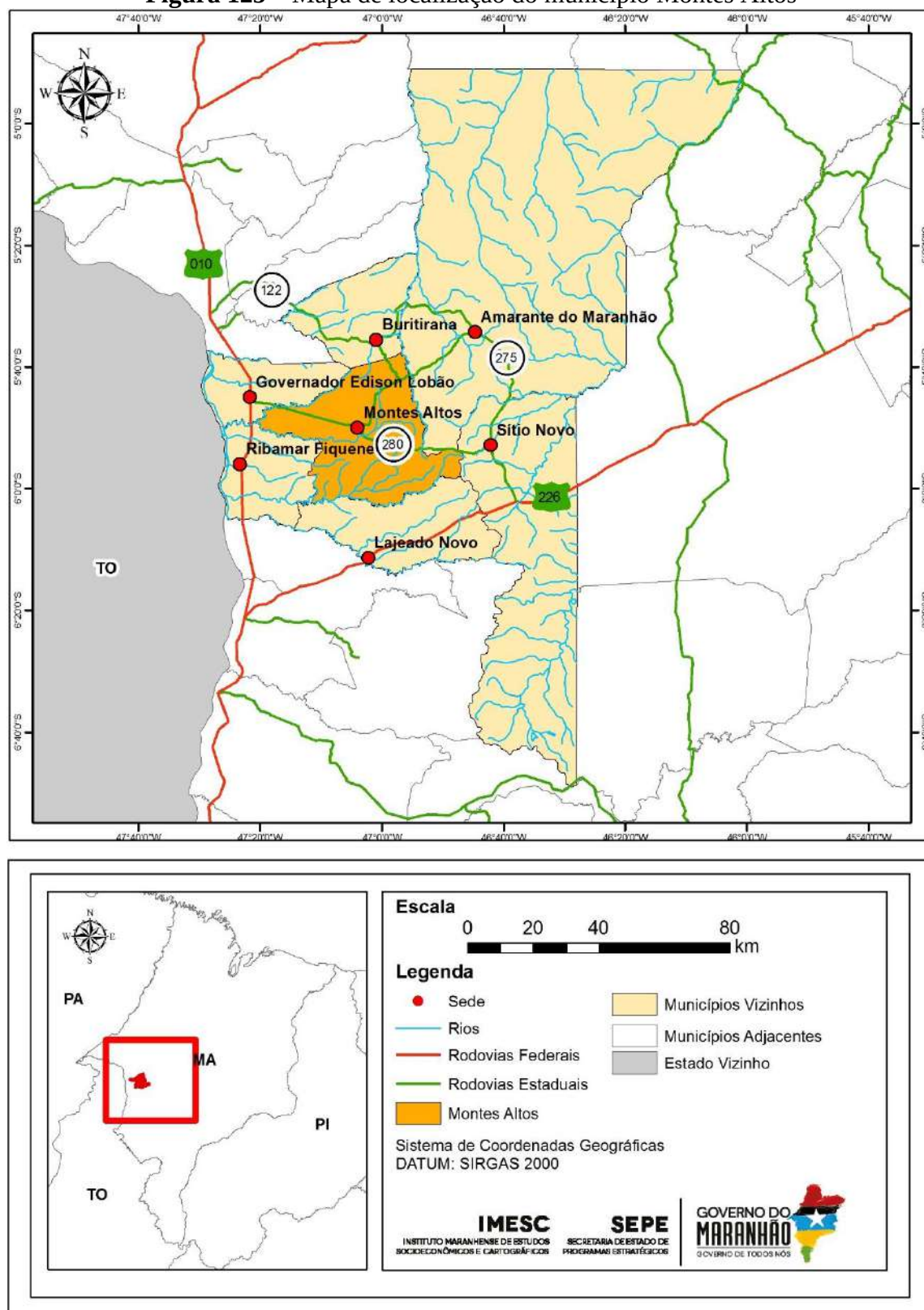
O município ocupa a 63ª posição no ranking estadual em extensão com 1.488,513 km², representando 0,45% do território maranhense. Em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a 4ª posição com 5,74%.

Processo de Ocupação¹⁴

A história do município de Montes Altos remonta ao ano de 1898, quando, nas imediações do local onde está edificada a cidade, um senhor de nome Quintiliano José Tavares, vulgo “Sabugosa”, oriundo de Nova Iorque – MA e sua esposa Dionísia Tavares Ribeiro, Doninha, atraídos pela fertilidade do solo e pelas vertentes de água, iniciaram uma pequena lavoura de cana-de-açúcar na atual bacia do açude, que ampliado mais tarde, desceu pelo grota do Angical até as proximidades do podói, cujo beneficiamento levantou um engenho de madeira em 1900. Quintiliano limitou-se ao fabrico do mel, da rapadura, tipo tijolo e a tentativa do fabrico de açúcar. Foi seguido por seus irmãos Domingos, Bernardino, Ricardo e Sebastiana Tavares e, ainda, seu sogro Bernardino Ferreira Feitosa, Sérgio Batalha e Manoel Ribeiro que também se estabeleceram na região.

¹⁴ Histórico retirado de MORAES, João Parsondas de Carvalho. **Saganossa**: a história. Imperatriz – MA: Ética, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V.15.

Figura 125 – Mapa de localização do município Montes Altos



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Quintiliano, para fazer parar por ali, pelo menos os boiadeiros com destino a Imperatriz, construiu um rodeador para acomodar o gado e um galpão para hospedar os boiadeiros.

Existia ali seis casas e nos arredores, bem próximo, residiam Manoel Galinho, Manoel da Mota e seu irmão Bento, Ricardo e Lúcio Santana, todos investindo na plantação de cana e fabrico de rapadura-tijolo e cachaça em engenhos rústicos de madeira, tachos de cobre e alambiques de destilação quase à base do improvisado. O isolamento não era pleno. Nos arredores, antigos lavradores e criadores de gado habitavam a região.

Com a primeira produção, o desenvolvimento do povoado logo se fez sentir. A bebida, os boiadeiros e vaqueiros chamaram a atenção de mulheres de vida livre, o que deu margem a tornar-se o ponto de convergência de rapazes, filhos de criadores vizinhos em constantes libações alcoólicas, aproveitando a excelência do lugar.

O nome dado provavelmente ao lugar por Quintiliano foi “Morros”. Por questionamentos dos moradores, boiadeiros e vaqueiros o lugar passou a se chamar Monte Alto, nome que se popularizou. Pela quantidade de morros que circundavam o local e pelo fator geográfico da elevada altitude, passou a ser Montes Altos (**Figura 126**).

Figura 126 – “Os Montes Altos”



Fonte: IMESC (2018)

De 1907 a 1908 chegou a Montes Altos a linha telegráfica do traçado do Engenho Central, hoje Pindaré-Mirim, à antiga cidade de Boa Vista, hoje Tocantinópolis, no vizinho Estado de Goiás, obedecendo à orientação técnica dos engenheiros Farias e Elpídio de Sá Chuva, auxiliados por Pedro Martins Ferreira e mais outros. Nesse ínterim, foi instalado um posto telefônico, para verificação do estado das linhas, que após a construção do ramal de Imperatriz, foi transformada em estação telegráfica dotada de aparelho Morse, sendo seu

primeiro operador o telegrafista José Guimarães, isto em 1912, quando havia sido concluída a linha-tronco.

Foi necessária, como consequência imediata desta realização, a localização de guardafios, os quais passaram a residir em Montes Altos com a respectiva família. O progresso da população foi aumentando, surgindo, daí, os dois primeiros comerciantes, senhores Deocleciano Miranda e Orfileno Marinho. Foi tentada, também, a criação de uma escola primária, de pouca duração.

O ambiente de intranquilidade era pouco propício para iniciativa dessa natureza. Até mesmo o comércio foi forçado a suspender suas atividades. Não havia nenhuma garantia, campeando desordens e abusos de toda a espécie.

A constituição de autoridades públicas era indispensável. Assim é que o Sr. José Joaquim de Moraes foi nomeado Inspetor de Quarteirão, o qual, não dispondo de força e talvez aptidão para o cargo, foi substituído pelo Sr. Fabrício de Souza Ferraz, recém-chegado ao local.

A atividade desse senhor marcou uma segunda etapa na história do pequeno povoado, pois era enérgico, tolerante, mantendo, assim, a ordem e clima de respeito sem abuso e sem perder a autoridade. Surgiram novas tentativas no campo comercial e a reorganização de uma nova escola primária, os quais deram bons resultados. O próprio Sr. Fabrício abriu sua casa comercial que funcionou durante vários anos.

Novos moradores chegaram a esse tempo, destacando-se o Sr. Pedro Viana de Carvalho, que se estabeleceu com casa comercial. O povoado entrou em nova fase de desenvolvimento. As primeiras tentativas em matéria de edificações foram tomadas.

Foi delineada uma praça central e duas ruas começavam a ser alinhadas. O comércio prosperou; novos comerciantes surgiram e o ambiente social firmou-se definitivamente. A construção de uma capela, na qual seria cultuada a Senhora Santana, foi cogitada. Constituiu-se, com essa finalidade, uma comissão encarregada de angariar meios pecuniários e, ao mesmo tempo, dar início à obra, da qual era presidente o Sr. Evaristo Gomes, tomando parte, ainda, os Srs. Fabrício Ferraz, Durval Moraes e Pedro Viana de Carvalho. A capela foi construída em tempo relativamente curto e ainda hoje celebra-se, nela, o maior festejo do ano, em honra à padroeira do local – Senhora Santana.

Só em 1949 a povoação foi elevada à categoria de vila, que jamais chegou a ser instalada pelas autoridades de Imperatriz. Permaneceu, nessa situação, até 8 de setembro de 1955, quando a Lei nº 1.354, do Governador Eugênio Barros, criou o novo município de Montes Altos, elevando-o à categoria de cidade. A instalação, entretanto, só teve lugar no dia 22 de dezembro daquele ano, quando foi empossado o primeiro prefeito nomeado, Sr. Pedro Viana de Carvalho.

Realizadas as eleições municipais regularmente, no dia 10 de junho de 1956, foi eleito, como candidato único, o Sr. Euclides Carneiro Neiva, que foi empossado pelo Juiz de Direito da Comarca, Dr. José Antônio de Almeida e Silva, no dia 28 de julho do mesmo ano.

Pelo Acórdão do Superior Tribunal Federal de 02 de setembro de 1957 (Representação nº 294) o município foi extinto, sendo seu território anexado ao município Imperatriz, como simples distrito.

Pela Lei Estadual nº 1.607, de 14 de junho de 1958 foi novamente elevado à categoria de município com a denominação de Montes Altos, desmembrado de Imperatriz e instalado em 31 de janeiro de 1959.

Com o retorno de Montes Altos à condição de município, retornou ao poder municipal o Sr. Euclides. Posteriormente foi eleito Josino Gomes Bandeira para o período de 1959 a 1963. Por impasses políticos e vacância do cargo, assumiu o executivo local, a então Presidente da Câmara, a senhora Adenice Miranda Viana no ano de 1964. No ano seguinte, 1965, o novo Presidente da Câmara, Raimundo Gomes de Sousa completou mais um mandato tampão (interino) frente à Prefeitura. No ano de 1966, o Tribunal Regional Eleitoral decidiu em favor de Venâncio Gomes de Sousa, que tomou posse e ficou no governo até 30 de janeiro de 1969. Posteriormente elegeu-se Gustavo Gomes Moraes (01/02/1969 a 31/01/1973), Vanderly Ferraz de Sousa (01/02/1973 a 31/01/1976), Eurival Gomes (01/02/1977 a 31/01/1983), Vanderly Ferraz de Sousa (1983 a 1988), Nelson Ricardino Castilho (1989 a 10/10/1991), que renunciou e assumiu o vice Fabrício Barros Ferraz em 10/10/1991, que foi cassado pelo Estado em 20 de novembro de 1991. Assumiu como interventor municipal o Sr. Dr. José Martins Jorge Neto, também, cassado, em 13 de fevereiro de 1992. Um novo interventor assumiu, Francisco Fiim de Assis Pereira da Silva (14/02/1992 a 31/12/1992). Nova eleição municipal se processou e foi eleita Mirilandes Jales (1993 a 1996) e posteriormente Patrícia Maciel Ferraz Castilho (1997 a 2000), Adiel Albuquerque de Sousa (2001 a 2004), Patrícia Maciel Ferraz Castilho (2005 a 2008), Valdevino Rocha Silva (2009 a 2012/ 2013 a 2016) e Ajuricaba Sousa de Abreu (2017 a 2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserido na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia das Alpercatas e da Bacia Sedimentar do Grajaú. A primeira ocupa grande área do município, caracterizando-se como

uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos a superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região centro-sudeste do estado do Maranhão. Esta é preenchida pela supersequência jurássica, composta pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município são predominantes duas formações: a Corda e a Mosquito. A Formação Corda consiste-se de arenitos avermelhados com granulometria bimodal, em sequências separadas por superfícies limitantes onde há deposição de argila. O seu ambiente de sedimentação é interpretado como desértico. A Formação Mosquito é composta por basalto preto, amigdaloidal, tholeiítico que eventualmente possui intercalações de arenito; esta ocupa uma pequena área no município (SILVA *et al.*, 2003).

A Bacia Sedimentar do Grajaú teve início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a duas unidades principais: Grupo Itapecuru e Formação Grajaú.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico. A Formação Grajaú, é representada por arenitos amarelos friáveis e arenitopo do platô de Grajaú.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município está inserido na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, sendo representado por vasta superfície de aplainamento pontilhado por relevos

residuais sob a forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenado pelos vales de vários rios.

Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para o Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município são representados pelos latossolos, argissolos, plintossolos e vertissolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos amarelos distróficos e latossolos vermelho-amarelo distrófico.

Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixas ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os plintossolos compreendem solos minerais formados sob condições de restrição à percolação da água sujeitos ao efeito temporário de excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados, e se caracterizam fundamentalmente por apresentar

expressiva plintitização com ou sem petroplintita. No município há ocorrência dos plintossolos argilúvicos eutróficos.

Os vertissolos são constituídos por material mineral apresentando horizonte vértico e pequena variação textural ao longo do perfil, insuficiente para caracterizar um horizonte B textural. Apresentam pronunciadas mudanças de volume com o aumento do teor de água no solo, fendas profundas na época seca e evidências de movimentação da massa do solo sob a forma de superfícies de fricção. Os que mais se destacam são os vertissolos ebânicos órticos.

Hidrografia

O município faz parte das bacias hidrográficas do rio Pindaré e do rio Tocantins, sendo seu território cortado pelos rios Campo Alegre, Clementino, Arraias, riachos da Posse, Extrema, Tapuio, córregos Faveira, Grota Funda, Ribeirão do Campo, Grota d'Água e Ribeira São Francisco.

Vegetação

A vegetação é composta pelo cerrado arborizado e cerrado parque. O primeiro tipo se caracteriza por apresentar uma fisionomia nanofanerofítica rala e outra hemicriptofítica graminoide contínua. O segundo tipo é constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (IBGE, 2012).

No município encontra-se um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do

ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

O município tem parte de seu território inserido na Terra Indígena Krikati.

Espaço Urbano

A cidade de Montes Altos se concentra quase totalmente ao Norte da MA 280. Ao adentrar seu espaço urbano (**Figura 127**) pela referida rodovia, a mesma se bifurca, formando a Avenida Raimundo Barros e a rua Aristides de Sousa, nome dado a MA quando esta percorre a cidade.

Figura 127 – Vista parcial da cidade de Montes Altos



Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Altos (2017)

A avenida principal da cidade é a Fabrício Ferraz (**Figura 128**), com 560 metros de extensão. Possui pavimentação toda em bloquetes hexagonais, canteiro central, arborizado com mangueiras frondosas, nessa distribui-se alguns comércios, posto bancário, correio, cartório, posto de saúde. No início dessa via encontra-se um busto em homenagem a Fabrício Ferraz. Ladeando a mesma encontram-se várias residências térreas de aparência antiga, geminadas e de fachada com platibanda.

Figura 128 – Avenida Fabrício Ferraz

Fonte: IMESC (2018)

Destaca-se também a Avenida Senador La Rocque, toda pavimentada com asfalto, com canteiro central. Nesta, distribuem-se várias residências térreas, com calçadas arborizadas com árvores frondosas. Próximo a esta avenida localizam-se algumas casas antigas, a delegacia, a praça de Santana (**Figura 129**) toda ajardinada e arborizada, com fonte em forma de cascata, a igreja matriz com a torre de Pisa, o açude e a praça do Angical. Outra praça importante é a Abraão Lima de Carvalho.

Figura 129 – Praça de Santana e detalhe da Avenida Senador La Rocque

Fonte: IMESC (2018)

As residências em sua maioria são térreas, em alvenaria e com telhado aparente, são um pouco afastadas uma das outras e muitas possuem quintais arborizados. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com asfalto e bloquetes, além de outras apenas piçarradas.

Os bairros de Montes Altos são: Centro, Vila João Alberto, Vila Angical, Goiás, Vila Vaquejada, Corcovado e Alto Bonito.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se em povoados, assentamentos e aldeias indígenas, descritos a seguir.

Povoados: Firmeza, Açaizal e Mata Velha.

Assentamentos: PAs Vale Jordão, Água Boa, Novo Horizonte, São José, Sobra e Canaveral.

Aldeias Indígenas: São José, Campo Alegre e Aldeinha (Krikati).

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 110** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, as pastagens plantadas em boas condições, as matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, lavoura temporária e as pastagens plantadas em más condições são as que mais ocupam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido os mesmos ocuparem mais de uma atividade.

Quanto a área, dos 43.953 hectares, 45% estavam com as pastagens em boas condições, reflexo de o município possuir um rebanho bovino, que carece de grandes áreas de pastagens. Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal representaram 20%, pastagens plantadas em más condições 14%, lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis 12%, lavoura temporária e sistemas agroflorestais 3% cada, matas ou florestas naturais 2% e lavoura permanente menos de 1%. Não foram disponibilizados os hectares das pastagens naturais e das matas ou florestas plantadas (**Tabela 110**).

Tabela 110 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	61	118
Lavouras temporárias	394	1.397
Pastagens naturais	16	
Pastagens plantadas em boas condições	517	19.906
Pastagens plantadas em más condições	233	6.210
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	426	8.762
Matas ou florestas naturais	53	983
Matas ou florestas plantadas	1	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	54	1.471
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	688	5.106
Total	-	43.953

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, ocuparam 717 estabelecimentos. Destes, 90% eram de proprietários, 5% de concessionários ou assentados que aguardavam titulação definitiva e comandatários cada, arrendatário parceiros e produtor sem área representaram menos de 1% cada.

Em relação aos 44.599 hectares, os proprietários corresponderam a 98%, concessionário ou assentado que aguardavam titulação definitiva e comandatário 1% cada. Não foi disponibilizado os hectares do arrendatário e do parceiro; o produtor sem área, como o próprio nome já diz, não possui hectares (**Tabela 111**).

Tabela 111 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	644	43.606
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	34	649
Arrendatário	2	-
Parceiro	2	
Comandatário	34	344
Produtor sem área	1	-
Total	717	44.599

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 9.413 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Montes Altos ocupava a 180ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,14% da população do Estado. Em termos regionais, situava-se na 15ª posição em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 1,85%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM foi de 0,575 ocupando a 103ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da população foi de 9.111 habitantes. Sua densidade demográfica é de 6 hab./km²; quem nasce no município é denominado de montesaltense.

No decênio de 2000 a 2010 a população de Montes Altos apresentou uma taxa de crescimento de -9%. Nesse mesmo intervalo a população urbana do município teve aumento de 6%, por sua vez, a população rural diminuiu 22%. Nesse período, a população masculina decresceu 10% e a feminina 8%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000, representou 53%, enquanto a feminina, correspondeu a 47% da população. Em 2010, a masculina representou 52% e a feminina 48%. Quanto a população urbana, em 2000, era 47% e a rural 53%; em 2010, há uma inversão nos percentuais, a população urbana é mais representativa, com 54% e a população rural equivaleu a 46% (**Tabela 112**).

Ocupando aproximadamente 57% da Terra Indígena Krikati, o município de Montes Altos apresenta um contingente significativo de população indígena, que de acordo com os dados do IBGE (2010), eram 853 pessoas, distribuídas em três aldeias.

Tabela 112 - Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	4.825	5.126
Rural	5.522	4.287
Masculina	5.450	4.904
Feminina	4.897	4.509
Absoluta	10.347	9.413

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 11 escolas; destas cinco estão na cidade e seis na zona rural. Possui creche, pré-escola e ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino e um total de 42 salas de aulas, ocupadas por 1.951 alunos. O corpo

docente é representado por 99 professores; destes 70 possuem ensino superior e 29 magistério. A Educação de Jovens de Adultos (EJA), funciona no período noturno.

O município dispõe de uma biblioteca e distribuição de merenda escolar, utilizando produtos locais e transporte escolar, com 17 ônibus.

Há duas escolas particulares (Escola Vitória Régia e ABC da Criança).

Em relação a educação estadual, há duas escolas no município, com 361 alunos matriculados, em 13 turmas e um total de 22 professores.

O município tem ensino superior particular em EAD, com o curso de Pedagogia.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital Casa Alívio do Sofrimento (**Figura 130**) que disponibiliza nove leitos no setor de internação e três para urgência e emergência. Nesse hospital são realizados exames laboratoriais e atendimentos em urgência e emergência. Dentre as doenças, os acidentes vasculares cerebrais, gripes, gastroenterocolite aguda, picadas de animais peçonhentos e fraturas causadas por acidentes são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. Além desse hospital, o município conta com quatro Postos de Saúde.

O hospital dispõe de uma ambulância, que em casos mais graves, os pacientes são transferidos para a cidade de Imperatriz. Compõe a equipe de saúde: dois médicos com especialidades em ginecologia e clínica geral, cinco enfermeiros e 11 técnicos de enfermagem.

Figura 130 – Hospital Casa Alívio do Sofrimento



Fonte: IMESC (2019)

Compõem o programa Estratégia da Saúde da Família - ESF, quatro equipes, com quatro médicos, quatro enfermeiros e oito técnico de enfermagem. Faz parte também do ESF, três equipes de saúde bucal, composta por três dentistas. Quanto à distribuição de medicamentos é feita pela Farmácia Básica.

Há 28 agentes de saúde; destes 21 trabalham na área urbana e sete na zona rural. Além destes, tem oito agentes de vigilância epidemiológica e três agentes de vigilância sanitária.

Funciona um Conselho Tutelar e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Nesse centro são desenvolvidos os seguintes programas: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), atendendo 218 pessoas entre crianças, jovens e idosos; Programa Criança Feliz, assistindo 100 pessoas, com visitas e fortalecimento de vínculo familiar e Benefício de Prestação Continuada (BPC), atendendo idosos e deficientes.

Economia

O município ocupava em 2018 a 182ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 61,797 milhões, correspondendo a 0,07% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 42,953 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 14,078 milhões, o industrial com R\$ 3,063 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 1,704 milhão (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 221,57 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante e mecanizada voltada para a subsistência e comércio. Há no Sindicato de Trabalhadores Rurais aproximadamente 5.000 cadastrados. A produção se baseia em grãos, principalmente arroz, milho e feijão, horticultura, mandioca e caju, com comercialização no próprio município e para Governador Edison Lobão e Imperatriz.

Agricultura temporária

Cinco produtos são representativos na agricultura temporária de Montes Altos: arroz, feijão, mandioca, melancia e milho.

Entre 2010 e 2019 a área colhida diminuiu em 19%, enquanto a quantidade produzida aumentou 39% e o valor da produção 139%. No período mencionado, à área colhida do feijão

aumentou 108% e a da mandioca 180%; a do arroz diminuiu 50% e a do milho 31%. Referente a quantidade produzida, com exceção do arroz que diminuiu 39%, os demais produtos aumentaram em: 314% feijão, 159% mandioca e 28% milho. No rendimento médio, os produtos que aumentaram foram: arroz 23%, feijão 99% e milho 86%; a mandioca teve redução de 7%. Quanto ao valor da produção, o feijão, a mandioca e o milho cresceram 827%, 458% e 85% respectivamente; a desvalorização do valor da produção, foi sentido no arroz 4%. A melancia não foi analisada, pois só foi quantificado em 2019 (**Tabela 113**).

Em 2010, dos 693 hectares colhidos, 44% eram de arroz, 43% de milho, 10% de feijão e 2% de mandioca. Das 1.119 toneladas produzidas, 44% foram de arroz, 43% de milho, 11% de mandioca e 3% feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 113**. No valor da produção, dos R\$ 527 mil, o arroz participou com 49%, o milho com 38%, o feijão com 8% e a mandioca com 5%.

Em 2019, dos 562 hectares de área colhida, o milho ocupou 37%, o arroz 27%, o feijão 26%, a mandioca 7% e a melancia 2%. Relacionada a quantidade produzida, das 1.557 toneladas, milho contribuiu com 39%, a mandioca com 20%, o arroz com 19%, a melancia com 14% e o feijão com 7%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 113**. Para o valor da produção, dos R\$ 1,259 milhões, o feijão contribuiu com 32%, o milho com 29%, o arroz com 20%, a mandioca com 11% e a melancia com 8%.

Tabela 113 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	307	153	491	300	1.599	1.961	260	250
Feijão	71	148	28	116	394	784	44	408
Mandioca	15	42	120	311	8.000	7.405	24	134
Melancia		13		218		16.769		98
Milho	300	206	480	612	1.600	2.971	199	369
Total	693	562	1.119	1.557	-	-	527	1.259

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 à área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção diminuíram em 79%, 82% e 75%, respectivamente. No aludido intervalo, à área colhida da banana diminuiu em 79%, a quantidade produzida em 82%, o rendimento médio em 27% e o valor da produção 75%. Os demais produtos (laranja e maracujá) não foram analisados pois estes, se apresentam em anos distintos (**Tabela 114**).

Em 2010, dos 24 hectares de área colhida, 83% foram ocupados com banana, 13% com laranja e 4% com maracujá. Das 372 toneladas produzidas, a banana participou com 97%, a laranja com 2% e o maracujá com 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 114**. Dos R\$ 226 mil do valor da produção, a banana contribuiu com 96%, o maracujá com 3% e a laranja com 1%.

Em 2019, apenas um produto é representativo, a banana, com 5 hectares colhidos, 66 toneladas de quantidade produzida, rendimento médio 13.200 kg/ha e R\$ 57 mil de valor da produção (**Tabela 114**).

Tabela 114 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Hectares)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	20	5	360	66	18.000	13.200	216	57
Laranja	3	-	7	-	2.333	-	3	-
Maracujá	1	-	5	-	5.000	-	7	-
Total	24	5	372	66	-	-	226	57

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil frutos

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas 344 toneladas de produtos oriundos da horticultura, sendo que o pimentão representou 61%, o tomate (estaqueado) 22%, o milho verde 12%, o quiabo 4%, a alface e a pimenta 1% cada. Quanto as 332 toneladas de produtos vendidos, 63% corresponderam ao pimentão, 23% ao tomate, 9% ao milho verde, 4% ao quiabo, 1% a alface e a pimenta cada. Não foi disponibilizado a quantidade produzida e vendida da cebolinha e do coentro (**Tabela 115**).

Dessa produção, foram contabilizados R\$ 785 mil, destes, 78% foram referentes ao pimentão, 12% ao tomate (estaqueado), 5% ao milho verde, 3% ao quiabo, 1% a alface e a pimenta cada, cebolinha e coentro representaram menos de 1% (**Tabela 115**).

Tabela 115 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	2	2	8
Cebolinha	-	-	2
Coentro	-	-	3
Milho Verde	42	30	38
Pimenta	2	2	4
Pimentão	209	209	610
Quiabo	13	13	23
Tomate (estaqueado)	76	76	97
Total	344	332	785

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é a principal atividade econômica no município, sendo o rebanho bovino o mais importante, com criação extensiva em pastos plantados, destinado para o abate, produção de leite e de queijos artesanais.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 38%, apresentado as seguintes variações: bovino 10%, equino 93%, suíno 162%, caprino 100%, ovino 78% e galináceos 80 %. Em 2010, das 67.167 cabeças, 63% eram de bovinos, 32% de galináceos, 2% de suínos e ovinos cada, 1% de equinos, o caprino representou menos de 1%. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 92.655 animais, sendo 50% de bovinos, 42% de galináceos, 3% de suínos, 2% de equino e ovino cada, caprino representou menos de 1% (**Tabela 116**).

Tabela 116 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	42.014	46.154
Equino	908	1.750
Suíno	1.235	3.235
Caprino	106	212
Ovino	1.146	2.041
Galináceos	21.758	39.263
Total	67.167	92.655

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação a produção de origem animal, em 2019 foram produzidos 3,784 milhões de litros de leite com valor de produção de R\$ 3,519 milhões e 62 mil dúzias de ovos de galinha com valor de produção de R\$ 387 mil. Somados, representaram R\$ 3,906 milhões, dos quais 90% refere-se ao leite e 10% aos ovos de galinha.

Extrativismo

Em 2019, foram produzidas 307 toneladas de carvão vegetal e 450 metros cúbicos de lenha. O valor de produção foi de R\$ 158 mil, onde o carvão vegetal participou com R\$ 148 mil, representando 94% e a lenha com R\$ 10 mil, equivalente a 6%.

Apesar do IBGE ter apresentado somente os dois produtos, constatou-se a produção de amêndoas de babaçu para fabricação de óleo no povoado Mata Grande e também de produtos nativos como o pequi, o buriti e o cajá.

No extrativismo mineral foi constatado a exploração de pedra no município.

Pesca e Aquicultura

A criação de peixes é praticada em açudes, com produção de tambacu/tambatinga. O produto é comercializado no próprio município e exportado para Imperatriz.

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 239.000 quilogramas de tambacu/tambatinga e 700 milheiros de alevinos. Quanto ao valor de produção que foi de R\$ 1,618 milhão, o tambacu/tambatinga contribuiu com R\$ 1,554 milhão e os alevinos com R\$ 64 mil, representando, respectivamente, 96% e 4%.

Indústria

Encontra-se no município um total de 39 indústrias, sendo: cinco de extração e beneficiamento de minerais não metálicos; dez de fabricação de produtos alimentícios, sendo: duas de conserva de frutas, uma de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrado, uma de laticínios, uma de beneficiamento de arroz, uma de fabricação de farinha de mandioca e derivados, uma de fabricação de amidos e féculas vegetais e três de produtos de panificação; uma de fabricação de artefatos de cordoaria; uma de confecção de roupas profissionais; duas de produtos de madeira; quatro de artefatos de concreto e cimento para construção; duas de fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias; duas de móveis; uma de fabricação de produtos diversos; uma de montagem de móveis de qualquer material; uma de distribuição de energia; quatro de construção de edifícios; uma de obras de infraestrutura e; quatro de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

A principal área comercial é a rua Professor Raimundo Milhomem, conhecida popularmente por rua do Comércio (**Figura 131**). O comércio é principalmente varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras volantes e mercados, abastecidos com produtos oriundos principalmente de Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 227 estabelecimentos comerciais, sendo: 17 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, nove atacadistas e 201 varejistas.

Figura 131 – Rua Professor Raimundo Milhomem



Fonte: IMESC (2018)

Turismo

Um dos principais atrativos turísticos encontrados no município é o natural com destaque para as serras da Mangaba, Quiriba e Quebra; balneários, Kajau e Campo Alegrinho; Reserva Indígena Krikati, com seu povo tradicional e suas festividades ritualísticas e cheias de significado, como a festa de Wyty e do Ceveiro; e o grande açude (**Figura 132**) que se localiza na Vila Angical, que atrai banhistas e com área ao redor possuindo diversos equipamentos urbanos como praça, pista para caminhada e palanque, onde se apresentam atrações culturais e onde ocorre os principais eventos da cidade (**Figura 133**). Há também as quadrilhas juninas e a festa do caju que ocorre em setembro.

Figura 132 – Açude Angical



Fonte: IMESC (2018)

Figura 133 – Praça do Angical (Sarney Filho), ao fundo o açude



Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Altos (2019)

Também chama a atenção a arquitetura, com algumas casas antigas e a igreja matriz que surpreende por sua simplicidade e detalhes em telhas e anjos e fachada em forma de triângulo, única no Maranhão, assim como sua torre de Pisa, réplica da torre de Pisa da Itália, possuindo 30 metros de altura e 96 pilares de sustentação e seus belos sinos que convidam para as celebrações (**Figura 134**).

A culinária tem como pratos principais, o arroz com pequi, panelada, galinha caipira, paçoca e canjica. O município dispõe de um hotel.

Figura 134 – Igreja Matriz de Santana, com torre de Pisa



Fonte: IMESC (2018)

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta das luxuosas quadrilhas juninas (**Figura 135**), bumba meu boi no sotaque de orquestra e danças indígenas.

Os principais eventos que ocorrem no município são: vaquejadas e cavalgada; carnaval, ocorre na Avenida Fabricio Ferraz, com montagem de palco e shows; festas juninas, na Praça de Sant'Ana, com montagem de barracas para venda de comidas e bebidas típicas e apresentação de danças típicas; 7 de setembro; aniversário da cidade; festejo da padroeira Santana, de 17 a 28 de julho.

Em relação ao entretenimento, existem três parques de vaquejada, uma quadra poliesportiva, quatro campos de futebol, um estádio de futebol, dois restaurantes, quatro lanchonetes, 25 bares, dois clubes, uma banda de música ou fanfarra, uma biblioteca e uma casa de artesanato.

O artesanato é representado por objetos feitos de palha e sementes, arte indígena, croché e colares. O ritmo mais apreciado é o forró.

Figura 135 – Quadrilha Junina Raio Lunar

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Montes Altos (2019)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade, fórum, cartório e delegacia. Corresponde a 103ª zona eleitoral, com registro de 6.279 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2020). Em relação à segurança pública os delitos mais comuns são roubos.

Religião

A religião predominante no município é o catolicismo e evangélica. O principal templo católico é a Igreja Matriz de Santana padroeira do município; além deste templo há mais dois na sede. Além do festejo da padroeira, outro importante é o do Divino Espírito Santo.

Os evangélicos, possuem 16 templos na cidade e vários na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista, Adventista do Sétimo Dia e Nova Aliança.

Possui também um centro espírita, o Vale do Amanhecer.

Dos 9.413 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 77% se declararam católicos, 17% evangélicos, 4% sem religião e 2% outras religiões (**Tabela 117**).

Tabela 117 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	7.219
Evangélicos	1.619
Outras Religiões	192
Sem religião	383
Total	9.413

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da CAEMA, através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população possui fossas sépticas. Quanto a coleta de lixo, esta é realizada três vezes na semana, apenas na sede municipal, o lixo é transportado em caçambas, caminhões e trator com carroça e depositado em um lixão a céu aberto a 500 metros da sede.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2018, o consumo de energia registrado foi de 5.738.712 Mwh distribuídos em: 58% residencial, 13% rural, 10% serviço público, 8% iluminação pública, 6% comercial, 4% poder público e 1% industrial (**Tabela 118**).

Tabela 118 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	3.301.434
Industrial	46.674
Comercial	320.601
Rural	769.325
Poder público	247.414
Iluminação pública	476.091
Serviço público	577.173
Total	5.738.712

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por um posto do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura das operadoras CLARO e OI, esta última com linha fixa e internet oriunda das prestadoras Júpiter e OI.

Como meio de comunicação local, o município possui uma rádio comunitária.

Transporte

A cidade de Montes Altos localiza-se a 694 km da capital de São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135, 222, 010 e MA-280. Fica também a 64 km de Imperatriz. As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de ônibus da empresa Aparecida, podendo embarcar na rodoviária municipal. O deslocamento também pode ser realizado por vans, táxis e veículos particulares.

O traslado urbano – rural é realizado por ônibus, vans, pau de arara e veículos particulares. Na cidade o transporte se dá através de veículos próprios.

14 PORTO FRANCO

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Oh! Porto Franco encantador
Terra de ouro sob um céu de anil
Rico e feliz, torrão glorioso.
Brilhando além das terras do Brasil

Tão ditoso e hospitaleiro
Ouvindo o Tocantins em sonhos
Abençoado Porto Franco
Linda cidade de um porvir risonho

Quanta riqueza
Seu solo e serra
Suas matarias que são colossais
Vemos tua vida
Tua imensa glória
Nos verdes leques dos teus palmeirais

Tão ditoso e hospitaleiro
Ouvindo o Tocantins em sonhos
Abençoado Porto Franco
Linda cidade de um porvir risonho

Letra: Waldemar Gomes Pereira

Melodia: Benedito Caxiense

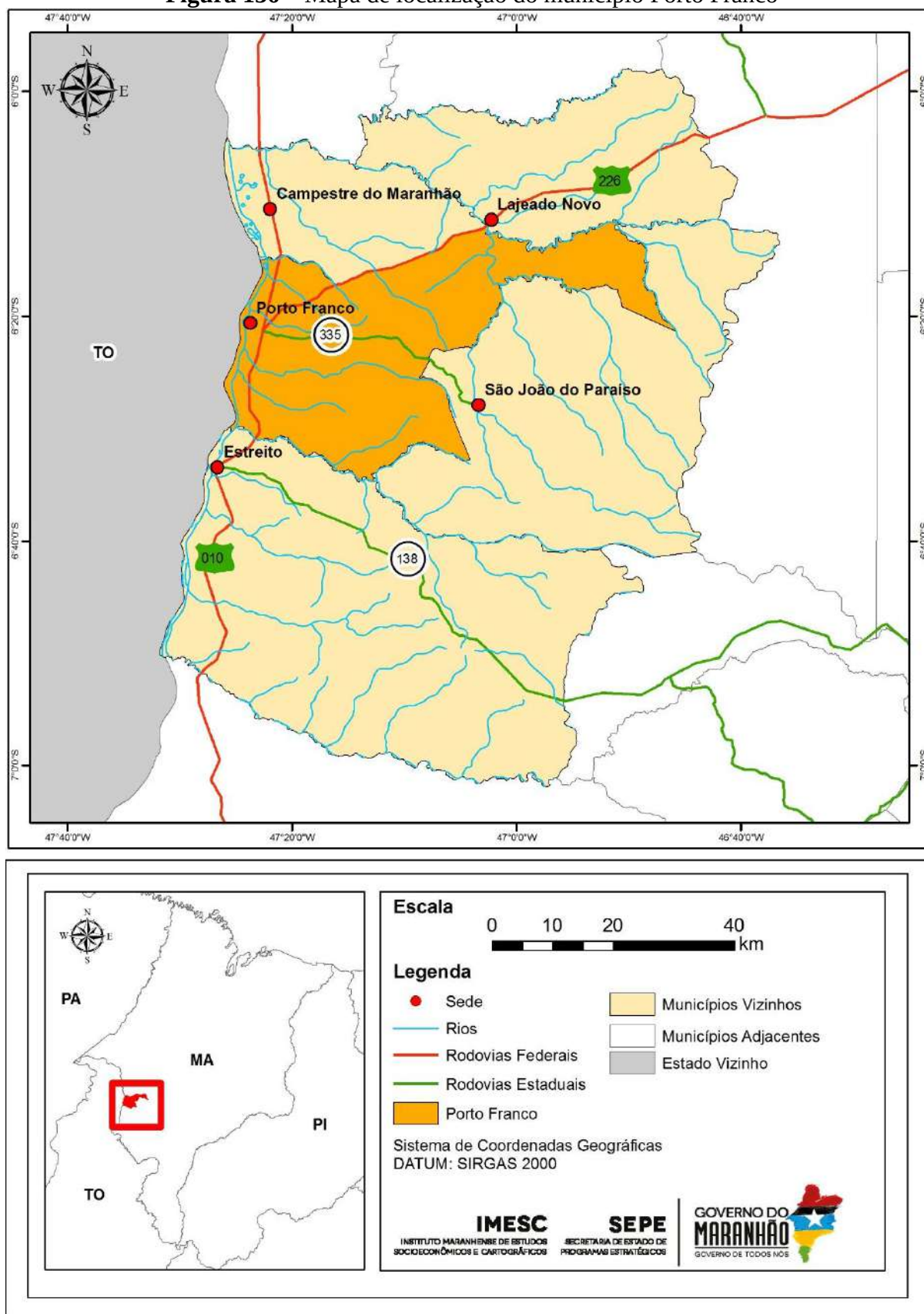
Localização

O município de Porto Franco localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com os municípios Campestre do Maranhão e Lajeado Novo; ao Oeste com o Estado do Pará; ao Sul com o município com o município Estreito; ao Leste com São João do Paraíso (**Figura 136**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 06°11'20" de latitude e - 46°51'19" de longitude, Oeste - 47°26'01" de longitude e - 06° 26'07" de latitude, Sul -06°34'42" de latitude e - 47°14'01" de longitude e Leste - 46°45' 51" de longitude -06°21'18" de latitude.

Figura 136 – Mapa de localização do município Porto Franco



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Extensão

O município possui uma área de 1.417,493 km² (IBGE, 2019), ocupando a 72ª posição no ranking estadual, representando 0,43% do Maranhão. Na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense está na 6ª posição com 5% daquele território regional.

Processo de Ocupação¹⁵

Em 1845 chega ao então povoado o português José Joaquim Severino, seu cunhado Emiliano Rodrigues e outros. Viajando rio acima, trouxeram sal, tecidos e outras mercadorias para comercializarem. Montaram uma casa comercial e, com a permissão do Intendente de Santa Teresa da Imperatriz, construíram a igreja e a casa da administração.

Mais tarde, com a chegada de João Nonato de Oliveira, Benvinda Nonato, João José Milhomem, João Rodrigues de Oliveira Santos, Joaquim Gomes Pereira, Francisco de Assis Nóbrega, Demétrio Milhomem, Amélia Milhomem, Custódio Barbosa e outros fundadores, trazendo suas famílias, o lugar foi tomando a feição de uma pequena e organizada povoação.

O nome inicial dado à povoação foi Porto Franco, na hipótese de José Joaquim Severino, quando de sua primeira subida no rio Tocantins, com o fim de estabelecer comércio de sal e mercadorias, ter procurado um ancoradouro propício às suas embarcações e só ter encontrado esse porto, principalmente em decorrência das constantes “rebeliões” que ocorriam na outra margem do rio Tocantins e assolavam o estado de Goiás, atualmente Tocantins, o que acabou por beneficiar o povoamento, pois moradores de Boa Vista se refugiavam no povoado. “O porto é franco para todos!...”, diziam.

Leonardo Pereira de Araújo Brito doou terras de sua propriedade para que a vila pudesse crescer e a ele se deve, também, o custeio das construções dos primeiros prédios públicos do lugar. Corroborou, ainda, em favor desse povoamento, o consórcio de José Joaquim Severino com uma senhora de família paraense, a qual já tinha parentes residindo na região.

Frei Manoel empregou todo o seu valimento e toda a sua astúcia no empenho de ser a povoação de Santa Tereza de Imperatriz a sede do município de Porto Franco. Astuto e hábil, ele conseguiu, por intermédio de um deputado provincial que, na redação definitiva da Lei nº 398, de 27 de agosto de 1856, a povoação de Porto Franco, elevada à vila, ficasse denominada

¹⁵ O histórico Municipal foi retirado de PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu pé de tarumã florido**: um retrato de Porto Franco. Ética Editora, 1997. E de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V.15.

“Vila de Santa Tereza do Porto Franco”. Favorecido pela ambiguidade desta lei e pondo em ação sua influência, obteve do presidente da província a declaração oficial de ser a povoação de Santa Tereza, situada fora do território povoado, a sede do município de Porto Franco. Para isto obter, não hesitou em apresentar atestados dizendo ficar a povoação de Santa Tereza defronte de Boa Vista, documentos que ainda existem na Secretaria do Governo.

Em 1958 foi criada a freguesia de Porto Franco, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, assistida pelo franciscano padre Malaquias Fernandes.

Reclamações dos habitantes de Porto Franco motivaram a Lei Provincial nº 524, de 9 de julho de 1859, cria o Distrito de Santa Teresa, com sede em Porto Franco, sendo que em 5 de dezembro de 1862, através da Lei Provincial nº 631, ficou restabelecido o Distrito de Porto Franco, subordinado ao município de Santa Teresa da Imperatriz, regularizando assim a distorção havida nos estudos toponímicos efetuados anteriormente.

A povoação de Porto Franco teve seu apogeu de grandeza no período de 1858 a 1878. Infelizmente foi completamente arruinado pela guerra civil de Boa Vista que durou três anos (1891 – 1894). Durante esse período o povoado sofreu estagnação em suas funções econômicas e pouco se desenvolveu, posteriormente foi conquistando pouco a pouco sua função como principal porto da região.

Em 2 de abril de 1919, o Distrito de Porto Franco foi elevado à categoria de município, por Lei estadual nº 853, do mesmo ano. Em 1º de janeiro de 1920, desmembrado do município de Imperatriz, foi instalado o município de Porto Franco, com sede na cidade de mesmo nome, em sessão solene realizada na casa residencial de Dona Amélia Milhomem, sendo que nessa ocasião foram empossados prefeito, vice-prefeito e vereadores. A primeira eleição realizada no município foi a 1.º de dezembro de 1919, sendo escolhido para Prefeito, o tenente Valério Neves de Miranda, que foi empossado no cargo a 1.º de janeiro de 1920. Valério comandou o município até 1924, quando foi eleito João Nonato de Oliveira para o pleito de 1925 a 1929, a partir de 1930 se implanta o regime ditatorial, tendo nos interventores a administração municipal.

Nas décadas de 1930 e 1940, a cidade de Porto Franco, está praticamente, plantada à beira-rio, onde o casario modesto se enfileira, ficando ali, também, os principais prédios comunitários: a igreja, a prefeitura, o açougue, a cadeia pública e as residências de alguns dos seus fundadores. As três principais vias da cidade eram: a rua “Grande” (Rua Rio Branco), a rua “Nova” (Rua Benedito Leite) e a rua do “Cisco” (Rua Luís Domingues), comunicadas através de becos e travessas. A navegação a vapor, se desenvolve, tendo como pioneiro Hermínio Sotero com suas lanchas “Benvinda” e “Cecyana”, que navegavam pelas águas do

rio Tocantins. O tempo foi passando e a cidade crescendo lentamente. Um dos fatores desse difícil crescimento foram as “revoluções” – constantes brigas políticas que se desenrolavam, periodicamente em Boa Vista (Tocantinópolis). Em setembro de 1936, arrebenta essa última rebelião, fazendo com que a totalidade dos habitantes de Boa Vista, com receio de a cidade ser invadida, abandonam-na e fogem para Porto Franco.

Nesse período a cidade se desenvolve ainda mais, torna-se Comarca de mesmo nome, com juiz de direito e promotor. As primeiras casas comerciais se ampliam e entre elas, sobressaía-se: a “Casa Sertaneja”, dos irmãos Deoclides, Alfredo, Sebastião e Floriano e Delfino, cuja firma era Santos & Irmãos; a “Leão da América”; a “Casa Miranda”, de Valério Miranda e seus filhos Alcides e Anísio B. Miranda; contavam-se outras casas de menor porte, como a “Casa Soares”, de A. J. Soares, a “Casa do Povo”, de Neco Pereira, dentre outras.

Novo progresso se dá na década de 1950 com a construção da BR 010 (Belém-Brasília). Em 1950 chega a primeira turma de desbravadores a frente da topografia que passava na retaguarda dos picadeiros para levantar a primeira linha do itinerário da rodovia Belém-Brasília. Meses mais tarde, chegam as primeiras frentes de trabalho. Bernardo Sayão, engenheiro responsável pela construção da rodovia chega em Porto Franco e instala um escritório da Rodobrás, muitos funcionários permanecem na cidade até o termino da rodovia. Com a conclusão do desmatamento, construção da pista e encascalhamento da rodovia, ocorreu uma explosão demográfica no município, o comercio prosperou e surgiram vários hotéis abeira da estrada.

Outros fatores de desenvolvimento de Porto Franco se deram pela instalação do II Batalhão de Engenharia e Construção (II BEC), que inicia, a partir de 1970, a construção da BR-226, trecho que liga Porto Franco a Grajaú e posteriormente a construção do trecho da Estrada de Ferro Norte-Sul.

Após as eleições de 1919, que elegeram Valério das Neves Miranda (1920-1924) e João Nonato de Oliveira (1925-1929), tem o período ditatorial, com os seguintes interventores: José Figueiredo Milhomem (1930-1931), Artur Milhomem (1932-1933), Florindo Santos (1933-1934), Demétrio de Souza Milhomem (1935-1936), João Sandes (1937-1938), Achilles Arruda (1939), José Vasconcelos Milhomem (1939-1942), Nelson Arruda (1943-1944), Raimundo Santos Sardinha (1944-1945), Joaquim da Rocha Brito (1945-1948). Após o período ditatorial são eleitos: Virgolino Tavares Vasconcelos (1948-1951), Fortunato Bento Maciel (1951-1954), Alfredo Santos (1955-1959), Anísio Bandeira de Miranda (1959-1965), Gerônimo de Souza Milhomem (1965-1970), Lourival da Silva Milhomem (1970-1972), Raimundo de Souza Milhomem (1972-1977), Uilson Marinho Vasconcelos (1977-1983), Raimundo de Souza

Milhomem (1983-1987), Valmir Carvalho Aguiar (1988-1992), Deoclides Antonio Santos Neto (1993-1996), Erivaldo Marinho de Aguiar (1997-2000), Deoclides Antonio Santos Neto Macedo (2005-2008/2009-2010), Aderson Marinho Filho (2011-2016) e Nelson Horácio Macedo Fonseca (2017-2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar das Alpercatas. Essa ocupa grande área do município, caracterizando-se como uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos à superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região centro-sudeste do estado do Maranhão. Esta é preenchida pela supersequência jurássica, composta pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município é predominante a Formação Mosquito, composta por basalto preto, amigdaloidal, tholeiítico que eventualmente possui intercalações de arenito (SILVA *et al.*, 2003).

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município está inserido na Depressão do Médio Vale do Rio Tocantins. Essa é representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de leste para oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenados pelos vales de vários rios. Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. Destaca-se, ainda, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo de seu fundo de vale (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos, nitossolos e vertissolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos vermelhos distróficos e os vermelho-amarelos distróficos.

Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. No município se destacam os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os nitossolos são constituídos por material mineral, com argila, inclusive no horizonte A, que apresentam horizonte B nítico abaixo do horizonte A. O horizonte B nítico apresenta argila de atividade baixa ou atividade alta conjugada com caráter alumínico, ambos na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA).

Os vertissolos são constituídos por material mineral apresentando horizonte vértico e pequena variação textural ao longo do perfil, insuficiente para caracterizar um horizonte B textural. Apresentam pronunciadas mudanças de volume com o aumento do teor de água no solo, fendas profundas na época seca e evidências de movimentação da massa do solo sob a forma de superfícies de fricção. Os que mais se destacam são os vertissolos ebânicos órticos.

Hidrografia

O território municipal faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tocantins, sendo o rio Tocantins o principal. Seus afluentes são: o Ribeirão Natividade (Córrego Imbira Branca como

subafluente), Córrego Jacuba, Grotta Atoleira, Córrego Bananeira, Córrego Bonito, Ribeirão dos Cavalos (córregos São José e Gameleira como subafluentes), Rio Itaueiras e seus tributários os córregos Cabo Verde, Názero e Traíra (subafluentes córregos Bom Acerto e Setúbal) e o Ribeirão Sucupira tendo como afluentes os córregos: Salobro, São Domingos, Brejinho, Savem, Minador, Barreiro (subafluentes no Riacho Dantas e Córrego Raiz), Lajeiro, Castelo, Bebedouro, Sobradinho, Soledade (Córrego Mata de Coivara como tributários) e Córrego Boa União.

Vegetação

A vegetação é composta essencialmente pelo cerrado, se caracterizando por ser de dois tipos: florestal e parque (IBGE, 2012).

O cerrado do tipo florestal possui fisionomia típica e característica restrita a áreas areníticas lixiviadas com solos profundos, ocorrendo em um clima tropical eminentemente estacional. Apresenta sinúsias lenhosas de micro e nanofanerófitos, tortuosos com ramificação irregular, providos de macrófitos esclerófitos perenes ou semidecíduos, ritidoma esfoliado corticoso rígido ou córtex maciamente suberoso, com órgãos de reserva subterrâneos ou xilopódios, cujas alturas variam de 6 a 8 m. Em alguns locais, apresenta sinúsias lenhosas de meso e microfanerófitos com altura média superior aos 10 m, sendo muito semelhante, fisionomicamente, a florestas estacionais, apenas diferindo destas na sua composição florística. Não apresenta sinúsia nítida de caméfitos, mas sim relvado hemicriptófitico, de permeio com plantas lenhosas raquílicas e palmeiras anãs. Extremamente repetitiva, a sua composição florística reflete-se em uma fisionomia caracterizada por dominantes fanerófitos típicos, como: pequi (*Caryocar brasiliense*), pau-de-colher (*Salvertia convallariodora*), sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), pau-terra-de-folhas-grandes (*Qualea grandiflora*), pau-terra-de-folhas-pequenas (*Qualea parviflora*), angico-preto (*Anadenanthera peregrina* L.) e pau-santo (*Kielmeyera coriacea*).

O Cerrado Parque é constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (IBGE, 2012).

Destaca-se também, uma pequena mancha de floresta estacional semidecidual submontana, formação que ocorre no contato com o cerrado, sendo revestida de diversas espécies vegetais.

Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes, principalmente para a produção de grãos. E o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*).

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água no entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Espaço Urbano

A cidade de Porto Franco (**Figura 137**) desenvolve-se em uma área de planície, na margem direita do Rio Tocantins, sendo seccionada ao meio pela ferrovia Norte-Sul, praticamente a Leste pela BR 010 e ao Oeste pelo aludido rio.

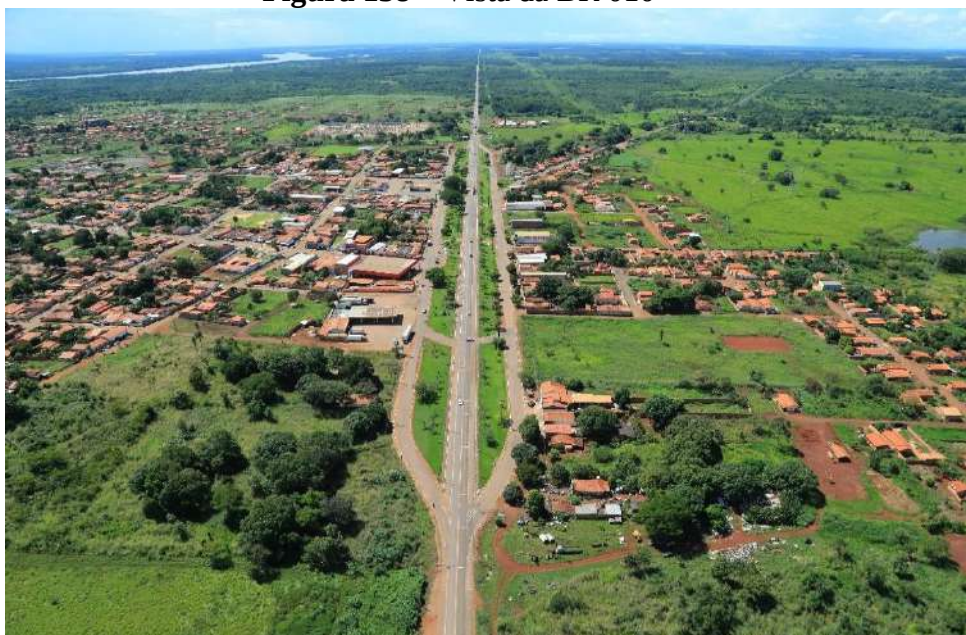
Figura 137 – Vista aérea de Porto Franco



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Franco

Observa-se que a aludida cidade quase não se expandiu na margem direita da BR 010 (**Figura 138**), local onde encontram-se poucas residências e se caracteriza por ser o entroncamento daquela via federal mencionada com as rodovias BR 226 (rodovia que liga a sede mencionada a cidade de Lajeado Novo distante a 43km) e a MA 326. Esta última estrada é de responsabilidade estadual e faz comunicação entre a sede porto-franquino e a cidade de São João do Paraíso distante a 42 km.

Figura 138 – Vista da BR 010



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Franco

Na margem direita do Rio Tocantins, início da ocupação, temos os prédios da prefeitura, câmara municipal, a primeira igreja católica e evangélica, além do atracadouro das balsas que fazem o transporte fluvial para a cidade de Tocantinópolis – TO. Desta parte da cidade saem duas avenidas, Tiradentes (**Figura 139**) e a Valentim Aguiar (**Figura 140**), que atravessam a sede municipal no sentido leste/oeste até chegarem a BR 010. Ao longo deste trajeto, aquelas vias são seccionadas por ruas paralelamente formando as quadras da cidade, fator que deixa o traçado urbano com aspecto de tabuleiro de xadrez.

Figura 139 – Avenida Tiradentes



Fonte: IMESC (2019)

Figura 140 – Avenida Valentim Aguiar

Fonte: IMESC (2019)

Observa-se um vazio demográfico na parte central do espaço urbano que é resultado da ferrovia Norte-Sul, que atravessa a cidade no sentido Sul/Norte. Outra característica da aludida sede municipal é que uma de suas novas áreas de expansão encontra-se nas margens da BR 010 onde observa-se alguns loteamentos a qual futuramente serão transformados em bairros.

A malha viária da sede além das avenidas mencionadas possui ruas e travessas, que são pavimentadas com asfalto e bloquetes (**figura 141**). Somam-se a esses logradouros sete praças com destaque para as Praça da Bandeira, Getúlio Vargas (**Figura 142**) e a Praça do Coco, sendo as três arborizadas e ajardinada.

Os nomes dos bairros da cidade são: Corina, Beira-Rio, Centro, Loteamento Bom Jardim, Loteamento Parque Vitória, Loteamento Alto Bonito, Paraizinho, Loteamento Damasceno, Jardim São Manoel, Residencial Santo Antônio, Parque da Juçara, Vila Nova, Vila Lobão, Areia, Vila Carmelina, Vila Cibrazem, Vila Expansão, Vila Esperança, Parque Boa Vista, Nova Aliança, Entroncamento, Vila São Francisco, Residencial Portal da Amazônia, Novo Paraíso, Jardim Europa I, Jardim Europa II e Maranhão do Sul.

Figura 141 – Padrão construtivo das residências em rua de bloquetes



Fonte: IMESC (2019)

Figura 142 – Praça Getúlio Vargas



Fonte: IMESC (2019)

Espaço Rural

O espaço rural é composto por várias localidades com destaque para os povoados Coité e Formigão.

Encontra-se na área rural os assentamentos Maravilha, São Raimundo, São Miguel e Oziel.

Utilização das Terras

Em Porto Franco, as áreas utilizadas dos estabelecimentos são distribuídas em atividades agropecuárias como lavouras temporárias, lavouras permanentes e pastagens para gado, principalmente as plantadas em boas condições que ocupam a maior parte. É importante destacar as áreas voltadas para preservação das matas e/ou florestas e sistemas agroflorestais (que são formas de uso de terras, nas quais se combinam cultivo de espécies frutíferas e madeiras com criação de animais e colheita de lavouras).

Nos estabelecimentos encontram-se tanques, lagos, açudes e águas públicas, o que pode significar que são áreas voltadas para a aquicultura e também abastecimento do gado.

Em 2017, dos 107.193 hectares utilizados, 57% estavam ocupados com pastagens plantadas em boas condições, 24% com matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 8% com pastagens plantadas em más condições, 3% com lavouras temporárias e sistemas agroflorestais cada, 2% com lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, 1% com matas e/ou florestas naturais e pastagens naturais cada e lavouras permanentes com menos de 1%. Não foram disponibilizados os dados da lavoura para cultivo de flores e florestas plantadas (**Tabela 119**).

Tabela 119 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	40	405
Lavouras temporárias	456	3.618
Lavouras para cultivo de flores	1	-
Pastagens naturais	49	1.281
Pastagens plantadas em boas condições	806	60.919
Pastagens plantadas em más condições	204	8.516
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	625	25.344
Matas ou florestas naturais	21	1.574
Matas ou florestas plantadas	5	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	56	3.127
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	938	2.409
Total	-	107.193

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Com relação a condição do produtor no ano de 2017, dos 953 estabelecimentos, 90% eram de responsabilidade do proprietário, concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva e comandatário tinham em sua posse 3% cada, ocupantes com 2%. Arrendatários e parceiros detinham, cada, 1% dos estabelecimentos sob sua responsabilidade, entretanto, como arrendamento e parceria são feitos diretamente com os proprietários, a participação do mesmo eleva-se para 92%.

Dos 107.943 hectares, 96% dos estabelecimentos eram de responsabilidades dos proprietários, 2% com comandatários; concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva e arrendatários 1% cada, parceiros e ocupantes com menos de 1% (**Tabela 120**).

Tabela 120 - Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	860	103.338
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	28	783
Arrendatário	8	857
Parceiro	8	212
Comandatário	27	2.421
Ocupante	22	332
Total	953	107.943

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

O município Porto Franco classificou-se, em 2010, no 80º lugar no ranking populacional maranhense correspondendo a 0,33% da população estadual. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense referido município ocupou a 4ª colocação com 4,23% dos habitantes regionais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,684 ocupando a 6ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da população é de 24.092 habitantes. Sua densidade demográfica é de 16,99 hab./km²; e quem nasce no município é denominado de porto-franquino.

Entre 2000 e 2010 a população aumentou 28%, com o crescimento populacional principalmente na área urbana com 34%, enquanto os habitantes da zona rural cresceram 10%. Quando se observa a variação por gênero, a população masculina aumentou 29% e a feminina 27%.

Em 2000 a população rural correspondia a 25%, a urbana 75%, a masculina e a feminina 50% cada. No ano de 2010, a população urbana foi equivalente a 78% dos habitantes, a rural a 22%, a masculina e a feminina ambas com 50% (**Tabela 121**).

Tabela 121 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	12.618	10.848
Rural	4.222	10.682
Masculina	8.432	16.866
Feminina	8.408	4.664
Absoluta	16.840	21.530

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Em 2018, a rede municipal de ensino registrou 6.789 alunos matriculados distribuídos em 35 escolas, estando 19 na área urbana e 16 na área rural, sendo 18 com laboratórios de informática e sete com salas de leituras. Das etapas da educação básica, encontram-se 27 creches, 26 pré-escolas e 29 com o ensino fundamental. Há a modalidade de ensino EJA, porém não se sabe o quantitativo de turmas.

Relacionado aos docentes da rede de ensino municipal, o número foi de 933 professores, sendo 620 com curso superior completo.

O município disponibiliza 1.602 veículos para o transporte escolar, fardamento escolar e merenda para os alunos.

No território municipal existe uma escola vinculada a rede estadual de ensino que no ano de 2018 matriculou 886 alunos e dispunha de 48 professores; destes quatro com mestrado.

O Estado faz a distribuição de material escolar (livros didáticos e literários), fardamento escolar (camisa) e merenda. O transporte escolar é fornecido pela prefeitura municipal.

Quando ao ensino médio há três escolas, com 1.024 alunos matriculados em 32 turmas e um total de 75 professores.

No município há um campus avançado do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, com os seguintes cursos: Agronegócio (Subsequente), Administração (Integrado), Informática (Subsequente) e Meio Ambiente (Integrado). Contava com 94 alunos matriculados em quatro turmas e um total de 19 professores.

Relacionado ao ensino superior há o Polo Darcy Ribeiro (**Figura 143**), de responsabilidade da Universidade Aberta do Brasil, voltado para o ensino a distância. Neste local funciona os cursos a distância da UEMANET de Música, Filosofia, Tecnologia em Alimentos, Geografia,

Administração Pública e Pedagogia, somadas a especializações de Gestão em Educação Escolar e Educação Inclusiva. Outra instituição presente no polo é o IFMA com as pós-graduações de Gestão Pública e Informática da Educação. A UFMA oferece naquele estabelecimento de EAD os cursos de graduação em Administração, Letras, Matemática, Biologia, Administração Pública, Física, Química e Artes Visuais. Na área da especialização há oferta em Gestão em Saúde e Gestão Pública Municipal.

Figura 143 – Vista parcial do Polo Darcy Ribeiro



Fonte: IMESC (2019)

Existem dois estabelecimentos privados no território municipal, com 379 alunos matriculados em 22 turmas e um total de 31 professores.

Saúde e Assistência Social

A referência hospitalar do município Porto Franco é Hospital Municipal e Maternidade Aderson Marinho (**Figura 144**) que realiza atendimentos de urgência/emergência, consultas ambulatoriais, cirurgias de grau médio, ultrassonografias, exames laboratoriais, raio-X, mamografia, preventivos e endoscopia.

Figura 144 – Hospital Municipal e Maternidade Aderson Marinho



Fonte: IMESC (2019)

As doenças com maior número de casos no hospital estão relacionadas as doenças respiratórias e traumas decorrente de acidentes de motocicletas.

Em casos mais graves o município dispõe de cinco ambulâncias que transferem os pacientes para o município de Imperatriz. Para atendimento do público há trinta médicos (obstetra, anestesista e clínico geral), 15 enfermeiros e 75 técnicos de enfermagem.

Uma observação feita para o aludido estabelecimento de saúde é que funciona como referência para os municípios de Ribamar Fiquene, Campestre do Maranhão, São João do Paraíso, Lajeado Novo e São Pedro dos Crentes.

Encontra-se dando assistência em todo o território municipal 11 equipes do ESF, composta por 11 médicos, 11 enfermeiros e 11 técnicos de enfermagem. Na parte odontológica, existe sete equipes do Saúde Bucal com um dentista e um auxiliar de odontologia em cada uma.

Os casos de enfermidades mais tratados pelos os profissionais do ESF são os de hipertensão e diabetes.

Dando suporte a rede de saúde municipal há dez Unidades Básicas de Saúde com as Farmácias Básicas Populares para distribuição de medicamentos para a população, 54 agentes comunitários de saúde distribuídos 27 na área urbana e 27 na rural, 12 agentes de vigilância epidemiológica e quatro da vigilância sanitária.

Encontra-se no município um NASF que conta com um assistente social, um nutricionista, um fonoaudiólogo e um psicólogo. Há também o CAPS.

Outras atividades realizadas na rede municipal de saúde são os programas Saúde na Escola, campanhas de imunização e prevenção do calendário das redes federal e estadual, e a Equipe Multidisciplinar de Atendimento no Domicílio (EMAD).

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os programas de SCFV com cerca de 370 usuários, estando 185 em situação prioritária; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que atende 750 famílias mensal; Programa Criança Feliz que acompanha 300 famílias, sendo 23 gestantes.

Encontra-se no município um CRAS, um Conselho Tutelar, um CREAS que por mês atende duas pessoas aproximadamente e um Centro de Convivência da Terceira Idade (CCTI) com 180 idosos frequentando.

Referente ao Benefício de Prestação Continuada o número de benefícios aos idosos foi 343 e de deficientes 659.

Economia

A principal atividade econômica do município está ligada ao setor de serviços. O município ocupava em 2018 a 26º posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 470,765 milhões, correspondendo a 0,53% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 281,324 milhões, seguido pelo setor industrial com R\$ 91,258 milhões, o agropecuário com R\$ 37,439 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 60,745 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 497,56 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura no município é itinerante e mecanizada, com destaque para a produção de milho, feijão, inhame, mandioca, laranja, banana, melancia, tomate e hortaliças.

A comercialização é realizada no próprio município e exportada para os municípios de Imperatriz (banana), Grajaú e para os estados do Recife e Paraíba (inhame). Destaca-se na agrícola municipal os projetos de assentamentos Maravilha com a produção de inhame e o São Raimundo com a produção de banana.

Há no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porto Franco aproximadamente 1.000 sócios, sendo 622 estão ativos.

Agricultura Temporária

Entre 2010 e 2019 os hectares colhidos da lavoura temporária diminuíram 65%, a quantidade produzida 90% e o valor da produção 51%. Relacionados a área colhida, o amendoim aumentou 300%, a fava 133% e a mandioca 12%, enquanto que o arroz diminuiu 93%, a cana-de-açúcar 96%, a melancia 80% e o milho 20%. Na quantidade produzida, o amendoim cresceu 75%, a fava 200%, a mandioca 8% e o milho 45%; o arroz e a cana-de-açúcar baixaram 95% cada, o feijão 10% e a melancia 67%. No rendimento médio oscilaram positivamente a cana-de-açúcar com 5%, a fava 29%, 64% a melancia e 81% o milho, os demais produtos obtiveram variação negativa de 56% para o amendoim, 35% para o arroz, 15% para o feijão e 4% para a mandioca. Quanto ao valor da produção, cresceram o amendoim 86%, a fava 200%, o feijão 15%, a mandioca 128% e o milho 189%; reduziram seu valor a melancia 76%, o arroz e a cana-de-açúcar 93% cada (**Tabela 122**).

Em 2010, dos 2.254 hectares colhidos, 44% foram de cana-de-açúcar, 35% de milho, 15% de arroz, 3% de melancia, 1% feijão e mandioca cada e menos de 1% para amendoim, fava e tomate. Nas quantidades produzidas, das 74.574 toneladas, 94% foram de cana-de-açúcar, 3% de milho, 2% de melancia, 1% de arroz e menos de 1% para o amendoim, fava, feijão, mandioca e tomate. O rendimento médio pode ser consultado na **Tabela 122**. No valor da produção, dos R\$ 5,319 milhões, 66% foi a contribuição da cana-de-açúcar, 17% do milho, 9% do arroz, 6% da melancia, 1% feijão, mandioca e tomate cada, e menos de 1% para o amendoim e fava.

Em 2019, dos 786 hectares colhidos, 80% eram de milho, 6% de cana-de-açúcar, 3% de arroz, 4% feijão e mandioca cada, 2% de melancia, menos de 1% de amendoim e fava. Na quantidade produzida, das 7.150 toneladas produzidas, 46% equivaleram a cana-de-açúcar, 44% a milho, 6% a melancia, 3% a mandioca, 1% a arroz e menos de 1% de amendoim, fava e feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 122**. No valor da produção, dos R\$ 2,585 milhões, 73% foi a participação do milho, 10% da cana-de-açúcar, 8% da melancia, 4% da mandioca, 2% do feijão, 1% a do amendoim, arroz e fava cada.

Tabela 122 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	1	4	4	7	4.000	1.750	7	15
Arroz	340	24	850	39	2.500	1.625	459	32
Cana-de-açúcar	1.000	45	70.000	3.306	70.000	73.467	3.500	259
Fava	3	7	1	3	333	429	2	19
Feijão	33	35	20	18	606	514	40	63
Mandioca	25	28	200	215	8.000	7.679	40	92
Melancia	65	13	1.300	426	20.000	32.769	325	213
Milho	785	630	2.159	3.136	2.750	4.978	900	1.892
Tomate	2	-	40	-	20.000	-	46	-
Total	2.254	786	74.574	7.150	-	-	5.319	2.585

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida da lavoura temporária aumentou 19%, a quantidade produzida 47% e o valor da produção 120%. Referentes aos hectares colhidos, a área da banana aumentou 90%, a quantidade produzida 64%, no rendimento médio o fruto decaiu 14% e o valor da produção 141%. Os demais produtos não foram analisados devido serem registrados apenas em um ano; coco-da-baía, laranja e limão no ano de 2010 e o maracujá e o mamão em 2019 (**Tabela 123**).

Em 2010, dos 115 hectares colhidos, 61% foram de bananas, 35% de limão, 3% de laranja e 2% de coco-da-baía. Das 1.740 toneladas produzidas (exceto o coco-da-baía, pois é dado em mil frutos, enquanto os demais produtos são quantificados em toneladas), a banana correspondia a 89%, o limão a 11% e a laranja a menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 123**. Dos R\$ 1,061 milhões, a banana participou com 89%, o limão com 11%, o coco-da-baía e a laranja com menos de 1%.

Em 2019, dos 137 hectares colhidos, 97% foram de banana, 1% de mamão e de maracujá cada. Das 2.563 toneladas produzidas, 98% equivaleram a banana, 1% de mamão e de maracujá cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 123**. Dos R\$ 2,332 milhões, a banana cooperou com 97%, o maracujá 2% e 1% de mamão.

Tabela 123 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	70	133	1.540	2.518	22.000	18.932	939	2.266
Coco-da-baía*	2	-	6	-	3.000	-	3	-
Laranja	3	-	8	-	2.666	-	4	-
Limão	40	-	192	-	4.800	-	115	-
Mamão	-	2	-	18	-	9.000	-	15
Maracujá	-	2	-	27	-	13.500	-	51
Total	115	137	-	2.563	-	-	1.061	2.332

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

*Mil Frutos

Horticultura

Em 2017 a produção da horticultura foi de 470 toneladas. Dessas, 44% foram de inhame, 11% de alface, 10% de pimentão, 7% de cará, maxixe e pepino cada, 4% de quiabo, 3% de cebolinha e coentro cada, 2% de milho verde, couve pimenta e tomate ambos com o 1%. A quantidade vendida foi de 456 toneladas, das quais 44% foram de inhame, 10% de alface e pimentão, 7% de maxixe e pepino cada, 6% de cará, 4% de quiabo, 3% de cebolinha e coentro cada, 2% de couve e milho verde cada e 1% de pimenta e tomate cada.

No valor da produção, dos R\$ 1,049 milhão, o inhame participou com 31%, a alface 23%, o pimentão 8%, a cebolinha, o coentro e o maxixe com 6% cada, o cará 5%, o pepino e quiabo com 4% cada, a couve com 3%, o milho verde, a pimenta e o tomate com 1% cada (**Tabela 124**).

Verifica-se que, apenas a alface, o cará, o inhame e o pepino apresentaram uma diferença entre produção e comercialização. Isso pode ser explicado pelo fato dessas hortaliças, além de serem comercializadas, também servirem para o consumo próprio dos produtores.

Tabela 124 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	50	47	240
Cará	31	27	53
Cebolinha	13	13	65
Coentro	13	13	68
Couve	7	7	28
Inhame	207	201	326
Maxixe	34	34	67
Milho verde (espiga)	10	10	12
Pepino	31	30	38
Pimenta	6	6	15
Pimentão	45	45	86
Quiabo	19	19	42
Tomate (estaqueado)	4	4	9
Total	470	456	1.049

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária no município é extensiva utilizando-se pastos plantados, voltada para o corte e abate, melhoramento genético dos rebanhos e produção de derivados do leite, como a manteiga, o queijo, a ricota e o requeijão. O rebanho de aves também é importante, encontrando-se no município cinco granjas.

Entre 2010 e 2019 o rebanho municipal cresceu 1%, com as seguintes variações: bovino 21%, bubalino 375%, equino 23%, suíno 146%, caprino 339%, ovino 39% e galináceos - 24%.

Em 2010, das 167.007 cabeças, 50% eram de galináceos, 46% de bovino, 2% de suíno, 1% de equino e ovino cada. No ano de 2019, dos 168.880 animais, 54% era de bovino, 37% de galináceos, 5% de suíno, 2% de equino, 1% de ovino, caprino e bubalino menos de 1% cada (**Tabela 125**).

Tabela 125 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidades)	Nº de cabeças (Unidades)
Bovino	75.997	91.843
Bubalino	8	38
Equino	1.809	2.218
Suíno	3.291	8.089
Caprino	132	579
Ovino	2.414	3.363
Galináceos	83.356	62.750
Total	167.007	168.880

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Na produção de origem animal foram quantificados 12,114 milhões de litros de leite com valor de produção de R\$ 11,509 milhões e 16 mil dúzias de os ovos de galinha com valor de produção de R\$ 93 mil. Somados perfizeram R\$ 11,602 milhões, sendo 99% do leite e 1% dos ovos (IBGE, 2019).

Extrativismo Vegetal e Silvicultura

No que se refere ao extrativismo vegetal encontra-se no município a produção de carvão vegetal para comercialização e a coleta do babaçu (amêndoa) para subsistência. Outros produtos relacionados extrativos são: buriti, pequi, bacaba e murici.

O IBGE (2019), quantificou a produção do carvão vegetal em 167 toneladas que teve o valor de R\$ 94 mil e a lenha com uma produção de 587 metros cúbicos, com valor de produção de R\$ 9 mil.

Referente à silvicultura, o município possui inúmeras áreas plantadas com eucalipto. Todavia, não foram registrados, pelo IBGE (2019), a produção e o valor do mesmo.

Pesca e Aquicultura

A pesca é realizada em ambiente fluvial, principalmente no rio Tocantins, com a utilização de canoas, barcos e voadeiras; voltada para a auto alimentação do pescador e comercialização feita no próprio território e nos municípios de Estreito, Lajeado Novo, São João do Paraíso, Imperatriz, Campestre do Maranhão e Tocantinópolis (estado do Tocantins).

As principais espécies de pescado são: caranha (*Lutjanus cyanopterus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), curimatá (*Prochilodus* sp.), tilápia (*Oreochromis niloticus*), curvina (*Plagioscion squamosissimus*), pacu (*Mylossoma* sp.) e piauí (*Leporinus friderici*).

Na pesquisa da produção da aquicultura do IBGE (2019), registrou-se a produção de 9.560 quilogramas, das quais tambacu, tambatinga corresponderam a 7.249 quilogramas e o tambaqui com 2.311 quilogramas, representando 76% e 24% respectivamente. O valor da produção foi de R\$ 71 mil, o tambacu, tambatinga contribuiu com R\$ 54 mil e o tambaqui com R\$ 17 mil, representando, respectivamente, 76% e 24%.

Indústria

O município possui o Distrito Industrial de Porto Franco, com área de 1.837,62 hectares, com vocação principal para o agronegócio. No distrito está localizado o Pátio de Integração Multimodal da VLI – Valor da Logística Integrada, situado no quilômetro 190 da Ferrovia Norte-Sul. O Pátio Multimodal abriga várias empresas que o utilizam para operações de carga, transbordo e armazenagem de grãos. No Distrito Industrial, há uma unidade industrial produtora de óleo de soja (**Figura 145**).

Figura 145 – Indústria produtora de produtos alimentícios



Fonte: IMESC (2019)

Em 2019, de acordo com o Ministério da Economia, existiam 251 uma indústrias sendo: uma de extração de minerais metálicos, dez de extração de minerais não metálicos (**Figura 146**), 34 de fabricação de produtos alimentícios, uma de bebidas, três de produtos têxteis, 13 de confecção de artigos do vestuário e acessórios, duas de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, dez de produtos de madeira, cinco de impressão e reprodução de gravações, três de produtos químicos, duas de fabricação de produtos de borracha e de material plástico, 24 de fabricação de produtos de minerais não metálicos, 28 de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, sete de móveis, seis de fabricação de produtos diversos, 12 de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, duas de geração de energia elétrica, uma de distribuição de energia elétrica, uma de captação, tratamento e distribuição de água, duas de atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, 21 de construção de edifícios, nove de obras de infraestrutura e 54 de serviços especializados para construção.

Figura 146 – Fabricação de pedra brita



Fonte: IMESC (2019)

Comércio

O comércio é principalmente varejista, possuindo como polo abastecedor as cidades de Imperatriz e Araguaína (TO). É composto por quitandas, supermercados, feiras e um mercado (**Figura 147**). Os estabelecimentos comerciais concentram-se no Centro da cidade, especialmente na Rua Joaquim Pereira.

Figura 147 – Vista parcial do mercado municipal de Porto Franco



Fonte: IMESC (2019)

Em 2019, existiam no município 1590 estabelecimentos comerciais registrados, sendo: 126 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 116 de atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 1.348 de varejo (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município são o rio Tocantins (**Figura 148**), o balneário de Sucupira, cachoeira do Itaueira, a Praia do Porto, algumas casas antigas em estilo colonial e os festejos religiosos.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação encontra-se no município seis hotéis, três restaurantes e vários bares espalhados pelo território municipal.

Os pratos típicos registrados foram a panelada e o chambari.

Figura 148 – Vista parcial do Rio Tocantins



Fonte: IMESC (2019)

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados por quadrilhas juninas que apresentam-se no arraial montado no espaço cultural da cidade durante três dias no período junino com as tradicionais barracas de palhas que servem comidas típicas, uma arquibancada para o público assistir as apresentações de danças e shows de artistas locais e regionais.

Outros eventos realizados no município são: o desfile de comemoração da Independência do Brasil no dia 7 de setembro; aniversário da cidade em 02 de abril; dia do evangélico; gincana escolar; uma vaquejada realizada no Parque de Exposição no mês de julho, com exposição agropecuária, cursos, estandes, parques de diversões, shows e concurso de beleza para escolha da rainha da Exporfran; cavalgada; carnaval que ocorre no espaço cultural do município e na Praça do Coco com shows, desfile de blocos e concurso para escolher a rainha e rei do carnaval.

Para o entretenimento o município dispõe de uma biblioteca pública, uma escola de arte marcial, a sede do grupo folclórico Divino Espírito Santo, um Parque de Exposição Alfredo Santos (Exporfran), quadras poliesportiva, um ginásio, um estádio de futebol Manoel Pereira Sousa conhecido popularmente como “Panelão” (**Figura 149**), dois clubes onde se pode escutar o forró e o sertanejo, ritmos musicais mais apreciados pelos habitantes locais, uma banda de música denominada de Banporto e vários bares espalhados pelo território municipal.

Na parte do artesanato há produtos de cerâmica (potes, vasos, objetos de jardins, animais e outros), de bijuteria (frios de ouro e miçanga), crochê e tapetes de barbantes e tecidos.

Figura 149 – Gramado do estádio Panelão



Fonte: IMESC (2019)

Uma importante área de lazer do município é a beira rio, atualmente em reforma e ampliação, área em frente ao rio Tocantins, onde pode-se vislumbrar a cidade de Tocantinópolis (TO), as embarcações e um belo pôr do sol. No local, será construída uma nova academia ao ar livre, parque infantil, nova quadra poliesportiva, reformulação da quadra de areia para voleibol, reestruturação das mesas de tênis de mesa, ciclovia, ampliação da pista de caminhada, novo

espaço administrativo com sanitários acessíveis, espaço de mesa para jogos, novo mobiliário urbano (bancos, luminárias, lixeiras e pergolados) e quiosques para lanches.

Lendas

As lendas que se destacam no município são:

a) Pedra do Braga: Área bastante profunda, onde as pessoas eram amarradas à pedras e jogadas no fundo.

b) Jacaré do Tocantins: no início da povoação as mulheres lavavam roupas na beira do rio Tocantins, uma jovem de 15 anos foi arrastada e estrangulada por um jacaré; posteriormente os homens mataram a fera.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possuindo cartório, delegacia, presidio e guarda municipal. Faz parte da 46ª zona eleitoral; possuía 16.605 eleitores e 11 vereadores (BRASIL, 2020). Quanto à segurança pública os principais problemas são os roubos, pequenos furtos e drogas.

Religião

Predomina no município o catolicismo que possui 22 igrejas, distribuídas oito na zona urbana e quatorze na rural, com destaque para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (**Figura 150**) padroeira do município e festejada entre 29 de outubro a 08 de dezembro.

Figura 150 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos possuem vários templos espalhados pelo território municipal, especialmente na sede municipal, sendo as principais expressões a Assembleia de Deus, Batista, Presbiteriana, Nova Aliança, Mundial, Universal do Reino de Deus e Congregação Cristã do Brasil.

Os espíritas possuem um centro denominado Vale do Amanhecer, enquanto que as religiões de matriz africana são representadas por um terreiro que tem como principal festa a do Divino Espírito Santo.

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o percentual de católicos foi de 74%, o de evangélicos 19%, o sem religião 5%, espíritas e outras religiões 1% cada e menos de 1% para os não sabiam ou não determinavam sua religião (**Tabela 126**).

Tabela 126 – População residente por religião

Religião	Número de Adeptos
Católicos	15.990
Evangélicos	4.038
Espíritas	212
Outras religiões	156
Sem religião	1.109
Não determinado	15
Não sabe	10
Total	21.530

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento e tratamento de água são realizados através dos poços artesianos cuja responsabilidade na sede é do SAAE. Com relação ao esgotamento sanitário, somente a sede possui infraestrutura para a coleta dos efluentes domésticos, porém sem estação de tratamento.

A coleta do lixo é realizada diariamente na sede municipal e em alguns povoados da zona rural, coletados em caçambas e caminhão compactador que depositam os resíduos sólidos em um lixão a 3 km da cidade de Porto Franco.

A distribuição da energia elétrica acontece em todas as localidades do município, sendo de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, que contém uma subestação no território municipal. De acordo com aquela empresa, dos 43.668.312 Mwh consumidos em 2018, 37% estavam relacionados ao usuário industrial, 32% residencial, 13% comercial, 7% rural, 5% iluminação pública, 4% poder público, 2% serviço público e menos de 1% consumo próprio (**Tabela 127**).

Tabela 127 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	13.950.113
Industrial	15.979.888
Comercial	5.693.709
Rural	3.069.653
Poder público	1.611.043
Iluminação pública	2.298.473
Serviço público	1.009.397
Consumo próprio	56.036
Total	43.668.312

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco, do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, uma lotérica e uma agência dos Correios.

Prestando o serviço de telefonia fixa há a empresa OI que junto com a TIM, VIVO e CLARO comercializam as linhas dos telefones móveis. Essas operadoras telefônicas também oferecem acesso à Internet, assim como as empresas Estreito Net, Infonet e Mais Net.

Referente aos meios de comunicação, o município dispõe da rádio São Francisco.

Transporte

A distância da cidade de Porto Franco para a capital São Luís é de aproximadamente 722 km pelas seguintes rodovias: BRs 135, 226 e 010. As sedes municipais mais próximas são: Campestres do Maranhão a 21 km, Lajeado Novo a 43 km, São João do Paraíso 42 km e Estreito 22 km.

Predomina no traslado intermunicipal o deslocamento realizado por ônibus, micro-ônibus, vans, táxis locação e barco (balsa para o município de Tocantinópolis – TO/ **Figura 151**). No deslocamento cidade – campo, os veículos são as D-20 denominadas popularmente de pau de araras, motos e táxis locação. Dentro do espaço urbano o transporte mais utilizado são os táxis e mototáxis.

A ferrovia Norte-Sul passa no Oeste do territorial municipal (**Figura 152**), possuindo um pátio multimodal para transporte de mercadorias e grãos.

Figura 151 – Transporte hidroviário, Porto Franco-Tocantinópolis



Fonte: IMESC (2019)

Figura 152 – Trecho da ferrovia Norte-Sul no município



Fonte: IMESC (2019)

15 RIBAMAR FIQUENE

Símbolos Municipais¹⁶



Brasão



Bandeira

¹⁶ O município não possui hino municipal.

Localização

O município Ribamar Fiquene localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com os municípios de Governador Edison Lobão e Montes Altos; ao Oeste com o Estado do Tocantins; ao Sul com Campestre do Maranhão; ao Leste com Montes Altos e Lajeado Novo (**Figura 153**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 48' 30" de latitude e -47°23'00" de longitude; Oeste -47°26'51" de longitude e -05°59'33" de latitude; Sul -06°07'03" de latitude e -47°12'13" de longitude e Leste -47°05'09" de longitude e -05°54'56" de latitude.

Extensão

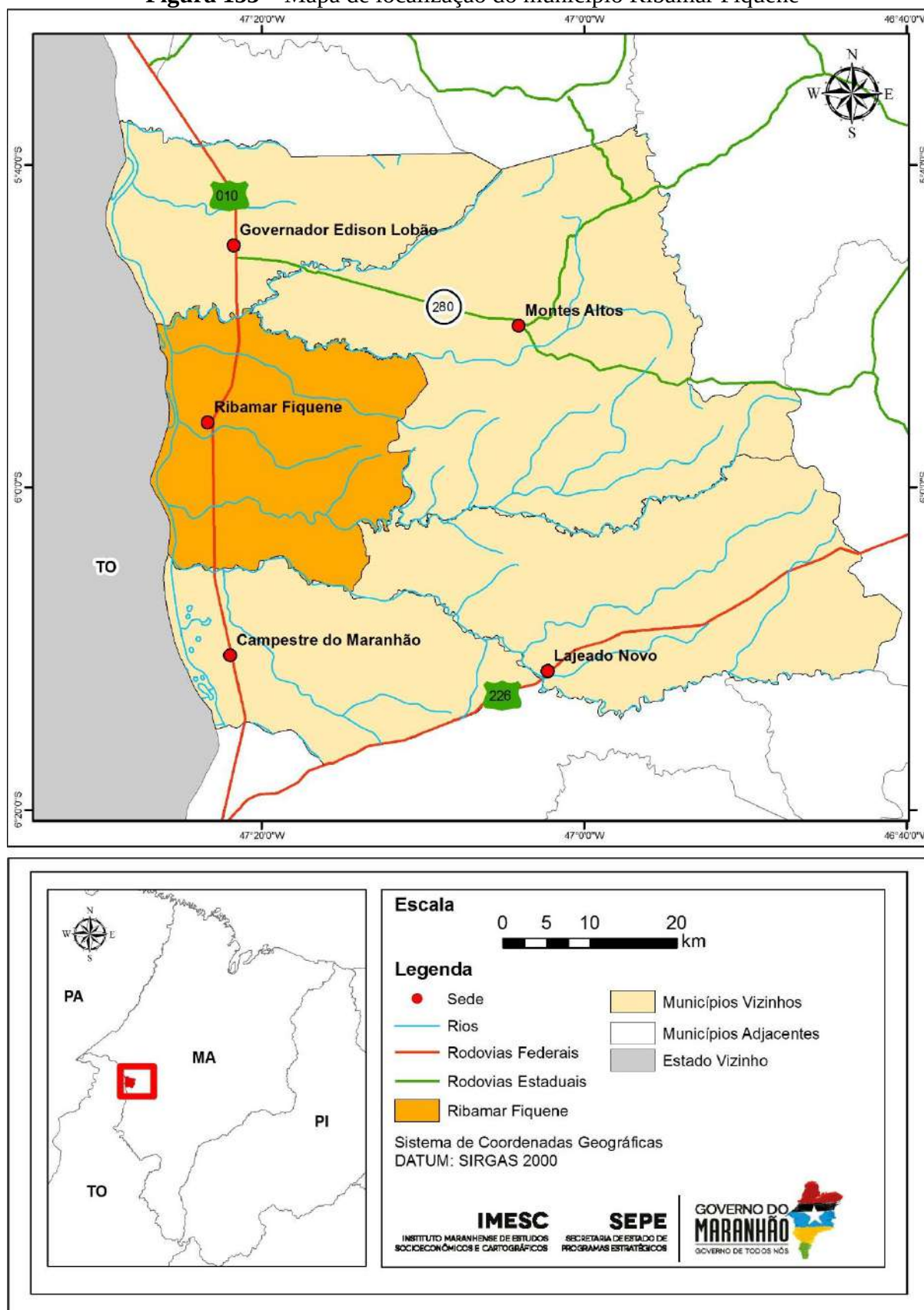
O município ocupa a 135ª posição no ranking estadual em extensão com 733,000 km² (IBGE, 2019), representando 0,22% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, está na 13ª posição com 2,83%.

Processo de Ocupação

O atual município de Ribamar Fiquene surgiu de um garimpo de diamantes entre as décadas de 1940 e 1950, localizado no riacho Barbosa, o que atraiu muitas pessoas dos municípios de Imperatriz, Barra do Corda e dos estados do Piauí, Ceará e Pará. Para se chegar ao local o meio de acesso principal era pelo rio Tocantins. A exploração de diamantes, ouro, esmeraldas, azulinas e ferro prosperou, formando o povoado de Garimpo Clementino.

A partir de 1948, o garimpo do Clementino, começou a diminuir sua produção. Os garimpeiros migraram, portanto, para uma outra jazida que denominaram de Sumaúma. O nome Sumaúma se deu em razão de um riacho existente na região.

Figura 153 – Mapa de localização do município Ribamar Fiquene



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Na margem desse riacho tinha uma árvore com o nome sumaúma. “A referência era: onde é o novo garimpo? É lá no riacho. No pé de sumaúma”. Aí foram ficando, surgindo o povoado Sumaúma, pelos idos de 1955. Abandonado o povoado de Garimpo Clementino, cujo padroeiro era São Sebastião, o santo foi levado para o povoado Sumaúma.

A região, que antigamente era rica em diamantes, presenciou a escassez do mineral devido à intensa exploração, nas proximidades do povoado, ficando, pois, ali apenas aqueles que se dedicaram a agricultura e a pecuária, e as empresas extrativistas de seixo e areia.

Com a construção da BR 010 (Rodovia Belém-Brasília) no final da década de 1950, o povoado Sumaúma atraiu grande quantidade de pessoas que vieram para trabalharem na rodovia e acabaram ficando e construindo suas casas, o que acarretou em grande desenvolvimento do povoado.

Com o passar dos anos, tornou-se um dos polos de abastecimento produtivo da região, com a produção de arroz, feijão, farinha de mandioca, banana, mamão, tomate, melancia, pepino, carne bovina e leite.

Com o desenvolvimento do povoado Sumaúma, pleiteou sua emancipação, sendo elevado à categoria de município e distrito, pela Lei nº 6.131 de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Montes Altos e instalado em 01 de janeiro de 1997, com a denominação de Ribamar Fiquene, em homenagem ao governador do estado na época.

O primeiro prefeito eleito foi Raimundo Sousa Jorge Neto (1997-2000), seguido por Hilter Alves Costa (2001-2004/2005-2008), Dioni Alves da Silva (2009-2012), Israel Ribeiro de Vasconcelos (2013-2016) e Edilomar Nery de Miranda (2017-2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia das Alpercatas. Esta caracteriza-se como uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos à superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região centro-sudeste do estado do Maranhão, preenchida pela supersequência jurássica, composta pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município é predominante a Formações Corda, constituído de arenitos

avermelhados com granulometria bimodal, em sequências, separado por superfícies limitantes onde há deposição de argila. O seu ambiente de sedimentação é interpretado como desértico (SILVA *et al.*, 2003).

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, sendo representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevo residual sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção a calha do rio Tocantins, sendo drenados pelos vales de vários rios.

Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Destaca-se, ali, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo de seu fundo de vale.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 metros, sendo tais cotas progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. As planícies aluviais do baixo, rio Tocantins, encontram-se embutidas em cotas mais baixas, entre 100 e 150 m.

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos e plintossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos amarelos distróficos e latossolos vermelho-amarelo distrófico.

Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixas ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelhos distróficos e os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os plintossolos compreendem solos minerais formados sob condições de restrição à percolação da água sujeitos ao efeito temporário de excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados, e se caracterizam fundamentalmente por apresentar expressiva plintitização com ou sem petroplintita. No município há ocorrência dos plintossolos háplicos distróficos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes no município os rios Campo Alegre; Clementino; Sumaúma; Arraias, com os seguintes córregos: Bueiro, Extrema, Sucuriú, do Meio, Brejão e Grota Grande; e Lajeado, com os seguintes afluentes: Salobro, Porteira e Brejão.

Vegetação

A vegetação é composta pelo cerrado arborizado e cerrado parque. O primeiro tipo se caracteriza por apresentar uma fisionomia nanofanerófitica rala e outra hemicriptófitica graminoide contínua. O segundo tipo é constituído essencialmente por um estrato graminoide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados, com conotação típica de um “Parque Inglês” (IBGE, 2012).

Há também, um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, caracteriza-se por culturas temporárias e permanentes.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Espaço Urbano

A cidade de Ribamar Fiquene desenvolve-se em uma área de planície nas margens da rodovia BR 010 (**Figura 154**) também denominada de Rodovia Bernardo Sayão, que, ao chegar na sede caracteriza-se por ter várias barracas nas suas laterais. Essa estrada, juntamente com um pequeno rio delimitaram a expansão da aludida sede para a margem direita da rodovia.

Figura 154 – Trecho da BR 010 em Ribamar Fiquene



Fonte: IMESC (2007)

Da BR 010 saem ruas no sentido Leste-Oeste, seccionadas por outras no sentido Norte-Sul dando o aspecto na maior parte da sede o formato de tabuleiro de xadrez. Metade das vias são pavimentadas com asfalto.

Encontra-se na malha viária duas avenidas denominadas Tocantins e Vanderli Ferraz (**Figura 155**), sendo nessa última o local onde concentram-se vários estabelecimentos comerciais.

Figura 155 – Avenida Vanderli Ferraz



Fonte: IMESC (2017)

Com relação a praças existe uma denominada Dez de Novembro (**Figura 156**), ajardinada e arborizada, com quiosque e palco, onde ocorrem os eventos da cidade, há ali um busto do ex-governador, que dá nome ao município, Ribamar Fiquene.

Figura 156 – Praça Dez de Novembro



Fonte: IMESC (2017)

Os bairros são: Centro, Vila Mariana, Vila Ita, Vila Lobão, Parque dos Buritis, Residencial Sumauma, Vila Bolacha, Vila Silvinho, Vila Balela, Residencial Manoel Rocha.

Espaço Rural

Compõe o espaço rural de Ribamar Fiquene as seguintes localidades: Arraias, Lajeado, Brejão, Jabuti, Juçara, Tabuleirão, Folha Larga e Canto de Areia.

Utilização das terras

As informações sobre a utilização das terras do espaço rural de Ribamar Fiquene, traz a classificação de estabelecimento que não são analisados quantitativamente, por terem mais de uma atividade rural praticada na mesma unidade. Entretanto, nota-se na **Tabela 128**, que nesses estabelecimentos pratica-se pecuária (principalmente em áreas de pastagens plantadas em boas condições e pastagens plantadas em boas condições) e agricultura (lavouras temporárias e permanentes). São encontradas áreas de matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e sistemas agroflorestais (formas de uso de terras, nas quais se combinam cultivo de espécies frutíferas e madeireiras com criação de animais e colheita de lavouras).

Nos estabelecimentos são identificados tanques, lagos, açudes e águas públicas, o que pode significar que são áreas voltadas para a aquicultura e também abastecimento do gado. As terras degradadas, provavelmente são resultado da pecuária extensiva e manejo deficitário na agricultura, carecendo de estudos e técnicas que as tornem novamente produtíveis. O mesmo se aplica as terras inaproveitáveis.

Dos 56.333 hectares de área, 50% são de pastagens plantadas em boas condições, 29% de matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 7% sistemas agroflorestais, 5% com lavouras temporárias e pastagens plantas em más condições cada, 4% de lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis e 1% de lavouras permanentes 1%. Não foram disponibilizados os dados dos hectares das matas e florestas naturais e plantadas (**Tabela 128**).

Tabela 128 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	61	355
Lavouras temporárias	230	2.723
Pastagens plantadas em boas condições	314	28.186
Pastagens plantadas em más condições	48	2.595
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	242	16.510
Matas ou florestas naturais	14	-
Matas ou florestas plantadas	2	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	45	3.700
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	420	2.264
Total	-	56.333

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Na **Tabela 129**, observa-se que os proprietários foram responsáveis por 96% dos 423 estabelecimentos agropecuários e 2% concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva. Os que estão sob responsabilidade de arrendatários e parceiros, correspondem a 1% cada. Como arrendamento e parceria são feitos diretamente com proprietários, a participação do mesmo eleva-se para 98%. Os ocupantes e comandatários detinham menos de 1% dos estabelecimentos.

Em 2017, dos 57.028 hectares, 100% eram de responsabilidades de proprietários, enquanto concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva possuíam menos de 1%. Não foram disponibilizados os hectares dos arrendatários, parceiros, comandatários e ocupantes (**Tabela 129**).

Tabela 129 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Nº de estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	404	56.970
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	9	58
Arrendatário	3	-
Parceiro	4	-
Comandatário	1	-
Ocupante	2	-
Total	423	57.028

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 7.318 habitantes (IBGE, 2010), Ribamar Fiquene, ocupava a 193ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,11% da população do Estado.

Em termos regionais, situava-se no 16º lugar em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 1,44%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foi de 0,615 ocupando a 36ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da população é de 7.825 habitantes. Sua densidade demográfica é de 10,67 hab./km²; quem nasce no município é denominado de fiquenense.

A população total do município, entre 2000 e 2010, cresceu em 13%. A população masculina em 11% e a feminina em 14%, a urbana 34% e a rural reduziu 3% (**Tabela 130**).

Em 2000 o percentual de homens foi de 52%, o de mulheres 48% da população, 42% para os habitantes da zona urbana e 58% para a rural. No ano de 2010, a população rural e urbana representava 50% cada, enquanto a masculina e a feminina corresponderam a 52% e 48% respectivamente. O crescimento da população urbana em relação a rural é explicado pela transferência de alguns habitantes do campo para a cidade na justificativa de melhores assistências de educação e saúde, empregos no setor de comércio e serviços, fornecidos pelos centros urbanos.

Tabela 130 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	2.744	3.677
Rural	3.744	3.641
Masculina	3.383	3.771
Feminina	3.105	3.547
Total	6.488	7.318

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Em 2017 na rede municipal de ensino de Ribamar Fiquene foram matriculados 1.812 alunos distribuídos em 19 escolas (uma com laboratório de informática); destas, quatro estavam na zona urbana e 15 na rural. Quanto as modalidades de ensino, tinha-se três creches, três pré-escola e 15 com o ensino fundamental, além da EJA, que não foi informado o quantitativo de estabelecimentos.

Referente ao número de docentes na rede municipal são 83 professores, 81 com ensino superior completo e dois com magistério.

A prefeitura municipal mantém uma biblioteca pública, auxilia o transporte público com oito veículos e distribui merenda escolar para os alunos utilizando alimentos da agricultura familiar.

Quanto ao ensino médio, havia duas escolas estaduais no município, com 310 alunos matriculados em 12 turmas e um total de 23 professores (INEP, 2019).

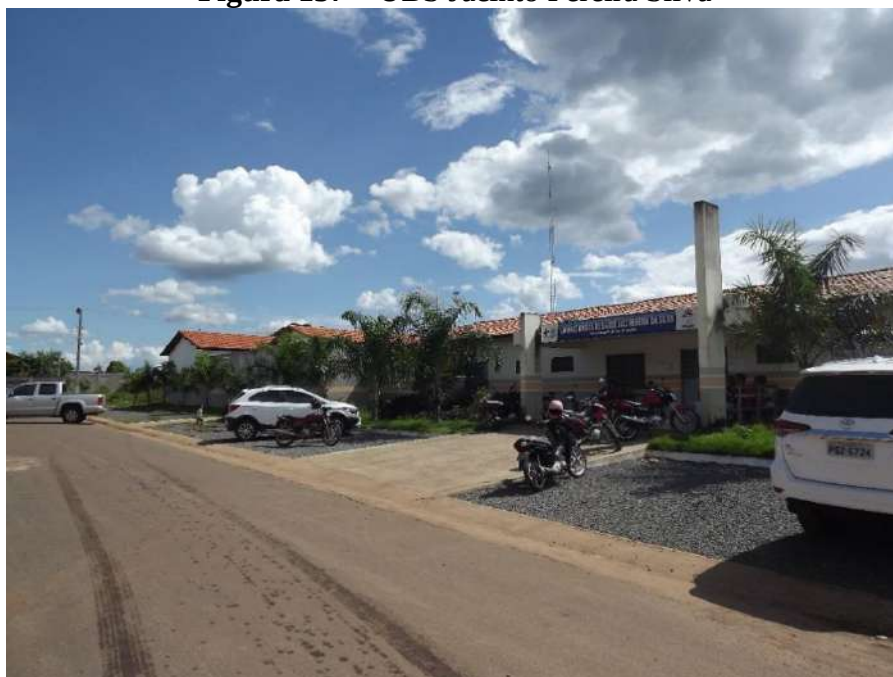
O ensino superior está sob responsabilidade de faculdades particulares que oferecem graduação e pós-graduação em Pedagogia.

Saúde Assistência Social

No atendimento à saúde, existem três Unidades Básica de Saúde (**Figura 157**), sendo uma delas com funcionamento de 24 horas com ginecologista e seis técnicos de enfermagem, que atendem principalmente casos ligados a hipertensão, diabetes e gestantes. Nos casos mais graves os pacientes são transferidos em duas ambulâncias para as cidades de Imperatriz ou Porto Franco.

A rede municipal oferece para a população exames laboratoriais, raio-x e distribuição de remédios na farmácia básica municipal.

Figura 157 – UBS Jacinto Pereira Silva



Fonte: IMESC (2017)

Em 2017, encontrava-se em Ribamar Fiquene, um hospital em fase de conclusão (**Figura 158**), com 20 leitos, que se tornará a referência na área da saúde no município.

Figura 158 – Hospital Municipal de Ribamar Fiquene



Fonte: IMESC (2017)

Dando a existência na área da saúde existem três equipes do ESF que cobrem 100% do território municipal. Cada equipe é composta por um médico, um enfermeiro e técnicos de enfermagem. Referido programa é contemplado com a parte odontológica, composta por três dentistas.

Funciona no município um NASF com pediatra, fisioterapeuta e outros profissionais. Outro programa na rede de saúde local é o Saúde na Escola. Há também um conselho tutelar, um CREAS e dois CRAS que tem como um dos principais programas o SCFV.

Economia

O município ocupava em 2018 a 160ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 77,430 milhões, correspondendo a 0,09% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 42,423 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 28,794 milhões, o industrial com R\$ 3,590 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 2,624 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 317,75 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura é principalmente itinerante, com algumas propriedades utilizando o sistema de irrigação, voltada para a subsistência e comercialização, sendo os principais

produtos: melancia, feijão, tomate, pimentão, pepino, couve, alface, cebolinha, abacaxi e mamão.

Funciona no município o Sindicato de Trabalhadores Rurais, mas não se conseguiu o número de associados.

Agricultura Temporária

A agricultura temporária no município de Ribamar Fiquene, entre 2010 e 2019, registrou crescimento de 61% na quantidade produzida e 96% no valor da produção. Porém a área colhida reduziu em 36%. Isso é explicado por causa da redução de hectares colhidos do arroz (-93%), feijão (-81%), mandioca (-83%) e milho (-84%). Por outro lado, cana-de-açúcar (17%) e melancia (72%) apresentaram aumentos nas suas áreas. Os responsáveis pela variação positiva na quantidade produzida foram a cana-de-açúcar com aumento de 68% e a melancia 179%. Porém, arroz (-94%), feijão (-86%), mandioca (-85%) e milho (-85%) diminuíram suas produções. Em relação ao rendimento médio, cana-de-açúcar com 44% e melancia com 62% demonstraram crescimento, enquanto os demais produtos sofreram com quedas de na produtividade, nas quais o arroz 12%, feijão 25%, mandioca 11% e milho 7%. No valor da produção, o destaque positivo é para a cana-de-açúcar e melancia, que aumentaram seu valor em 164% e 547%, respectivamente. Os outros produtos decresceram em 91% o arroz, 75% o feijão, 67% a mandioca e 79% o milho. A fava e o tomate não possuem variações nos resultados da pesquisa por não apresentarem dados quantitativos no ano de 2019 (**Tabela 131**).

Em 2010, dos 2.699 hectares colhidos, 48% foi de cana-de-açúcar, 22% de milho, 18% de arroz, 6% mandioca, 5% feijão, 1% melancia e menos de 1% para a fava e o tomate. Das 95.802 toneladas produzidas, a cana-de-açúcar foi responsável por 95%, mandioca e milho 2% cada, arroz 1% e menos de 1% para fava, feijão, melancia e tomate. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 131**. A produção gerou um valor total de R\$ 6,555 milhões, dos quais 69% foram de participação da cana-de-açúcar, arroz e milho 10% cada, mandioca 4%, feijão 3%, tomate 2%, melancia 1% e fava menos de 1%.

No ano de 2019, a cana-de-açúcar representou 88% dos 1.729 hectares colhidos, o milho 5%, 2% arroz, feijão, melancia cada, e 1% mandioca. A quantidade produzida foi de 154.569 toneladas, nas quais a cana-de-açúcar foi responsável por 99%, melancia 1%, milho, mandioca, arroz e feijão menos de 1%. O valor da produção foi de R\$ 12,827 milhões, sendo 93% participação da cana-de-açúcar, 4% da melancia, 1% milho e mandioca cada, menos de 1% para

o feijão e o arroz. Fava e tomate não apresentaram dados sobre a produção referente a 2019 (**Tabela 131**).

Tabela 131 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	484	32	1.210	70	2.500	2.188	659	58
Cana-de-açúcar	1.300	1.520	91.000	153.035	70.000	100.681	4.550	11.990
Fava	5	-	2	-	400	-	5	-
Feijão	137	26	105	15	766	577	210	53
Mandioca	150	25	1.500	223	10.000	8.920	292	95
Melancia	18	31	360	1.006	20.000	32.452	77	498
Milho	600	95	1.500	220	2.500	2.316	625	133
Tomate	5	-	125	-	25.000	-	137	-
Total	2.699	1.729	95.802	154.569	-	-	6.555	12.827

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

No município, a agricultura registrou entre os anos de 2010 e 2019 reduções de 73% na área colhida, 40% na quantidade produzida e 11% no valor da produção. Nos hectares colhidos, com exceção da banana que aumentou sua em 18%, os demais produtos obtiveram taxas negativas de 99% para a castanha de caju, 97% para o coco-da-baía e 74% para o mamão. A banana (-30%), castanha de caju (-99%), coco-da-baía (-95%) e mamão (-30%) foram os responsáveis pela redução na quantidade produzida. No rendimento médio, obtiveram aumento a castanha de caju 2% e o mamão 171%, em contrapartida a banana e o coco-da-baía decaíram 41% e 23% respectivamente. Com relação ao valor da produção, somente a banana aumentou, com variação de 7%. Castanha de caju (-99%), coco-da-baía (-97%) e mamão (-8%) sofreram diminuição no valor. A laranja e o limão não possuem variações nos resultados da pesquisa por não apresentarem dados quantitativos no ano de 2019 (**Tabela 132**).

Dos 809 hectares colhidos, em 2010, 56% foi de castanha de caju, 22% de banana, 18% de coco-da-baía, 3% de mamão, 1% de limão e menos de 1% para a laranja. Das 3.322 toneladas produzidas, exceto o coco-da-baía que é expresso em mil frutos, a banana foi responsável por 90%, mamão 5%, castanha-de-caju 4%, laranja e limão 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 132**. O valor da produção foi de R\$ 2,224 milhões, dos quais 79% foram de participação da banana, 9% de coco-da-baía, 7% de castanha-de-caju, 4% de mamão e menos de 1% para a laranja e o limão.

No ano de 2019, foram colhidos 220 hectares, dos quais 93% foi de banana, 3% de mamão, 2% de coco-da-baía e 1% de castanha de caju. A quantidade produzida foi de 2.206 toneladas, exceto o coco-da-baía que é dado em mil frutos, a banana foi responsável por 95%, mamão 5% e menos de 1% castanha de caju. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 132**. A banana teve participação de 95% dos R\$ 1,979 milhões do valor da produção, mamão 4%, castanha de caju e coco-da-baía menos de 1%. A laranja e o limão não apresentaram dados sobre a produção referente a 2019.

Tabela 132 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	174	205	2.993	2.091	17.201	10.200	1.765	1.882
Castanha de caju	455	3	148	1	325	333	148	2
Coco-da-baía*	145	5	341	9	2.351	1.800	204	6
Laranja	3	-	8	-	2.666	-	5	-
Limão	5	-	11	-	2.200	-	5	-
Mamão	27	7	162	114	6.000	16.286	97	89
Total	809	220	-	-	-	-	2.224	1.979

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (2010 e 2019)

*Mil Frutos

Horticultura

Em 2017, a quantidade total produzida foi de 252 toneladas. Destas, 32% foi de pimentão, 26% de milho verde, 22% de tomate, 15% de pepino, 3% de pimenta e 2% de quiabo. Na quantidade vendida, das 250 toneladas, 32% eram de pimentão, 26% eram de milho verde, 22% tomate, 15% pepino, 3% pimenta e 2% quiabo. No valor da produção, dos R\$ 324 mil, o pimentão contribuiu com 34%, o milho verde 31%, o tomate 20%, pepino 8%, o quiabo 4% e 2% pimenta (**Tabela 133**).

Tabela 133 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Milho verde (espiga)	66	64	100
Pepino	37	37	26
Pimenta	7	7	8
Pimentão	80	80	111
Quiabo	6	6	13
Tomate (estaqueado)	56	56	66
Total	252	250	324

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é uma das principais atividades econômicas do município, sendo extensiva e utilizando pastos plantados, com destaque para criação de bovinos, suínos, caprinos. No município há uma granja para criação de aves.

Entre 2010 e 2019 teve um crescimento de 181% no número de cabeças. Isso é explicado pelo aumento nos rebanhos de caprino (175%), galináceos (613%), equino (14%), ovino (42%), bovino (13%) e suíno (14%). O rebanho bubalino não apresenta dados quantitativos referentes a 2010, por isso não houve variação no período analisado (**Tabela 134**).

No ano de 2010, o rebanho bovino teve 66% das 73.384 cabeças, seguido pelos galináceos com 28%, suíno e ovino 2% cada, equino 1% e menos de 1% de caprino. Em 2019, das 206.488 cabeças, 27% eram de bovino, 71% de aves, ovino 1%, caprino, suíno, equino e bubalino menos de 1% (**Tabela 134**).

Tabela 134 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de Cabeças (Unidades)	Número de Cabeças (Unidades)
Bovino	48.527	54.998
Bubalino	-	98
Equino	1.065	1.216
Suíno	1.689	1.923
Caprino	101	278
Ovino	1.569	2.225
Aves	20.433	145.750
Total	73.384	206.488

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em 2019, foram produzidos 4,889 milhões de litros com valor de produção de R\$ 4,889 milhões e 65 mil dúzias de ovos de galinha com valor de produção de R\$ 414 mil. Somados, representaram R\$ 5,303 milhões, com as seguintes distribuições: 92% para o leite e 8% para os ovos (IBGE, 2019).

Extrativismo e Silvicultura

Os produtos extrativos vegetais registrados em 2019 pelo IBGE, foram o carvão vegetal e a lenha. A produção de carvão vegetal resultou em 559 toneladas e a de lenha em 290 metros cúbicos. Com relação ao valor da produção, dos R\$ 295 mil, o carvão vegetal foi responsável por R\$ 290 mil (98%) e a lenha R\$ 5 mil (2%).

Referente à silvicultura, o município possui áreas plantadas com eucalipto. Todavia, não foram registrados, pelo IBGE (2019), a produção e o valor do mesmo.

Pesca e Aquicultura

A pesca artesanal é realizada em ambiente fluvial, principalmente no rio Tocantins, voltada para auto alimentação e comercialização, sendo as principais espécies: piau (*Leporinus friderici*), curimatá (*Prochilodus* sp.), branquinha (*Curimata cyprinoides*), mapará (*Hypophthalmus spp.*) e mandi (*Pimelodus blochii Valenciennes*).

No município Ribamar Fiquene, de acordo com o IBGE (2019), a aquicultura registrou uma produção total de 31.076 quilogramas. Dessas, 27.506 quilogramas (88%) foram de tambacu, tambatinga e 3.570 quilogramas (12%) de tambaqui. O valor gerado foi R\$ 188 mil, nos quais R\$ 165 mil (88%) foi a participação de tambacu, tambatinga e R\$ 23 mil (12%) a do tambaqui.

Indústria

Encontram-se no município um total de 28 indústrias, sendo cinco de extração de minerais não metálicos, duas de produtos alimentícios, três de confecção de artigos do vestuário e acessórios, uma de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, uma de produtos de madeira, uma de fabricação de produtos de minerais não metálicos, uma de fabricação de produtos de metal, exceto maquinários e equipamentos, três de móveis, três de construção de edifícios, uma de obras de infraestrutura e sete de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

O comércio é principalmente varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercados abastecidos com produtos importados de Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 162 estabelecimentos comerciais, sendo: 13 comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, oito por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 141 varejistas.

Turismo

O principal potencial turístico no município é o Tocantins, que durante o período de estiagem formam-se bancos de areia, denominados de praias de água doce com destaque para a de Sumaúma (**Figura 159**) e o rio Campo Alegre, onde localizam-se várias fazendas nas suas margens, com destaque para a Roque.

Figura 159 – Vista parcial da Praia de Sumaúma no rio Tocantins



Fonte: Globoplay (2019)

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação encontra-se no município uma pousada, dois restaurantes e seis lanchonetes.

Os pratos típicos registrados são o bode, feijoada e a panelada.

Na parte do artesanato registram-se 30 artesãos que produzem tapetes, tecidos e malhas.

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos são representados por quadrilhas juninas que, apresentam-se no arraial da cidade durante três a quatro dias no período junino na praça de eventos do município, com instalação de barracas que servem comidas típicas.

Outros eventos realizados no município são: uma gincana, o desfile da Independência do Brasil no dia 7 de setembro, aniversário da cidade, o festejo de São Sebastião, quatro cavalgadas com os peões andando de cavalo pelas ruas da cidade, feiras culturais com artesãos locais e apresentações estudantis.

Para o entretenimento o município dispõe de uma biblioteca pública, duas quadras poliesportiva, um ginásio esportivo com capacidade aproximada de 500 pessoas, dois campos de futebol, um estádio de futebol com capacidade de 3.000 pessoas, três casas de shows onde se pode escutar o forró, ritmo musical mais apreciado pelos habitantes locais, vários bares espalhados pelo território municipal e pequenas barracas de comida caseira ao longo do trecho da BR 010 que passa pela sede municipal.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possuindo cartório e delegacia. Faz parte da 103ª zona eleitoral; possuía 6.771 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

Predomina no município o catolicismo, possuindo oito igrejas distribuídas duas na zona urbana e seis na rural, com destaque para a Igreja de São Sebastião (**Figura 160**) padroeiro do município, festejado no dia 20 de janeiro.

Os evangélicos possuem aproximadamente cinco templos na área urbana e oito na área rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus e a Batista.

As religiões de matriz africana estão representadas por um terreiro no território municipal.

Figura 160 – Igreja Matriz de São Sebastião



Fonte: IMESC (2019)

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o percentual de católicos foi de 80% católicos, 14% evangélicos, 3% sem religião e 2% outras religiosidades cristãs (**Tabela 135**).

Tabela 135 – População residente por religião

Religião	Número de Adeptos
Católicos	5871
Evangélicos	1033
Espírita	6
Outras religiões	172
Sem religião	236
Total	7.318

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é realizado através dos poços artesianos cuja a responsabilidade é da prefeitura. Com relação ao esgotamento não há infraestrutura para a coleta dos efluentes.

A coleta do lixo é realizada somente na sede municipal e nos principais povoados diariamente, utilizando-se caminhões que depositam os resíduos sólidos em um lixão a céu aberto a 5 km da cidade de Ribamar Fiquene.

A distribuição da energia elétrica é de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia com ligações em 100% do território municipal. Em 2018, essa empresa registrou um consumo de 7.693.261 Mwh, dos quais 42% eram referentes ao usuário residencial, 32% rural, 11% comercial, 7% iluminação pública, 5% poder público, 2% serviço público e 1% industrial (**Tabela 136**).

Tabela 136 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	3.253.659
Industrial	59.421
Comercial	839.730
Rural	2.497.071
Poder público	361.785
Iluminação pública	539.628
Serviço público	141.967
Total	7.693.261

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2017)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios.

Prestando o serviço de telefonia móvel, há as empresas TIM, OI, e CLARO, que também oferecem os sinais de acesso à internet, assim como a empresa Júpiter. A Oi é responsável pelas linhas fixas de telefone.

Referente aos meios de comunicação de noticiais existe a rádio Sumaúma.

Transporte

A distância da cidade de Ribamar Fiquene para a de São Luís é de aproximadamente 681 km pelas seguintes rodovias: BRs 135, 222 e 010.

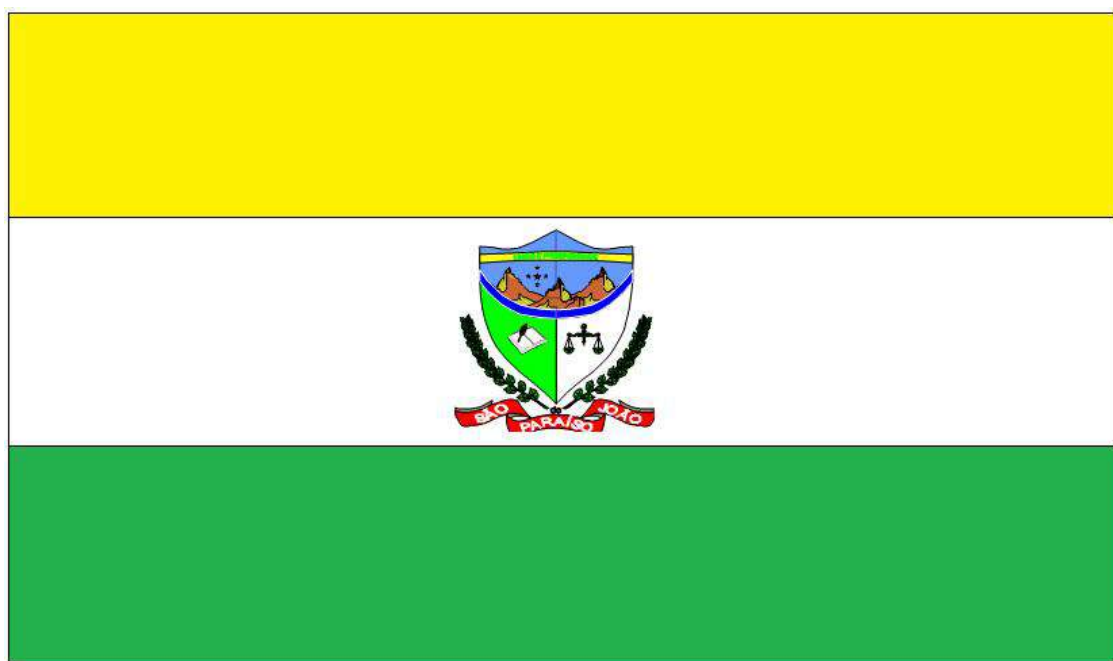
Predomina no traslado intermunicipal o deslocamento realizado por ônibus e vans, sendo este último o mais utilizado entre o espaço rural e urbano. Dentro da sede a predominância é a utilização dos mototáxis.

16 SÃO JOÃO DO PARAÍSO

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Tua Beleza é natural,
tão bela quanto a sua história
guerreiros livres que lutaram
por ideais que hoje é glória

Veja as palmeiras que te cercaram,
acentuadas sobre as rochas,
e nos folgedos deste palco,
fazem juninas festas nossas,
terra altaneira nos fizestes sonhadores,

que cantamos nossa esperança,
no infinito deste chão,
São João do paraíso,
paraíso meu torrão
tua grandeza é a liberdade
que brilha no Maranhão.

Rio Lajeado és a fonte de nossa paz
que mata nossa sede na arquitetura
de um relevo uma mangueira é nossa rede,
riquezas mil a nossa terra tem pra dar,
foi abençoada por Deus,
quem a que planta colhe os frutos seus,
e é bem vindo quem chegar!

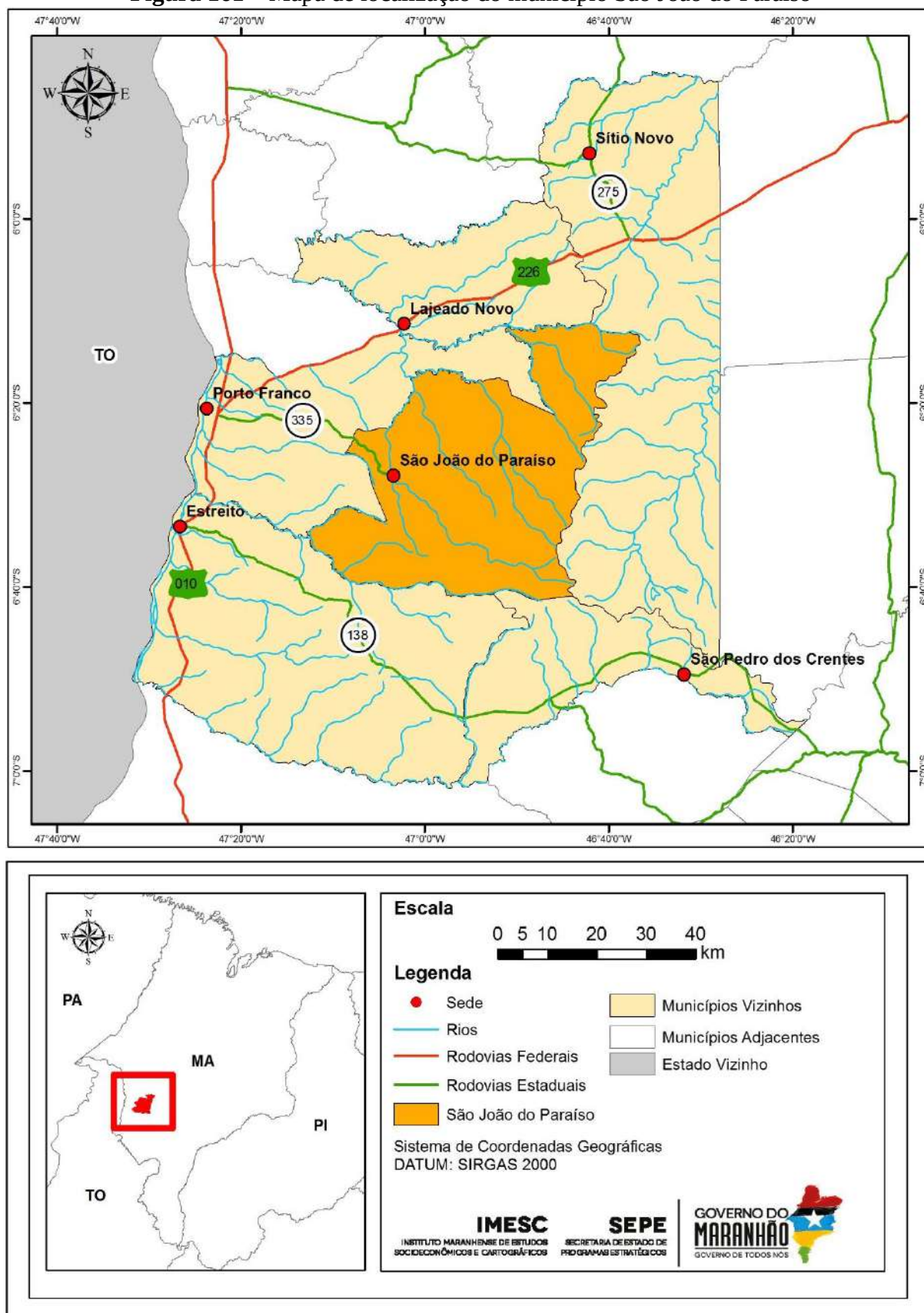
Letra e melodia: Teresinha Sousa Santos

Localização

O município São João do Paraíso localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com os municípios de Porto Franco e Lajeado Novo; ao Oeste com Porto Franco; ao Sul com Estreito e São Pedro dos Crentes; ao Leste com Sítio Novo (**Figura 161**).

Figura 161 – Mapa de localização do município São João do Paraíso



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -06° 11' 17" de latitude e -46°42'22" de longitude; Oeste -47°12'55" de longitude e -06°34'01" de latitude; Sul -06°41'30" de latitude e -46°47'46" de longitude e Leste -46°36'32" de longitude e -06°13'26" de latitude.

Extensão

O município ocupa a 39ª posição no ranking estadual em extensão com 2.053,843 km², representando 0,62% do território maranhense. Em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a terceira posição com 7,92%.

Processo de Ocupação¹⁷

Nas margens do rio Lajeado, onde hoje está o município São João do Paraíso, haviam prósperas fazendas e, entre estas, a “São João” de um lado e a “São Sebastião” do outro lado do rio, terras muito férteis, próprias para a agricultura e a criação de gado. Por ali, também, bem próximas umas das outras, situavam-se outras fazendas. Era uma região bem habitada e merecedora da assistência do governo municipal.

Em 20 de janeiro de 1948, por ocasião de uma reza de São Sebastião, estiveram ali, o prefeito Virgolino Vasconcelos, o vice-prefeito Joaquim Pereira e outros acompanhantes provenientes da cidade de Porto Franco. Na animação da festa do santo, mais de cem pessoas estavam ali, quando alguns fazendeiros reivindicaram a criação de uma escola naquele lugar. O prefeito prometeu a construção da escola de imediato, encarregando seu vice para promovê-la. Em São Luís, conseguiram uma pequena verba para a obra.

Foi contratado o pedreiro Aurélio Gomes Pereira como empreiteiro e, nesse mesmo ano, a obra foi iniciada: um salão bastante espaçoso, uma sala de recepção e dependências para duas professoras. Uma construção sólida e bem-acabada, sobressaindo-se no pequeno arraial que se formou imediatamente por famílias de fazendeiros ansiosas para colocarem seus filhos na escola. Eram os primeiros e principais moradores do lugar: Delfino Aguiar de Azevedo e seus

¹⁷ Histórico retirado de PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu pé de tarumã florido**: um retrato de Porto Franco. Ética Editora, 1997.

irmãos; Natividade José Marinho e seus irmãos; Virgolino, Manduca, Pijoca e outros irmãos; João José Milhomem Filho e mais os descendentes dessa família, dentre outros.

A inauguração do prédio escolar deu-se um ano depois do início de sua construção, no dia 20 de janeiro de 1949. Para cortar a fita simbólica inaugural da obra, foram convidados o Sr. Waldemar Gomes Pereira, diretor das “Escolas Reunidas de Porto Franco”, que também foi orador oficial da solenidade, juntamente com o prefeito e o vice. Naquela época não havia estrada ligando a sede do município ao povoado, eram mais de 12 horas de viagem, percorridas a cavalo. A edificação e a inauguração da escola foram o fator preponderante para o nascimento e o crescimento do lugar. Dois anos depois já se podia sentir que o arraial de Paraíso se tornaria um próspero povoado.

Um episódio peculiar aconteceu na escolha do santo padroeiro do então povoado Paraíso: de um lado do rio o povo queria que o povoado ficasse sob a invocação e proteção de São Sebastião; do outro lado, a força maior opinava que São João Batista deveria ser o padroeiro. As divergências cresciam e as opiniões se chocavam, sem haver entendimento nem conciliação. Frei João Pedro Maria de Boa Viagem, então vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Porto Franco e, em desobriga, mandou construir uma capela tosca, de palha de palmeira e taipa, na margem esquerda do rio – a que chamou São Sebastião – e a prefeitura encomendou e recebeu as duas imagens dos santos venerados. Marcou-se a data da entrega dos santos no dia 25 de maio de 1950. Uma grande turma de cavaleiros, acompanhando o padre e demais autoridades levavam os dois padroeiros. Léguas e meia antes da entrada no povoado, foram recebidos por mais de cem cavaleiros de Paraíso, todos em montaria. Na chegada, os santos foram retirados da embalagem, benzidos ritualisticamente pelo vigário e uma salva de mais de trezentos tiros de revólver e de outras armas saudaram os grandes e mais ilustres moradores que chegavam para ficar: São João e São Sebastião. As comemorações festivas duraram três dias consecutivos.

A rivalidade não morreu. Em junho do mesmo ano, os moradores da margem direita do rio vieram em procissão e levaram São João para a parte principal do povoado e o primeiro grande festejo de São João começou ali, naquele ano.

Em 1961 foi criado o município São João do Paraíso, posteriormente extinto. Pela Lei nº 6.158, de 10 de novembro de 1994, foi criado novamente o município, desmembrado de Porto Franco e instalado em 1º de janeiro de 1997.

Em 3 de outubro de 1996 foram realizadas as primeiras eleições do novo município, sendo eleito como primeiro prefeito o Sr. Vicente Ribeiro Sobrinho (1997 a 2000), posteriormente foram eleitos: Dalton Filho (2001 a 2004), José Aldo Ribeiro (2005 a 2008),

Raimundo Galdi Leite “Boca Quente” (2009 a 2011), Eva Caju (2012), José Aldo Ribeiro (2013 a 2016) e Roberto Régis de Albuquerque (2017 a 2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar das Alpercatas e da Bacia Sedimentar do Grajaú. A primeira, ocupa grande área do município, caracterizando-se como uma bacia intracratônica assoreada com rochas sedimentares e massas de derrames, tufos e outros materiais vulcânicos, trazidos à superfície através de falhas e formando pilhas. O seu nome é baseado na expressão geomorfológica da serra das Alpercatas, situada na região centro-sudeste do estado do Maranhão. Esta é preenchida pela superseqüência jurássica, composta pelas Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim) balizadas na base e no topo, respectivamente, pelas formações Mosquito (Jurássico) e Sardinha (Cretáceo Inferior) de natureza ígnea. No município são predominantes duas formações: a Corda e a Mosquito. A Formação Corda consiste-se de arenitos avermelhados com granulometria bimodal, em seqüências separadas por superfícies limitantes onde há deposição de argila. O seu ambiente de sedimentação é interpretado como desértico. A Formação Mosquito é composta por basalto preto, amigdaloidal, tholeiítico que eventualmente possui intercalações de arenito; está ocupa uma pequena área no município (SILVA *et al.*, 2003).

A Bacia Sedimentar do Grajaú, teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003). A base geológica da área, corresponde principalmente ao Grupo Itapecuru, ocupando uma pequena área no município.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente

concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município está inserido na Depressão do Médio Vale do Rio Tocantins, representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenados pelos vales de vários rios. Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais o curso do vale do rio Tocantins (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, neossolos, nitossolos e vertissolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam os latossolos vermelhos distróficos.

Os neossolos são constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando nenhum tipo de horizonte B diagnóstico ou alterações expressivas em relação ao material originário devido a baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos. Esse tipo de solo é bem predominante no município, sendo os principais os neossolos litólicos distróficos e os neossolos quartzarênicos órticos.

Os nitossolos são constituídos por material mineral, com argila, inclusive no horizonte A, que apresentam horizonte B nítico abaixo do horizonte A. O horizonte B nítico apresenta argila de atividade baixa ou atividade alta conjugada com caráter alumínico, ambos na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA).

Os vertissolos são constituídos por material mineral apresentando horizonte vértico e pequena variação textural ao longo do perfil, insuficiente para caracterizar um horizonte B textural. Apresentam pronunciadas mudanças de volume com o aumento do teor de água no solo, fendas profundas na época seca e evidências de movimentação da massa do solo sob a forma de superfícies de fricção. Os que mais se destacam são os vertissolos ebânicos órticos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, tendo como afluentes o rio Flores, com os riachos: Presidio, São Bento, Brejão, Pedras, Rodrigues, Colchete, Vão do Marco e Brejão do Meio; rio Itaueiras, com os córregos: Banguê, Buriti Brabo, Baburral, Grotta da Cachorra, Unha de Gato, Sucupira, Cabeceira, Ribeirão dos Cavalos, rio Gameleira e rio Jardim; e rio Lajeado, composto pelos rios: Lajeadinho e Santana, córregos: Xixá, Curral Velho, Boa Esperança, Porteira, Fundo, Angical, Raposa, Brejão, Cachorra, rejeitado, Ribeirão Bonito, Ribeirão Correntes, Grotta do Curral, e os riachos: Arrependido, Alforge, São Marcos, Grotta d'Anta, Extrema, Picos, Macacos, Boa Vista, Cantinho, Vereda e Bacaba.

Vegetação

A vegetação é composta essencialmente pelo Cerrado, se caracterizando por dois tipos: florestal e arborizado (IBGE, 2012).

O cerrado do tipo florestal possui fisionomia típica e característica restrita a áreas areníticas lixiviadas com solos profundos, ocorrendo em um clima tropical eminentemente estacional. Apresenta sinúsias lenhosas de micro e nanofanerófitos, tortuosos com ramificação irregular, providos de macrófitos esclerófitos perenes ou semidecíduos, ritidoma esfoliado corticoso rígido ou córtex maciamente suberoso, com órgãos de reserva subterrâneos ou xilopódios, cujas alturas variam de 6 a 8 m. Em alguns locais, apresenta sinúsias lenhosas de meso e microfanerófitos com altura média superior aos 10 m, sendo muito semelhante, fisionomicamente, a florestas estacionais, apenas diferindo destas na sua composição florística. Não apresenta sinúsia nítida de caméfitos, mas sim relvado hemicriptófitico, de permeio com

plantas lenhosas raquílicas e palmeiras anãs. Extremamente repetitiva, a sua composição florística reflete-se em uma fisionomia caracterizada por dominantes fanerofíticos típicos, como: pequi (*Caryocar brasiliense*), pau-de-colher (*Salvertia convallariodora* A.), sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), pau-terra-de-folhas-grandes (*Qualea grandiflora*), pau-terra-de-folhas-pequenas (*Qualea parviflora*), angico-preto (*Anadenanthera peregrina* L.) e pau-santo (*Kielmeyera coriacea*).

O Cerrado Arborizado se caracteriza por apresentar uma fisionomia nanofanerofítica rala e outra hemicriptofítica graminoide contínua (IBGE, 2012).

Há também, um mosaico vegetal interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes, principalmente para a produção de grãos destacando-se o milho e a soja.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. Umidade relativa do ar anual entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm (UEMA, 2002).

Espaço Urbano

O espaço urbano de São João do Paraíso formou-se a priori em uma área levemente ondulada, próximo ao rio Lajeado. Com a abertura da MA 335, a cidade se expande, principalmente ao longo das principais avenidas. A cidade tem praticamente todos os bairros localizados à margem direita do rio Lajeado, enquanto o bairro São Sebastião é o único que se localiza na margem esquerda, distribuído ao longo da BR 335 e próximo ao rio.

Quando a MA 335 adentra a cidade, se ramifica em dois importantes logradouros: a avenida Agemiro Aguiar Azevedo e a Avenida Marcos Silva (Av. do Comércio). A avenida Agemiro Aguiar Azevedo (**Figura 162**), com 2,12 km, possui pavimentação em bloquetes

hexagonais, com canteiro central, arborizada por árvores frondosas, em seus primeiros 1,12 km metros de extensão, posteriormente toma a forma de uma rua larga, sem canteiro central, pavimentada com asfalto, nessa se distribuem alguns comércios, escola, oficinas mecânicas, lojas de peças automotivas, casas voltadas ao agronegócio, algumas secretarias municipais, posto de combustíveis e reservatório de abastecimento de água.

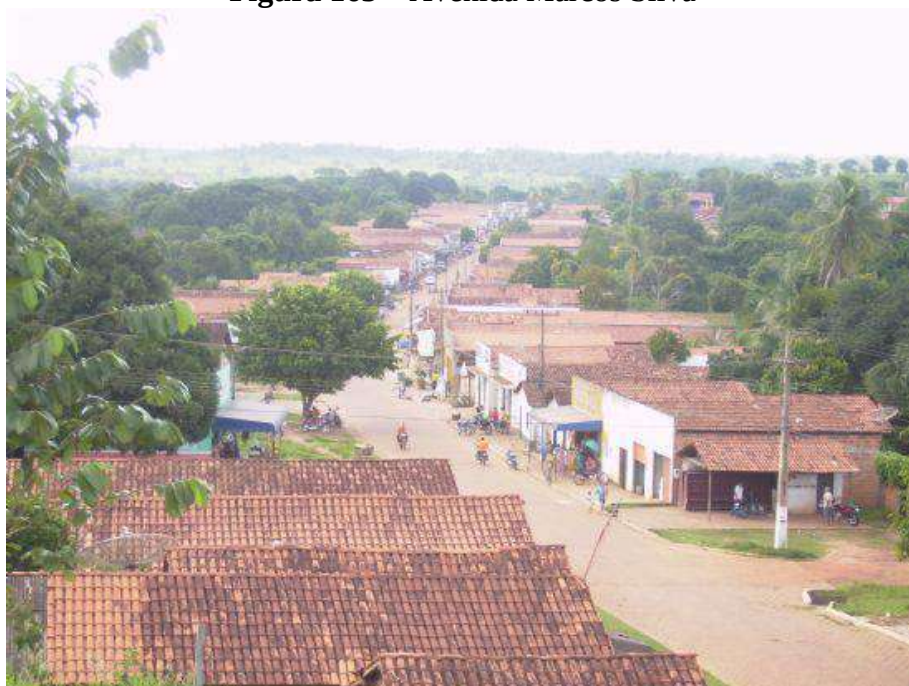
Figura 162 – Avenida Agemiro Aguiar Azevedo



Fonte: IMESC (2019)

A Avenida Marcos Silva (Av. do Comércio), é o mais extenso logradouro da cidade. Possui pavimentação formada por bloquetes (**Figura 163**). Nessa se concentra o comércio local, com diversas lojas de produtos alimentícios, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, agências bancárias, órgãos municipais, escolas, posto de combustíveis, sindicatos, posto de taxi e outros. Ao lado dessa via, localizam-se duas das principais praças da cidade: a da cultura e a João Martins. A Praça da Cultura é toda arborizada com palmeiras e ajardinada, com vários bancos dispostos pela mesma. A Praça João Martins (**Figura 164**), mais conhecida como praça do mercado, é o lugar onde ocorrem as festividades do município, possui quiosques, palco e grande área aberta.

Figura 163 – Avenida Marcos Silva



Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Paraíso

Figura 164 – Praça João Martins



Fonte: IMESC (2019)

Complementando os principais logradouros da cidade tem-se ainda as avenidas Olímpio Sudene e São Sebastião e a praça da Bíblia (**Figura 165**), localizada na rua Sete de Setembro, em frente à Igreja Matriz de São João Batista, esta é arborizada com árvores frondosas, palmeiras e gramado, com diversos bancos dispostos pela praça.

Figura 165 – Praça da Bíblia

Fonte: IMESC (2019)

As residências, em sua maioria, são térreas, em alvenaria e com telhado aparente, apenas na Avenida Marcos Silva as residências são mistas, abrigando muitas vezes comércios, sendo geminadas. Nos demais logradouros as residências são um pouco mais separadas e com quintais arborizados. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com bloquetes, poucas possuem asfalto e a maioria é apenas piçarrada.

Os bairros de São João do Paraíso são: Centro, Flamboiã, São Sebastião, Setor Castro, Setor Maciel, Caité, Sousa Aguiar, Vila Toró, Vila Tutu, Vila São Francisco, Vila Socorro, Alto Bonito e Vila Moraes.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se em poucas comunidades com destaque para a Comunidade Agrícola São Francisco, povoado Vão do Marco e os assentamentos: PA Baixa Grande/ Picos, PA Glória, PA Minador, PA São João, PA São Pedro, PA União Guará.

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 137** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções,

benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, pastagens plantadas em boas condições, matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, lavoura temporária e sistemas agroflorestais são as que mais ocupam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quanto a área, dos 139.955 hectares, 61% destinavam-se às pastagens plantadas em boas condições, 21% a matas e florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 8% sistemas agroflorestais, 3% matas ou florestas naturais, 2% pastagens plantadas em más condições e lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis tiveram, cada, 1% agricultura temporária, agricultura permanente e floresta plantada cada. Os dados de hectares das áreas para cultivo de flores e pastagem natural não foram disponibilizados (Tabela 137).

Tabela 137 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	59	790
Lavouras temporárias	399	1.380
Lavouras área para cultivo de flores	1	-
Pastagens naturais	4	
Pastagens plantadas em boas condições	975	84.982
Pastagens plantadas em más condições	65	2.781
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	825	29.688
Matas ou florestas naturais	73	4.488
Matas ou florestas plantadas	5	1.760
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	308	11.056
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	1.048	3.030
Total	-	139.955

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto a condição do produtor, dos 1.058 estabelecimentos em 2017, 98% estavam com os proprietários, 1% com os concessionários ou assentado agradando a titulação definitiva e com o parceiro cada, arrendatário e comandatário representaram menos de 1% cada.

A área ocupada pelos estabelecimentos em 2017, foi de 139.678 hectares, desses, a maior parte se concentra com os proprietários que totaliza quase 100%, enquanto o parceiro

representou menos de 1%. Não foram disponibilizados dados dos hectares dos concessionários ou assentados, dos arrendatários e dos comandatários (**Tabela 138**).

Tabela 138 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.034	139.174
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	13	-
Arrendatário	2	-
Parceiro	6	504
Comandatário	3	-
Total	1.058	139.678

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

São João do Paraíso ocupava a 166ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,16% da população do Estado. Em termos regionais, situava-se na 14ª posição em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 2,12%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foi de 0,609 ocupando a 43ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da população foi de 11.193 habitantes. Sua densidade demográfica é de 5,44 hab./km²; os que nascem no município são denominados de paraísenses.

Entre os anos de 2000 e 2010 a população municipal apresentou uma taxa de crescimento de 4%, isso se deu devido ao aumento na população da área urbana que cresceu 38%, enquanto a área rural houve uma redução de 15% no número de pessoas. Com relação ao gênero, a população masculina cresceu 6% e a feminina 2%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000, representou 52%, enquanto a feminina, correspondeu a 48% da população. Em 2010, a masculina representou 53% e a feminina 47%. Quanto a população urbana, em 2000, essa representou 37% e a rural 63%; em 2010, observa-se quase uma equiparação entre a população rural com 51% e a população urbana com 49% (**Tabela 139**).

Tabela 139 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	3.829	5.276
Rural	6.536	5.538
Masculina	5.438	5.777
Feminina	4.927	5.037
Absoluta	10.365	10.814

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

O município de São João do Paraíso conta com 16 estabelecimentos de ensino de âmbito municipal, distribuídos em uma creche, uma pré-escola e 14 escolas de ensino fundamental, sendo cinco na área urbana e 11 na zona rural, funcionando nos turnos matutino e vespertino e EJA no período noturno. O número de matriculados da rede pública municipal foi de 2.986 alunos, sendo orientados por 230 professores.

As escolas são bem equipadas com biblioteca, salas de leitura, laboratório de informática e transporte escolar destinado aos alunos que moram na zona rural. Há distribuição de livros didáticos e merenda escolar utilizando produtos oriundos da agricultura familiar.

O município disponibiliza três escolas comunitárias conveniadas com a prefeitura, funcionando do maternal ao 9º ano, onde se cobra dos alunos uma pequena taxa para manutenção.

Quanto à educação estadual, o município possui duas escolas de ensino médio, com 15 turmas, com 429 alunos matriculados e um total de 22 professores.

O ensino superior, é representado por três instituições privadas, a CONSULMA e a MAVISAN, ofertando cursos de graduação em Pedagogia, e a Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA), com pós-graduação nas áreas de licenciatura.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital Joca Chaves (**Figura 166**) que disponibiliza 20 leitos no setor de internação. Nesse hospital são realizadas consultas, atendimentos em urgência e emergência e pequenas cirurgias, além de dispor de exames de laboratoriais, ultrassonografia e eletrocardiograma. Dentre as doenças, as viroses e as infecções do trato urinário são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. Além desse hospital, o município conta com cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Compõe a equipe de saúde: três médicos, cinco enfermeiros e 15 técnicos de enfermagem. O hospital dispõe de quatro ambulâncias, que em casos mais graves os pacientes são transferidos para a cidade de Porto Franco. Dispõe também de uma Farmácia Básica, onde há distribuição de medicamentos.

Figura 166 – Hospital Joca Chaves



Fonte: IMESC (2019)

Compõem o programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), cinco equipes, com cinco médicos, cinco enfermeiros e cinco técnicos de enfermagem, cobrindo a totalidade do município. Faz parte também do ESF, cinco equipes de saúde bucal, formada por cinco dentistas e cinco auxiliares de saúde bucal.

O município dispõe de um Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), contando com nutricionista, psicólogo, assistente social e fisioterapeuta.

Atuam no município 38 agentes de saúde, destes 25 trabalham na área urbana e 13 na zona rural. Além desses, ainda conta, com seis agentes de vigilância epidemiológica e seis agentes de vigilância sanitária.

Outro programa desenvolvido pela secretaria de saúde é o Programa Saúde na Escola (PSE).

Funciona um Conselho Tutelar e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). No CRAS são desenvolvidos os seguintes programas: Benefício de Prestação Continuada (BPC), com 254 pessoas beneficiadas, sendo 80 idosos e 123 deficientes; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), atendendo 93 famílias, sendo 60 crianças, 25 idosos e oito mulheres; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com 32 famílias acompanhadas diretamente; Criança Feliz, atende 197 famílias. Outros programas desenvolvidos são: conselho do idoso e do deficiente, bolsa família, ID jovem, carteira do idoso, bolsa escola, cad único dentre outros.

Economia

O município ocupava em 2018 a 126ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 116,892 milhões, correspondendo a 0,13% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 68,805 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 37,038 milhões, o industrial com R\$ 5,981 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 5,067 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 251,04 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma mecanizada e itinerante voltada para a subsistência e comercialização. A produção se baseia em grãos, principalmente arroz, milho e feijão e produção de mandioca, inhame e banana, a comercialização é feita para os municípios de São Luís e Imperatriz e para Belém - PA. No Sindicato de Trabalhadores Rurais há 900 cadastrados, mas apenas 30 são ativos.

Agricultura temporária

Sete produtos são representativos na agricultura temporária de São João do Paraíso: arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho e tomate.

Entre 2010 e 2019, os produtos da agricultura temporária tiveram uma redução na área colhida de 83%, na quantidade produzida de 71% e no valor da produção de 53%. Ainda nesse intervalo a área colhida do arroz diminuiu 93%, do feijão 56%, da mandioca 82% e a do milho 80%, contudo, o tomate teve um aumento de 250%. Referente à quantidade produzida, o arroz diminuiu 92%, o feijão 43%, a mandioca 81% e o milho 70%, houve aumento na produção de tomate de 228%. No rendimento médio houve pequenos acréscimos em algumas das culturas analisadas: o milho 47%, o feijão 30%, o arroz 23% e a mandioca 4%; o único produto que teve um rendimento baixo foi o tomate de 6%. Da mesma forma, houve reflexos negativos sobre o valor da produção com decréscimos de 57% no milho e na mandioca cada, 87% do arroz e 2% do feijão, enquanto que o tomate teve um aumento de 455%. A cana-de-açúcar e a melancia não foram analisadas, pois se apresentam em períodos distintos (**Figura 140**).

Em 2010, dos 2.810 hectares colhidos, o arroz participou com 34%, o feijão com 2%, a mandioca 4%, o milho com 59%, a cana de açúcar e o tomate participaram com menos de 1%. Na produção de 8.038 toneladas, o arroz colaborou com 24%, a cana de açúcar com 1%,

mandioca com 12%, o milho com 62%, o tomate e o feijão representaram menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 140**. Dos R\$ 3,407 milhões do valor da produção, o arroz contribuiu com 31%, feijão com 2%, a mandioca com 5%, o tomate com 1% e o milho com 61%.

Em 2019 a área colhida foi de 490 hectares: o milho contribuiu com 68%, o arroz com 13%, o feijão 5%, a mandioca e a soja 4% cada, a melancia 3% e o tomate 1%. Na quantidade produzida, das 2.308 toneladas, o milho representou 64%, a melancia 13%, a mandioca 8%, o arroz 7%, o tomate 6%, a soja 2% e o feijão 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 140**. Quanto ao valor da produção dos R\$ 1,587 milhão, o milho contribuiu com 56%, o tomate 15%, o arroz e a melancia com 8% cada, a mandioca com 5%, a soja com 4% e o feijão 3%.

Tabela 140 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	963	64	1.926	158	2.000	2.469	1.040	132
Cana-de-açúcar	2	-	92	-	46.000	-	4	-
Feijão	59	26	28	16	474	615	56	55
Mandioca	120	22	960	183	8.000	8.318	182	78
Melancia		16		294		18.375		134
Milho	1.664	335	4.992	1.476	3.000	4.406	2.081	886
Soja	-	20	-	50	-	2.500	-	58
Tomate	2	7	40	131	20.000	18.714	44	244
Total	2.810	490	8.038	2.308	-	-	3.407	1.587

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

A agricultura permanente apresenta uma variedade significativa de frutos, porém somente quatro produtos são considerados de importância econômica: castanha de caju, coco da baía e a laranja, com destaque para a banana como produto de maior relevância no município.

Analisando os dados entre 2010 e 2019, verificou-se um crescimento em todos os itens: área colhida 54%, quantidade produzida (exceto coco-da-baía, pois é quantificado em mil frutos, enquanto que os demais são dados em toneladas) 132% e o valor da produção 239%. Nesse mesmo período a área colhida da banana aumentou 156%, também houve aumento na sua produção em 135%, por outro lado o rendimento médio da banana diminuiu 8%. No que se refere ao valor da produção a banana teve um crescimento de 239%. Os demais produtos não foram analisados, pois só há informações de 2010 (**Tabela 141**).

Em 2010, dos 214 hectares, colhidos a banana ocupou 60%, a castanha de caju 29%, coco-da-baía 9% e a laranja 1%. Em quantidade produzida, das 2.348 toneladas (exceto coco-da-baía), a banana participou com 99%, a castanha de caju com 1% e a laranja com menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 141**. O valor total da produção foi de R\$ 1,451 milhão, com a banana colaborando com 96%, o coco-da-baía com 2%, a castanha de caju com 1% e a laranja com menos de 1%.

O único produto registrado em 2019 foi a banana. Este fruto foi colhido em 330 hectares, produziu 5.458 toneladas que gerou R\$ 4,912 milhões (**Tabela 141**).

Pela análise apresentada, conclui-se que a banana é um dos principais produtos agrícolas do município, que tem significativa importância econômica, tornando-se um polo de produção de banana no Maranhão, com grandes áreas de plantação e exportação do fruto para outros municípios e estados.

Tabela 141 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Hectares)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	129	330	2.322	5.458	18.000	16.539	1.393	4.912
Castanha de caju	62		18		290		19	
Coco-da-baía*	20	-	60	-	3.000	-	36	-
Laranja	3	-	8	-	2.666	-	3	-
Total	214	330	-	5.458	-	-	1.451	4.912

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil frutos

Horticultura

Apesar do município possuir umas variedades de produtos oriundos da horticultura, como alface, batata-doce, cebolinha, coentro, couve, maxixe, quiabo e outros, no ano de 2018 o IBGE registrou apenas dois produtos: o inhame e o tomate (estaqueado).

A quantidade produzida foi de 148 toneladas, sendo 29 para o inhame (20%) e 119 para o tomate (60%). A quantidade vendida foi de 145 toneladas, com 26 para o inhame (18%) e 119 para o tomate (62%). O valor da produção foi de R\$ 167 mil, com R\$ 52 mil para o inhame (31%) e R\$ 115 mil para o tomate (69%).

Pecuária

A pecuária é uma das principais atividades econômicas no município, sendo o rebanho bovino o mais importante, com criação semi-intensiva, em pastos plantados. Destinado ao abate e produção leiteira.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 20%, apresentado as seguintes variações: bovino 22%, bubalino 163%, equinos 34%, suíno 209%, caprino -5%, ovino 17% e galináceos 11%.

Em 2010, das 186.760 cabeças, 49% eram de galináceos, 46% de bovinos, 4% de suínos, ovinos cada, 1% de equinos, o bubalino e o caprino representaram menos de 1%. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 223.330 animais, com 46% de bovinos, 45% de galináceos, 5% de suínos, 2% de equino e ovino cada, bubalino e caprino representaram menos de 1% (**Tabela 142**).

Tabela 142 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	85.359	104.159
Bubalino	19	50
Equino	2.733	3.668
Suíno	3.092	9.548
Caprino	431	410
Ovino	3.005	3.508
Galináceos	92.121	101.987
Total	186.760	223.330

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal, em 2019 foram produzidos 9,055 milhões de litros de leite com valor de produção de R\$ 8,874 milhões e 128 mil dúzias de ovos, com valor de produção de R\$ 780 mil. Somados, representaram R\$ 9,654 milhões, dos quais 92% refere-se ao leite e 8% aos ovos de galinha (IBGE, 2019).

Extrativismo e Silvicultura

Em 2019, foram produzidas 884 toneladas de carvão vegetal e 130 metros cúbicos, com as seguintes participações: lenha com 90 m³ e madeira em tora com 40 m³, representando, respectivamente 69% e 31%.

A renda adquirida com referidos produtos foi de R\$ 378 mil, com as seguintes participações: carvão vegetal 98%, lenha e madeira em tora 1% cada (**Tabela 143**).

Embora não haja registro do babaçu no período analisado da produção extrativista, a amêndoa tem uma relativa importância econômica no município.

Tabela 143 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Tonelada)	(Metros Cúbicos)	
Carvão Vegetal	884	-	371
Lenha	-	90	2
Madeira em Tora	-	40	5
Total	844	130	378

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Quanto à silvicultura, há no município grandes plantações de eucalipto. De acordo com o IBGE (2019), foram produzidas 416 toneladas de carvão vegetal de eucalipto, com valor de produção de R\$ 279 mil.

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada em ambiente fluvial, de forma artesanal, principalmente no rio Lajeado. As embarcações mais utilizadas nas pescarias são as canoas e o pescado é voltado principalmente para o autoconsumo. As principais espécies são: Pacu (*Mylossoma* sp.), Piau (*Leporinus friderici*), Piranha (*Pygocentrus nattereri*), Traíra (*Hoplias malabaricus*) e outros.

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 36.500 toneladas, das quais tambacu, tambatinga correspondeu a 34.500 quilogramas e tambaqui 2.000 quilogramas representando 95% e 5% respectivamente. Quanto ao valor de produção que foi de R\$ 227 mil, o tambacu, tambatinga contribuiu com R\$ 214 mil e o tambaqui com R\$ 13 mil, representando, respectivamente, 94% e 6%.

Indústria

Encontra-se no município um total de 31 indústrias, sendo: quatro de fabricação de produtos alimentícios, sendo: uma de laticínios, uma de beneficiamento de arroz e duas de fabricação de farinha de mandioca e derivados; três de produtos têxteis; duas de confecção de artigos do vestuário e acessórios; uma de fabricação de casas de madeira pré-fabricadas; uma de serviços de encadernação e plastificação; sete de fabricação de produtos de metal, exceto

máquinas e equipamentos; uma de manutenção e reparo de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial; uma de captação, tratamento e distribuição de água; uma de coleta de resíduos não perigosos; três de construção de edifícios e; sete de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

O comércio é basicamente varejista, destacando-se pelos setores alimentícios e vestuário, concentrando sua área comercial na Avenida Marcos Silva, popularmente conhecida como “rua do comércio”, distribuindo-se em quitandas, supermercados, farmácias, padarias e lojas de eletrodomésticos. Seu abastecimento é realizado por caminhões vindo de Imperatriz e de outros estados. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 301 estabelecimentos comerciais, sendo: 33 de reparação de veículos automotores e motocicletas; 11 atacadistas e 257 varejistas.

Turismo

O município São João do Paraíso apresenta vários atrativos turísticos, com relevância para o ecoturismo, destacando-se o rio Lajeado, apresentando áreas propícias para o banho e lazer (**Figura 167**). Outras potencialidades existentes no município são as cachoeiras, localizadas no rio Itaueiras (Agrovila São Francisco) e no rio Gameleira (região do Vão da Castalha).

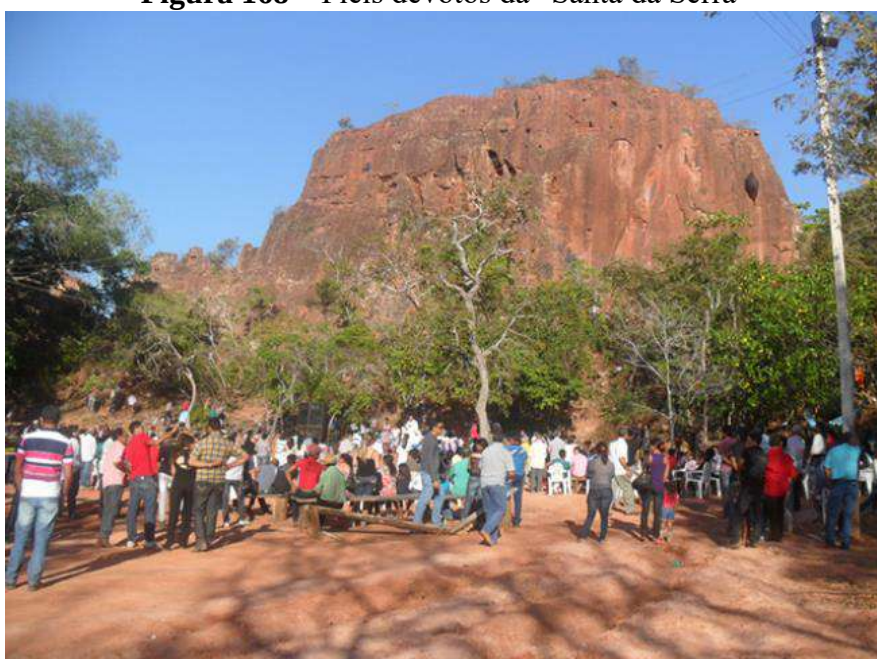
Figura 167 – Rio Lajeado, próximo à sede municipal



Fonte: IMESC (2019)

Como turismo religioso destaca-se o festejo em homenagem a nossa Nossa Senhora da Serra “Santa da Serra”, que ocorre tradicionalmente no mês de agosto, com missas, procissões, cavalgadas e romaria que percorre 60 km, reunindo milhares de fiéis (**Figura 168**). O santuário fica no povoado Vão do Marco, local conhecido como Serra da Cinta, que fica localizado na zona rural à 52 km da sede São João do Paraíso.

Figura 168 – Fiéis devotos da “Santa da Serra”



Fonte: Aldo Manoel/Imirante

Outra atração de grande relevância no município é o “Festival da Banana”, um evento promovido pela secretaria de agricultura do município, realizado no mês de setembro, com exposições de produtos, comidas feitas de banana, palestras, concurso da escolha da garota do festival e shows culturais com artistas regionais.

A culinária tem como pratos principais, a galinha caipira, a carne de sol, o chambari e a panelada. O município dispõe de um hotel e três pousadas.

O artesanato é representado por tapetes confeccionados de tecidos e peças de crochê. Os ritmos mais apreciados são o forró e o sertanejo.

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta das luxuosas quadrilhas juninas.

Os principais eventos que ocorrem no município são: Lava-Pratos, ocorre 20 dias depois do carnaval na praça da cultura com shows; festas juninas realizado na praça da cultura, com barracas de comidas típicas, quadrilhas, shows de cantores locais e regionais; cavalgada, ocorrendo na abertura dos festejos juninos, com escolha da garota cavalgada e apresentação de bandas e shows; vaquejada que ocorre no mês de abril no parque Genésio Aguiar (Bola Boi); dia do evangélicos; 7 de setembro; aniversário da cidade; gincanas escolares e festival da banana.

Como entretenimento e lazer o município dispõe de parque de vaquejada, uma quadra poliesportiva, um campo de futebol, dois ginásios esportivos, um estádio de futebol “Secudão” José Benigno com capacidade para 700 pessoas, quatro restaurantes, uma boate, quatro clubes, além de vários bares e lanchonetes. O município possui uma escola de música, uma banda de música ou fanfarra.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Porto Franco, funcionando na cidade um cartório e uma delegacia. Corresponde a 46ª zona eleitoral, com registro de 8.186 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

A religião é representada principalmente pelo catolicismo e pelos evangélicos. Os católicos possuem três igrejas na sede, dentre elas, a Igreja Matriz de São João Batista (**Figura**

169) padroeiro do município e várias capelas distribuídas pelo espaço rural. Além do padroeiro, um dos principais festejos é o de São Sebastião, Nossa Senhora de Salette e Nossa Senhora da Serra.

Os evangélicos, possuem inúmeros templos na cidade e na zona rural, sendo as principais congregações Assembleia de Deus (Madureira, Anápolis), Ministério Comadesma, Batista (Memorial e Missionária), Adventista do Sétimo Dia, Mundial, Universal e outros.

Figura 169 – Igreja Matriz de São João Batista



Fonte: IMESC (2019)

Dos 10.814 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 72% se declararam católicos, 23% evangélicos e 5% sem religião; umbanda/candomblé e outras religiões, representaram menos de 1% cada (**Tabela 144**).

Tabela 144 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	7.735
Evangélicos	2.526
Umbanda e Candomblé	8
Outras religiões	15
Sem religião	530
Total	10.814

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade municipal, através do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população utiliza fossas sépticas ou rudimentares. Quanto a coleta de lixo, é realizada todos os dias da semana, apenas na sede; o lixo é transportado em caminhão compactador e depositado em um lixão a céu aberto a cinco quilômetros da sede.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, possuindo uma subestação. Em 2018, o consumo de energia registrado foi de 8.848.411 Mwh distribuídos em: 51% residencial, 26% rural, 8% comercial, 6% iluminação pública e serviço público cada, 3% poder público, industrial e consumo próprio representaram menos de 1% (**Tabela 145**).

Tabela 145 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	4.483.742
Industrial	39.186
Comercial	691.473
Rural	2.323.059
Poder público	238.387
Iluminação pública	568.992
Serviço público	494.725
Consumo próprio	8.847
Total	8.848.411

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por um posto do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia, possui cobertura das operadoras CLARO e TIM e linhas fixas da OI e internet oriunda das prestadoras Mais Net e Rosi Net.

Como meio de comunicação local, o município possui uma rádio comunitária (Regional FM).

Transporte

A cidade de São João do Paraíso está a 771 km da cidade São Luís, comunicando-se com a capital pelas seguintes vias terrestres: BRs 135, 222, 010 e MA 335. A distância entre o

município de Imperatriz é de com 143 km. As cidades mais próximas são: Porto Franco, Estreito, São Pedro dos Crentes, Sítio Novo e Lajeado Novo.

Para o deslocamento intermunicipal a população utiliza vans que saem todos os dias para diferentes destinos principalmente para cidades de Porto franco e Imperatriz. O traslado urbano – rural é realizado por micro-ônibus, mototáxis e motos. Na cidade o transporte se dá através de táxis e mototáxis e veículos próprios.

17 SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

Símbolos Municipais¹⁸



Brasão



Bandeira

¹⁸ O município não possui hino municipal.

Localização

O município São Pedro da Água Branca localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). São Pedro da Água Branca também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte e ao Oeste com o estado do Pará; ao Leste com o município de Vila Nova dos Martírios; ao Sul o estado do Tocantins (**Figura 170**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -04° 55' 28" de latitude e -48°12'43" de longitude; Oeste -48°45'17" de longitude e -05°20'55" de latitude; Sul -05°21'08" de latitude e -48°44'25" de longitude e Leste -48°11'12" de longitude e -04°58'53" de latitude.

Extensão

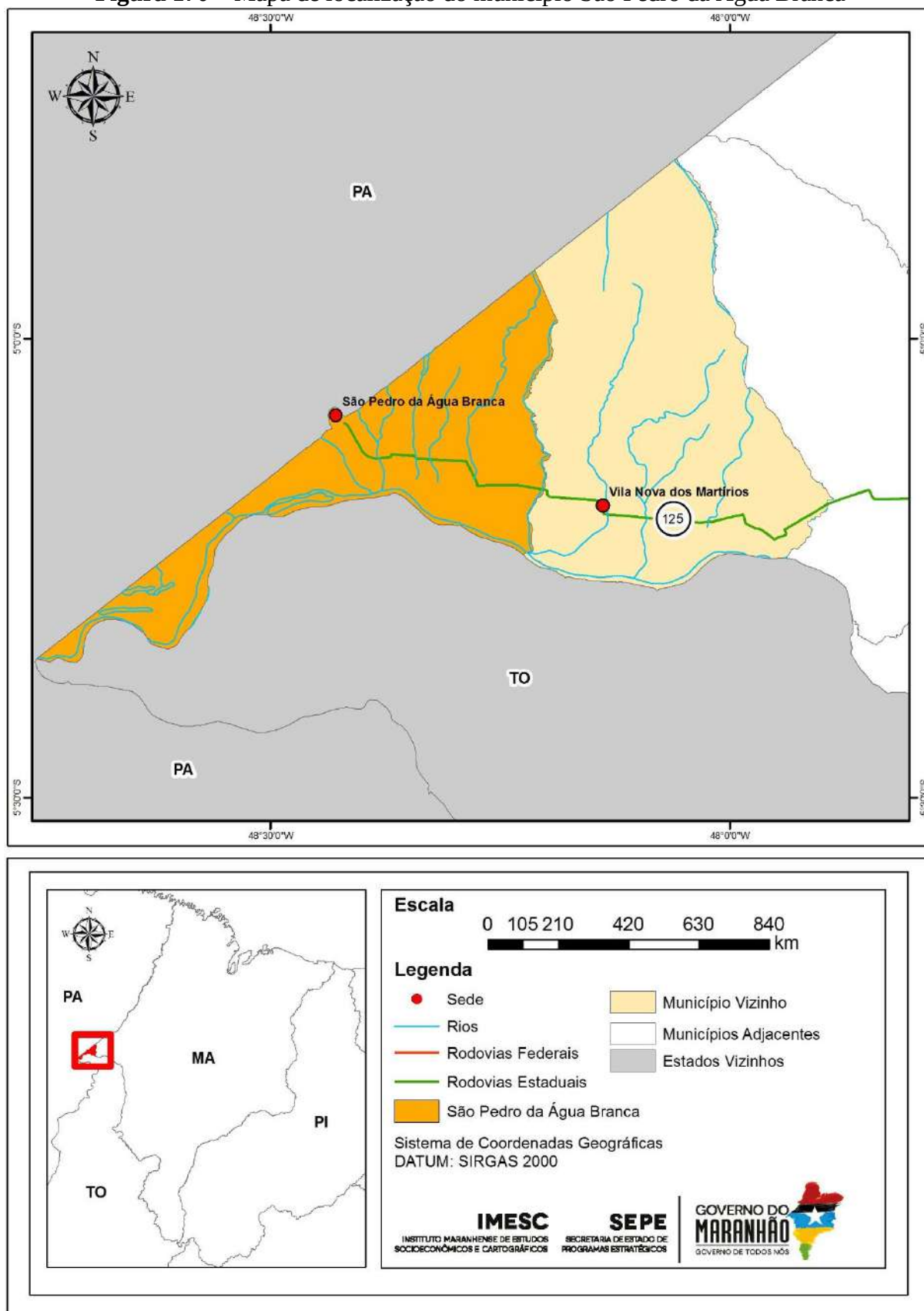
O município ocupa a 137ª posição no ranking estadual em extensão com 720,464 km², representando 0,22% do território maranhense. Em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, está na 14ª posição com 2,78%.

Processo de Ocupação¹⁹

A formação do atual município São Pedro da Água Branca iniciou com a chegada do senhor conhecido popularmente, como Chico Baterista, que veio em busca de terra. A devoção por São Pedro e admiração com a água límpida do riacho Água Branca, determinou a nomenclatura do mesmo “São Pedro da Água Branca”.

¹⁹ Gonçalves, Luciléa Ferreira Lopes. **Emancipações municipais e aplicação de recursos públicos**: um estudo de caso no setor educacional em Cidelândia e São Pedro da Água Branca no Maranhão. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciência da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2010. 165 f.

Figura 170 – Mapa de localização do município São Pedro da Água Branca



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Bem próximo a esse acontecimento, há o registro da chegada de Jackson Mendonça, fazendeiro do Pará. Dois grupos formados por posseiros e fazendeiros a partir de então, passaram a disputar as terras da região, causando muitos conflitos. Nesse período o povoado se apresentava com duas pequenas ruas delimitadas por casas de barro e pau a pique, cobertas por folhas da palmeira babaçu.

Convém destacar que na história da formação de São Pedro da Água Branca existe o evento da disputa pela região, onde o município situa-se, atualmente, entre o Pará e o Maranhão. Por um lado, na concepção dos paraenses, São Pedro da Água Branca pertencia ao Pará, tal entendimento devia-se à influência exercida por Marabá à região, mais do que Imperatriz. Por outro lado, no entendimento dos migrantes, oriundos de diversas partes do Maranhão, da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, o território pertencia ao Maranhão. Pode-se admitir que o evento da disputa do limite entre os dois estados foi, na realidade, uma justificativa em adotar um novo modelo de uso daquelas terras. Até então, havia o predomínio da cultura do arroz que, desde a década de 1950, vinha constituindo-se em atividade produtiva identificada como um ciclo econômico que contribuiu na formação do município Imperatriz, juntamente com a coleta do babaçu e extração de madeira.

Com a chegada de Jackson Mendonça, iniciou-se a implantação das fazendas de gado e também a instauração da grilagem. A resistência dos posseiros em permanecer nas terras causou vários eventos de violência, registrados no processo de ocupação do Bico do Papagaio. As ações do governo federal nessa região, no final dos anos de 1970 e 1980, foram marcadas com a incorporação da referida área, como indispensável à Segurança Nacional, implantando a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (Em 1977 foi publicado o Decreto-Lei nº 1523 de 3/2/1977, que cria essas coordenadorias) e em 1º de fevereiro de 1980 pelo Decreto-Lei nº 1767 o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). O objetivo era a regularização fundiária no Sudeste do Pará, Nordeste do Goiás e Oeste do Maranhão. Com esse objetivo o GETAT pretendia especificamente, viabilizar a implantação do Projeto Carajás, da melhor forma possível, sob a óptica dos militares. Sobre essa questão Ferraz, (2000, p.97) assim contribui: A região do Bico do Papagaio foi escolhida como área prioritária de atuação do GETAT, devido ao número elevado de conflitos registrados na área e à sua proximidade com a Serra dos Carajás. Para o governo era urgente pacificar a região. O “Projeto Carajás”, conhecido da opinião pública, envolvendo elevados investimentos nacionais e estrangeiros, exigia garantias para entrar em operação (FERRAZ, 2000, p. 92).

Como resultado das ações do GETAT, em São Pedro da Água Branca, foi feito um loteamento para 105 pessoas, que para a população, também faz parte da história da formação do Município.

O crescimento local teve impulso na década de 1980 com a construção da Estrada de Ferro Carajás. Na década seguinte, o município teve grandes áreas reflorestadas com eucalipto, destinadas à produção de celulose, papel e carvão.

A chegada de padre Geraldo Schauff em São Pedro no início da década de 1990, muito contribuiu para o desenvolvimento do lugar. Realizou grande trabalho religioso e social, seus projetos mais relevantes foram: cisternas para garantir água de boa qualidade, lavanderias comunitárias para não precisar lavar roupa no rio; construção de vilas com casas de tijolos substituindo moradias precárias de barro ou madeira ou palha de buriti; pequeno criatório de gado para fornecimento de alimentação básica (carne e leite) para famílias carentes; serviço de saúde; merenda diária para as crianças, fornecimento gratuito de remédios mediante receita médica, uma grande igreja com um centro com muitas salas para catequese, alfabetização, com a colaboração das Irmãs da Ação Pastoral.

Pela Lei Estadual nº 6.146, de 10 de novembro de 1994, São Pedro da Água Branca foi elevado à categoria de município, desmembrado de Imperatriz e instalado em 01 de janeiro de 1997.

Seu primeiro prefeito foi Gerson Davi dos Santos (1997-1998), que teve o mandato caçado. O próximo prefeito foi Nérias Teixeira de Sousa (1999-2000), em seguida foi eleito Ildézio Gonçalves de Oliveira, conhecido como Juca (2001-2004). Depois teve Vanderlúcio Simão Ribeiro (2005-2008/2009-2012) e posteriormente Gilsimar Ferreira Pereira (2013-2016).

Ambiente Físico

Geologia

Inserido na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados

como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a três unidades principais: Grupo Itapecuru, Formação Codó e Aluviões Holocênicas.

O Grupo Itapecuru, ocupa grande parte do município, é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Codó, ocupa uma pequena área do município, constitui-se por folhelhos cinza-escuros a pretos e cinza-esverdeados com intercalações de siltitos, arenitos, calcários e gipsita.

Os Aluviões Holocênicos, encontram-se ao longo do rio Tocantins, são compostos por depósitos grossos a conglomeráticos de residuais de canal, arenosos relativos a barra em pontal, pelíticos representando àqueles de transbordamento e fluviolacustres.

Geomorfologia

Geomorfologicamente o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, sendo representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenado pelos vales de vários rios.

Seu relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Destaca-se, ainda, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo de seu fundo de vale. Entretanto, essa planície torna-se bem mais larga em seu baixo curso do rio, próximo à confluência com o rio Araguaia.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para o Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins. As planícies aluviais do baixo, rio Tocantins, encontram-se embutidas em cotas ainda mais baixas, entre 100 e 150 m.

O município possui uma pequena área ao Norte, inserida no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, sendo representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes superiores a 100 m. Esse planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos argissolos e gleissolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente caulíníticos. No município se destacam os argissolos amarelos distróficos e argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os gleissolos compreendem solos hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea. Esses solos no município são encontrados próximos ao rio Tocantins, se destacando por serem gleissolos háplicos distróficos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, tendo como afluentes o rio Papagaio e os córregos Marcelino, Traíra, Sucuri, Anajá, Sumaúma, Tucunará e Grapiá.

Compõem ainda a hidrografia municipal os lagos Muruí, Maçarandubal, Fino, Areial, Tracajá e 14.

Vegetação

A vegetação é composta pela Floresta Ombrófila aluvial e Submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas do vale do rio Tocantins onde se destacam as palmáceas: açai (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia Vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo tipo corresponde as formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planaltos com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto porte, algumas ultrapassando 50 metros. Entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa Guianensis*). Essa se encontra bem descaracterizada no município, restando poucas áreas com esses tipos de vegetal (IBGE, 2012).

No município observa-se um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana pelo uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Espaço Urbano

O espaço urbano de São Pedro da Água Branca (**Figura 171**) formou-se a “priori” próximo ao Córrego Água Branca. Com a abertura da MA 125, a área urbana se estrutura às

margens da mesma. A cidade é dotada de infraestrutura, bom padrão construtivo e espaços consolidados, expandindo-se principalmente em direção ao Leste.

Figura 171 – Vista da cidade de São Pedro da Água Branca



Fonte: Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca

Ao chegar à cidade pela MA 125, a rodovia se bifurca, formando a Avenida do Sesp, possuindo canteiro central em sua maior parte e arborizado com palmeiras (**Figura 172**) e a rua da Piçarra, nome dado a outra parte da MA 125 quando esta adentra a cidade. Na bifurcação há uma praça, com algumas palmeiras e uma quadra de esportes.

Figura 172 – Detalhe da Avenida do Sesp e praça na entrada da cidade



Fonte: IMESC (2019)

Estas duas vias citadas, vão ao encontro do principal logradouro da cidade, a avenida Tancredo Neves (**Figura 173**), com aproximadamente 1,20 km, possuindo pavimentação toda em bloquetes hexagonais. Essa avenida concentra o comércio local, com a presença de lojas que vendem produtos diversificados; há também algumas igrejas evangélicas, casa lotérica, fórum, posto de combustível, academia de ginástica e rede hospitalar.

Figura 173 – Avenida Tancredo Neves



Fonte: IMESC (2019)

Destaca-se também a Avenida Presidente Geisel (**Figura 174**), que possui pavimentação mista, em bloquetes e asfalto e parte da mesma com canteiro central plantado com palmeiras. Nessa avenida fica a prefeitura e secretarias municipais, hotel, cartório, posto bancário, correios, promotoria, biblioteca e a praça São Pedro, toda ajardinada e arborizada com palmeiras reais e árvores frondosas e, no centro da mesma, uma estátua (**Figura 175**). Há outras avenidas: Floriano Pinheiro Torres e Marechal Castelo Branco.

Figura 174 – Avenida Presidente Geisel



Fonte: IMESC (2019)

Figura 175 – Praça São Pedro



Fonte: IMESC (2019)

A rua Nova, toda pavimentada em bloquetes, está o principal núcleo religioso e cartão postal da cidade, a Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo, a casa paroquial, a praça Padre Geraldo Schauff (**Figura 176**) e diversas residências térreas.

Figura 176 – Praça Padre Geraldo Schauff



Fonte: IMESC (2019)

As residências em sua maioria são térreas, em alvenaria e com telhado aparente (**Figura 177**), além de muitas construídas de madeira. Na Avenida Tancredo Neves, as residências são mistas, abrigando muitas vezes comércios, em casas geminadas que possuem por vezes dois pavimentos. Nos demais quarteirões as residências são um pouco mais separadas e com quintais arborizados. As ruas e travessas, são aproximadamente 49, pavimentadas predominantemente com bloquetes; poucas possuem asfalto e outras são piçarradas ou não possuem pavimentação.

Os bairros de São Pedro da Água Branca são: Centro, Vila São Geraldo, Monte Sinai, Tocantins, Habita Brasil, São José, Nova São Pedro, Vila Conceição, Explanada Gavião e Vanderlândia.

Figura 177 – Detalhe das residências na Rua Nova



Fonte: IMESC (2019)

Espaço Rural

No espaço rural municipal distribuem-se nos seguintes assentamentos: PA Água Branca, Vila São Raimundo, Primeiro Cocal, Vila Muruí e Vila Maçarandubal.

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotadas na **Tabela 146** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis as pastagens plantadas em boas condições, as matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e as lavouras temporárias são as que mais ocupam estabelecimentos. Não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quanto à área, dos 48.952 hectares, 45% estavam com as pastagens em boas condições, 39% com matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 9% com pastagens plantadas em más condições, 4% com lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras

degradadas e de terras inaproveitáveis, 1% com lavoura temporária, lavoura permanente e sistemas agroflorestais representaram menos de 1%. Não foram disponibilizados a área das lavouras para cultivo de flores e pastagens naturais (**Tabela 146**).

Tabela 146 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (ha)
Lavouras permanentes	37	221
Lavouras temporárias	121	540
Lavouras área para cultivo de flores	2	-
Pastagens naturais	2	-
Pastagens plantadas em boas condições	157	22.178
Pastagens plantadas em más condições	86	4.285
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	126	19.322
Matas ou florestas naturais	1	-
Matas ou florestas plantadas	2	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	7	232
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	212	2.174
Total	-	48.952

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, ocuparam 236 estabelecimentos. Destes, 92% eram de proprietários, 6% produtor sem área, 2% ocupante e menos de 1% parceiro. Em relação aos 57.637 hectares, os proprietários corresponderam a 100% dos mesmos. Não foi disponibilizado a área em hectares do parceiro e ocupante (**Tabela 147**).

Tabela 147 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	216	57.637
Parceiro	1	-
Ocupante	4	-
Produtor sem área	15	-
Total	236	57.637

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 12.028 habitantes no ano de 2010 (IBGE), São Pedro da Água Branca ocupava a 151ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,18% da

população do Estado. Em termos regionais, situava-se na 12ª posição em relação a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 2,36%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM foi de 0,605 ocupando a 49ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da população foi de 12.735 habitantes. Sua densidade demográfica é de 17,7 hab./km²; quem nasce no município é denominado de água-branquense.

No decênio de 2000 a 2010 a população de São Pedro da Água Branca apresentou uma taxa de crescimento de 10%. Nesse mesmo intervalo a população urbana do município teve aumento de 13%, e por sua vez, a população rural diminuiu 10%. Nesse período, a população masculina aumentou 9% e a feminina 11%.

Em relação ao gênero, nos anos de 2000 e 2010, a população masculina representou 51%, enquanto a feminina, correspondeu a 49% da população. Quanto a população urbana, em 2000, representou 87% e a rural 13%; em 2010, a população urbana foi a mais representativa com 89% e a rural equivaleu a 11%. A grande taxa de população urbana deve-se principalmente ao diminuto espaço rural e as poucas comunidades que o integram (**Tabela 148**).

Tabela 148 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	9.459	10.712
Rural	1.468	1.316
Masculina	5.593	6.115
Feminina	5.334	5.913
Absoluta	10.927	12.028

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por nove escolas, destas, seis estão na cidade e três na zona rural. Dessas três são de pré-escola e seis de ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino. Possui um total de 2.688 alunos e 148 professores, dos quais 133 lecionam na área urbana e 15 na zona rural. Há também a Educação de Jovens de Adultos (EJA), funcionando no período noturno.

O município dispõe de uma biblioteca, duas salas de leitura, distribuição de fardamento escolar e merenda escolar, utilizando produtos locais. Há transporte escolar, com três ônibus, sendo um locado.

Há também uma escola particular, destinada a educação infantil.

Quanto ao ensino médio, há uma escola estadual com 14 salas, com 487 alunos matriculados e 22 professores, todos com ensino superior completo e apenas três morando fora do município.

No município há a Escola de Qualificação Técnica de Enfermagem de Imperatriz (EQTEI), que oferece curso Técnico de Enfermagem. O ensino superior é particular em EAD, oferecido pela Paranapanema, com os seguintes cursos: Pedagogia, História, Geografia e Administração.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital Municipal São Pedro da Água Branca (**Figura 178**) que disponibiliza 26 leitos no setor de internação. Nesse hospital são realizados consultas e atendimentos em urgência e emergência, além de realizar pequenas cirurgias. Dentre as doenças a hipertensão, diabetes, pneumonia e os acidentes de trânsito são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. Além do hospital, o município conta com três Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Figura 178 – Hospital Municipal de São Pedro da Água Branca



Fonte: IMESC (2019)

O hospital dispõe de duas ambulâncias, que em casos mais graves, os pacientes, são transferidos para a cidade de Açailândia ou Imperatriz com todos os custos de transportes são de responsabilidade da prefeitura. Compõe a equipe de saúde: três médicos com clínica geral,

cinco enfermeiros e 12 técnicos de enfermagem. Há a Farmácia Básica que funciona no hospital.

Compõem o programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), três equipes, com três médicos, três enfermeiros e cinco técnicos ou auxiliares de enfermagem, cobrindo 95% do município. Faz parte também do ESF, duas equipes de saúde bucal, composta por dois dentistas.

O município conta com 30 agentes de saúde, destes, 26 trabalham na área urbana e quatro na zona rural. Além desses, possui dez agentes de vigilância epidemiológica e três agentes de vigilância sanitária.

Além desses programas, funciona o Conselho Tutelar e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Nesse centro são desenvolvidos os seguintes programas: Benefício de Prestação Continuada, atendendo aproximadamente 200 pessoas e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), atendendo 130 crianças, 30 jovens e 80 idosos.

Economia

O município ocupava em 2018 a 142ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 95,127 milhões, correspondendo a 0,11% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 68,446 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 9,206 milhões, o industrial com R\$ 7,156 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 10,320 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 289,70 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante voltada para a subsistência e comércio, sendo esta vendida para o próprio município e para Abel Figueiredo (PA) e Vila Nova dos Martírios (MA). Há, no Sindicato de Trabalhadores Rurais 600 associados. A produção se baseia em grãos, principalmente arroz, milho e feijão. Os povoados que se destacam são: PA Água Branca com produção de arroz na margem do rio Tocantins, Vila São Raimundo com plantação de mandioca para a produção de farinha e Cocal, com produção de arroz, milho verde e melancia.

Agricultura temporária

Sete produtos são representativos na agricultura temporária de São Pedro da Água Branca: amendoim, arroz, fava, feijão, mandioca, melancia e milho.

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção aumentaram em 312%, 96% e 531%, respectivamente. No período mencionado, à área colhida do arroz aumentou 57%, a do feijão 137% e a da mandioca 680%. Referente a quantidade produzida, o feijão aumentou 800%, enquanto que a mandioca diminuiu 49% e o arroz 2%. No rendimento médio, os produtos que aumentaram foram: arroz 14% e feijão 111%, a mandioca reduziu seu valor em 30%. Quanto ao valor da produção, todos os produtos tiveram aumentos: arroz 172%, feijão 840% e mandioca 513%. O amendoim, a melancia e o milho não foram atualizados por não possuírem dados quantitativos no ano de 2010 (**Tabela 149**).

Em 2010, dos 139 hectares colhidos, 76% foram de arroz, 14% de feijão e 11% de mandioca. Das 293 toneladas produzidas, 57% eram de arroz, 41% de mandioca e 2% de feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 149**. No valor da produção, dos R\$ 126 mil, o arroz participou com 73%, a mandioca com 19% e o feijão com 8%.

Em 2019, dos 573 hectares de área colhida, o milho ocupou 51%, o arroz 29%, a mandioca 11%, o feijão 8%, o amendoim, a fava e a melancia corresponderam a 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 1.150 toneladas, o milho contribuiu com 37%, a mandioca com 30%, o arroz com 26%, a melancia 4%, o feijão 2%, o amendoim 1% e a fava representou menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 149**. Para o valor da produção, dos R\$ 795 mil, o milho contribuiu com 33%, o arroz com 31%, a mandioca com 18%, o feijão com 12%, a melancia com 3%, o amendoim com 2% e a fava com 1%.

Tabela 149 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	-	4	-	6	-	1.500	-	13
Arroz	105	165	168	300	1.600	1.818	92	250
Fava	-	4	-	1	-	250	-	6
Feijão	19	45	5	25	263	556	10	94
Mandioca	15	61	120	343	8.000	5.623	24	147
Melancia	-	4	-	45	-	11.250	-	26
Milho	-	290	-	430	-	1.483	-	259
Total	139	573	293	1.150	-	-	126	795

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção aumentaram respectivamente 720%, 226% e 459%. Quanto aos produtos não foram analisados, pois se apresentam em períodos distintos.

Em 2010, apenas um produto é representativo na agricultura permanente, a banana. Com 5 hectares de área plantada, 77 toneladas de quantidade produzida, rendimento médio de 15.400 kg/há e R\$ 46 mil do valor da produção.

Em 2019, dois produtos são representativos, a banana e a borracha (látex coagulado). Dos 41 hectares colhidos, a banana contribuiu com 19 hectares e a borracha com 22 hectares, representando respectivamente 46% e 54%. Das 251 toneladas produzidas, a banana foi responsável por 251 toneladas e a borracha por 34 toneladas, correspondendo a 86% de banana e 14% de borracha. O rendimento médio da banana foi de 11.421 kg/ha e da borracha 1.545 kg/ha. Dos R\$ 257 mil, a banana contribui com R\$ 189 mil e a borracha com R\$ 68 mil, o que equivaleu a 74% para a banana e 26% para a borracha (IBGE, 2020).

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), apenas dois produtos são relevantes na horticultura de São Pedro da Água Branca: cebolinha e coentro. Foram produzidas e vendidas duas toneladas desses produtos, sendo uma tonelada de cebolinha e uma tonelada de coentro, representando 50% para cada produto.

Dessa produção, foram contabilizados R\$ 15 mil, destes, a cebolinha contribuiu com R\$ 6 mil, representando 40% e o coentro com R\$ 9 mil, contabilizando 60%.

Pecuária

A pecuária é praticada principalmente de forma extensiva em pastos plantados, sendo o rebanho bovino o mais importante, destinado quase exclusivamente a produção leiteira e abate.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 14%, apresentado as seguintes variações: bovino 19%, bubalino 1.850%, equinos 94%, suíno -49%, caprino -71%, ovino -27% e galináceos 1%. Em 2010, das 29.464 cabeças, 74% eram de bovinos, 21% de galináceos, 2% de suínos, 1% de equinos e ovinos cada, bubalino e caprino representaram menos de 1%. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 33.692 animais, com 77% de bovinos, 18,5% de galináceos, 2% de equinos, 1% de suínos, e ovinos, bubalinos e caprinos representaram menos de 1% (**Tabela 150**).

Tabela 150 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	21.755	25.978
Bubalino	4	78
Equino	368	713
Suíno	664	341
Caprino	80	23
Ovino	420	308
Galináceos	6.173	6.251
Total	29.464	33.692

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal, em 2019 foram produzidos 2,510 milhões de litros de leite com valor de produção de R\$ 2,133 milhões e 9 mil dúzias de ovos, com valor de produção de R\$ 60 mil. Somados, representaram R\$ 2,193 milhões, dos quais, 97% refere-se ao leite e 3% aos ovos de galinha (IBGE, 2019).

Extrativismo e Silvicultura

De acordo com o IBGE, em 2019 foram produzidas 524 toneladas, com as seguintes participações: carvão vegetal com 85%, açaí (comercializado como juçara) com 15% e babaçu representou menos de 1%. A renda adquirida com referidos produtos foi de R\$ 314 mil, com as seguintes participações: o carvão vegetal 66%, o açaí 32% e o babaçu 2% (**Tabela 151**).

Tabela 151 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Açaí	77	99
Carvão Vegetal	443	208
Babaçu (amêndoa)	4	7
Total	524	314

Fonte: IBGE- Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Quanto aos produtos oriundos da silvicultura, há no município grandes plantações de eucalipto (**Figura 179**). Em 2019 foram produzidos 233.604 metros cúbicos de madeira em tora de eucalipto para papel e celulose, com valor de produção de R\$ 29,201 milhões.

Quanto ao extrativismo mineral foi constatado a exploração de areia e seixos, oriundos principalmente do rio Tocantins.

Figura 179 – Plantação de eucalipto em São Pedro da Água Branca



Fonte: IMESC (2019)

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada artesanalmente em ambiente fluvial, principalmente no rio Tocantins. Utilizam pequenas embarcações e linha, anzol e redes nas pescarias. As principais espécies encontradas são: piau (*Leporinus friderici*), traíra (*Hoplias malabaricus*), curimatá (*Curimata cyprinoides*) e outros.

No município a pesca, também é praticada em açudes. Com 23 tanques produzem principalmente tambaqui (*Colossoma macropomum*) e tilápia (*Tilapia rendalli*), essas espécies são consumidas no próprio município e exportada para os municípios da região.

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 10.100 quilogramas. O tambaqui foi responsável por 8.000 quilogramas e a tilápia por 2.100 quilogramas, correspondendo 79% e 21% respectivamente. Quanto ao valor de produção que foi de R\$ 63 mil, o tambaqui contribuiu com R\$ 48 mil e a tilápia com R\$ 15 mil, representando, respectivamente, 76% e 24%.

Indústria

Encontra-se no município um total de 69 indústrias, sendo: duas de extração e beneficiamento de areia, cascalho ou pedregulho; 18 de fabricação de produtos alimentícios,

sendo: duas de conserva de frutas, duas de laticínios, seis de produtos de panificação, três de fabricação de alimentos e pratos prontos, duas de fabricação de gelo comum e três de outros produtos alimentícios; duas de fabricação de produtos têxteis; uma de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; uma de calçados; uma de fabricação de produtos de madeira; uma de impressão de fabricação de acabamentos gráficos, exceto encadernamento e plastificação; dez de fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos; sete de esquadrias de metal; quatro de móveis; uma de fabricação de produtos diversos; uma de captação, tratamento e distribuição de água; cinco de construção de edifícios; uma de obras de infraestrutura e; 14 de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

A principal área comercial é a Avenida Tancredo Neves. O comércio é principalmente varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercado, abastecidos com produtos oriundos principalmente de Imperatriz e do próprio município. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 347 estabelecimentos comerciais, sendo: 29 de reparação de veículos automotores e motocicletas; quatro atacadistas e 314 de varejo.

Turismo

Um dos principais atrativos turísticos encontrados no município, é o rio Tocantins com suas praias de areias brancas e águas tranquilas. Destacam-se as praias do Alírio, Engenho, Loura e Primeiro Cocal (**Figura 180**), esta se localizada a 25 km da sede municipal, atraindo grande quantidade de visitantes, no período de 15 de julho a 7 de setembro, quando ocorrem shows em palco com atrações locais e regionais. Há também o balneário no PA Água Branca.

Figura 180 – Praia no rio Tocantins, no povoado Primeiro Cocal



Fonte: Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca (2017)

Destaca-se também como cartão postal da cidade, a Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo (**Figura 181**), concluída em 1998, toda construída com pequenos tijolos vermelhos, possuindo torre lateral e nave única, com variados vitrais que chamam atenção, por dar um colorido especial ao interior da igreja, suas variadas imagens de santos quase em tamanho real e seu altar ricamente detalhado com pinturas religiosas, dispostas em seu teto em forma de abóbada (**Figura 182**).

Figura 181 – Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo



Fonte: IMESC (2019)

Figura 182 – Altar da igreja de São Pedro Apóstolo



Fonte: IMESC (2019)

A culinária tem como pratos principais, galinha caipira, panelada, cozidão, peixe frito, moquecaldos (mandioca e outros) e caldeirada de peixe. O município dispõe de seis hotéis, duas pousadas, quatro hospedarias e dez restaurantes.

O artesanato é representado por móveis de madeira, objetos de palha de babaçu, croché e tapetes.

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta das quadrilhas juninas, bumba meu boi, carimbó e cacuriá.

Os principais eventos que ocorrem no município são: Pré-Carnaval, com blocos nas ruas e carnaval, que ocorre na área livre da praça da Juventude, com montagem de palco e shows; vaquejada no mês de maio a junho no parque São Francisco, e cavalgada pelas ruas da cidade; Festas Juninas, ocorrem em duas etapas: a primeira na praça do Mercado, do dia 10 a 23, com montagem de barracas e comidas e bebidas típicas, palco e apresentação de danças típicas e shows, a segunda, do dia 24 a 29 no pátio da igreja católica, nesse período também ocorre a festa do padroeiro São Pedro Apóstolo; 7 de setembro; dia da morte do padre Geraldo Schauff (29 de outubro); dia do evangélicos, comemorado em 6 de novembro, com congressos e cruzada evangelística; aniversário da cidade em 10 de novembro e competição de ciclismo e motocross.

Em relação ao entretenimento, há um parque de vaquejada, cinco quadras poliesportivas, quatro ginásios poliesportivos com capacidade para 2.000 pessoas, três campos de futebol, um estádio de futebol “Estádio Tocantins”, dez restaurantes, 50 bares, uma casa de shows, cinco bandas de música e uma escola de música.

Os ritmos mais apreciados são o forró, o sertanejo e o brega.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade um cartório e uma delegacia. Corresponde a 92ª zona eleitoral, com registro de 8.947 eleitores e nove vereadores (TSE, 2019).

Religião

A religião municipal é representada, principalmente, pelos católicos e evangélicos. O principal templo católico é a Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo (Figura 25) padroeiro do município; além desse templo há mais oito na sede e dois na área rural. Além do padroeiro, são festejados Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio.

Os evangélicos, possuem 15 templos na cidade e três na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista, Adventista do Sétimo Dia, Universal do Reino de Deus e Mundial.

No município há também um terreiro de matriz afro-brasileira, festejando principalmente o Divino Espírito Santo e São Cosme e Damião.

Dos 12.028 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 77% se declararam católicos, 16% evangélicos, 5% sem religião, espíritas e outras religiões 1% cada e umbanda e candomblé representou menos de 1% cada (**Tabela 152**).

Tabela 152 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	9.276
Evangélicos	1.944
Umbanda e Candomblé	19
Espírita	103
Outras religiões	76
Sem religião	610
Total	12.028

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da CAEMA, através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população possui fossas sépticas. A coleta de lixo é realizada todos os dias, na sede e na zona rural, o lixo é transportado em caçambas e depositado em um lixão a céu aberto a três quilômetros da sede.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2017, o consumo de energia registrado foi de 9.391.472 Mwh distribuídos em: 58% residencial, 16% industrial, 8% iluminação pública e serviço público cada, 6% comercial, 3% poder público, 1% rural e consumo próprio representou menos de 1% (**Tabela 153**).

Tabela 153 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	5.410.240
Industrial	1.497.857
Comercial	578.628
Rural	123.966
Poder público	327.440
Iluminação pública	716.140
Serviço público	735.154
Consumo próprio	2.047
Total	9.391.472

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2017)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por uma agência do Bradesco, uma casa lotérica onde funciona o posto da Caixa Econômica Federal e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura das operadoras CLARO, VIVO e TIM, as linhas fixas são de responsabilidade da OI. A prestação de internet fica por conta da Júpiter, Link Houste e Silvernet.

Transporte

A cidade de São Pedro da Água Branca localiza-se a aproximadamente 699 km da capital São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135, 222 e MA 125. Fica também a 154 km de Imperatriz e a 136 km de Açailândia. As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de vans, todos os dias pela manhã para as cidades de Açailândia e Imperatriz.

O traslado urbano – rural e na sede municipal é realizado por veículos particulares e mototáxis.

O município é cortado pela Estrada de Ferro Carajás, que tem 47 quilômetros de trilhos no município e possui uma parada, uma unidade de apoio e um posto de manutenção a 12 quilômetros do centro urbano, na Vila São Raimundo.

18 SENADOR LA ROCQUE

Símbolos Municipais²⁰



Brasão



Bandeira

²⁰ Prefeitura Municipal de Senador La Rocque disponível em: <http://senadorlarocque.ma.gov.br/aspectos>

Hino

Surgia em terras férteis em berços varonis Senador La Rocque
resplandece no céu do meu Brasil. Entre lutas e perseguições, deste um
brado com muito valor. De Senador La Rocque tenho orgulho Cidade de
grande esplendor.

De Mucuíba tenho lembranças majestosas, somos teus filhos, hoje
Senador La Rocque, cidade maravilhosa... somos um fruto maranhense e
com orgulho la rocquense (bis)

Tão bela e mui formosa as árvores e cocais, os ricos babaçus que tanto
sustento nos traz... Quando o sol está a nascer com a nossa agricultura,
lutamos e sempre a vencer relevando a nossa cultura.

De Mucuíba tenho lembranças majestosas, somos teus filhos, hoje
Senador La Rocque, cidade maravilhosa... somos um fruto maranhense e
com orgulho la rocquense. (bis)

Alegra-nos quando ouvimos, Os pássaros a cantar, És terra tão
hospitaleira, Que cresce entre tantas palmeiras, As margens do Riacho
Cacau.

De Mucuíba tenho lembranças majestosas, somos teus filhos, hoje
Senador La Rocque, cidade maravilhosa.... somos um fruto maranhense e
com orgulho la rocquense (bis)

Autor: Desconhecido

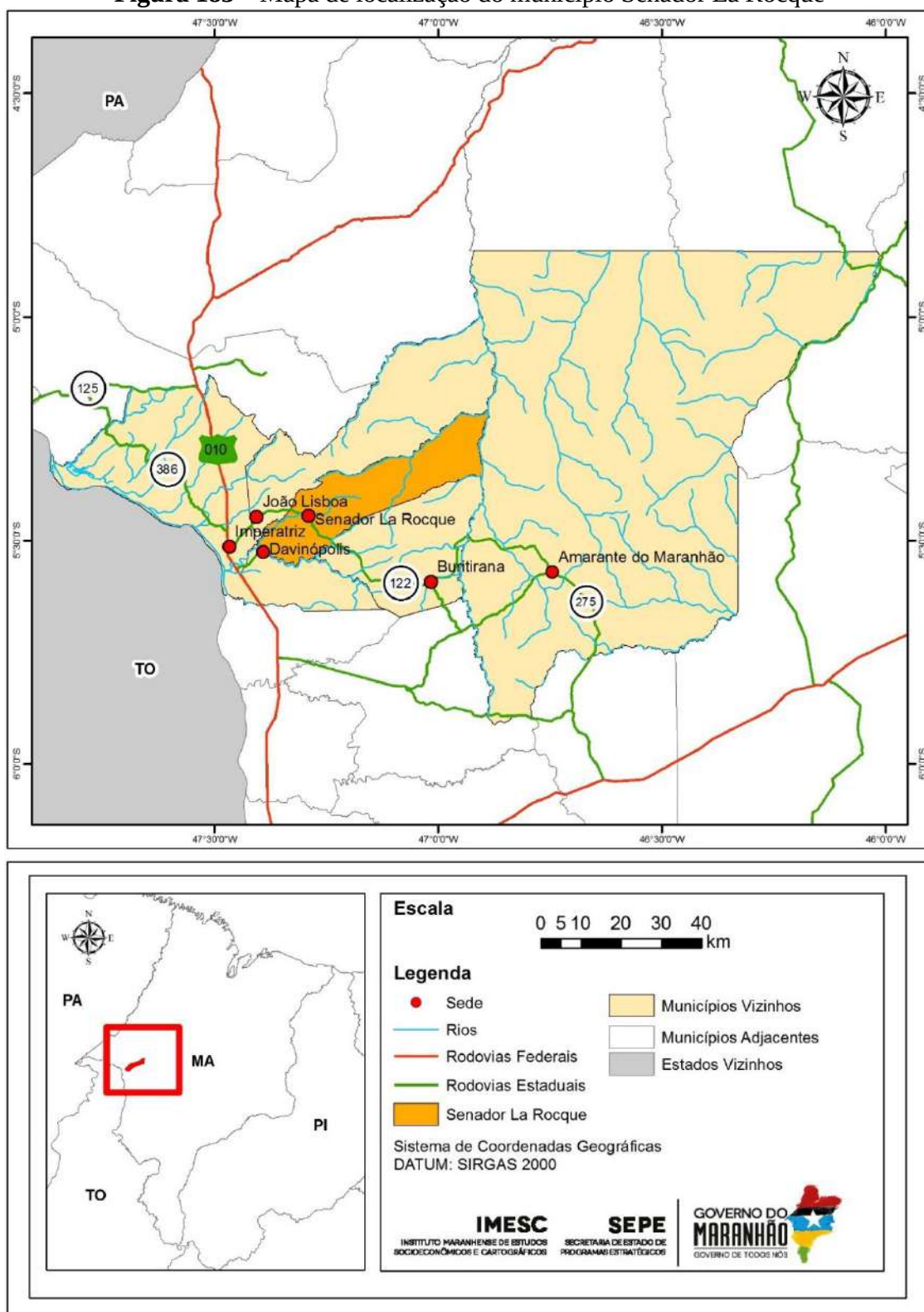
Localização

O município Senador La Rocque localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com João Lisboa, ao Oeste com Imperatriz e João Lisboa, ao Sul com Buritirana e Davinópolis e ao Leste com Amarante do Maranhão (**Figura 183**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 05°12'18" de latitude e -46°53'12" de longitude, Oeste -47°24'28" de longitude e -05°57' 38" de latitude, Sul -05°33'23" de latitude e -47°19'09" de longitude e Leste -46°53'05" de longitude e - 05°13'22" de latitude.

Figura 183 – Mapa de localização do município Senador La Rocque



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Extensão

O município possui uma área de 738,548 km², ocupando a 133ª posição no ranking estadual, representando 0,22 % do Maranhão. Na Região de Desenvolvimento Tocantins Maranhense está na 12ª posição com 2,85% daquele território regional.

Processo de Ocupação²¹

O local onde se encontra a cidade de Senador La Rocque começou seu processo de povoamento durante os primeiros anos da década de 1950 quando José Paulo e João Elizeu junto com suas famílias e outros deslocaram-se dos estados do Piauí e Ceará para o Maranhão em busca de terras.

Essas famílias tornaram-se os pioneiros na ocupação do lugar. Ao chegarem no local acamparam nas proximidades de um açude, embaixo de uma árvore chamada Mucuíba (atualmente Praça do Mercado), planta de grande porte da família das Miristicáceas também denominada de mucí, bucuíba ou mucuia, que acabou sendo o primeiro nome dado ao local.

Durante o final da década de 1950 e começo da 1960 o povoado virou rota de muitas pessoas que se deslocavam para os garimpos do Pará, que ao passarem pela referida localidade acabavam se instalando. Ali, depois que as famílias se fixaram, os homens se deslocavam para território paraense em busca do ouro e deixavam suas famílias na povoação.

Outros fatores que atraíram vários migrantes para esse local foram as ofertas de serviços na abertura da rodovia Belém-Brasília, as terras disponíveis para a pecuária e a agricultura; nesta última atividade plantava-se principalmente o arroz e milho.

Como parte do solo do município era alagadiço o cultivo do arroz era bastante intensificado. Um pouco antes da época da colheita daquele cereal vários produtores saíam em busca de trabalhadores nos estados do Piauí e Ceará ofertando-lhe uma oportunidade de emprego nas coletas daquele grão. Ao chegarem na localidade os trabalhadores fixavam-se e não voltavam mais devido acharem as condições de vida mais fáceis do que na sua terra natal.

No fim dos anos de 1980 e início dos 1990 com o crescimento econômico e demográfico do Povoado Mucuíba, o comerciante e produtor de arroz Alfredo Nunes começou a amadurecer a ideia de que a localidade poderia transformar-se em município. Disseminando essa ideia junto com

²¹ Informações verbais de Ronaldo Conceição Moura funcionário municipal e Ana Francelina de Jesus Sousa, Secretária Municipal de Educação.

os habitantes locais, conseguiu o apoio do deputado estadual Raimundo Cabeludo na Assembleia Legislativa estadual.

No dia 10 de novembro de 1994 pela Lei Estadual nº 6.169 o povoado Mucuíba foi elevado à categoria de município com o nome de Senador La Rocque, desmembrado de João Lisboa. O nome do município foi em homenagem ao ex-senador (1975 a 1982) pelo Estado do Maranhão Henrique de La Rocque Almeida; entretanto, tal homenagem não agradou muito os moradores do município que até os dias atuais desejam um plebiscito para tentarem modificar o nome.

O município foi instalado no dia 01 de janeiro de 1997 sendo o seu primeiro prefeito eleito Alfredo Nunes da Silva (1996/2000 – 2001/2004), seguido por João Alves Alencar (2005/2008 - 2009/2012), Francisco Nunes da Silva (2013/2016) e Darionildo da Silva Sampaio (2017/2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a três unidades principais: Formação Codó, Formação Ipixuna e Grupo Itapecuru.

A Formação Codó ocupa uma pequena área do município, constitui-se por folhelhos cinza-escuros a pretos e cinza-esverdeados com intercalações de siltitos, arenitos, calcários e gipsita.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é composta por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada

tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

O Grupo Itapecuru, ocupa a maior porção do território, composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis, de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

Geomorfologia

Geomorfologicamente o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, sendo representada por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenado pelos vales de vários rios.

O relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo tais cotas progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo, em linhas gerais, o curso do vale do rio Tocantins (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município são representados pelos argissolos, latossolos e plintossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os latossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Predominam no município os latossolos amarelos distróficos e vermelho-amarelo distrófico.

Os plintossolos compreendem solos minerais formados sob condições de restrição à percolação da água sujeitos ao efeito temporário de excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados, e se caracterizam fundamentalmente por apresentar expressiva plintitização com ou sem petroplintita. No município há ocorrência dos plintossolos háplicos distróficos.

Hidrografia

O município é banhado ao Leste pelo rio Pindaré que tem como afluente o córrego Açaizal. Além desses há os córregos Jambu, Brejinho e Brejão.

Vegetação

A vegetação é composta por um mosaico interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, que se caracteriza por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas e também pela presença marcante de palmeiras de babaçu. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do

ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm.

Parte da Reserva Extrativista Mata Grande encontra-se ao Oeste do município.

Espaço Urbano

A cidade de Senador La Rocque desenvolveu-se a partir da MA 122, de onde saem várias outras vias no sentido Leste/Oeste que são seccionadas por outras no sentido Norte/Sul configurando em determinadas áreas da cidade o formato de tabuleiro de xadrez. Outra característica da aludida sede municipal é ser cercada de morros e ser banhada pelos riachos Cajuzinho e o da Antinha passando pela área urbana.

A rodovia MA 122 ao chegar a sede municipal é denominada de Mota e Silva (**Figura 184**), única avenida municipal onde estão os principais estabelecimentos comerciais e prédios públicos do município.

Figura 184 – Vista Parcial da Avenida Mota e Silva



Fonte: IMESC (2017)

O espaço urbano além da avenida citada está estruturado com 68 ruas e uma travessa, estando a maioria das vias pavimentadas com asfalto, bloquetes e piçarra (**Figura 185**). Com relação às praças existem a Praça do Mercado (**Figura 186**), Praça da Caema e Praça do Alto da Pipira, todas arborizadas.

Figura 185 – Rua asfaltada e padrão construtivo das residências



Fonte: IMESC (2017)

Figura 186 – Vista Parcial da Praça do Mercado



Fonte: IMESC (2017)

Os bairros são: Centro, Alto da Pipira, Nova Mucuíba, Rua Nova do Açude, Vila Santa Luzia, Vila Ismael, Cumaru, Currais, Alice Nunes, Deus Quer e Beija Flor.

Espaço Rural

No espaço rural estão as seguintes localidades: Boca da Mata, Carrapicho, Lagoa da Onça, São Raimundo, Sumaúma, Nova Brasília, Caju, Lagoa Seca, Açaizal Grande, Barreirão, Pedra

d'Água, Barreirão dos Coxos, Cumaru, Barreiro do Pau d'Arco, Centro dos Rebas e Batata da Terra (assentamento rural).

Utilização das Terras

Quanto à utilização das terras, salienta-se que em um estabelecimento pode ocorrer inúmeras atividades ligadas à sua utilização, portanto, torna-se inviável uma análise em percentual dos mesmos. Apesar desse cenário, evidenciaram-se que os estabelecimentos estão ocupados principalmente por lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; lavouras temporárias; pastagens plantadas em boas condições; matas ou florestas naturais destinadas à preservação; pastagens plantadas em más condições; lavouras permanentes; matas e/ou florestas naturais (**Tabela 154**).

Dos 55.686 hectares dos estabelecimentos no espaço rural, em 2017, 57% eram de pastagens em boas condições; 21% pastagens plantadas em más condições; 12% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal; 5% lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; ambos com 2% lavoura temporária e matas e/ou florestas naturais; lavouras permanentes e sistemas agroflorestais com menos de 1% cada; as matas ou florestas plantadas e as lavouras para cultivo de flores não possuíram informações relacionada aos seus hectares. Não foram disponibilizados os hectares das lavouras para cultivo de flores e florestas plantadas (**Tabela 154**).

Tabela 154 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	74	52
Lavouras temporárias	275	1014
Lavouras para cultivo de flores	8	-
Pastagens plantadas em boas condições	202	31874
Pastagens plantadas em más condições	131	11784
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	203	6825
Matas ou florestas naturais	58	911
Matas ou florestas plantadas	2	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	18	247
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	449	2979
Total	-	55.686

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Com relação à condição do produtor, dos 509 estabelecimentos em Senador La Rocque, 84% estava na responsabilidade do proprietário, 11% na do comandatário, 3% na do produtor sem área, 2% na do arrendatário e menos de 1% na do parceiro e ocupante. Como parceria são feitas diretamente com os proprietários, a participação do mesmo eleva-se um pouco mais. Relacionado a área, dos 55.687 hectares registrados em 2017, 99% era do proprietário e 1% do comandatário. Não foram disponibilizados dados dos hectares dos arrendatários, parceiros e ocupantes (**Tabela 155**).

Tabela 155 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Nº de Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	430	55.305
Arrendatário	8	-
Parceiro	1	-
Comandatário	56	382
Ocupante	1	-
Produtor sem área	13	-
Total	509	55.687

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

O município Senador La Rocque classificou-se, em 2010, no 102º lugar no ranking populacional maranhense correspondendo a 0,27% da população estadual. Na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, referido município, ocupou a 16ª colocação com 2,21% dos habitantes regionais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,602 ocupando a 56ª posição no Estado. Em 2020 a estimativa da população é de 14.050 habitantes. Sua densidade demográfica é de 19,02 hab./km²; quem nasce no município é denominado de laroquense.

Entre 2000 e 2010 a população de Senador La Rocque aumentou 11%, com o crescimento populacional principalmente na área rural com 12%, enquanto os habitantes da zona urbana cresceram 10%. Quando se observa a variação por gênero, a população masculina aumentou 12% e a feminina 10%.

Em 2000 a população rural correspondia a 51%, a urbana 49%, a masculina e a feminina 50% cada. No ano de 2010, a população era equivalente a 51%, a urbana a 49%, a masculina e a feminina empataram com 50% (**Tabela 156**).

Tabela 156 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	8.122	9.060
Feminina	8.120	8.938
Urbana	7.965	8.739
Rural	8.277	9.259
Absoluta	16.242	17.998

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino, mantém 24 escolas, 12 na área urbana e 12 na área rural, todas com laboratório de informática e em algumas possuem salas de leitura. Relacionado aos docentes, possui 339 professores com curso superior completo. O município disponibiliza três veículos escolares, distribui fardamentos escolar para os alunos e merenda escolar com produtos da agricultura familiar.

Estavam matriculados na rede estadual no município 779 alunos, distribuídos em dois estabelecimentos de ensino médio localizados um na zona urbana e outro na rural. Quanto ao número de docentes registrou-se 40 professores (INEP, 2019).

Na rede particular de ensino encontram-se as escolas Alegria do Saber e Caminho do Sucesso. Referente ao ensino superior há instituição que oferece o curso de Pedagogia.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento é a Unidade Básica de Saúde, onde são realizados consultas, cirurgias, exames de ultrassonografia e exames laboratoriais. Em casos mais graves o município dispõe de duas ambulâncias que transferem os pacientes para o município de Imperatriz. Para atendimento do público há dois médicos, quatro enfermeiros e 15 técnicos de enfermagem.

Dando assistência em todo o território municipal, há oito equipes do ESF, composta por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, possuindo oito profissionais em cada área mencionada. Na parte odontológica, estão três equipes do Saúde Bucal com um dentista em cada uma.

Dando suporte à rede de saúde municipal há oito Unidades Básicas de Saúde, 58 agentes comunitários de saúde, distribuídos 33 na área urbana e 25 na rural. Foi informado que existe agentes de vigilância epidemiológica, mas não souberam quantos.

Encontra-se em fase de construção um hospital com 20 leitos que será a referência na área de saúde do município (**Figura 187**).

Figura 187 – Vista parcial do hospital de Senador La Rocque



Fonte: IMESC (2017)

O município dispõe de um NASF com psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista e um médico. Outro programa desenvolvido na rede municipal é o Programa Saúde na Escola.

A Secretaria de Assistência Social do município desenvolve os seguintes programas: SCFV com cerca de 60 idosos e 420 entre crianças e adolescentes; Programa de Atenção Familiar com atividades culturais e esportivas para grupos de mulheres e idosos; Programa Criança Feliz com crianças entre 0 a 6 anos.

Funciona um CRAS, um Conselho Tutelar, uma casa de abrigo para jovens e crianças desabrigados de 0 a 17 anos e um Conselho de Direito da Criança e Adolescente, composto por funcionários e agentes.

Referente ao Benefício de Prestação Continua o número foi de 198 famílias cadastradas.

Economia

O município ocupava em 2018 a 97º posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 150,237 milhões, correspondendo a 0,17% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 99,835 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 37,808 milhões, o industrial com R\$ 6,680 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 5,915 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 277,19 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura itinerante é voltada tanto para a subsistência como para a comercialização com destaque para a produção de hortaliças, feijão, fava, mandioca, cajá e acerola, sendo os principais povoados produtores Cumaru, Açaizal e Beija-Flor.

No município há um Sindicato de Trabalhadores Rurais que possui mais de 5.000 associados.

Agricultura Temporária

Entre 2010 e 2019 os hectares colhidos da agricultura temporária diminuíram 88%, as toneladas produzidas caíram 81% e o valor da produção decresceu 73%. Na área colhida, o arroz diminuiu 99%, a fava 83%, o feijão 80%, a mandioca 77%, a melancia 84%, o milho 78% e o tomate 67%. Na quantidade produzida, o arroz oscilou negativamente 99%, a fava 83%, o feijão 73%, a mandioca 76%, a melancia 85%, o milho 64% e o tomate 73%. No rendimento médio obtiveram variação negativa a melancia 2% e o tomate 18%; arroz, feijão, mandioca e milho tiveram variação positiva de 18%, 38%, 7% e 64% respectivamente, a fava permaneceu estável. Referente ao valor da produção, desvalorizaram-se: o arroz 98%, a fava 53%, o feijão 48%, a mandioca 46%, a melancia 81%, o milho 48% e o tomate 61% (**Tabela 157**).

Em 2010, dos 2.288 hectares colhidos, o arroz e o milho corresponderam a 44% cada, o feijão a 6%, a mandioca 3%, a melancia 2%, a fava 1% e o tomate menos de 1%. Das 4.853 toneladas produzidas, 34% era de milho, 33% de arroz, 17% de melancia, 12% de mandioca, 2% de tomate, 1% de feijão e a fava com menos de 1%. Rendimento médio pode ser observado na **Tabela 157**. No valor da produção, R\$ 2,185 milhões, o arroz participou com 39%, o milho com 32%, a melancia 13%, o tomate com 6%, a mandioca 5%, o feijão 4% e a fava 1%.

Em 2019, dos 286 hectares, 78% foi de milho, 9% de feijão, 6% de mandioca, 3% de arroz, 2% de melancia, 1% tomate e fava cada. Na quantidade produzida, das 933 toneladas, 64% eram de milho, 16% de mandioca, 13% de melancia, 4% de tomate, 2% de arroz e feijão cada e menos de 1% para a fava. No valor da produção, dos R\$ 597 mil, o milho colaborou com 61%, a mandioca 10%, a melancia 9%, o feijão e o tomate com 8% cada, o arroz 2% e a fava 1% (**Tabela 157**).

Tabela 157 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	999	9	1.598	17	1.599	1.889	862	14
Fava	18	3	6	1	333	333	15	7
Feijão	131	26	51	14	389	538	96	50
Mandioca	75	17	600	145	8.000	8.529	114	61
Melancia	45	7	810	123	18.000	17.571	283	55
Milho	1.014	222	1.668	600	1.644	2.703	692	362
Tomate	6	2	120	33	20.000	16.500	123	48
Total	2.288	286	4.853	933	-	-	2.185	597

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Não foi possível fazer uma análise da variação da agricultura permanente devido não haver registro dos produtos no ano de 2019.

Em 2010, dos 167 hectares colhidos, 72% foram referidos a castanha de caju, 21% de banana, 4% de urucum, laranja, coco-da-baía e maracujá 1% cada. Das 554 toneladas produzidas (exceto o coco-da-baía, pois é dado em mil frutos, enquanto os demais produtos são dados em toneladas), 88% eram de bananas, 8% de castanha de caju, 2% de maracujá e ambos com 1% urucum e laranja. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 158**. No valor da produção, dos R\$ 366 mil, a banana cooperou com 80%, a castanha de caju 11%, o maracujá 4%, o urucum 3%, o coco-da-baía e a laranja 1% cada (**Tabela 158**).

Tabela 158 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana (cacho)	35	-	490	-	14.000	-	294	-
Castanha de caju	120	-	42	-	350	-	42	-
Coco-da-baía*	2	-	4	-	2.000	-	2	-
Laranja	2	-	5	-	2.500	-	3	-
Maracujá	1	-	13	-	13.000	-	13	-
Urucum (semente)	7	-	4	-	571	-	12	-
Total	167	-	-	-	32.421	-	366	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

*Mil frutos

Horticultura

Em 2017, das 468 toneladas produzidas, 17% eram de alface, 13% de couve, 11% tanto para o maxixe e pimentão, 10% milho verde e pepino cada, 9% de coentro, 6% de tomate e outros produtos cada, 5% quiabo, 2% cebolinha, 1% pimenta e menos de 1% batata-doce. Das 458 toneladas vendidas, 17% eram de alface, 13% de couve, 11% de maxixe e pimentão cada, 10%

pepino, 9% coentro, 8% milho verde, 6% tanto para o tomate e outros produtos, 5% quiabo, 2% cebolinha, ambos com 1% rúcula e pimenta e menos de 1% batata-doce (**Tabela 159**).

No valor da produção, dos R\$ 1,265 milhões, 21% foi a participação do coentro, 16% a da alface, 14% a da couve, 10% a do maxixe, 7% tanto para o pimentão e outros produtos, 6% a da cebolinha e milho verde cada, ambos com 4% tomate e quiabo cada, 2% rúcula, 1% pimenta e menos de 1% batata-doce (**Tabela 159**).

Tabela 159 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produtos	Quantidade produzida (Tonelada)	Quantidade vendida (Tonelada)	Valor da produção (Mil reais)
Alface	79	79	202
Batata-doce	2	2	3
Cebolinha	7	7	73
Coentro	40	40	260
Couve	59	59	179
Maxixe	51	51	121
Milho verde (espiga)	45	36	81
Pepino	45	45	37
Pimenta	4	4	10
Pimentão	51	51	85
Quiabo	25	24	51
Rúcula	6	6	28
Tomate (estaqueado)	28	28	48
Outros produtos	26	26	87
Total	468	458	1265

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é extensiva e utiliza-se de pastos plantados. Desataca-se a criação de frango caipirão e de galinhas em várias granjas.

Entre 2010 e 2019 o número do rebanho decaiu 14%. A referida queda foi motivada pela diminuição do número dos bovinos em 30%; os demais animais ligados a pecuária cresceram: 164% suíno, 65% equino, 35% galináceos, 24% caprino e 14% ovino. Em 2019, não houve contagem do rebanho bubalino.

Em 2010, das 171.006 cabeças, 76% correspondia ao bovino, 17% aos galináceos, 3% os ovinos, 1% equino e suíno cada e menos de 1% bubalino e caprino. Em 2019, dos 147.796 animais, 62% era bovino, 27% galináceos, 4% ovino, 3% suíno, 3% equino e 1% caprino (**Tabela 160**).

Tabela 160 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidades)	Nº de cabeças (Unidades)
Bovino	130.421	91.156
Bubalino	12	-
Equino	2.258	3.716
Suíno	1.895	4.997
Caprino	831	1.034
Ovino	5.705	6.487
Galináceos	29.884	40.406
Total	171.006	147.796

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal (IBGE, 2019), foram produzidos 6,950 milhões de litros de leite, 68 mil dúzias de ovos e 947 quilogramas de mel de abelha. O valor de produção foi de R\$ 6,991 milhões, dos quais, 94% refere-se ao leite, 5% aos ovos de galinha e 1% ao mel de abelha (**Tabela 161**).

Tabela 161 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	6.950	6.602
Ovos de galinha (mil dúzias)	68	366
Mel de abelha (quilograma)	947	23
Total	-	6.991

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo

Os únicos produtos quantificados pelo IBGE (2019), foram o carvão vegetal e a lenha. A quantidade produzida da primeira foi de 721 toneladas e da última de 26 metros cúbicos. Em relação ao valor da produção, registrou-se apenas o do carvão vegetal, com R\$ 324 mil.

Pesca e Aquicultura

A pesca no município se restringe a peixes criados em tanques e açudes. Referente a aquicultura, dos 59.845 quilogramas produzidos (excluindo-se os alevinos, pois são quantificados em milheiros, enquanto os demais produtos são dados em quilogramas), 70% foi de tambacu e tambatinga; 11% de tambaqui; 8% de tilápia; 7% de curimatã e curimatá; 3% pirarucu; 1% de pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim; o quantitativo de alevinos pode ser observado na Tabela xx. Quanto ao valor, dos R\$ 935 mil, 58% corresponderam a alevinos;

28% tambacu e tambatinga; 5% tambaqui; 3% curimatã/curimbatá e tilápia cada; 2% pirarucu e 1% pintado, cachara, cachapira, pintachara, surubim (**Tabela 162**).

Quanto à comercialização os produtos da aquicultura são vendidos no território municipal e para o município de Imperatriz.

Tabela 162 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécies	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Curimatã, curimbatá (quilogramas)	4.015	30
Pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim (quilogramas)	811	10
Pirarucu (quilogramas)	1.601	23
Tambacu, tambatinga (quilogramas)	42.075	261
Tambaqui (quilogramas)	6.482	41
Tilápia (quilogramas)	4.861	31
Alevinos (milheiros)	3.850	539
Total	-	935

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Em 2018, existiam 56 indústrias no município, distribuídas em: uma de extração de minerais não metálicos, 12 de produtos alimentícios, duas de confecção de artigos do vestuário e acessórios, três de produtos de madeira, uma de impressão e reprodução de gravações, duas de fabricação de produtos de minerais não metálicos, sete de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, uma de móveis, uma de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, 11 de construção de edifícios, uma de obras de infraestrutura e 14 de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

O comércio é varejista possuindo como polo abastecedor a cidade de Imperatriz. É composto por quitandas, supermercados, feiras e um mercado que se concentram especialmente na Avenida Matos e Silva e nas suas transversais.

Em 2018 existiam 347 estabelecimentos comerciais, sendo 29 de reparação de veículos automotores e motocicletas, 15 de atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 303 varejistas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município são as paisagens com vários morros, a cultura, a reserva ambiental Mata Grande e o Lava-Pratos.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação, encontra-se no município, dois hotéis, 15 estabelecimentos para refeições somando-se restaurantes e lanchonetes.

Os pratos típicos registrados foram a galinha caipira e a panelada.

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados por um bumba meu boi com sotaque de orquestra e as quadrilhas juninas. Estes grupos, apresentam-se no arraial da cidade, realizado durante oito dias na Praça do Mercado com a instalação das barracas que servem comidas típicas.

Outros eventos realizados no município são: o desfile da Independência do Brasil no dia 7 de setembro, aniversário da cidade em novembro, concurso de beleza, três gincanas, uma vaquejada, Marcha para Jesus, congressos e caminhadas evangélicas, show gospel, lava-pratos (pós carnaval realizado com bandas nas praças do Mercado ou da CAEMA), seis cavalgadas onde os peões saem desfilando com seus cavalos pelas ruas da cidade com disputa de premiações e apresentações musicais.

Para entretenimento o município dispõe de duas bibliotecas, uma escola de música denominada de Francisco Camilo Rodrigues, um parque de vaquejada, quatro quadras poliesportiva, dois ginásios esportivos com capacidade aproximada de 600 pessoas, 12 campos de futebol distribuídos pelo território municipal, um estádio de futebol com capacidade aproximada para 1.000 pessoas, aproximadamente 200 bares, um clube denominado Oásis Parque Clube, quatro casas de shows (Canto Sertanejo, Arena House, Super Dance e Vênus Danceteria) onde se pode escutar o forró, ritmo musical mais apreciado pelos habitantes locais.

Na parte do artesanato registra-se cinco artesões que trabalham com móveis rústicos, cipó e croché.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possuindo cartório e delegacia. Faz parte da 58ª zona eleitoral; possui 12.662 eleitores e 11 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

Predomina no município o catolicismo, com oito igrejas, distribuídas quatro na zona urbana e quatro na rural, com destaque para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (**Figura 188**) padroeira do município, festejada no mês de agosto.

Figura 188 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção



Fonte: IMESC (2017)

Os evangélicos possuem 11 templos na área urbana e 13 na área rural, totalizando 24, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Adventista, Batista, Madureira e Igreja do Veu.

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o percentual de católicos foi 72%, evangélicos 20%, sem religião 7%, espíritas e outras religiões menos de 1% cada (**Tabela 163**).

Tabela 163 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	12.992
Evangélicos	3.683
Espírita	19
Outras religiões	33
Sem religião	1.271
Total	17.998

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é realizado através dos poços artesianos cuja a responsabilidade na sede municipal é da CAEMA, enquanto na zona rural são administrados pela prefeitura. Com relação ao esgotamento sanitário somente parte da Avenida Matos e Silva dispõe de estrutura.

A coleta do lixo tem cobertura diária na sede municipal e na zona rural, utilizando-se caçambas e basculante que depositam os resíduos sólidos em um lixão a céu aberto a 7 km da cidade de Senador La Rocque.

A distribuição da energia elétrica é de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, com ligações em 95% do território municipal e uma subestação localizada no povoado Beija-Flor. Em 2018 de acordo com aquela empresa de energia elétrica, dos 12.421.874 Mwh consumidos, 64% estavam com o usuário residencial, 9% rural e serviço público cada, 8% iluminação pública, 5% comercial, 3% poder público, 1% industrial e menos de 1% consumo próprio (**Tabela 164**).

Tabela 164 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	7.957.936
Industrial	82.281
Comercial	654.183
Rural	1.123.290
Poder público	377.740
Iluminação pública	1.045.250
Serviço público	1.152.141
Consumo próprio	29.053
Total	12.421.874

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios.

O serviço de telefonia fixa é da empresa OI, enquanto a móvel é de responsabilidade da CLARO.

Transporte

A distância da cidade de Senador La Rocque para a cidade de São Luís é de aproximadamente 638 km pelas seguintes rodovias: BR 135, BR 222, BR 010 e MA 122. O traslado intermunicipal é realizado através de vans, ônibus, taxis e mototáxis. No traslado

urbano/rural utilizam-se ônibus e caminhonete. E na área urbana o transporte é através de ônibus, táxis, mototáxis e veículos particulares. Há no município o ônibus Expresso Metropolitano, que passa a cada 30 minutos com destino a cidade de Imperatriz, passando pelo município de João Lisboa.

19 VILA NOVA DOS MARTÍRIOS

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Seus campos verdejantes, expressando a liberdade, cuidando do futuro, zelando suas belezas, trazendo progresso ao meu Brasil.

Vila Nova cidade sublime terra da liberdade, tens povo varonil que honra o seu valor. Rios de águas cristalinas que dão vida às suas paisagens. Avante brilhando em seu caminho de paz, vigor e amor.

Suas famosas tradições que são festas culturais, à margem direita do rio Tocantins fronteiras Sudoeste do Maranhão, o lavrador na agricultura que mostra o seu valor, povo vencedor vilanovense que por ti sempre lutou.

Suas riquezas naturais com céu cor-de-anil. Revelam um berço gigante pedacinho do Brasil hoje és independente pelo sonho desta gente abrigando os imigrantes sempre linda e resplandente.

Compositor: Jadielson Sousa Lopes

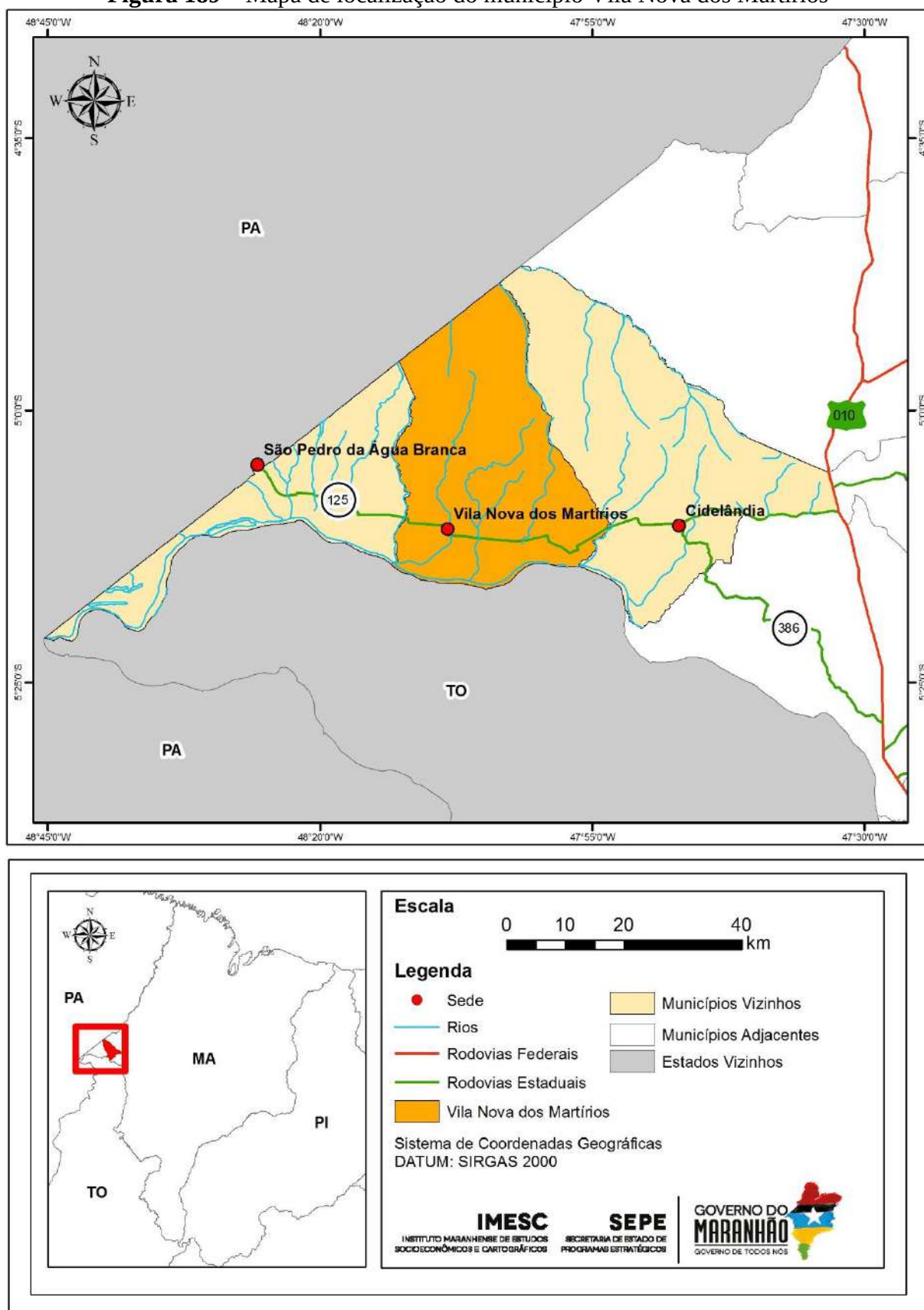
Localização

O município Vila Nova dos Martírios localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Vila Nova dos Martírios também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com o estado do Pará; ao Oeste com São Pedro da Água Branca; ao Sul o estado do Tocantins; ao Leste com Cidelândia (**Figura 189**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -04° 48' 13" de latitude e -48°03'28" de longitude; Oeste -48°13'25" de longitude e -05°03'59" de latitude; Sul -05°16'28" de latitude e -48°04'43" de longitude e Leste -47°53'10" de longitude e -05°10'28" de latitude.

Figura 189 – Mapa de localização do município Vila Nova dos Martírios



Fonte: IBGE; IMESC (2020)

Extensão

O município ocupa a 83ª posição no ranking estadual em extensão com 1.188,781 km², representando 0,36% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, ocupa a 8ª posição com 4,59%.

Processo de Ocupação²²

Em seus primórdios Vila Nova dos Martírios foi habitada por povos indígenas, expulsos do povoado por imigrantes atraídos pelas riquezas das terras. Houve muitos conflitos e dificuldades no lugar, principalmente de acesso, por este motivo foi denominado com o nome de Martírio, e Vila Nova por ser uma vila recém-criada. Daí então formou-se o nome Vila Nova dos Martírios.

O povoado de Vila Nova dos Martírios surgiu em 1963, tendo como primeiro morador, o senhor Alonso Gomes e família, situando sua residência próximo às margens do rio Martírios, desenvolvendo a agricultura, graças a sua convivência pacífica com os índios. Logo depois, fixou residência os senhores Anísio Alves, Delmiro Oliveira, Nadir Barros da Silva, Marcelino Cabral, todos acompanhados por filhos e esposas.

Em 1970, o povoado contava com mais de trinta habitantes, sua população vivia essencialmente da agricultura, ano em que foi fundada a Igreja Católica. Nesse ano chegou o senhor João Arcanjo, primeiro proprietário de secos e molhados e do primeiro boteco. Nesse mesmo ano começou a imigração de mineiros, baianos e capixabas.

A partir de 1971, foi aberta uma estrada de Vila Nova dos Martírios na cidade de Imperatriz que, por ser precária, a viagem durava três dias de carro; foi fundada a primeira Igreja Evangélica Assembleia de Deus e criada a primeira escola particular. Em 1975, chegou ao povoado os engenheiros civis do projeto para a construção da ferrovia Carajás. Em 1976, com a construção da ponte sob o rio Martírio, chegou o primeiro transporte rodoviário, o pau de arara, que fazia linha de Imperatriz a Vila Nova dos Martírios.

A partir de 1978, deu início o desmatamento para a construção da ferrovia, sob a responsabilidade da firma Mendes Júnior, com acampamento provisório no povoado. Também chegou o primeiro gerador de energia no povoado e começou a feira do mercado aos finais de semana.

²² Histórico cedido pela Prefeitura Municipal de Vila Nova dos Martírios.

Na década de 1980 houve a construção de um galpão para os feirantes e também a primeira empresa de ônibus Lira de Ouro, fazendo o trajeto de Imperatriz a São Pedro da Água Branca, passando por Vila Nova dos Martírios. Em 1981 houve a eletrificação do povoado, foi construído o colégio Duque de Caxias e no ano seguinte iniciou a construção da ferrovia Carajás, concluída em 1984.

A partir de 1985, inaugurou-se o primeiro supermercado de secos e molhados (Casa Mineira), proporcionando mais desenvolvimento para o povoado. Nos anos seguintes foram construídos o Posto Telefônico, o Posto de Saúde (SESP), a escola José de Ribamar Fiquene, a primeira delegacia e melhoramentos na estrada até São Pedro da Água Branca. Em 1987 foi realizada a primeira festa de argolinha, trazendo ao povoado de Vila Nova dos Martírios, muitos visitantes.

Em 1989, ocorreu grande desenvolvimento no povoado com a construção do Mercado Municipal, proporcionando aos feirantes melhor comodidade, a construção da praça Central com uma quadra de futebol e uma lanchonete central, áreas de lazer para os habitantes. Foi doada a primeira ambulância, trazendo mais conforto aos pacientes do povoado.

O então prefeito de Imperatriz Davi Alves Silva, fez uma grande doação de terra à população carente, o que deu origem a Vila João Pinto. Nesse ano o povoado contava com um grande fluxo de pessoas, proporcionado pela grande safra da agricultura, com exportação de arroz, abóbora, milho e outros produtos.

A partir de 1990, algumas ruas do povoado foram asfaltadas. Foi construído o Centro Comunitário Cid Carvalho, proporcionando vários cursos de qualificação profissional para a comunidade. O padre Geraldo, da cidade de São Pedro da Água Branca, construiu dois poços artesanais. A CELMAR – Industria de Papel e Celulose, comprou várias fazendas, transformando as pastagens em plantio de eucalipto, isso provocou a redução das plantações de arroz, milho e mandioca.

Em 1994 ocorreu o plebiscito para emancipação política, com participação em massa da comunidade. O povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Vila Nova dos Martírios, pela Lei Estadual nº 6.181, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Imperatriz e instalado em 01 de janeiro de 1997. Quando foi eleito o Sr. João Moreira Pinto como primeiro prefeito municipal.

Em 1999 foi instalado o posto dos correios, a biblioteca e a Agência do Banco do Estado do Maranhão. Foi realizado o I Festejo de Nossa Senhora da Penha, a fim de arrecadar bens para a construção da mesma, participando pessoas de toda a região.

Em 2000 ocorreu a segunda eleição para prefeito, tendo sido reeleito o Sr. João Moreira Pinto (2001 a 2004). Foi inaugurada a segunda etapa de pavimentação da Rodovia do Arroz. Em 2001 Vila Nova dos Martírios estava mais desenvolvida, houve a ampliação do Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Penha, foi construído o Matadouro Municipal, foi concluída a pavimentação da Rodovia do Arroz que dá acesso de Vila Nova dos Martírios à São Pedro da Água Branca e comemorada a chegada da tão sonhada balsa para a travessia do rio Tocantins, interligando o município de Vila Nova dos Martírios ao município de São Sebastião do Tocantins (TO), em uma parceria entre os dois municípios.

Em 2004, as eleições municipais elegeram o Sr. Edivaldo Batista da Cruz (2005 a 2008), posteriormente foram eleitos: Wellington de Sousa Pinto (2009 a 2012), Karla Batista (2013 a 2016/ 2017 a 2020).

Ambiente Físico

Geologia

Inserida na Província Parnaíba, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que seria regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA *et al.*, 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (1994), corresponde a quatro unidades principais: Formação Ipixuna, Grupo Itapecuru, Coberturas Detrito-Lateríticas Paleogênicas e Aluviões Holocênicas.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é formada por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada

tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é formada por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

O Grupo Itapecuru, ocupa grande parte do município, é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém, com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

As coberturas Detrito-Laterítica Paleogênica são caracterizadas por se constituir da base para o topo de: zona argilosa calinítica; zona bauxítica com concreções e lentes gibsíticas; zona ferruginosa concrecionária; zona pisolítica nodular, capeamento argiloso, no topo.

Os Aluviões Holocênicos, encontram-se ao longo do rio Tocantins, são compostos por depósitos grossos a conglomeráticos de residuais de canal, arenosos relativos a barra em pontal, pelíticos representando àqueles de transbordamento e fluviolacustres.

Geomorfologia

Geomorfologicamente, o município se insere na Depressão do Médio Vale do rio Tocantins, representado por vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob forma de mesetas e morros-testemunhos, apresentando caimento geral de Leste para Oeste em direção à calha do rio Tocantins, sendo drenado pelos vales de vários rios.

O relevo é constituído por extensas superfícies de aplainamento, por vezes, ligeiramente retocadas por uma rede de drenagem de baixa densidade, todavia, sem perder seu caráter aplainado. De forma esparsa, ocorrem baixos platôs, ligeiramente ressaltados topograficamente. Destaca-se, ainda, a planície aluvial do rio Tocantins, que ocorre de forma descontínua ao longo do fundo de vale. Entretanto, essa planície torna-se bem mais larga em seu baixo curso do rio, próximo à confluência com o rio Araguaia.

Esses terrenos aplainados apresentam cotas baixas, que variam entre 150 e 350 m, sendo que tais cotas são progressivamente mais elevadas de Norte para Sul, seguindo em linhas gerais o curso do vale do rio Tocantins. As planícies aluviais do baixo, rio Tocantins, encontram-se embutidas em cotas ainda mais baixas, entre 100 e 150 m.

O município tem uma pequena área ao Norte, inserida no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes, superiores a 100 m. Esse

planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna (BANDEIRA, 2013).

Solos

Os solos encontrados no município estão representados pelos argissolos, gleissolos e latossolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São fortes a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. No município se destacam os argissolos amarelos distróficos e argissolos vermelho-amarelos distróficos.

Os gleissolos compreendem solos hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo se formar também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea. Esses solos no município são encontrados próximos ao rio Tocantins, destacando-se por serem gleissolos háplicos distróficos.

Os latossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os latossolos amarelos distróficos.

Hidrografia

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, tendo como afluentes o rio Martírio e os córregos Marcelininho, Jabuti, Jatobá, Martinho, Água Azul, Noventa e Dois, Pebas, Lontra, Santa Helena, Curvelândia e Frades. Compõem ainda a hidrografia municipal os lagos Martírio e da Velha.

Vegetação

A vegetação é composta pela floresta ombrófila aluvial e submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas do vale do rio Tocantins onde se destacam as palmáceas: açai (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planalto com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto porte, algumas ultrapassando 50 m. entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa guianensis*). Essa vegetação está bastante descaracterizada no município, restando poucas áreas com este tipo de vegetação (IBGE, 2012).

Observa-se, também um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. O primeiro refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens são na maioria gramíneas, utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

Clima

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual entre 73 e 76% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm (UEMA, 2002).

Espaço Urbano

O espaço urbano de Vila Nova dos Martírios (**Figura 190**) formou-se a “priori” próximo ao rio Martório. Com a abertura da primeira rua, atualmente denominada de avenida Rio Branco, esta tornou-se o marco inicial da povoação e a partir daí a cidade se expandiu. Posteriormente, com a abertura da MA 125, a cidade cresceu no sentido Oeste-Norte, sendo o rio Martório um fator natural que inibiu o crescimento da cidade no sentido Leste.

Figura 190 – Vista área da cidade de Vila Nova dos Martírios



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Nova dos Martírios

A avenida principal da cidade é a Rio Branco (**Figura 191**), com 1,30km de extensão. Possui pavimentação em asfalto, com canteiro central plantado com palmeiras em seus primeiros 100 metros. As residências neste logradouro, por vezes são mistas, geminadas, abrigando muitas vezes comércios. Nessa via está a praça Davi Alves Silva (**Figura 192**), toda arborizada e ajardinada, com quadra de esportes, anfiteatro e quiosque e o comércio local, com diversas lojas de eletrodomésticos, restaurantes, lanchonetes, igrejas evangélicas, escolas, posto de combustíveis e a igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo.

Figura 191 – Avenida Rio Branco



Fonte: IMESC (2019)

Figura 192 – Praça Davi Alves Silva



Fonte: IMESC (2019)

Outras duas avenidas se destacam: a Airton Senna e a Americano. A primeira, é parte da MA 125, que quando passa pela cidade muda a denominação, esta é toda pavimentada e duplicada com canteiro central, plantado com palmeiras (**Figura 193**).

Figura 193 – Avenida Airton Senna (MA 125)



Fonte: IMESC (2019)

O centro administrativo, a câmara municipal, o conselho tutelar e as secretarias municipais, estão distribuídas na Rua Nova.

As residências em sua maioria são térreas, em alvenaria e com telhado aparente, muitas são geminadas, principalmente no centro da cidade. Nos demais quarteirões as residências são um pouco mais separadas e com quintais arborizados. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com asfalto e bloquetes.

Os bairros de Vila Nova dos Martírios são: Centro, Santa Lourdes I e II, Vila São Geraldo, Cristo Rei, Buriti, Paz, Vieira Filho e João Pinto.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se nos seguintes povoados: Jatobazinho, Marcolândia (Marreco), Curvelândia, Paraíso e Lontra. E nos assentamentos PAs Deus Proteja e Sapucaia.

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 165** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, pastagens plantadas

em boas condições e lavoura temporária são as que mais ocupam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimentos, devido os mesmos ocuparem mais de uma atividade.

Quanto à área, dos 96.964 hectares, 65% estavam com as pastagens em boas condições, 13% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 9% pastagens naturais, 5% lavoura temporária, 4% lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis, 3% sistemas agroflorestais, 1% lavouras permanentes e pastagens plantadas em más condições cada. Não foi disponibilizado as áreas de matas ou florestas naturais e matas ou florestas plantadas (**Tabela 165**).

Tabela 165 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	99	533
Lavouras temporárias	279	4.673
Pastagens naturais	28	8.904
Pastagens plantadas em boas condições	351	62.575
Pastagens plantadas em más condições	32	1.083
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	233	12.659
Matas ou florestas naturais	8	
Matas ou florestas plantadas	2	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	152	2.833
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	623	3.704
Total	-	96.964

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, ocuparam 698 estabelecimentos. Destes, 75% eram de proprietários, 13% de ocupantes, 9% de produtor sem área, 2% de concessionários ou assentados que aguardavam titulação definitiva e menos de 1% comandatários.

Em relação à área, foram disponibilizados dados apenas dos proprietários, que somaram 97.175 ha. Não foram disponibilizadas as áreas dos concessionários ou assentados, comandatário e ocupantes. O produtor sem área, como o próprio nome já diz, não possui hectares (**Tabela 166**).

Tabela 166 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do Produtor em relação às terras	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	526	97.175
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	15	-
Comandatário	1	-
Ocupante	90	-
Produtor sem área	66	-
Total	698	97.175

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 11.258 habitantes (IBGE, 2010), Vila Nova dos Martírios ocupava a 161ª posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,17% da população do Estado. Em termos regionais, situava-se na 13ª posição em relação à Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, correspondendo a 2,21%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foi de 0,581 ocupando a 89ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população era de 13.598 habitantes. Sua densidade demográfica é de 11 hab./km². Os que nascem no município são denominados de vila-novense.

No decênio de 2000 a 2010, a população apresentou uma taxa de crescimento de 68%. Nesse mesmo intervalo a população urbana do município teve aumento de 99%, e por sua vez, a população rural também cresceu 41%. Nesse período, a população masculina aumentou 66% e a feminina 70%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000 e 2010, representou 53%, enquanto a feminina, correspondeu a 47% da população. Quanto à população urbana, em 2000, essa representou 46% e a rural 54%; em 2010, há uma inversão nos percentuais, a população urbana é um pouco mais representativa, com 55% e a população rural equivaleu a 45% (**Tabela 167**).

Tabela 167 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	3.108	6.188
Rural	3.597	5.070
Masculina	3.574	5.938
Feminina	3.131	5.320
Absoluta	6.705	11.258

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 11 escolas. Dessas, cinco são de educação infantil e seis de ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino. Possui um

total de 2.621 alunos e 108 professores. Há também a Educação de Jovens de Adultos (EJA) e educação especial.

O município ainda dispõe de uma biblioteca, uma sala de leitura, distribuição de fardamento, merenda e transporte escolar, com cinco ônibus.

Quanto ao ensino médio, há duas escolas estaduais, uma na sede e uma na área rural, com nove salas, sendo seis na cidade e três na área rural, funcionando no período vespertino e noturno, com 403 alunos matriculados e 17 professores, todos com ensino superior completo e apenas cinco morando fora do município.

O ensino superior é particular em EAD pelo Instituto para o Desenvolvimento Social e Econômico para a América Central (IDESAC), oferecendo os seguintes cursos: Pedagogia e Administração.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Penha (**Figura 194**) que disponibiliza 20 leitos no setor de internação, neste hospital são realizados consultas e atendimentos em urgência e emergência. Dentre as doenças a hipertensão, diabetes e traumas decorrentes de acidentes de trânsito são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. Além desse hospital, o município conta com quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O hospital tem ambulância, que em casos mais graves os pacientes são transferidos para as cidades de Açailândia ou Imperatriz, com todos os custos de transportes de responsabilidade da prefeitura. Compõe a equipe de saúde: um médico, quatro enfermeiros e 11 técnicos de enfermagem.

Figura 194 – Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Penha



Fonte: IMESC (2019)

O programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), tem quatro equipes, com quatro médicos, quatro enfermeiros e oito técnicos ou auxiliares de enfermagem, cobrindo 100% do município. Faz parte também do ESF, uma equipe de saúde bucal, com um dentista. Há também a farmácia básica que funciona nas UBS.

O município dispõe de 24 agentes de saúde, destes, 15 trabalham na área urbana e nove na zona rural. Além desses, há sete agentes de vigilância epidemiológica e três agentes de vigilância sanitária.

Funciona um Conselho Tutelar, um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e um Centro Especializado em Assistência Social (CREAS). No CRAS são desenvolvidos os seguintes programas: Benefício de Prestação Continuada, atendendo aproximadamente 149 pessoas, sendo 51 idosos e 98 portadores de deficiência; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), atendendo 140 crianças, 48 jovens e 54 idosos e; Programa Criança Feliz, realizando acompanhamentos em aproximadamente 100 pessoas de 0 a 3 anos, de 0 a 6 anos crianças especiais e gestantes. No CREAS são realizados 30 atendimentos, voltados a famílias ou individual, com psicólogo, advogado e assistente social. A assistência social, também desenvolve cursos de geração de renda, de acordo com a demanda das comunidades, oferecendo cursos de estética e culinária.

Economia

O município ocupava em 2018 a 132ª posição no ranking estadual em relação ao PIB, com R\$ 108,215 milhões, correspondendo a 0,12% do Maranhão. O setor de serviços foi referente a R\$ 65,903 milhões, seguido pelo setor agropecuário com R\$ 31,519 milhões, o industrial com R\$ 4,032 milhões e a arrecadação de impostos de R\$ 6,761 milhões (IMESC, 2020). Em 2010, a renda per capita do município foi de R\$ 252,89 (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante voltada para a de subsistência e comercial, comercializada no próprio município e para o estado do Pará, principalmente o milho e a soja. Há no Sindicato de Trabalhadores Rurais com 1.500 associados, mas apenas 100 contribuem. A produção se baseia na mandioca, para fabricação de farinha, juçara e milho. Os povoados que se destacam na produção são: Deus Proteja, Cuverlândia e Marcolândia. Há relatos de conflitos de terras no povoado Sapucaia.

Agricultura temporária

Sete produtos são representativos na agricultura temporária de Vila Nova dos Martírios: amendoim, arroz, feijão, mandioca, melancia, milho e soja.

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção aumentaram 353%, 647% e 1.586%, respectivamente. No período mencionado, a área colhida do feijão aumentou 213%, da mandioca 155% e a do milho 18%, enquanto a do arroz diminuiu 74%. Referente a quantidade produzida, o feijão aumentou 84%, a mandioca 105% e o milho 23%; o arroz reduziu em 78%. No rendimento médio, tiveram diminuições: o arroz 15%, o feijão 41%, a mandioca 20%; o milho oscilou positivamente 5%. Quanto ao valor da produção, o feijão cresceu 237%, a mandioca 341% e o milho 75%; a desvalorização do valor da produção, foi sentido no arroz 67%. O amendoim, a melancia e a soja não foram analisados, pois os mesmos se encontram em períodos distintos (**Tabela 168**).

Em 2010, dos 895 hectares colhidos, 55% foram de arroz, 40% de mandioca, 3% de feijão e 2% de mandioca. Das 1.814 toneladas produzidas, 54% eram de arroz, 35% de milho, 9% de mandioca e 1% de feijão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 168**. No valor da produção, dos R\$ 892 mil, o arroz participou com 60%, o milho com 30%, o feijão com 6% e a mandioca com 4%.

Em 2019, dos 4.053 hectares de área colhida, a soja ocupou 83%, o milho 10%, o arroz 3%, o feijão 2%, a mandioca 1%, o amendoim e a melancia, juntos representaram 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 13.549 toneladas, a soja contribuiu com 89%, o milho 6%, a mandioca 3%, o arroz 2%, a melancia, o amendoim e o feijão representaram menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 168**. Para o valor da produção, dos R\$ 15,037 milhões, a soja contribuiu com 93%, o milho com 3%, o arroz, o feijão e a mandioca representaram 1% cada, o amendoim e a melancia representaram juntos 1%.

Tabela 168 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	-	7	-	10	-	1.429	-	22
Arroz	489	126	978	214	2.000	1.698	537	178
Feijão	30	94	25	46	833	489	52	175
Mandioca	20	51	170	348	8.500	6.824	34	150
Melancia	-	5	-	80	-	16.000	-	46
Milho	356	420	641	791	1.800	1.883	269	470
Soja	-	3.350	-	12.060	-	3.600	-	13.996
Total	895	4.053	1.814	13.549	-	-	892	15.037

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção aumentaram 82%, 742% e 881%, respectivamente. Na quantidade produzida não foi adicionada o coco-da-baía, pois sua produção é dada em mil frutos, enquanto os demais produtos são em toneladas.

No aludido intervalo, a área colhida, a quantidade produzida, o rendimento médio e o valor da produção da banana tiveram aumento de 583%, 855%, 40% e 1.341% respectivamente. Os demais produtos (coco-da-baía, manga e maracujá) não foram analisados pois estes, se apresentam em anos distintos (**Tabela 169**).

Em 2010, dos 36 hectares de área colhida, 44% foram ocupados com coco-da-baía, 33% com banana, 14% com maracujá e 8% com manga. Das 211 toneladas produzidas (exceto o coco-da-baía, pois é dado em frutos por hectares, enquanto os demais produtos são quantificados em toneladas), a banana participou com 88%, o maracujá com 9% e a manga com 3%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 169**. Dos R\$ 163 mil do valor da produção, a banana contribuiu com 68%, o coco-da-baía 20%, o maracujá 11% e a manga 1%.

Em 2019, houve registro de apenas um produto, a banana. Com 82 hectares colhidos, 1.777 toneladas, rendimento médio de 21.671 kg/ha e valor da produção de R\$ 1,599 milhão (**Tabela 169**).

Tabela 169 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	12	82	186	1.777	15.500	21.671	111	1.599
Coco-da-baía*	16	-	55	-	3.437	-	33	-
Manga	3	-	6	-	2.000	-	1	-
Maracujá	5	-	19	-	3.800	-	18	-
Total	36	82	-	1.777	-	-	163	1.599

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil frutos

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas e vendidas 75 toneladas de produtos oriundos da horticultura: o quiabo representou 40%, o maxixe 39%, a alface 11%, o coentro e a couve 4% cada e a cebolinha 3%. Não foram disponibilizados os dados de quantidade produzida e vendida da pimenta e do pimentão.

Dessa produção, foram contabilizados R\$ 66 mil, desses, 39% foram referentes a alface, 14% ao coentro, 12% ao maxixe e quiabo cada, 11% a couve, 9% a cebolinha e 2% para a pimenta e pimentão cada (**Tabela 170**).

Tabela 170 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	8	8	26
Cebolinha	2	2	6
Coentro	3	3	9
Couve	3	3	7
Maxixe	29	29	8
Pimenta	-	-	1
Pimentão	-	-	1
Quiabo	30	30	8
Total	75	75	66

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é semi-intensiva, praticada em pastos plantados, sendo o rebanho bovino o mais importante. Esse é destinado quase exclusivamente a produção leiteira, fabricação de queijos e abate.

Entre 2010 e 2019 o rebanho aumentou 18%, apresentando as seguintes variações: bovino 12%, bubalino 2.640%, equinos 72%, suíno 15%, caprino 145%, ovino 46% e galináceos 47%. Em 2010, das 86.539 cabeças, 80% eram de bovinos, 13% de galináceos, 4% de suínos, 2% de equinos, 1% de ovinos, o bubalino e o caprino representaram menos de 1% cada. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 102.188 animais, com 76% de bovinos, 16% de galináceos, 3% de suínos e equinos cada, 2% de ovinos, bubalino e caprino representaram menos de 1% (**Tabela 171**).

Tabela 171 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	69.541	77.590
Bubalino	5	137
Equino	1.579	2.709
Suíno	3.052	3.525
Caprino	179	438
Ovino	1.295	1.887
Galináceos	10.888	15.902
Total	86.539	102.188

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Com relação à produção de origem animal (IBGE, 2019), foram produzidos 7,588 milhões de litros de leite, 24 mil dúzias de ovos de galinha e 220 quilogramas de mel de abelha. O valor de produção foi de R\$ 7,362 milhões, dos quais 98% refere-se ao leite, 2% aos ovos de galinha e menos de 1% ao mel de abelha (**Tabela 172**).

Tabela 172 – Quantidade produzida e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	7.588	7.209
Ovos de galinha (mil dúzias)	24	148
Mel de abelha (quilograma)	220	5
Total	-	7.362

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

De acordo com o IBGE (2019), foram produzidas 2.191 toneladas, com as seguintes contribuições: o açaí (comercializado como juçara) 47%, o carvão vegetal 53% e o babaçu menos de 1%. Também foram produzidos 218 metros cúbicos, com as seguintes participações: a lenha 39% e madeira em tora 61%.

O valor de produção foi R\$ 1,981 milhão, com as seguintes participações: açaí 71%, carvão vegetal 27%, a madeira em tora 1%, a lenha e babaçu menos de 1% cada (**Tabela 173**).

O açaí é produzido principalmente na zona urbana, com comercialização para a sede municipal e para a cidade de Imperatriz, sendo exportado, todos os dias, 150 sacas de 30 quilos do produto.

Tabela 173 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Toneladas)	(Metros Cúbicos)	
Açaí	1036	-	1.410
Babaçu (amêndoa)	4	-	8
Carvão Vegetal	1151	-	541
Lenha	-	86	2
Madeira em Tora	-	132	20
Total	2.191	218	1.981

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Quanto aos produtos oriundos da silvicultura, não houve registro. Entretanto, sabe-se, por trabalho de campo, que existem grandes plantações de eucalipto no município e que grandes proprietários arrendam terras de pequenos produtores para produção desse vegetal.

Quanto ao extrativismo mineral foi constatada a exploração de areia no rio Tocantins, seixos no povoado Cuverlândia e argila.

Pesca e Aquicultura

No município a pesca é praticada artesanalmente em ambiente fluvial, principalmente no rio Tocantins, no povoado Jatobazinho e no rio Martírio em Cuverlândia. As principais espécies encontradas são: piaú (*Leporinus friderici*), branquinha (*Curimata cyprinoides*), traíra (*Hoplias malabaricus*), curimatá (*Prochilodus* sp.) e outros.

Nas pescarias são utilizadas principalmente canoas, tarrafa, linha e anzol. A produção normalmente é apenas para o consumo, algum excedente é vendido nas ruas dos povoados. O sindicato de pescadores artesanais registrou um total de 62 associados no município.

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 30.400 quilogramas, das quais tambacu/tambatinga correspondeu a 25.500 toneladas e tambaqui 4.900 toneladas representando 84% e 16% respectivamente. Quanto ao valor de produção que foi de R\$ 214 mil, o tambacu/tambatinga contribuiu com R\$ 179 mil e o tambaqui com R\$ 35 mil, representando, respectivamente, 84% e 16%.

Indústria

Encontra-se no município um total de 52 indústrias, sendo: 10 de fabricação de produtos alimentícios, sendo: uma de abate de aves, cinco de conserva de frutas, uma de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes, uma de preparo de leite, quatro de laticínios, uma de fabricação de farinha de mandioca e derivados, uma de fabricação de alimentos para animais, cinco de produtos de panificação e, uma de fabricação de gelo comum; duas de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; uma de calçados de couro; três de fabricação de produtos de minerais não metálicos; seis de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; duas de fabricação de móveis; uma de fabricação de produtos diversos; uma de manutenção e reparo de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial; uma de distribuição de energia elétrica; três de coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos e recuperação de materiais; uma de construção de edifícios, duas de obras de infraestrutura e, nove de serviços especializados para construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Comércio

A principal área comercial é a Avenida Rio Branco. O comércio é primordialmente varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercado, abastecidos com produtos oriundos principalmente de Imperatriz. De acordo com o Ministério da Economia (2019), há no município 247 estabelecimentos comerciais, sendo: 26 de reparação de veículos automotores e motocicletas, nove de atacado e 212 de varejo.

Turismo

Um dos principais atrativos turísticos encontrados no município é o rio Tocantins com suas praias de areias brancas e águas tranquilas. Destacam-se, também, os rios Martório (**Figura 195**), Marcelino e Jatobazinho e os lagos da Velha e Limpo, próximos ao rio Tocantins.

A culinária tem como pratos principais, galinha caipira, panelada e o peixe em diversas modalidades. O município dispõe de três hotéis, quatro dormitórios e cinco restaurantes.

Figura 195 – Rio Martírio, próximo à sede municipal



Fonte: IMESC (2019)

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta, principalmente, das quadrilhas juninas.

Os principais eventos que ocorrem no município são: duas vaquejadas que ocorrem no Parque Velho Jorge e outra no povoado Marcolândia, e cavalgada no mês de outubro; festas juninas, ocorrem na praça Davi Alves Silva, com montagem de barracas e comidas e bebidas típicas, palco e apresentação de danças e shows; 7 de setembro; aniversário da cidade.

Em relação ao entretenimento, existem dois parques de vaquejada, duas quadras poliesportivas, três ginásios poliesportivos, quatro campos de futebol, um estádio de futebol “Edival Batista da Cruz Junior” (**Figura 196**), cinco restaurantes, quatro lanchonetes, um clube, uma biblioteca, uma banda de música ou fanfarra, uma escola de música “Escola Municipal Tom Jobim” e vários bares.

Os ritmos mais apreciados são o forró e o reggae.

Figura 196 – Estádio Edival Batista da Cruz Junior



Fonte: IMESC (2019)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da entrância de Imperatriz, funcionando na cidade um cartório e uma delegacia. Corresponde a 92ª zona eleitoral, com registro de 8.316 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

A religião municipal é praticada principalmente pelos católicos e evangélicos. O principal templo católico é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha (**Figura 197**) padroeira do município; na sede há duas igrejas e na área rural quatro.

Figura 197 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha

Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos, possuem aproximadamente 12 templos na cidade e quatro na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus e Batista.

Dos 11.258 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 72% se declararam católicos, 17% evangélicos e 11% sem religião; outras religiões e não determinado a sua religião, representaram menos de 1% cada (**Tabela 174**).

Tabela 174 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	8.062
Evangélicos	1.911
Outras religiões	50
Sem religião	1.230
Não determinado	5
Total	11.258

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população utiliza fossas sépticas. Quanto a coleta de lixo, é uma ou duas vezes na semana, na sede e na zona rural, nos povoados Jatobazinho, Marcolândia, Cuverlândia, Paraíso e Lontra. O lixo é

transportado em caçambas e caminhão compactador, depositado em um lixão a céu aberto a sete quilômetros da sede.

A energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2018, o consumo de energia registrado foi de 8.479.674 Mwh distribuídos em: 50% residencial, 23% rural, 7% comercial e iluminação pública cada, 6% poder público, 3% industrial, 2% serviço público e consumo próprio menos de 1% (**Tabela 175**).

Tabela 175 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	4.274.806
Industrial	254.151
Comercial	613.152
Rural	1.978.168
Poder público	544.912
Iluminação pública	623.225
Serviço público	172.014
Consumo próprio	19.246
Total	8.479.674

Fonte: Equatorial Energia; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco, uma lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura das operadoras CLARO e TIM e as linhas fixas são de responsabilidade da OI. A prestação de internet fica por conta da Júpiter, Brasil Telecon e de redes móveis.

Transporte

A cidade de Vila Nova dos Martírios localiza-se a aproximadamente 660 km da capital São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135 e 222 e MA-125. Fica também a 114 km de Imperatriz e a 97 km de Açailândia. As viagens intermunicipais podem ser realizadas através de vans, que fazem viagens todos os dias para as cidades de Açailândia, Imperatriz, São Pedro da Água Branca e Cidelândia.

Há também o transporte hidroviário através de balsas que saem do porto de Vila Nova dos Martírios, com destino a cidade de São Sebastião do Tocantins, no estado do Tocantins, com transporte de passageiros e veículos entre estas duas localidades.

O traslado urbano – rural e na sede municipal é realizado por veículos particulares, táxis e mototáxis.

O município é cortado pela Estrada de Ferro Carajás, que tem 35 quilômetros de trilhos no município, passando a 3 km do centro urbano.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento (Org.). **Geodiversidade do estado do Maranhão**. Teresina: CPRM, 2013.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas**: 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 14 out. 2020.

CARVALHO, Iris Pereira. **A realidade Geopolítica do município de Davinópolis - MA a partir da década de 1990**. 97 p. Monografia de Graduação (Geografia). Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – CESI. Imperatriz-MA, 2012.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

GONÇALVES, Luciléa Ferreira Lopes. **Emancipações municipais e aplicação de recursos públicos**: um estudo de caso no setor educacional em Cidelândia e São Pedro da Água Branca no Maranhão. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciência da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2010. 165 f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. v.15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2018>. Acesso em: 16 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2018>. Acesso em: 26 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal – PAM, 2019**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 02 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Estimativa da população, 2020**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 01 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 06 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Agropecuário, 2017 – Resultados Definitivos**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 10 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e região geográfica intermediária; 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS-IMESC. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada**. São Luís: IMESC, 2020.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS-IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão**. v.14, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatistica-da-educacao-basica>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013: perfil municipal**. Disponível em: <http://atlasbrasil.ipea.gov.br/2013/pt/perfil>. Acesso em: 15 jul. 2020.

KLEIN, Evandro Luiz; SOUSA, Cristiane Silva de (Orgs.). **Geologia e Recursos Minerais do Estado do Maranhão: Sistema de Informações Geográficas – SIG: texto explicativo dos mapas Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Maranhão**. Escala 1:750.000. Belém: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2012.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA – Receita Federal. **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica: 2019**. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MORAES, João Parsondas de Carvalho. **Lajeado Novo: sua memória, sua história**. Imperatriz, MA: Ética, 2013.

MORAES, João Parsondas de Carvalho. **Saganossa: a história**. Imperatriz, MA: Ética, 2013.

MORAIS, Joelia Bezerra de. **Memórias da Vila: a Ponte Juscelino Kubitschek e o processo de emancipação da Vila Paranaidji (1961/1982)**. 99 p. Monografia de Graduação (História). Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais. São Luís, 2012.

PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu Pé de Tarumã Florido: um retrato de Porto Franco**. Imperatriz, MA: Ética, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELÂNDIA. **Plano Municipal de Educação 2015 – 2025**. Cidelândia, 2015.

REIS, José de Ribamar Sousa de. **Amostra do populário maranhense**: lendas e crenças e outras histórias da tradição oral. São Luís, 2008.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos; JACOMINE, Paulo Klinger Tito; ANJOS, Lúcia Helena Cunha dos; OLIVEIRA, Virlei Álvaro de; LUMBRERAS, José Francisco; COELHO, Maurício Rizzato; ALMEIDA, Jaime Antonio de; ARAÚJO FILHO, José Coelho de; OLIVEIRA, João Bertoldo de; CUNHA, Tony Jarbas Ferreira. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

SILVA, Augusto J. Pedreira da; LOPES, Ricardo da Cunha; VASCONCELOS, Antônio Maurílio; BAHIA, Ruy B. C. Bacias Sedimentares Paleozóicas e Meso-Cenozóicas Interiores. IN: BIZZI, L. A.; SCHOBENHAUS, C.; VIDOTTI, R. M.; GONÇALVES, J. H. **Geologia Tectônica e Recursos Minerais do Brasil**. Brasília: CPRM, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA. Laboratório de Geoprocessamento – LABGEO. **Atlas do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Geplan, 2002.

ÍNDICE

AMARANTE DO MARANHÃO, 22

Agricultura, 42
 Agricultura Temporária, 43
 Agricultura Permanente, 43
 Horticultura, 44
 Ambiente Físico, 27
 Geologia, 27
 Geomorfologia, 28
 Solos, 29
 Hidrografia, 30
 Vegetação, 31
 Clima, 31
 Comércio, 47
 Condição do Produtor, 37
 Demografia, 38
 Economia, 42
 Educação, 39
 Espaço Rural, 36
 Espaço Urbano, 32
 Extensão, 26
 Extrativismo, 46
 Folclore e Lazer, 49
 Lendas, 50
 Indústria, 47
 Infraestrutura, 51
 Localização, 24
 Mapa do Município, 25
 Pecuária, 45
 Pesca e Aquicultura, 46
 Poderes Judiciário e Legislativo, 50
 Processo de Ocupação, 26
 Religião, 50
 Saúde e Assistência Social, 40
 Serviços e Comunicação, 52
 Símbolos Municipais, 22
 Bandeira, 22
 Brasão, 22
 Hino, 23
 Transporte, 52

Turismo, 48

Utilização das Terras, 36

BURITIRANA, 54

Agricultura, 70
 Agricultura Temporária, 70
 Agricultura Permanente, 71
 Horticultura, 72
 Ambiente Físico, 60
 Geologia, 59
 Geomorfologia, 60
 Solos, 60
 Hidrografia, 61
 Vegetação, 61
 Clima, 62
 Condição do Produtor, 66
 Comércio, 75
 Demografia, 67
 Economia, 69
 Educação, 68
 Espaço Rural, 65
 Espaço Urbano, 62
 Extensão, 57
 Extrativismo e Silvicultura, 74
 Folclore e Lazer, 77
 Indústria, 75
 Infraestrutura, 79
 Localização, 55
 Mapa do Município, 56
 Pecuária, 73
 Pesca e Aquicultura, 75
 Poderes Judiciário e Legislativo, 78
 Processo de Ocupação, 57
 Religião, 78
 Saúde e Assistência Social, 68
 Serviços e Comunicação, 79
 Símbolos Municipais, 54
 Bandeira, 54

Brasão, 54
 Hino, 55
 Transporte, 80
 Turismo, 76
 Utilização das Terras, 65

CAMPESTRE DO MARANHÃO, 81

Agricultura, 95
 Agricultura Temporária, 96
 Agricultura Permanente, 97
 Horticultura, 97
 Ambiente Físico, 86
 Geologia, 86
 Geomorfologia, 86
 Solos, 86
 Hidrografia, 87
 Vegetação, 87
 Clima, 88
 Comércio, 101
 Condição do Produtor, 92
 Demografia, 92
 Economia, 95
 Educação, 92
 Espaço Rural, 90
 Espaço Urbano, 88
 Extensão, 84
 Extrativismo, 99
 Folclore e Lazer, 102
 Indústria, 100
 Infraestrutura, 104
 Localização, 84
 Mapa do Município, 85
 Pecuária, 98
 Pesca e Aquicultura, 99
 Poderes Judiciário e Legislativo, 102
 Processo de Ocupação, 82
 Religião, 103
 Saúde e Assistência Social, 93
 Serviços e Comunicação, 104
 Símbolos Municipais, 81
 Bandeira, 81

Brasão, 81
 Hino, 82
 Transporte, 104
 Turismo, 101
 Utilização das Terras, 91

CIDELÂNDIA, 106

Agricultura, 123
 Agricultura Temporária, 123
 Agricultura Permanente, 124
 Horticultura, 125
 Ambiente Físico, 113
 Geologia, 113
 Geomorfologia, 114
 Solos, 114
 Hidrografia, 115
 Vegetação, 115
 Clima, 116
 Comércio, 129
 Condição do Produtor, 119
 Demografia, 120
 Economia, 123
 Educação, 121
 Espaço Rural, 118
 Espaço Urbano, 116
 Extensão, 109
 Extrativismo e Silvicultura, 127
 Folclore e Lazer, 130
 Indústria, 128
 Infraestrutura, 132
 Localização, 108
 Mapa do Município, 110
 Pecuária, 126
 Pesca e Aquicultura, 128
 Poderes Judiciário e Legislativo, 131
 Processo de Ocupação, 109
 Religião, 131
 Saúde e Assistência Social, 121
 Serviços e Comunicação, 133
 Símbolos Municipais, 106
 Bandeira, 107

Brasão, 106
 Hino, 108
 Transporte, 133
 Turismo, 129
 Utilização das Terras, 118

DAVINÓPOLIS, 134

Agricultura, 148
 Agricultura Temporária, 148
 Agricultura Permanente, 149
 Horticultura, 150
 Ambiente Físico, 138
 Geologia, 138
 Geomorfologia, 139
 Solos, 139
 Hidrografia, 140
 Vegetação, 140
 Clima, 141
 Condição do Produtor, 145
 Comércio, 153
 Demografia, 145
 Economia, 148
 Educação, 146
 Espaço Rural, 144
 Espaço Urbano, 141
 Extensão, 136
 Extrativismo e Silvicultura, 151
 Folclore e Lazer, 154
 Indústria, 152
 Infraestrutura, 156
 Localização, 135
 Mapa do Município, 137
 Pecuária, 150
 Pesca e Aquicultura, 152
 Poderes Judiciário e Legislativo, 154
 Processo de Ocupação, 136
 Religião, 155
 Saúde e Assistência Social, 147
 Serviços e Comunicação, 156
 Símbolos Municipais, 134
 Bandeira, 134

Brasão, 134
 Hino, 135
 Transporte, 157
 Turismo, 154
 Utilização das Terras, 144

ESTREITO, 158

Agricultura, 180
 Agricultura Temporária, 181
 Agricultura Permanente, 182
 Horticultura, 183
 Ambiente Físico, 164
 Geologia, 164
 Geomorfologia, 165
 Solos, 166
 Hidrografia, 167
 Vegetação, 168
 Clima, 169
 Comércio, 186
 Condição do Produtor, 176
 Demografia, 177
 Economia, 180
 Educação, 177
 Espaço Rural, 175
 Espaço Urbano, 170
 Extensão, 160
 Extrativismo e Silvicultura, 184
 Folclore e Lazer, 188
 Indústria, 186
 Infraestrutura, 191
 Localização, 160
 Mapa do Município, 161
 Pecuária, 183
 Pesca e Aquicultura, 185
 Poderes Judiciário e Legislativo, 189
 Processo de Ocupação, 160
 Religião, 190
 Saúde e Assistência Social, 179
 Serviços e Comunicação, 192
 Símbolos Municipais, 158
 Bandeira, 158

Brasão, 158
 Hino, 159
 Transporte, 192
 Turismo, 187
 Utilização das Terras, 175

GOVERNADOR EDISON LOBÃO, 193

Agricultura, 207
 Agricultura Temporária, 208
 Agricultura Permanente, 209
 Horticultura, 210
 Ambiente Físico, 197
 Geologia, 197
 Geomorfologia, 198
 Solos, 199
 Hidrografia, 200
 Vegetação, 200
 Clima, 200
 Comércio, 214
 Condição do Produtor, 204
 Demografia, 205
 Economia, 207
 Educação, 205
 Espaço Rural, 203
 Espaço Urbano, 201
 Extensão, 195
 Extrativismo e Silvicultura, 212
 Folclore e Lazer, 215
 Indústria, 213
 Infraestrutura, 216
 Localização, 195
 Mapa do Município, 196
 Pecuária, 211
 Pesca e Aquicultura, 212
 Poderes Judiciário e Legislativo, 215
 Processo de Ocupação, 197
 Religião, 215
 Saúde e Assistência Social, 206
 Serviços e Comunicação, 217
 Símbolos Municipais, 193
 Bandeira, 193

Brasão, 193
 Hino, 194
 Transporte, 217
 Turismo, 214
 Utilização das Terras, 203

IMPERATRIZ, 219

Agricultura, 252
 Agricultura Temporária, 252
 Agricultura Permanente, 253
 Horticultura, 254
 Ambiente Físico, 230
 Geologia, 2230
 Geomorfologia, 230
 Solos, 231
 Hidrografia, 232
 Vegetação, 232
 Clima, 233
 Comércio, 259
 Condição do Produtor, 245
 Demografia, 246
 Economia, 252
 Educação, 247
 Espaço Rural, 244
 Espaço Urbano, 233
 Extensão, 223
 Extrativismo e Silvicultura, 256
 Folclore e Lazer, 263
 Lendas, 264
 Indústria, 258
 Infraestrutura, 268
 Localização, 221
 Mapa do Município, 222
 Pecuária, 255
 Pesca e Aquicultura, 257
 Poderes Judiciário e Legislativo, 265
 Processo de Ocupação, 223
 Religião, 266
 Saúde e Assistência Social, 249
 Serviços e Comunicação, 268

Símbolos Municipais, 219
 Bandeira, 220
 Brasão, 219
 Hino, 221
 Transporte, 269
 Turismo, 260
 Utilização das Terras, 244

JOÃO LISBOA, 272

Agricultura, 285
 Agricultura Temporária, 285
 Agricultura Permanente, 286
 Horticultura, 287
 Ambiente Físico, 276
 Geologia, 276
 Geomorfologia, 277
 Solos, 277
 Hidrografia, 278
 Vegetação, 278
 Clima, 279
 Comércio, 289
 Condição do Produtor, 281
 Demografia, 282
 Economia, 284
 Educação, 283
 Espaço Rural, 280
 Espaço Urbano, 279
 Extensão, 275
 Extrativismo e Silvicultura, 288
 Folclore e Lazer, 290
 Indústria, 289
 Infraestrutura, 292
 Localização, 273
 Mapa do Município, 274
 Pecuária, 287
 Pesca e Aquicultura, 289
 Poderes Judiciário e Legislativo, 291
 Processo de Ocupação, 275
 Religião, 291
 Saúde e Assistência Social, 283
 Serviços e Comunicação, 293

Símbolos Municipais, 272
 Bandeira, 272
 Brasão, 272
 Hino, 273
 Transporte, 293
 Turismo, 290
 Utilização das Terras, 280

LAJEADO NOVO, 294

Agricultura, 312
 Agricultura Temporária, 312
 Agricultura Permanente, 313
 Horticultura, 314
 Ambiente Físico, 300
 Geologia, 300
 Geomorfologia, 301
 Solos, 302
 Hidrografia, 303
 Vegetação, 303
 Clima, 304
 Comércio, 316
 Condição do Produtor, 308
 Demografia, 309
 Economia, 312
 Educação, 309
 Espaço Rural, 307
 Espaço Urbano, 304
 Extensão, 297
 Extrativismo, 315
 Folclore e Lazer, 317
 Indústria, 316
 Infraestrutura, 319
 Localização, 297
 Mapa do Município, 298
 Pecuária, 315
 Pesca e Aquicultura, 316
 Poderes Judiciário e Legislativo, 318
 Processo de Ocupação, 297
 Religião, 318
 Saúde e Assistência Social, 310
 Serviços e Comunicação, 320

Símbolos Municipais, 294
 Bandeira, 295
 Brasão, 294
 Hino, 295
 Transporte, 320
 Turismo, 317
 Utilização das Terras, 307

MONTES ALTOS, 321

Agricultura, 337
 Agricultura Temporária, 337
 Agricultura Permanente, 338
 Horticultura, 339
 Ambiente Físico, 327
 Geologia, 327
 Geomorfologia, 328
 Solos, 329
 Hidrografia, 330
 Vegetação, 330
 Clima, 330
 Comércio, 341
 Condição do Produtor, 334
 Demografia, 335
 Economia, 337
 Educação, 335
 Espaço Rural, 333
 Espaço Urbano, 331
 Extensão, 323
 Extrativismo e Silvicultura, 340
 Folclore e Lazer, 344
 Indústria, 341
 Infraestrutura, 346
 Localização, 323
 Mapa do Município, 324
 Pecuária, 340
 Pesca e Aquicultura, 341
 Poderes Judiciário e Legislativo, 345
 Processo de Ocupação, 323
 Religião, 345
 Saúde e Assistência Social, 336
 Serviços e Comunicação, 346

Símbolos Municipais, 321
 Bandeira, 321
 Brasão, 321
 Hino, 322
 Transporte, 346
 Turismo, 342
 Utilização das Terras, 333

PORTO FRANCO, 347

Agricultura, 366
 Agricultura Temporária, 367
 Agricultura Permanente, 368
 Horticultura, 369
 Ambiente Físico, 353
 Geologia, 353
 Geomorfologia, 353
 Solos, 354
 Hidrografia, 354
 Vegetação, 355
 Clima, 356
 Comércio, 373
 Condição do Produtor, 362
 Demografia, 362
 Economia, 366
 Educação, 363
 Espaço Rural, 360
 Espaço Urbano, 356
 Extensão, 350
 Extrativismo e Silvicultura, 370
 Folclore e Lazer, 374
 Lendas, 376
 Indústria, 371
 Infraestrutura, 377
 Localização, 348
 Mapa do Município, 349
 Pecuária, 370
 Pesca e Aquicultura, 371
 Poderes Judiciário e Legislativo, 376
 Processo de Ocupação, 350
 Religião, 376
 Saúde e Assistência Social, 364

Serviços e Comunicação, 378
 Símbolos Municipais, 347
 Bandeira, 347
 Brasão, 347
 Hino, 348
 Transporte, 378
 Turismo, 374
 Utilização das Terras, 361

RIBAMAR FIQUENE, 380

Agricultura, 392
 Agricultura Temporária, 393
 Agricultura Permanente, 394
 Horticultura, 395
 Ambiente Físico, 483
 Geologia, 383
 Geomorfologia, 384
 Solos, 384
 Hidrografia, 385
 Vegetação, 385
 Clima, 386
 Comércio, 397
 Condição do Produtor, 389
 Demografia, 389
 Economia, 392
 Educação, 390
 Espaço Rural, 388
 Espaço Urbano, 386
 Extensão, 381
 Extrativismo e Silvicultura, 396
 Folclore e Lazer, 398
 Indústria, 397
 Infraestrutura, 400
 Localização, 381
 Mapa do Município, 382
 Pecuária, 396
 Pesca e Aquicultura, 397
 Poderes Judiciário e Legislativo, 399
 Processo de Ocupação, 381
 Religião, 399
 Saúde e Assistência Social, 391

Serviços e Comunicação, 400
 Símbolos Municipais, 380
 Bandeira, 380
 Brasão, 380
 Transporte, 401
 Turismo, 398
 Utilização das Terras, 388

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, 402

Agricultura, 418
 Agricultura Temporária, 418
 Agricultura Permanente, 419
 Horticultura, 420
 Ambiente Físico, 407
 Geologia, 407
 Geomorfologia, 408
 Solos, 408
 Hidrografia, 409
 Vegetação, 409
 Clima, 410
 Comércio, 423
 Condição do Produtor, 414
 Demografia, 415
 Economia, 418
 Educação, 416
 Espaço Rural, 413
 Espaço Urbano, 410
 Extensão, 405
 Extrativismo e Silvicultura, 421
 Folclore e Lazer, 425
 Indústria, 422
 Infraestrutura, 427
 Localização, 403
 Mapa do Município, 404
 Pecuária, 421
 Pesca e Aquicultura, 422
 Poderes Judiciário e Legislativo, 425
 Processo de Ocupação, 405
 Religião, 425
 Saúde e Assistência Social, 416

Serviços e Comunicação, 427
 Símbolos Municipais, 402
 Bandeira, 402
 Brasão, 402
 Hino, 403
 Transporte, 427
 Turismo, 423
 Utilização das Terras, 413

SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA, 429

Agricultura, 445
 Agricultura Temporária, 446
 Agricultura Permanente, 447
 Horticultura, 447
 Ambiente Físico, 433
 Geologia, 433
 Geomorfologia, 434
 Solos, 435
 Hidrografia, 435
 Vegetação, 436
 Clima, 436
 Comércio, 450
 Condição do Produtor, 442
 Demografia, 442
 Economia, 445
 Educação, 443
 Espaço Rural, 441
 Espaço Urbano, 436
 Extensão, 430
 Extrativismo e Silvicultura, 448
 Folclore e Lazer, 452
 Indústria, 449
 Infraestrutura, 454
 Localização, 430
 Mapa do Município, 431
 Pecuária, 447
 Pesca e Aquicultura, 449
 Poderes Judiciário e Legislativo, 453
 Processo de Ocupação, 430
 Religião, 453
 Saúde e Assistência Social, 444

Serviços e Comunicação, 454
 Símbolos Municipais, 429
 Bandeira, 429
 Brasão, 429
 Transporte, 454
 Turismo, 450
 Utilização das Terras, 441

SENADOR LA ROCQUE, 456

Agricultura, 469
 Agricultura Temporária, 469
 Agricultura Permanente, 470
 Horticultura, 471
 Ambiente Físico, 460
 Geologia, 460
 Geomorfologia, 461
 Solos, 461
 Hidrografia, 462
 Vegetação, 462
 Clima, 462
 Comércio, 473
 Condição do Produtor, 466
 Demografia, 466
 Economia, 469
 Educação, 467
 Espaço Rural, 465
 Espaço Urbano, 463
 Extensão, 459
 Extrativismo, 472
 Folclore e Lazer, 474
 Indústria, 473
 Infraestrutura, 476
 Localização, 457
 Mapa do Município, 458
 Pecuária, 471
 Pesca e Aquicultura, 472
 Poderes Judiciário e Legislativo, 474
 Processo de Ocupação, 459
 Religião, 475
 Saúde e Assistência Social, 467

Serviços e Comunicação, 476
 Símbolos Municipais, 456
 Bandeira, 456
 Brasão, 456
 Hino, 457
 Transporte, 476
 Turismo, 474
 Utilização das Terras, 465

Serviços e Comunicação, 503
 Símbolos Municipais, 478
 Bandeira, 478
 Brasão, 478
 Hino, 479
 Transporte, 503
 Turismo, 499
 Utilização das Terras, 489

VILA NOVA DOS MARTÍRIOS, 478

Agricultura, 494
 Agricultura Temporária, 494
 Agricultura Permanente, 495
 Horticultura, 496
 Ambiente Físico, 483
 Geologia, 483
 Geomorfologia, 484
 Solos, 485
 Hidrografia, 486
 Vegetação, 486
 Clima, 486
 Comércio, 499
 Condição do Produtor, 490
 Demografia, 491
 Economia, 494
 Educação, 491
 Espaço Rural, 489
 Espaço Urbano, 487
 Extensão, 481
 Extrativismo e Silvicultura, 497
 Folclore e Lazer, 500
 Indústria, 499
 Infraestrutura, 502
 Localização, 479
 Mapa do Município, 480
 Pecuária, 496
 Pesca e Aquicultura, 498
 Poderes Judiciário e Legislativo, 501
 Processo de Ocupação, 481
 Religião, 501
 Saúde e Assistência Social, 492

